

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: MODELOS E PROJETOS

DOUTORADO EM ESTRUTURAS AMBIENTAIS URBANAS **2004**
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
NEYDE A. JOPERT CABRAL **ORIENTADOR PROF. DR. DÁCIO OTTONI**

DEDALUS - Acervo - FAU

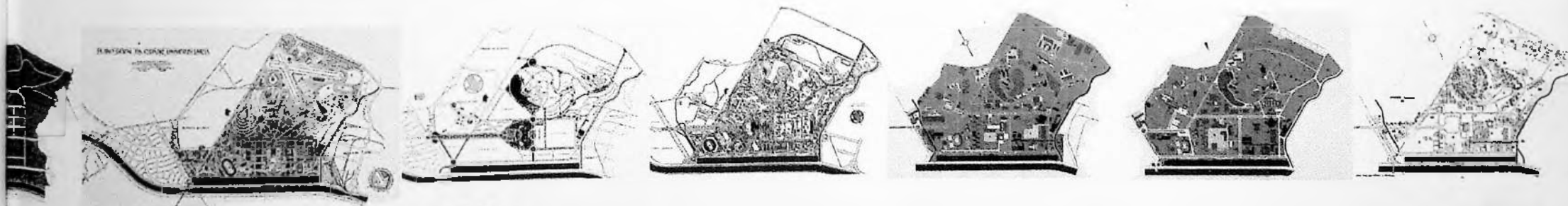


20200020981



A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO MODELOS E PROJETOS

1



Arquitetura
01400852



BIBLIOTECA - FAUUSP
Pós-Graduação

DOUTORADO EM ESTRUTURAS AMBIENTAIS URBANAS / 2004
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
NEYDE A. JOPERT CABRAL ORIENTADOR PROF. DR. DÁCIO OTTONI

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: MODELOS E PROJETOS

DOUTORADO EM ESTRUTURAS AMBIENTAIS URBANAS 2004
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
NEYDE A. JOPERT CABRAL ORIENTADOR PROF. DR. DÁCIO OTTONI

ERRATA – volume 1

p.2 – O correto é Professor Antônio Marcos de Aguiar Massola.

p.9 – A frase correta é: "Foram..., mas não se investiu em prosseguir as construções projetadas para abrigar esta unidade, cujo estaqueamento de fundações chegou a ser executado".

p. 18 – A legenda das ilustrações está invertida.

p.27 – A grafia correta na ilustração é Carlos Eckeman.

p. 36 – A data do livro de SALMERON é 1999.

p. 40 – O total de alunos é 33.000.

p. 50 – A data da publicação na ilustração da Santa Casa é 1992 (e não 1922).

p. 62 – A fonte da foto aérea das ilhas é o Escritório Técnico da UFRJ.

p. 77 – Trata-se do número 3 da revista PDF.

p. 80 – Onde consta "GOROVITZ, 1983, p. 46" o correto é "GOROVITZ, 1989, p. 46". E o número correto da revista PDF é o 3.

p. 87 – A palavra "híbrida" saiu grafada erradamente.

p. 90 – O correto é VILLARES.

p. 92 – Na ilustração a fonte é Revista de Arquitetura n. 59.

p. 102 – Na nota de rodapé o correto é "Plano de 1943".

p. 106 – A fonte da nota de rodapé é GIUDICE, 1994, fl. 3.

p. 110 – A obra citada de CAMPOS, 1954, é *História da Universidade de São Paulo*.

p. 112 – A frase correta é: "As propostas de ramais ferroviários ... não permaneceu, mas foi proposta uma Estação Central de Ônibus e Eletrobus atrás do edifício da Reitoria".

p. 121 – A correta citação da fonte das ilustrações no alto e no meio da página é "ANELLI; GUERRA; KON, 2001, p. 192".

p. 122 – O correto é Anhaia Mello.

pp. 128, 130, 132, 142, 143 e 144 – A fonte da ilustração é "MACEDO; NEIVA; [1975?].

pp. 129 e 133 – A fonte da ilustração é: "CEPLAN, ano I, n. 27, fev. 2002".

Nota: A revista Acrópole n. 369/370, citada em várias páginas do Capítulo IV é de jan. / fev. 1970 e não apenas de fevereiro.

Dedico este trabalho a Carlos Antunes.

Agradeço a meu orientador, Professor Dácio Ottoni, pela sua atenção e gentileza.

2

Agradeço ao Professor Paulo Bruna, ao Professor Carlos Monteiro de Andrade, ao Arquiteto Sérgio Luiz de Assumpção, ao Professor Antônio Carlos de Aguirra Massola, ao Professor Vahan Agopyan e à Arquiteta Maria Alzira Marzagão Monfré, pelo apoio.

Agradeço à equipe de tratamento de imagens Cristina Gavranic Arrebola, Damaris Pereira Melo, José Maurício Joppert Cabral, Nicolau Peric de Freitas, Sandy Belmonte Garcez e Tatiana Moreira de Souza. Agradeço a Carolina Leonelli, a Talita Martins de Melo e a Daniella Pinholi Cardoso.

Agradeço aos funcionários da Coordenadoria do Espaço Físico, em especial a Reginaldo Maurício dos Santos, aos funcionários do Protocolo da Reitoria, em especial a Osvaldo Ferreira do Carmo, à equipe do Arquivo da Escola Politécnica, aos bibliotecários da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da Faculdade de Direito e aos funcionários da Consultoria Jurídica da USP. Agradeço ao Professor Pedro Lessa e à responsável pela biblioteca da FAU-UFRJ Dilza Torres Melo de Alvim.

Agradeço ao Professor Irineu Idoeta da BASE Aerofotogrametria e Projetos S.A., à Professora Lenir José da Cunha e Castro e a Michel Cury do Instituto Geográfico e Cartográfico, e aos responsáveis pelo Laboratório de Aerofotogeografia e Sensoriamento Remoto do Departamento de História e Geografia da USP.

Agradeço especialmente aos professores Pedro Paulo de Melo Saraiva, Paulo Mendes da Rocha e Joaquim Guedes Sobrinho, pelas entrevistas e cessão de desenhos de seus arquivos profissionais, aos professores José Carlos Córdoba Coutinho, Savério A. F. Orlandi e João Roberto Leme Simões e ao Arquiteto Alberto Alves de Farias, pelas entrevistas, e a Sra. Heloisa de Freitas Valle.

Abstract

3

The objective of this research is the relationship between the University of São Paulo and the space where it is located, that would be its physical expression, the University Campus. This thesis shows that the two main principles of the creation of the university campus, the university integration and the association that shapes the university spirit, didn't come to a realization in the university campus space.

The meaning of the expression "university integration" used in this work is the opposite of the existence of the isolated and self-sufficient faculties in the education of its students and in the management of its facilities.

The two most significant periods in the University of São Paulo history were highlighted for the proof of this thesis: the Foundation and the Reform. It was noticed that there was a rupture of the University of São Paulo model and the conception of the University Campus "Armando Salles de Oliveira".

The permanence of the situation of isolation of the faculties and school, a long time after the creation of the University, the substitution of the university model and the successive modifications in the Butantã University Campus plan were factors that contributed to the dissociation between the principles mentioned and the space that should have expressed them.

This work has restricted itself to the University of São Paulo in the state capital facilities.

CAPÍTULOS

VOLUME 1

Introdução

- I. A tradição da faculdade profissional independente e a idéia da universidade no Brasil.**
- II. A concepção da Universidade Brasileira e o Modelo Paulista. O dimensionamento e a localização da Cidade Universitária da USP.**
- III. Os primeiros planos físicos para a Universidade do Brasil e para a Universidade de São Paulo.**
- IV. Um modelo físico para a universidade brasileira: o Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília.**

4

VOLUME 2

- V. Um novo modelo de integração universitária e de convivência para a Cidade Universitária da USP. O Setor de Humanas. O core.**
- VI. A expansão da demanda pelo ensino superior e a Reforma Universitária. A alteração do projeto da Cidade Universitária da USP.**
- VII. Comentários finais e conclusões.**

Introdução

I. A tradição da faculdade profissional independente e a idéia da universidade no Brasil. *Período:* século XVIII até os anos 30.

Antecedentes da criação da universidade brasileira e a Universidade do Rio de Janeiro
As instituições independentes e sua localização na Cidade de São Paulo.

II. A concepção da Universidade Brasileira e o Modelo Paulista. O dimensionamento e a localização da Cidade Universitária da USP.

Período: anos 20 e 30 do século XX.

Os debates da década de 20 em São Paulo e no Rio de Janeiro para definição de um modelo de universidade.

A legislação sobre a Universidade Brasileira. O Modelo de 1931.

O Modelo Paulista de 1934.

A Universidade do Distrito Federal.

A escolha do sítio para a Universidade do Brasil.

Os primeiros estudos para a localização da Cidade Universitária da USP.

III. Os primeiros planos físicos para a Universidade do Brasil e para a Universidade de São Paulo.

Período: dos anos 30 até a década de 50 do século XX.

Os primeiros planos para a Universidade do Brasil.

Os projetos para a Universidade de São Paulo.

IV. Um modelo físico para a universidade brasileira: o Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília.

Período: anos 60 do século XX.

A concepção acadêmica da UnB: o sistema integrado de Institutos Centrais, Faculdades Profissionais e Órgãos Complementares.

A concepção do Instituto Central de Ciências (construção de 1963 a meados da década de 70): o espaço físico do ensino básico, comum a diversas faculdades, e da convivência dos dois anos iniciais.

O campus da UnB e o ICC após 1964; a Reforma Universitária.

V. Um novo modelo de integração universitária e de convivência para a Cidade Universitária da USP. O Setor de Humanas. O core.

Período: final da década de 50 e anos 60 do século XX.

A transição para a Arquitetura Moderna nos projetos para a Cidade Universitária da USP e em outras universidades brasileiras.

A redefinição do plano físico da Cidade Universitária da USP a partir de um novo modelo para a Universidade de São Paulo:

a integração universitária por setor do conhecimento.

O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1962) e a Cidade Universitária.

O Setor de Humanas. O core.

VI. A expansão da demanda pelo ensino superior e a Reforma Universitária. A alteração do projeto da Cidade Universitária da USP.

Período: últimos anos da década de 60 e anos 70 do século XX.

A pressão pela expansão das vagas no ensino público superior e a Reforma Universitária. As novas diretrizes legais: a plena utilização dos recursos materiais e humanos e o retorno da questão dos cursos básicos.

O abandono do princípio da convivência do Modelo Paulista: o esvaziamento (ou a destruição) do alojamento universitário da USP e do Setor de Convivência Central por motivos políticos. O Centro Esportivo como único espaço coletivo.

A alteração do projeto do Setor de Humanas na USP. A desativação das faculdades da Rua Maria Antônia.

Sistemas construtivos modulares expansíveis para o edifício universitário na USP: a execução por etapas segundo as disponibilidades orçamentárias.

VIII. Comentários finais e conclusões

Período: década de 70 ao início do século XXI.

A expansão das Instituições de Ensino Superior na cidade de São Paulo.

A expansão de vagas na USP. A USP na Zona Leste da cidade de São Paulo: a questão da integração universitária.

Comentários finais e conclusões.

INTRODUÇÃO

Sobre a Tese

A questão central que orientou o presente trabalho foi a relação entre o modelo da Universidade de São Paulo e a sua expressão física, a Cidade Universitária. Esta tese demonstra que dois princípios essenciais da concepção da Universidade de São Paulo, a integração universitária e a convivência formadora do espírito universitário, não chegaram a se concretizar nos espaços da Cidade Universitária.

O sentido da expressão "integração universitária" utilizada neste trabalho é o oposto da existência de faculdades isoladas e auto-suficientes, totalmente responsáveis pela formação de seus alunos e pelo gerenciamento de espaços e instalações.

Foram destacados dois períodos na História da Universidade de São Paulo mais significativos para a comprovação da tese: a Fundação e a Reforma. Constatou-se que houve ruptura do modelo da Universidade de São Paulo e da concepção do plano físico da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira".

A permanência da situação de isolamento das faculdades e escolas muito após a criação da Universidade, a substituição do modelo universitário, e as sucessivas alterações no plano da Cidade Universitária do Butantã foram fatores que contribuíram para a dissociação entre os princípios citados e o espaço que os deveria expressar.

A presente tese se limita às instalações da Universidade de São Paulo na Capital do Estado.

Algumas obras consultadas ao longo deste trabalho tratam do modelo pedagógico para a universidade brasileira e em especial do modelo para a Universidade de São Paulo; outras obras tratam de planos físicos e projetos para a Cidade Universitária da USP, mas sem explicitar a relação entre a estrutura pedagógica e a estrutura física. A inter-relação entre estes dois enfoques é o que se buscou na presente tese.

As seguintes obras foram fundamentais para a explicitação do modelo pedagógico, esclarecendo sobre a concepção da Universidade Brasileira, em especial da Universidade de São Paulo, e sobre a Reforma Universitária:

- ANTUNHA, Heladio Cesar Gonçalves. *Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma*. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste - CRPES, Série I – Estudos e Documentos; Vol. 10, junho de 1974.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982. Texto: Por uma Universidade no Rio de Janeiro, de Antônio Paim.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *Educação Superior no Brasil*. [Rio de Janeiro]: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação e Universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. São Paulo: Paz e Terra, 1991 (5ª. edição; original de 1967).

A pesquisa de Antônio Paim esclarece a resistência à criação de universidades no Brasil e a preferência por instituições superiores independentes.

Souza Campos na sua obra de 1940 traz resultados selecionados do inquérito sobre educação superior da Associação Brasileira da Educação em 1920 e do inquérito sobre o mesmo tema promovido pelo jornal "O Estado de São Paulo" em 1926.

Anísio Teixeira lança luz sobre a Reforma Universitária e Darcy Ribeiro sobre o modelo da Universidade de Brasília, completamente integrado.

A obra citada de Antunha discorre sobre os objetivos da Universidade de São Paulo em dois momentos críticos, o da fundação e o da Reforma Universitária, auxiliando a tarefa aqui proposta de verificar se os planos físicos para a Cidade Universitária explicitaram estas metas.

Sobre o tema

A Universidade foi instituída no Brasil somente no século XX, em geral aglutinando instituições de ensino de nível superior existentes nas principais cidades brasileiras, como foi o caso da Universidade do Rio de Janeiro (depois denominada Universidade do Brasil), criada em 1920.

O modelo da universidade brasileira foi concebido nos debates sobre ensino superior promovidos na Capital da República e em São Paulo na década de 20 como uma instituição voltada à realidade nacional, pública, mas com autonomia, e integrada, com institutos de pesquisas e altos estudos além de escolas profissionais.

A cidade universitária foi o modelo físico indicado para a universidade pública brasileira como um meio para otimizar recursos humanos e instalações e promover o convívio, fazendo surgir o "espírito universitário". O convívio dos professores e alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos seria favorecido, entre outros fatores, pela proximidade dos edifícios e pela construção de vilas universitárias.

O plano de organização da Universidade de São Paulo, o chamado *Modelo Paulista*, estruturou esta universidade tendo como base a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, um instituto central, de caráter não profissional. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras seria a escola propriamente universitária da Universidade de São Paulo, a escola da integração universitária.

8

A construção da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo não foi iniciada até os anos cinqüenta¹, com exceção de algumas poucas obras realizadas na década anterior. Aspectos de diferentes naturezas contribuíram para isto:

- a) As sucessivas administrações estaduais paulistas não elegeram como prioridade a execução da Cidade Universitária;
- b) A necessidade de forte investimento inicial em infra-estrutura devido a aspectos físicos como a escolha do sítio em área não urbanizada e com várzea inundável;
- c) A resistência de parte das escolas tradicionais à transferência para a cidade universitária.

Parte das verbas estaduais destinadas à Universidade de São Paulo foram empregadas na manutenção das faculdades e escolas isoladas e mesmo na aquisição e construção de edifícios no centro urbano, ao invés de se concentrarem na implantação da Cidade Universitária. Também foram empregadas verbas públicas para desapropriação de áreas para ampliação da gleba da Cidade Universitária.

A área definida para a Cidade Universitária necessitou obras de aterro, canalização de córregos e execução de toda a infra-estrutura para viabilizar a implantação dos edifícios universitários. Parte desta infra-estrutura foi realizada nos anos de 1951 a 1954.

¹ Com um histórico similar de alterações a respeito da localização, programa e projeto, a Cidade Universitária da Universidade do Brasil somente é implementada a partir dos anos 50.

Quanto à integração universitária prevista no *Modelo Paulista*, houve resistências para que a Universidade de São Paulo deixasse de ser apenas um aglomerado de escolas. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que deveria ser a estrutura da integração universitária, passa décadas repartida em vários pontos dispersos pela cidade; as três principais instituições superiores de ensino (Faculdade de Direito, Escola Politécnica e Faculdade de Medicina) resistem a ter seus alunos preparados em cursos básicos comuns a toda a universidade, na Faculdade de Filosofia.

No Governo Carvalho Pinto, de 1959 a 1962, é feito um grande investimento para construir a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo. O Plano de Ação estadual destinou verbas significativas para instalar definitivamente a cidade universitária e transferir até 1962, para instalações modernas e adequadas, todas as faculdades e Institutos que deviam ali se localizar.

Com Antônio Barros de Ulhôa Cintra na Reitoria, o Professor Luiz Romeiro de Anhaia Mello na Diretoria da FAU e o Arquiteto Paulo de Camargo e Almeida na direção executiva do Fundo para Construção da Cidade Universitária, faz-se um esforço para realizar a tarefa. Os professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e outros arquitetos foram chamados a propor um novo plano para a Cidade Universitária e projetar os seus edifícios.

Norteando o planejamento físico da Cidade Universitária da USP no Butantã no início da década de sessenta havia as propostas feitas pelo arquiteto Hélio de Queiroz Duarte em 1956, dentre elas uma estruturação universitária que denominou "plausível": a associação de ensino e pesquisa e cursos básicos para conjuntos de faculdades agrupadas por área de estudo, uma vez que havia resistências a centralizá-los na Faculdade de Filosofia.

No Plano de 1961-62 para a cidade Universitária da USP consta o *core*, um espaço onde seria feita a junção dos contatos da população universitária, o que propiciaria a formação do espírito universitário e o desenvolvimento da consciência de grupo. O programa para o *core* incluía edifícios administrativos centrais, Biblioteca Central e Aula Magna, e o centro comercial e social da comunidade universitária. Ao lado do *core* estaria o setor residencial estudantil e os esportes competitivos. Na colina vizinha estaria situado o Setor de Humanidades, com os prédios de algumas seções da Faculdade de Filosofia e o edifício da Arquitetura.

No ano seguinte, em 1962, é criada a Universidade de Brasília com uma proposta de integração universitária total, baseada num sistema de Institutos Centrais (preparação intelectual e científica básica de todos os alunos), de Faculdades (ensino e treinamento profissional) e Unidades Complementares (cursos de formação profissional, de aperfeiçoamento, de especialização e de extensão cultural). O Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília, projetado por Oscar Niemeyer, surge como a expressão física desta estrutura acadêmica integrada.

A Universidade de São Paulo tinha uma significativa desvantagem em relação à sua congênere em Brasília em termos de integração universitária, que é o de ter sido criada a partir de faculdades e escolas existentes.

O golpe de Estado de 1964 e seus desdobramentos alteraram o modelo da universidade e sua implantação, posto que o controle deveria substituir a convivência. O planejamento de 1961-62 para a Cidade Universitária da USP foi abandonado e parte do existente foi descaracterizado.

Foram construídas instalações provisórias para trazer algumas faculdades para a Cidade Universitária, como a de Filosofia da Rua Maria Antônia, mas não se investiu em prosseguir a construção projetada para abrigar esta unidade, cujo estaqueamento para fundação chegou a ser executado.

A Reforma Universitária promovida pela União Federal ao final da década de 60 para responder à crescente demanda por vagas no ensino superior, previu ciclos básicos e vedou a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes na universidade pública. E impôs estas decisões também às universidades públicas estaduais, como a Universidade de São Paulo.

A Reforma Universitária reafirmou que a organização das universidades públicas deveria preservar a unidade de suas funções de ensino e pesquisa e assegurar a plena utilização de seus recursos materiais e humanos. O ensino e a pesquisa básicos deveriam ser concentrados em unidades que formariam um sistema comum para a universidade.

Estas imposições, no caso da USP, que agrupara em sua fundação diversas faculdades profissionais e que tentara integrá-las, sem sucesso, trouxeram novamente dois problemas, desta vez urgentes: disponibilizar espaços construídos para a instalação de cursos básicos e trazer as faculdades isoladas, como o restante da Escola Politécnica e a Faculdade de Direito, para a Cidade Universitária, onde poderiam compartilhar recursos materiais e humanos.

Foram instituídos cursos básicos e retomada a construção (ou complementação) da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, mas o *Modelo Paulista* foi abandonado definitivamente, com as diferentes seções da Faculdade de Filosofia tornando-se institutos independentes.

Visando construir por etapas, de acordo com a disponibilidade financeira e a necessidade de expansão, a Universidade de São Paulo realizou uma experiência construtiva na década de 70 baseada em um sistema modular expansível (horizontal e verticalmente). Esta experiência era originada em um sistema construtivo alemão e foi abandonada ao final dos anos 70 na USP por vários motivos, inclusive de ordem econômica.

Um reflexo da nova conjuntura política do país nos anos 60 e 70 foi o abandono da idéia de se promover o convívio universitário. Na USP, os projetos do Setor de Humanidades (à exceção do prédio da História e Geografia e o da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), o Centro de Convivência na área central, o Conjunto Residencial, foram abandonados. O conjunto residencial foi demolido em parte, alguns blocos foram abandonados inconclusos e outros foram reformados para acomodar outros usos². A convivência ficaria restrita ao setor esportivo.

A ditadura militar tomou medidas para acabar com a oposição nas universidades contra o regime, editando Atos que possibilitaram restringir a atuação discente e cassar professores. As mudanças às pressas das unidades no centro urbano para instalações improvisadas ou provisórias na Cidade Universitária da USP, a destruição do que havia sido realizado em termos de convivência e integração universitária fazem parte deste quadro.

Apesar da tentativa da União Federal de obter maior eficiência da universidade pública, o atendimento à demanda crescente por vagas no ensino superior coube à iniciativa privada, que em geral não realiza pesquisa e utiliza outros parâmetros para suas instalações físicas: maior adensamento, inserção em áreas urbanas consolidadas (uso de infra-estrutura existente) e por vezes reciclagem de edifícios.

Embora existam atualmente alguns ciclos básicos instalados na Cidade Universitária do Butantã, a integração universitária das escolas e faculdades da Universidade de São Paulo instaladas na Capital é limitada e não há instalações de uso comum, como uma biblioteca central ou uma secretaria acadêmica central. Quanto à convivência, pouco se fez além do retorno dos blocos do Conjunto Residencial para uso estudantil e da construção do setor esportivo.

Atualmente nos dois novos campi da Universidade de São Paulo, a USP Zona Leste e o Cidade Universitária II de São Carlos, está-se tentando resgatar o princípio da integração universitária.

² Alguns prédios do Conjunto Residencial foram recuperados para o uso original nos anos após a abertura política.

CAPÍTULO I

A tradição da faculdade profissional independente e a idéia da universidade no Brasil.

**Antecedentes da criação da universidade brasileira e a Universidade do Rio de Janeiro
As instituições superiores e sua localização na cidade de São Paulo**

Antecedentes da criação da universidade brasileira

A universidade é uma instituição típica da civilização europeia desde o período gótico¹. Até o século XI, a educação superior na Europa existia apenas nas escolas dos mosteiros, dos templos ou das catedrais. Na Antiguidade havia academias como a de Atenas e museus como o de Alexandria, ambos centros de debate e pesquisa, mas não verdadeiras universidades como as que surgiram na Idade Média, instituições de ensino superior constituídas pela agregação de várias escolas específicas, destinadas à formação de especialistas titulados.

As universidades mantiveram durante séculos a tradição de transmissão da cultura clássica e de formação de profissionais liberais, através de suas faculdades de Artes, de Teologia, de Direito e de Medicina. As suas características eram a relativa autonomia e a transcendência a valores locais (ou nacionais) e temporais.

Antes do século XIX, porém, as universidades sofreram pressões no sentido de se modernizarem, adotando o vernáculo ao invés do latim como a língua docente, e de introduzirem no seu currículo o estudo das novas línguas e literaturas nacionais e das artes, filosofia, e ciências modernas.

As duas reformas universitárias fundamentais que ocorrem no início do século XIX, a prussiana e a napoleônica, apresentavam como ponto comum a integração da universidade nos planos de reorganização da nação.

As universidades passam a ser instituições nacionais, a serviço da formação do cidadão e do profissional, embora procurando preservar os aspectos ecumênicos².

A organização francesa do ensino superior foi radicalmente modificada em 1808 quando Napoleão I, após o decreto da convenção que aboliu colégios e faculdades, sujeitou todo o programa de educação ao Estado. A França foi dividida em dezessete distritos ou academias que a partir de 1896 passaram a ser sede das universidades atuais³.

O primeiro centro de estudos criado na Alemanha foi o de Heidelberg em 1386, tendo a princípio as faculdades de artes, teologia e direito, vindo somar-se a estas a faculdade de medicina no ano seguinte. A universidade alemã esteve a serviço da igreja católica até a Reforma, quando algumas permaneceram ligadas ao catolicismo, outras seguiram o protestantismo, até serem absorvidas pelo Estado. A faculdade de filosofia veio juntar-se as tradicionais faculdades alemãs de teologia, direito e medicina, para agregar a ciência moderna à universidade alemã⁴.

As universidades norte-americanas, transplantadas da Inglaterra, evoluíram a partir do século XIX, sofrendo primeiro a influência francesa no tempo de Thomas Jefferson (presidente dos Estados Unidos de 1801 a 1809, fundador da Universidade de Virgínia), passando depois a ter como modelo para sua organização a universidade alemã. Assim, primeiro havia as escolas de teologia, direito e medicina, tomando, mais tarde, grande incremento os departamentos de ciências puras e aplicadas, criando-se finalmente a *graduate school*, cujos estudos baseavam-se nas faculdades de filosofia das universidades alemãs, oferecendo oportunidade para estudos avançados em artes, ciências e investigações científicas⁵.

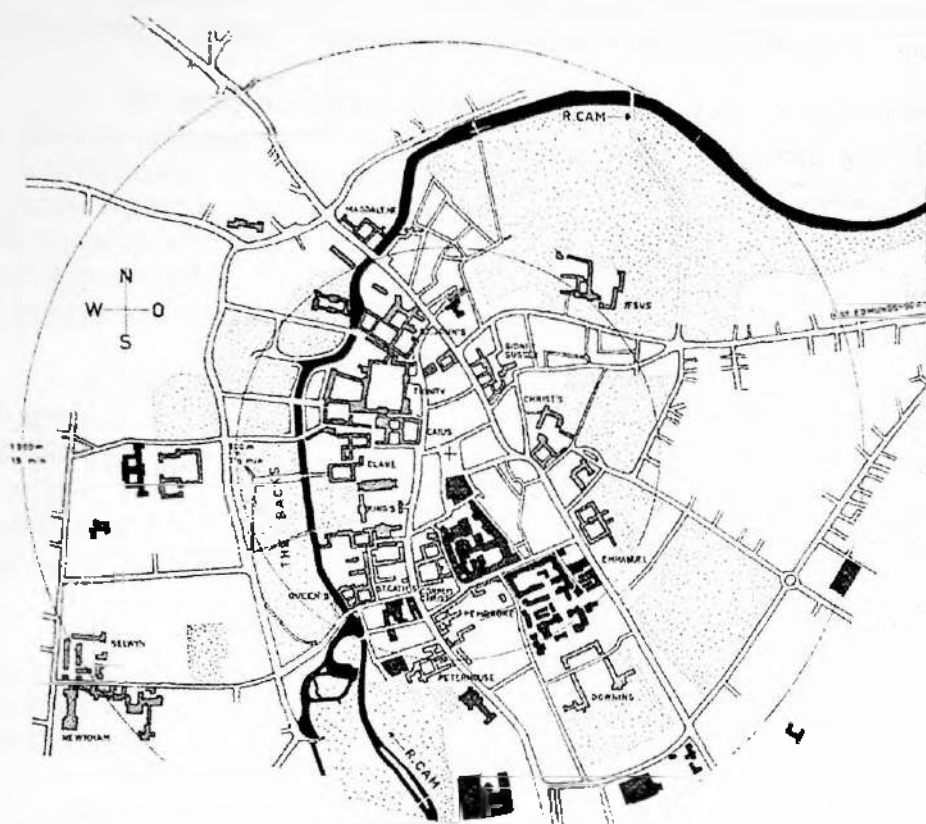
¹ A primeira universidade foi a de Bolonha, no século XI, seguindo-se as de Paris, no século XII, Pádua, Nápoles, Siena, Oxford, Cambridge e Lisboa, no século XIII, Pisa, Praga, Viena, Heidelberg e Colônia, no século XIV, Barcelona, no século XV, etc. As primeiras universidades fora da Europa foram as de San Marcos (Peru), Santo Domingo e México no século XVI, Bogotá e Harvard no século XVII e Yale, Havana, Santiago e Philadelphia no século XVIII.

² (ANTUNHA, 1974, pp. 11 a 13).

³ (CAMPOS, 1940, p. 367).

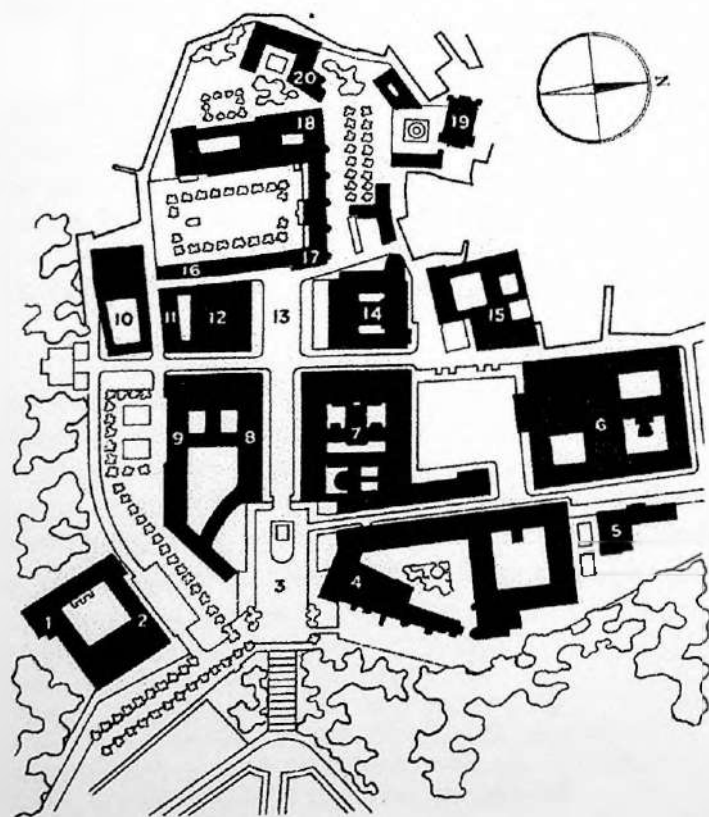
⁴ (CAMPOS, 1938, pp. 65 a 68).

⁵ (CAMPOS, 1940, pp. 369 e 370).



Cambridge, Inglaterra
 Fonte: PETERS, 1973, p. 13.

13



Cidade Universitária da Universidade de Coimbra.
 Fonte: SILVA, 1950, fig. entre pp. 22 e 23.

Legenda:

- | | |
|----------------------------------|-----------------------------|
| 1. Instituto de Botânica | 11. Arquivo |
| 2. Associação Acadêmica | 12. Biblioteca |
| 3. Praça D. Diniz | 13. Praça da Porta Férrea |
| 4. Hospitais | 14. Faculdade de Letras |
| 5. Museu Histórico | 15. Museu Machado de Castro |
| 6. Faculdade de Ciências | 16. Secretaria |
| 7. Faculdade Ciências e Medicina | 17. Reitoria |
| 8. Faculdade de Medicina | 18. Faculdade de Direito |
| 9. Clínicas | 19. Sé Velha |
| 10. Residência de estudantes | 20. Casa dos Professores |

No caso de Portugal, a reforma do Marquês de Pombal em 1772 virtualmente destruiu a universidade tradicional portuguesa, sendo a escolástica jesuítica substituída pelo ensino baseado na ciência aplicada, com o objetivo de identificar e explorar as riquezas naturais do Reino.

O ensino universitário português foi subdividido em ciências teológicas (Faculdade de Cânones e de Leis) e ciências naturais e filosóficas (Faculdade de Medicina, de Matemática, e de Filosofia). A Filosofia, voltada para o conhecimento da natureza, formaria agrônomos, botânicos, naturalistas, mineralogistas e metalurgistas. As ciências naturais constituíam o cerne da universidade e seu ensino foi voltado para a aplicação. Foram fundados um observatório, um gabinete de física, um laboratório químico e um jardim botânico e contratados famosos professores italianos. Já no início do século XIX Portugal reunia numeroso grupo de naturalistas de reconhecido prestígio na Europa⁶.

A elite portuguesa formada na universidade pombalina e que chega ao poder passa a preferir o ensino superior em estabelecimentos isolados ao invés da universidade como instituição integrada, já que o enfoque adotado era o de ciência aplicada. Este foi o modelo adotado no Brasil quando da transferência da família real e mantido após a Independência. Mais tarde o menosprezo pela universidade seria fundamentado pelos positivistas, facção ascendente da intelectualidade brasileira, sendo somada à tradição anterior de conceituação da universidade como elitizante e promotora de saber ornamental⁷.

Nas primeiras décadas da República não houve a criação de universidades no Brasil e a defesa da idéia de universidade acabaria sendo um prolongamento da luta que se travou contra os positivistas na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A universidade era entendida pelos seus defensores como o lugar da ciência, além da formação profissional⁸.

Para Augusto Comte as ciências achavam-se constituídas, razão pela qual interdita a investigação de vários temas (rotulando-os de "metafísicos"), justamente o rumo que a nova física havia tomado. Isto gerou insatisfação entre os que se interessavam por ciência no Brasil, que reagiram contra a influência do positivismo. Um dos engenheiros formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Roberto Marinho de Azevedo, iria se destacar na difusão da teoria da relatividade, cuja validade era contestada pelos positivistas, os quais desfrutavam à época ainda de muito prestígio no ensino militar e, em geral, na matemática e nas escolas de engenharia⁹.

Algumas iniciativas em prol da criação da universidade no Brasil, no entanto, chegaram a surgir na última década do século XIX. O ministro da Justiça e Negócios Interiores, José Joaquim Seabra, encarregou o professor Azevedo Sodré de elaborar um projeto de universidade, submetido à Câmara em 1903. O projeto Azevedo Sodré estabelecia como a principal função da universidade "Ministrar a instrução secundária e superior por intermédio de suas faculdades, tendo em mira dar ao ensino um cunho eminentemente prático e profissional, e promovendo ao mesmo tempo, por um estímulo bem conduzido, pela emulação e distribuição de prêmios, o progresso das ciências no Brasil e a constituição de uma literatura científica nacional"¹⁰.

A três de maio de 1916 é fundada a Academia Brasileira de Ciências (ABC), com a denominação de Sociedade Brasileira de Ciências, por um grupo de professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A nova entidade vincula-se estreitamente ao Instituto Franco Brasileiro de Alta Cultura, que iria patrocinar amplo intercâmbio entre cientistas brasileiros e franceses. Em maio de 1925 promoveu-se a vinda ao Brasil de Albert Einstein. Em 1923 a Academia Brasileira de Ciências reivindicou uma universidade que desse lugar ao culto da ciência pura, sem vínculos imediatos com a aplicação. Neste sentido, em vista da reforma de ensino que se cogitava, sugeriu ao ministro do Interior a criação de uma Faculdade Superior de Ciência¹¹.

⁶ (PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, p. 19).

⁷ (PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, p. 17).

⁸ (PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, pp. 17 e 18).

⁹ (PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, pp. 28, 36 e 37).

¹⁰ (apud PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, pp. 26 e 27).

¹¹ (PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, pp. 29 e 30).

A tradição brasileira de ensino superior era, entretanto, a dos institutos e faculdades independentes. Quando enfim se logrou a criação das primeiras universidades no Brasil no início do século XX e ainda por várias décadas, o ensino superior continuou sendo ministrado como antes nas tradicionais escolas profissionais, como Engenharia e Medicina, que continuaram isoladas física e academicamente daquelas que seriam instituições de fato universitárias.

A primeira universidade pública brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 7 de setembro de 1920 pelo Presidente da República Epitácio Pessoa, ficou limitada à reunião de três faculdades de cunho profissional já existentes: a Escola Politécnica, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina. Assim, a Universidade do Rio de Janeiro não fazia jus ao nome, pois não passava de um aglomerado de escolas independentes.

As instituições superiores e sua localização na cidade de São Paulo

Foram criadas instituições de pesquisa e de formação profissional superior independentes na cidade de São Paulo, ao final do século XIX.

Uma instituição de pesquisa criada em 1891 pelo Governo de São Paulo foi o Instituto Bacteriológico de São Paulo (depois denominado Adolfo Lutz), que contratou o preparador do Instituto Pasteur e doutor em Ciências Naturais Felix Le Dautre, indicado para esta tarefa no Brasil pelo próprio Pasteur.

15

Le Dautre assumiu a direção do Instituto Bacteriológico em 1892, indicando como sub-diretor Adolfo Lutz, que o sucedeu quando de seu retorno à França em 1893. Lutz foi efetivado dois anos depois, em 1895. No ano seguinte o Instituto Bacteriológico instalou-se num edifício próximo do Hospital do Isolamento, no Araçá.

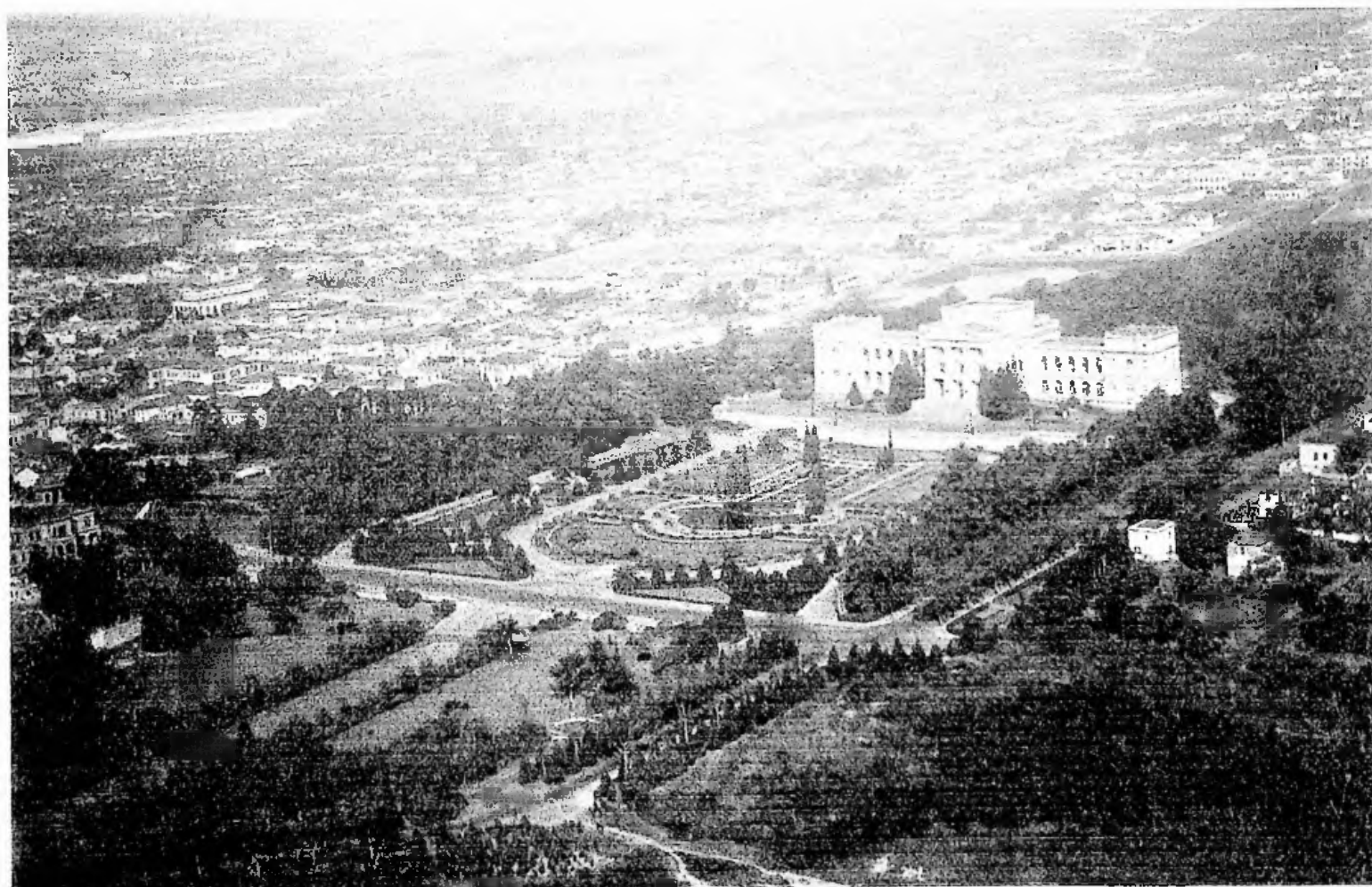
Em 1925 o Instituto Bacteriológico foi incorporado ao Instituto Butantã, mas em 1931 voltou a funcionar ao lado do Hospital do Isolamento, no Araçá. Mudou-se para um prédio novo, perto da Faculdade de Medicina, no início dos anos 40¹².

O Museu Paulista foi fundado em 1893 e teve como acervo inicial uma coleção particular ofertada ao Governo de São Paulo três anos antes, que se compunha de espécimes naturais, documentos etnográficos e da História de São Paulo e do Brasil.

¹² (CAMPOS, 1941, pp. 501 a 503).

O Governo de São Paulo destinou para sede do novo museu neste mesmo ano de 1893 o edifício construído na colina do Ipiranga, em comemoração da independência nacional¹³. Este edifício já fora destinado por lei de 1885 da Assembléia Provincial a um estabelecimento científico, onde se fizesse o ensino das ciências naturais e das ciências físicas e matemáticas¹⁴. Em 7 de setembro de 1894 realizou-se a inauguração do museu, sob o nome de Museu Paulista. Em 1963 o Museu Paulista foi incorporado à Universidade de São Paulo.

Em 1939 foi desmembrada do Museu Paulista a sua Secção de Zoologia, que passou a constituir o Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura, transferido para prédio próprio em 1941 no Bairro do Ipiranga, próximo ao Museu Paulista¹⁵. Desde 1969 é o Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, ocupando o mesmo prédio.



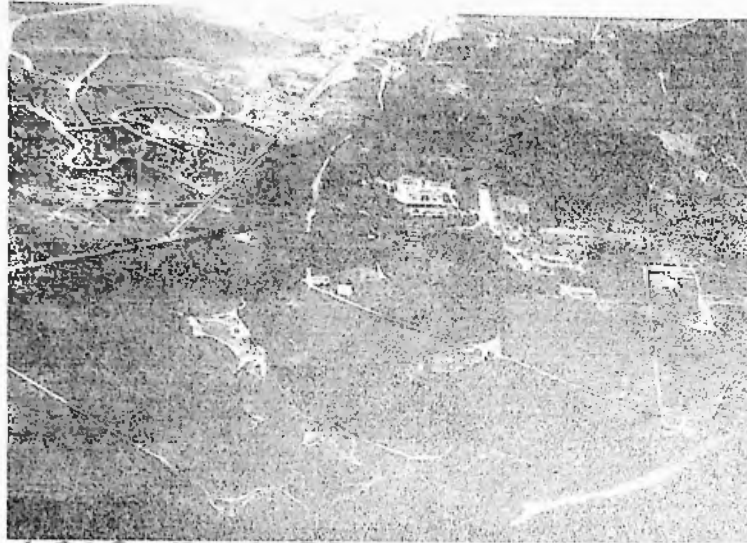
Museu Paulista,, incorporado à USP em 1963, em aerofoto ENFA 1939-1940. Fonte: IGC

¹³ Este edifício, conhecido como Monumento do Ipiranga, foi projetado pelo arquiteto estrangeiro radicado no Rio de Janeiro Tommaso Gaudêncio Bezzi e construído de 1885 até 1890.

¹⁴ (CAMPOS, 1941, pp. 429 a 439).

¹⁵ (CAMPOS, 1954, p. 505 e *site* do MZ-USP).

O Instituto Butantã, outra instituição independente de pesquisa, foi criado por Emilio Ribas em 1899 tendo como tarefa inicial a preparação de vacina contra a peste bubônica que então havia na cidade de Santos.



Instituto Butantã, aerofoto ENFA 1939-1940. Fonte: IGC



Outro exemplo de instituição independente de pesquisa é o Instituto Biológico de São Paulo.

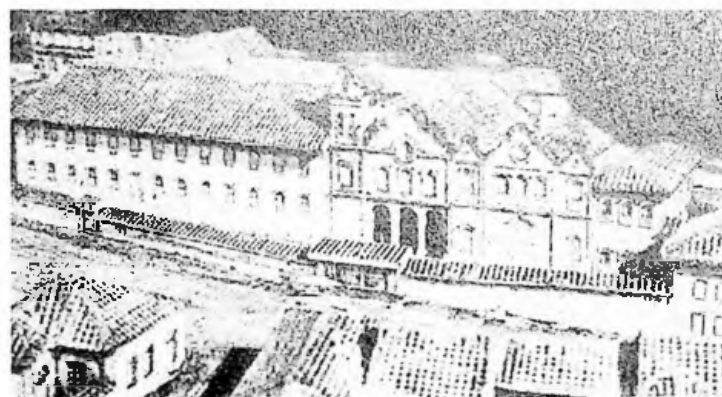


Instituto Biológico, aerofoto ENFA 1939-1940. Fonte: IGC

O Instituto Biológico teve início em uma comissão técnica destinada a dar combate à broca do café, organizada em 1924 sob a direção de Artur Neiva, assistente-chefe do Instituto Oswaldo Cruz, a convite do Governo de São Paulo.

Com o apoio do Secretário da Agricultura Fernando Costa, depois Ministro da Agricultura, a comissão foi sucedida por uma instituição permanente de defesa agrícola e animal: o Instituto Biológico de São Paulo¹⁶, criado em 1927 a partir da Secção de Botânica do Museu Paulista.

Além das instituições de nível superior dedicadas à pesquisa, havia também na Capital quatro escolas públicas de nível superior, independentes, que precederam a criação da Universidade de São Paulo, dentre elas a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina.



Academia de Direito entre 1827 e 1890 (antigo convento colonial)
Fonte: Faculdade de Direito, 1997, p. 4



Faculdade de Direito USP – Aspecto da nova construção
Fonte: Faculdade de Direito, 1997, p. 4



Faculdade de Direito USP – Aspecto da nova construção (da esq. para dir. 15/08/1933, 26/02/1934 e 23/11/1937)
Fonte: MARTINS; BARBUY, 1998, p. 182

¹⁶ CAMPOS, 1941, pp. 517 e 518.

A Faculdade de Direito de São Paulo foi criada por lei imperial em 11 de agosto de 1827 (a mesma lei criou outro curso de ciências jurídicas e sociais na cidade de Olinda, Pernambuco) e inaugurada no ano seguinte, ocupando o convento de São Francisco, na área urbana central. O convento foi cedido ao governo imperial pela Ordem de São Francisco.

Quando adveio a República a Faculdade de Direito permaneceu na esfera federal até ser incorporada à Universidade de São Paulo em abril de 1934, pelo Decreto Federal nº 24.102 assinado por Getúlio Vargas. Era natural que a Faculdade de Direito, uma das forças propulsoras da Revolução Constitucionalista de 1932, preferisse se juntar às outras duas grandes escolas profissionais paulistas, a Escola de Medicina e a Escola Politécnica, na formação da Universidade de São Paulo.

O prédio do convento, ao lado das igrejas de São Francisco e da Ordem Terceira dos Franciscanos, foi demolido e substituído pelo prédio atual, de autoria do engenheiro-arquiteto Ricardo Severo¹⁷. A demolição e a reconstrução do prédio da faculdade se prolongou de 1932 até 1938 – ou seja, mesmo após a criação da Universidade de São Paulo em 1934 – e se deu por blocos, para permitir a continuidade dos cursos.

Em 1935, durante a gestão do primeiro reitor da USP (o professor Reynaldo Forchat, que provinha da Faculdade de Direito, reitor de 1934 a 1937), e em meio à controvérsia causada pela demolição final do convento que a abrigara, a Congregação da Faculdade pronunciou-se por unanimidade de votos contra a transferência para a futura cidade universitária.



Faculdade de Direito USP – Anexo conectado em 1995 com passarela
Fonte: arquivo da autora, 2003.

¹⁷ Ricardo Severo era originário da cidade do Porto, Portugal, onde fez seus estudos. No Brasil tornou-se sócio e mais tarde sucessor de Ramos de Azevedo em seu escritório. Ricardo Severo e Victor Dubugras, outro colaborador de Ramos de Azevedo, foram os precursores do estilo neocolonial; no caso de Severo parece natural inspirar-se nos modelos de sua terra natal, que também correspondia ao passado cultural brasileiro. Mas não foi em São Paulo que o neocolonial se expandiu e sim no Rio de Janeiro, onde teve como defensor o crítico de arte e teórico José Mariano Filho; a volta às fontes da arquitetura "nacional" oferecia à elite intelectual da capital do país um meio de afirmar a personalidade brasileira (BRUAND, 1981, pp. 46 a 55).

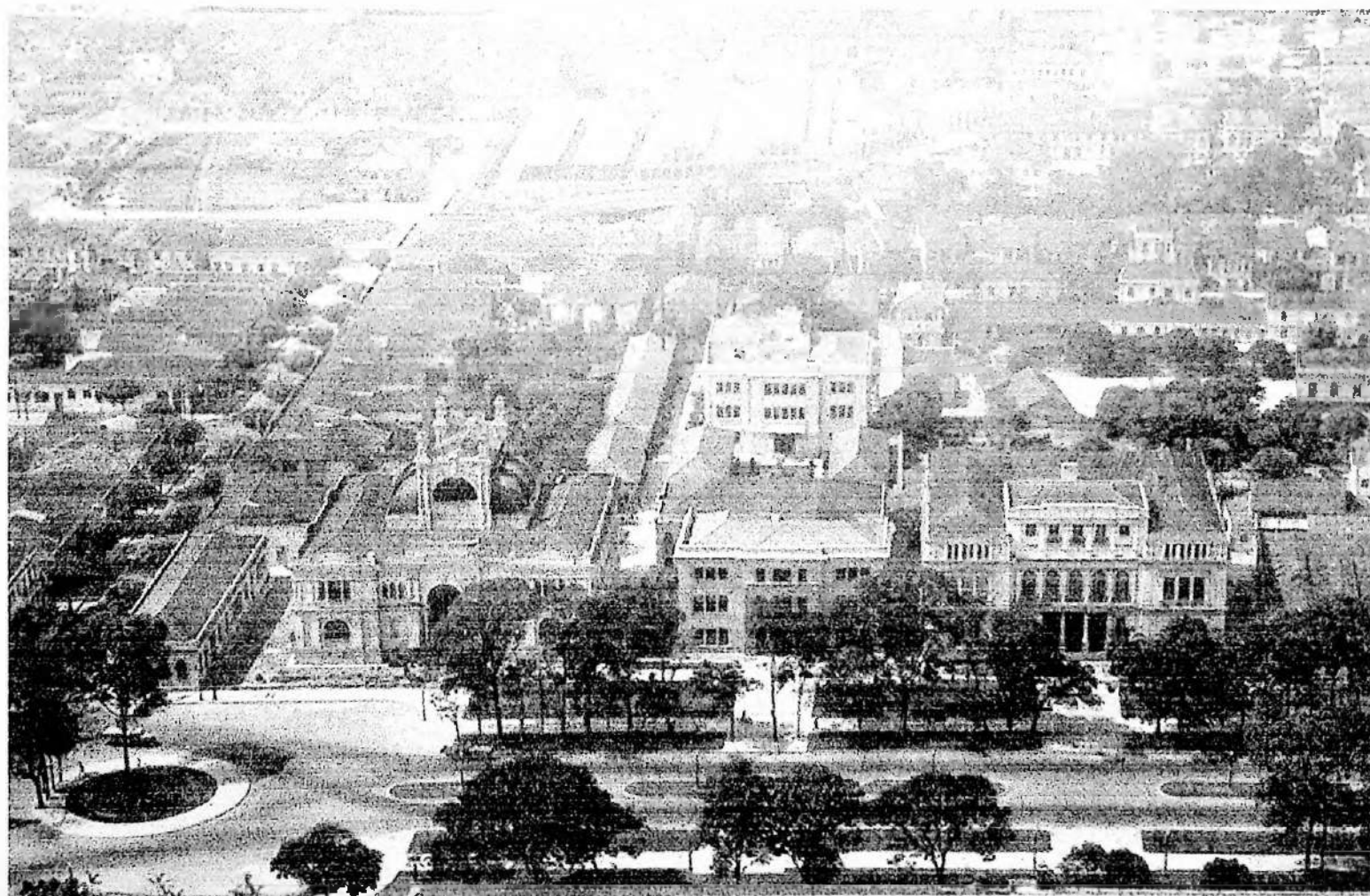


Escola Politécnica

Esquerda: Laboratórios – Edifício Paula Souza / inaugurado em 1899 – Projeto do Ramos de Azevedo. Fonte: *Cidade* ano V n.5, jan 1998, p. 125.

Centro: Edifício "Paula Souza", com acréscimo de terceiro pavimento ao corpo central. Fonte: CARVALHO, 2000, p. 165.

Direita: Edifício Santiago, inaugurado em 1945 – Projeto de José Maria da Silva Teles. Fonte: arquivo da autora, 2002.



Escola Politécnica: da esquerda para a direita Edifício Ramos de Azevedo, IPT, Edifício Paula Souza. Aerofoto ENFA 1939-1940. Fonte: IGC.

Foi construído de 1895 a 1899 um prédio (atual edifício "Paula Souza") de três pavimentos, projetado em estilo renascentista pelo estúdio Ramos de Azevedo, além de dois pavilhões térreos. Um dos pavilhões foi destinado ao Gabinete de Resistência dos Materiais, futuro Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT e o outro

para as oficinas de Mecânica e de Carpintaria; ambos foram demolidos, cerca de 1938 e em 1944, para dar lugar a prédios maiores.

Outros prédios seriam construídos, como o edifício "Ramos de Azevedo", concluído em 1920, e o edifício "Rodolpho Batista de São Thiago". O edifício São Thiago, projetado por José Maria da Silva Teles em quatro pavimentos, no terreno antes ocupado pelo Solar do Marquês de Três Rios e pelo pavilhão das oficinas de Mecânica e de Carpintaria, foi inaugurado em 1945¹⁹ (atualmente é utilizado pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC / SP).

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT tornou-se uma autarquia estadual em 1944, instalando-se na Cidade Universitária em terreno reservado para seu uso.

Em 1952 foi lançada a pedra fundamental do Pavilhão de Máquinas do Instituto de Eletrotécnica²⁰ na Cidade Universitária.

O primeiro departamento da Escola Politécnica a se transferir para a Cidade Universitária foi o de Matemática e das aulas de Desenho e Descritiva, do Biênio Fundamental (ciclo básico).

Em 1965 as aulas dos Cursos de Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Engenharia Naval foram transferidas para a Cidade Universitária. Em 1966 foi a vez do Departamento de Engenharia Química, que se mudou para os blocos 18 a 22 do Conjunto das Químicas.

O edifício do Departamento de Engenharia Metalúrgica foi inaugurado na Cidade Universitária em 1967 e no ano seguinte foi concluído o edifício da Engenharia de Minas. A Engenharia Civil foi o último departamento a se mudar, em 1973.

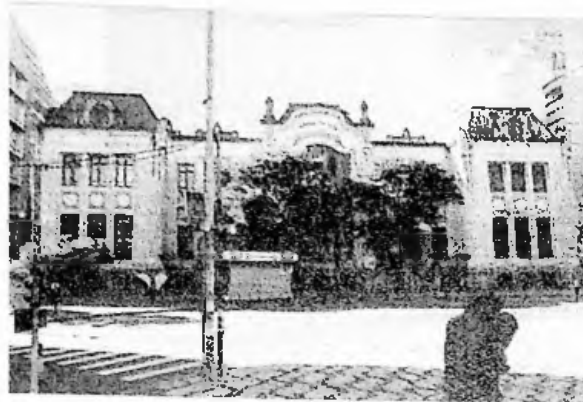
Embora a criação de uma "Escola de Medicina e Cirurgia de São Paulo" tenha ocorrido em 1891, somente em dezembro de 1912 uma lei sancionada pelo Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves efetivava a implantação da "Faculdade de Medicina e Cirurgia".

Até março de 1914 a Faculdade de Medicina funcionou parte na Escola Politécnica (instituição pública estadual) e parte na Escola de Comércio Álvares Penteado (privada)²¹. Após esta data a Escola transferiu-se para sede própria, em prédios residenciais adaptados, situados na Rua Brigadeiro Tobias, número 1, 42 e 45.

¹⁹ Desde 1934 a Escola Politécnica integrava a Universidade de São Paulo, mas não investia em sua mudança para a Cidade Universitária.

²⁰ O Instituto de Eletrotécnica fora o Gabinete de Eletrotécnica criado em 1912 na Escola Politécnica. Foi transformado em instituto anexo à Escola Politécnica por decreto de 1940.

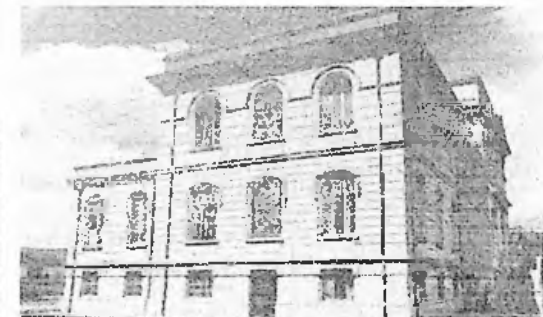
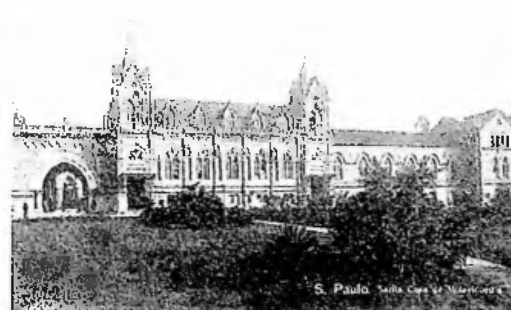
²¹ A Escola de Comércio Álvares Penteado, instituição privada construída pela filantropia do Conde Álvares Penteado (o projeto do edifício é de autoria de Karl Eckeman), iniciou seus cursos utilizando espaços emprestados da Faculdade de Direito, situando-se posteriormente em edifício próprio. Neste prédio da Escola de Comércio Álvares Penteado, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo realizou seus cursos na década de 40.



Escola de Comércio Álvares Penteado. Fonte: arquivo da autora, 2003.

Em 1915 para começar o ensino clínico foi estabelecido um acordo entre o Governo de São Paulo e a Mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia: no Hospital Central instalaram-se todas as clínicas com exceção da obstétrica e da psiquiátrica, a primeira alojada na Maternidade de São Paulo e a segunda no Juqueri e no Recolhimento de Perdizes.

As cadeiras de laboratório estavam, porém, mal acomodadas e a última a ser criada, a de Medicina Legal, teve que compartilhar do laboratório anátomo-patológico da Santa Casa. Para as cadeiras de laboratório foi então pensado um novo prédio, nos terrenos do Araçá, que pertenciam ao Hospital do Isolamento e que fizeram parte da antiga chácara dos Pinheiros.

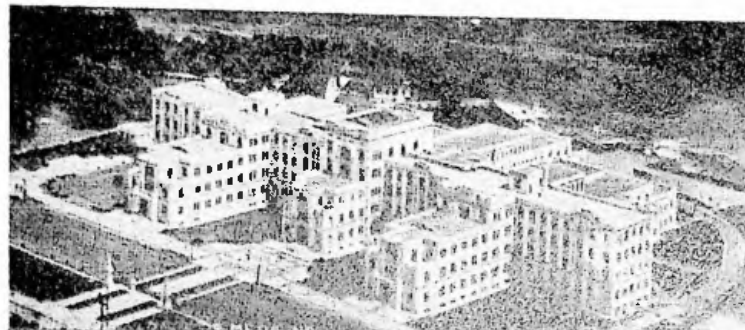


Esquerda: Faculdade de Medicina à Rua Brigadeiro Tobias, 45. Fonte: USP. A PREFEITURA, 1985, p. 27.

Centro: Santa Casa de Misericórdia. Projeto de Luis Pucci. Fonte: TOLEDO, 1996, p. 52.

Direita: Instituto Oscar Freire. Projeto de Ramos de Azevedo. Fonte: São Paulo. Governo. Condephaat, 1981, p. 1.

Em 1919 foi lançada a pedra fundamental do prédio projetado por Ramos de Azevedo para abrigar os Laboratórios da Faculdade de Medicina, no terreno do Araçá. No entanto, decidiu-se que deveria ser feito outro projeto, com um partido diferente (não seria em pavilhões isolados). O primeiro e único bloco do projeto de Azevedo a ser construído foi destinado à Medicina Legal, atual Instituto Oscar Freire. A Medicina Legal funcionara a partir de 1914 nas instalações da Rua Brigadeiro Tobias e de 1918 a 1921 na Santa Casa de Misericórdia (outro empréstimo de área), mudando-se em definitivo para o Araçá em 1931.



Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Edifício inaugurado em 1931.
Esquerda: Fonte: CAMPOS, 1940, figura antes de p. 136.
Direita: Aerofoto ENFA 1939-1940. Fonte: IGC.

Em 1921 tiveram início os entendimentos com a Fundação Rockefeller para instalação definitiva da Faculdade de Medicina em uma sede especialmente construída para este fim. A fundação fez três exigências para fornecer os recursos: limitação do número de alunos, instituição do regime de tempo integral para as cadeiras de laboratório e construção de hospital próprio da Faculdade, ligado aos laboratórios de ensino.

Em 1928 foi lançada a pedra fundamental do atual edifício da Faculdade de Medicina (laboratórios e administração) no Araçá. Esse prédio foi inaugurado em 25 de janeiro de 1931 com grande repercussão no principal jornal do período, *O Estado de São Paulo*.

Em 1938 foi a vez da pedra fundamental do hospital incluído no compromisso com a Fundação Rockefeller. O Hospital das Clínicas foi inaugurado em 19 de abril de 1944, para onde foram transferidas as cátedras de clínicas que funcionavam na Santa Casa de Misericórdia. A Universidade de São Paulo já havia sido criada desde 1934, mas a instalação do Centro Médico prosseguiu independente deste fato.

Outras instituições de ensino superior já existentes quando da criação da USP eram:

- a) A Faculdade de Medicina Veterinária, criada em 1919; passou dois anos em um imóvel alugado após sua incorporação à USP (em dezembro de 1934) e se estabeleceu em 1937 em sede própria no bairro do Cambuci, de onde só saiu premida pela Reforma Universitária para ocupar pavilhões provisórios na Cidade Universitária²²;
- b) A Faculdade de Farmácia e Odontologia, entidade particular de sua fundação em 1898 até 1934 quando foi incorporada à USP; ocupou o prédio desapropriado para seu uso no bairro do Bom Retiro, promovendo reformas e ampliações em 1938 e a inauguração de novas construções nos anos quarenta e em 1951²³.

²² Esta Faculdade teve início em 1919 como Instituto de Veterinária, subordinado à Secretaria da Agricultura, destinado a ministrar um curso específico, de três anos de duração. Em 1928 foi transformado em Escola de Medicina Veterinária, com o curso ampliado para quatro anos. Em 1934 foi transferida para a Secretaria da Educação. Ainda em 1934, voltou a ser subordinada à Secretaria da Agricultura. Após sua incorporação à USP, a Faculdade de Medicina Veterinária foi instalada em 1935 em um prédio arrendado pelo Estado à rua São Luiz e mudou-se em 1937 para instalações próprias à rua Pires da Motta, 159, entre ruas Tenente Azevedo e Bueno de Andrade, no Cambuci (terreno de 1,94 hectares; em 1969 havia cerca de 5.900 m² de área construída). No início dos anos 1950 o prédio do Departamento de Zootecnia estava construído na Cidade Universitária, iniciando-se a transferência das instalações da Faculdade. Em 1968, o nome da instituição foi modificado para Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo. (CAMPOS, E. S. História da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1954. p. 448-449 / site da FMVZ-USP / Processo USP 46.1.2178.1.7).



Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP (cerca de 1940).
Fonte: CAMPOS, 1941, figura após p. 178.

Algumas escolas não cogitavam de sair dos locais onde se situavam, pois sua escolha tinha uma lógica própria: a Faculdade de Direito junto ao centro mais tradicional, ao Fórum; e Escola Politécnica em área de ocupação mais industrial e próxima do transporte ferroviário. A Faculdade de Medicina no Araçá, no terreno do Hospital do Isolamento (consolidando-se a permanência da faculdade no Araçá após a construção do Hospital das Clínicas).

Como foi visto, a Faculdade de Direito prosseguiu com a ampliação de sua sede apesar de já integrar a Universidade de São Paulo; a Escola Politécnica inaugurou um prédio no terreno da Luz em 1945, mais de uma década após a criação da Universidade de São Paulo. O Hospital das Clínicas foi inaugurado em 1944, no Araçá.

Se a Engenharia acabou por se deslocar para a Cidade Universitária em parte isto se deu pelo esgotamento do espaço que ocupava no bairro da Luz, apesar das sucessivas ampliações da área edificada. Enquanto a Faculdade de Medicina se obrigara a não ampliar o número de seus alunos, a Escola Politécnica foi a incubadora de faculdades e institutos que se tornaram independentes, como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o Instituto de Eletrotécnica, a Faculdade de Arquitetura, etc.

As novas instituições

As instituições que integraram a USP após 1934 foram as seguintes:

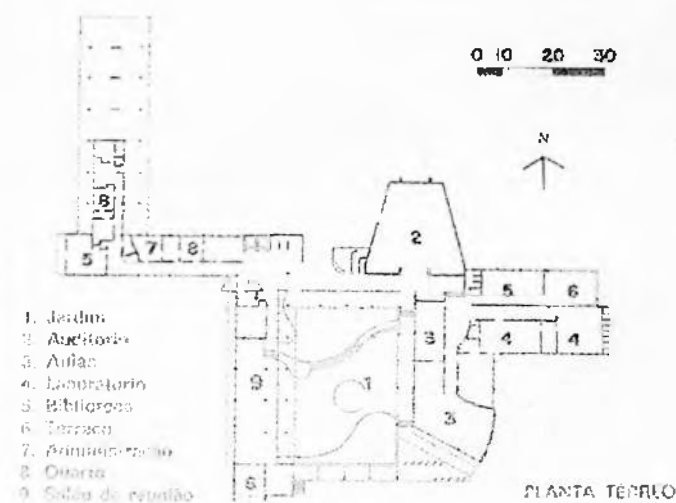
A Escola de Enfermagem criada em 1942 e instalada em prédio próprio no ano de 1947 nas proximidades da Faculdade de Medicina²⁴;

²³ Em 1938 o prédio e as instalações da faculdade no terreno da rua Três Rios (entre as ruas Correia de Melo e Correia dos Santos) foram remodelados, construindo-se um segundo pavimento, onde foram montados modernos laboratórios, salas de aula, clínicas e o salão nobre, e reorganizada a biblioteca. Entre 1941 e 1946 foi inaugurado o Pavilhão de Anatomia e de Prótese. Em 1948 teve início a construção do edifício de Farmacologia Experimental, concluído em 1951. Em 1966 a então Faculdade de Farmácia e Bioquímica foi transferida para os blocos do Conjunto das Químicas na Cidade Universitária.

²⁴ O projeto do novo prédio da Escola de Enfermagem à rua Enéas de Carvalho Aguiar, 119, de autoria do arquiteto Peter Pfisterer, "foi elaborado através do Serviço Especial de Saúde Pública, criado em 1942, com a cooperação do governo norte-americano e decorrente da assessoria técnica que este proporcionou-lhe, nos seus primeiros anos de funcionamento. Trata-se de um dos primeiros edifícios



Escola de Enfermagem da USP. Projeto Arq. Peter Pfisterer 1943
 Fonte: XAVIER; LEMOS; CORONA, 1983, p. 11



A Faculdade de Saúde Pública, criada como Instituto de Higiene em 1924, que se desligou da Faculdade de Medicina em 1945, integrando de forma autônoma a USP a partir desta data. Ocupou edifício próprio no Araçá em 1931, onde se encontra até hoje²⁵;

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade criada em 1946 (como Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas) e instalada nas proximidades da Faculdade de Filosofia na rua Maria Antônia, antes de ir para a Cidade Universitária em 1971;

O Instituto Astronômico e Geofísico, criado em 1927²⁶, mas incorporado à Universidade em 1946 (ainda como Instituto Astronômico e Geográfico), ocupando instalações próprias na Água Funda, até sua mudança para a Cidade Universitária nos anos noventa;

modernos de São Paulo com estrutura autônoma modulada, já possuindo em certos setores térreos, os pilotis de Le Corbusier, possivelmente precursores na cidade" (XAVIER; LEMOS; CORONA, 1983, p. 11).

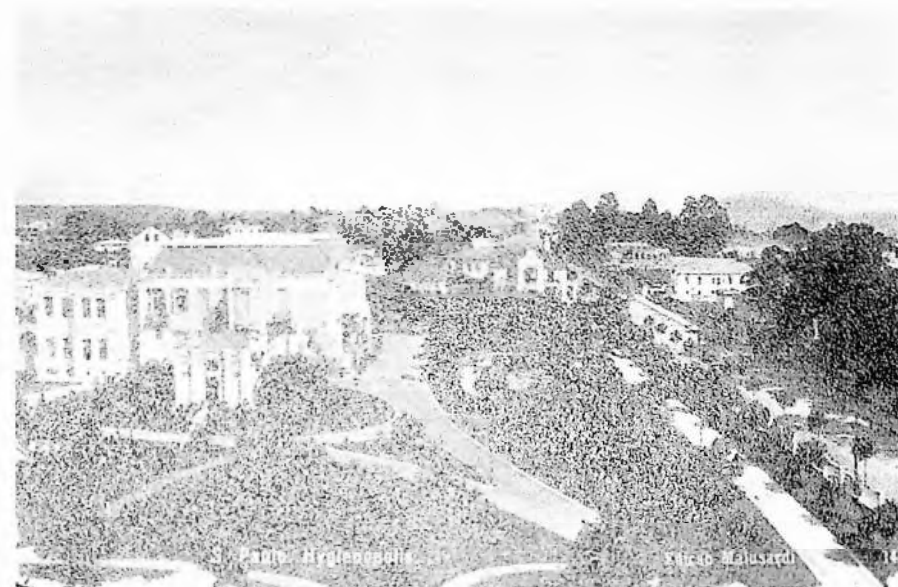
²⁵ A Faculdade de Saúde Pública teve origem na Cátedra de Higiene e Saúde da Faculdade de Medicina. Em 1924 foi criado o Instituto de Higiene pelo Governo de São Paulo em colaboração com a Fundação Rockefeller. O Instituto começou a funcionar em prédio à rua Brigadeiro Tobias, mesma rua em que se achava instalada então a Faculdade de Medicina. Em 1931 o Instituto foi transformado em Escola de Higiene e Saúde Pública de São Paulo. Seu desligamento da Faculdade de Medicina ocorreu somente em 1945, sendo transformada na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Por ocasião da Reforma Universitária de 1969 sua denominação foi simplificada para Faculdade de Saúde Pública.

²⁶ O Instituto surgiu em 1927 na Secretaria da Agricultura, com a designação de Diretoria do Serviço Meteorológico e Astronômico do Estado de São Paulo. Teve como sede por certo tempo o Observatório Oficial do Estado, na avenida Paulista. Durante o ano de 1930 foi incorporado à Escola Politécnica, passando no ano seguinte para a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Retornou em 1933 para a Secretaria da Agricultura, mas em 1935 foi extinto e recriado na Secretaria da Viação. Em 1940 subordinou-se à Secretaria da Educação,

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (criada em 1948) foi instalada em sede própria no ano de 1951 no bairro de Higienópolis²⁷, onde funcionam atualmente apenas os seus cursos de pós-graduação, uma vez que a graduação se estabeleceu em 1969 no novo prédio da Cidade Universitária;



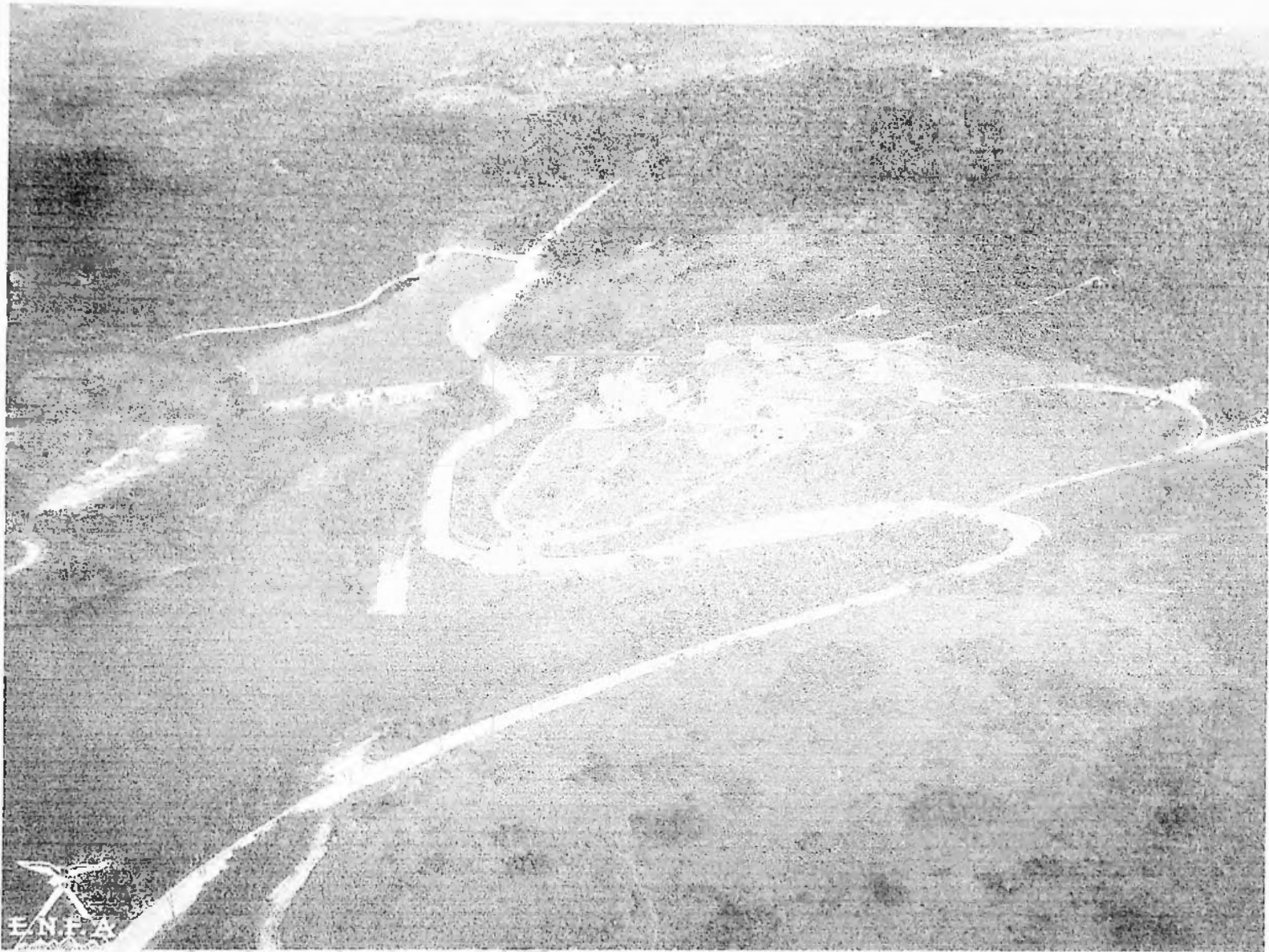
Instituto de Higiene da Universidade de São Paulo.
Fonte: CAMPOS, 1940, figura após a p. 168



Vila Penteado. Faculdade de Arquitetura da USP a partir de 1948.
Projeto Arq. Carlos Ekman, 1901. Fonte: TOLEDO, 1966, p. 60.

onde permaneceu até sua integração à USP. De 1932 a 1941 foi construído o observatório da Água Funda, onde o Instituto permaneceu até sua transferência para a Cidade Universitária nos anos 90. (CAMPOS, 1954, p. 489 e Processo USP 46.1.2178.1.7).

²⁷ O ensino em Arquitetura até então estivera a cargo da Escola Politécnica: em 1894 o Regulamento desta Escola fora modificado, dividindo os seus cursos em fundamental e especiais, incluindo nestes últimos o curso de Engenheiro Arquiteto, com três anos de estudos após os dois anos do curso fundamental. A Vila Penteado, situada à Rua Maranhão número 88, foi residência da família Álvares Penteado de 1902 até 1946, sendo doada neste ano à Universidade de São Paulo, para que abrigasse o primeiro curso superior de Arquitetura de uma universidade pública. Este edifício foi projetado pelo arquiteto sueco Karl Eckman, que introduziu na arquitetura paulistana o Art-Nouveau (Vila Penteado, Escola de Comércio Álvares Penteado, dentre outros edifícios).



Instituto Astronômico e Geográfico, antes de sua incorporação à USP.
Aerofoto ENFA 1939-1940. Fonte: IGC

O Instituto Oceanográfico, incorporado à USP em 1951.

Em 1962 o Instituto de Pré-História é incorporado à USP.

Em 1963 é constituído o Museu de Arte Contemporânea da USP.

O Museu de Arte e Arqueologia, posteriormente Museu de Arqueologia e Etnologia, é criado em 1964.

A Escola de Comunicações e Artes, criada em 1966 e instalada inicialmente em salas no antigo edifício da Reitoria.

A Escola de Educação Física, incorporada à USP em 1969.

As instituições de integração universitária

As instituições de integração universitária, como a Reitoria e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ficaram mudando de local até sua transferência para a Cidade Universitária.

A Reitoria da Universidade de São Paulo foi instalada em 1934 na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Adquiriu para seu uso um prédio na rua Maria Antônia (originariamente construído para uma faculdade particular de Direito). Mudou-se dali para a rua Helvetia e finalmente para a Cidade Universitária em 1961.

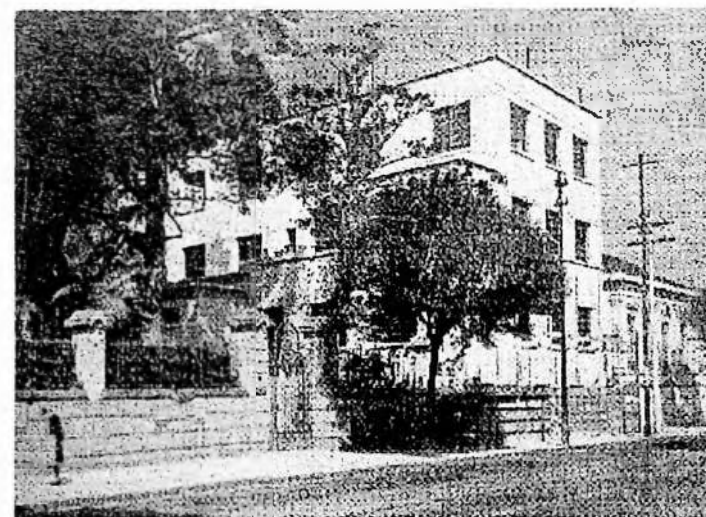
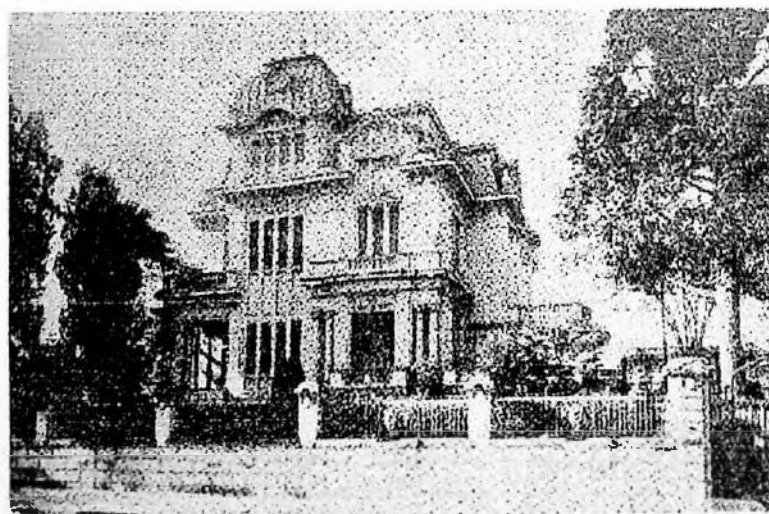
A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi fundada em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo. Instalou-se provisoriamente parte na Escola Politécnica e parte na Faculdade de Medicina.

Em 1934 apenas algumas seções da Faculdade puderam funcionar: a de Ciências Matemáticas e de Física na Escola Politécnica e as de Filosofia, Ciências Sociais e Políticas, Geografia e História, e Letras na Faculdade de Medicina, onde também se alojaram, depois, as de Ciências Naturais e de Química, Línguas e Literatura.

No segundo semestre de 1937 foi utilizado pela Faculdade de Filosofia (Administração e as seções de Filosofia, Letras, Sociologia, Geografia e História, Geologia e Paleontologia) um edifício da Prefeitura Municipal à rua da Consolação número 16, esquina com a rua São Luiz, que seria demolido para dar início em janeiro de 1938 à construção da Biblioteca Municipal. Um outro prédio, na rua São Luiz, também foi utilizado pela faculdade para o Departamento de Psicologia.

Foi ainda em 1937 adquirida uma antiga residência situada na Alameda Gleite, 463, esquina da rua dos Guaianazes, atrás do Palácio Campos Eliseos, para sediar a administração e várias cadeiras da Faculdade de Filosofia.

29

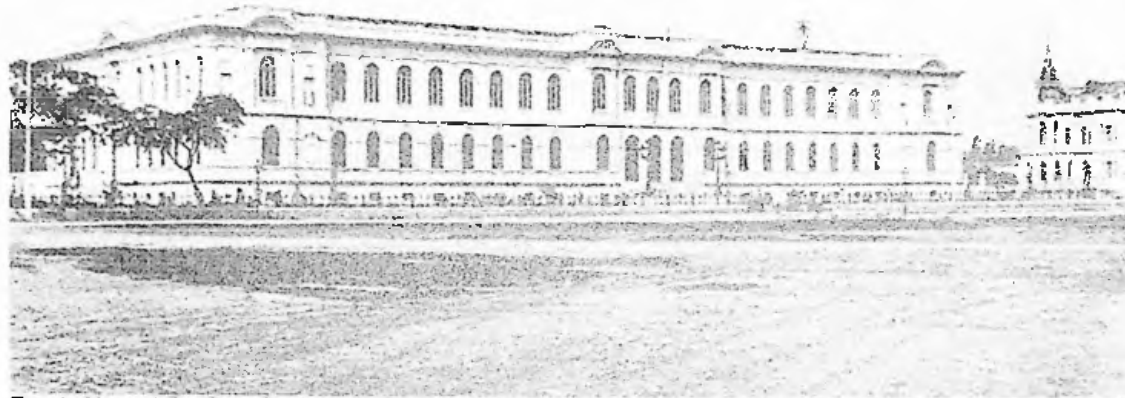


Esquerda: Faculdade de Filosofia da USP. Primeira sede própria, 1937. Fonte: CAMPOS, 1940, p. 432
Direita: Faculdade de Filosofia da USP. Edifício construído para abrigar a seção de Química. Fonte: CAMPOS, 1940, figura após p. 448

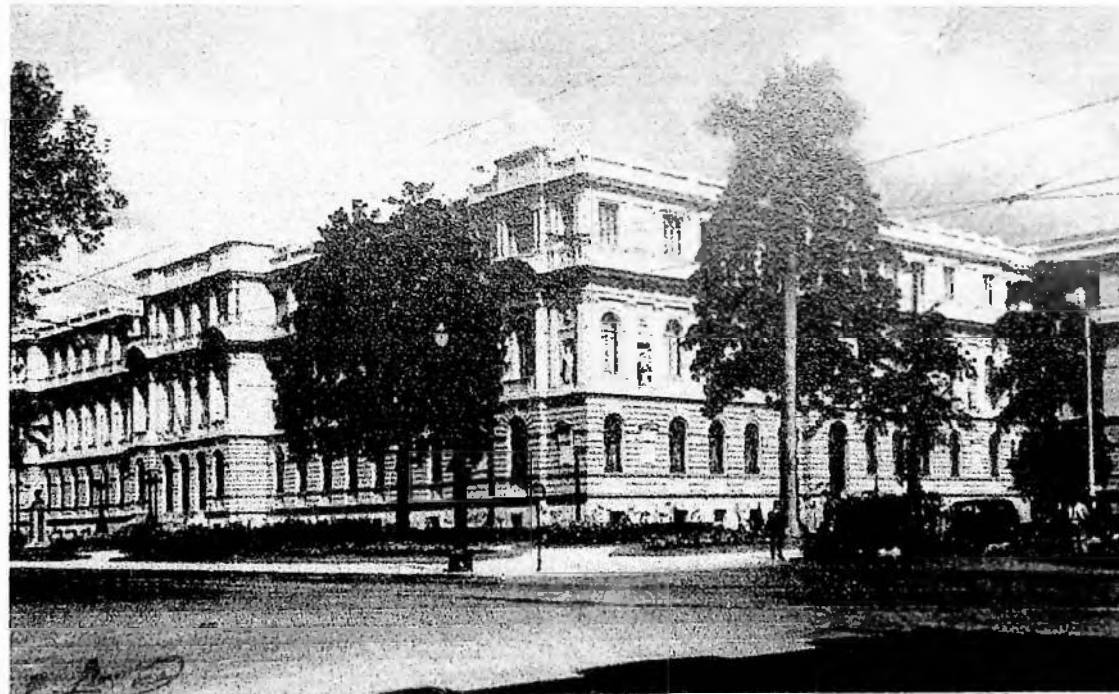
Neste prédio da Alameda Gleite inicialmente foram instaladas as cátedras culturais da Faculdade de Filosofia e no terreno deste imóvel foi construído um sobrado para abrigar a seção de Ciências Químicas.

O Instituto de Educação, instalado no prédio da Escola Normal da Praça da República, foi incorporado em 1934 à Universidade de São Paulo e em 1938 passou a integrar a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras,

como sua 4ª seção. Pertencendo o Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia, foi aproveitado o prédio para alojar a partir de 1938 também algumas cátedras das outras seções desta faculdade (inicialmente as cátedras científicas) e a administração²⁸.



Escola Normal (Instituto Caetano de Campos). Fotografia do edifício conforme projeto original, em dois pavimentos
Fonte: CAMPOS, 1940, figura após a p. 168



Escola Normal (Instituto Caetano de Campos). Edifício com o terceiro pavimento, construído em 1934
Fonte: USP. A prefeitura, 1985, p. 33

Posteriormente as cátedras culturais da Faculdade de Filosofia foram para a Praça da República e as cátedras científicas para a alameda Gleite. Permaneceram na alameda Gleite até a mudança para a Cidade Universitária o Departamento de Química, os departamentos de Ciências Naturais e o Laboratório de Psicologia Comparada.

²⁸ O prédio da Escola Normal da Praça da República foi projetado por Francisco de Paula Ramos de Azevedo (possivelmente em autoria conjunta com Antônio Francisco de Paula Souza) em dois pavimentos, e construído de 1890 a 1894. Foi construído em 1934 um terceiro pavimento neste prédio, para alojar o Instituto de Educação criado no ano anterior.

Para a sub-seção de Física da Faculdade de Filosofia foi alugado em 1938 e adaptado um prédio na avenida Tiradentes número 11. A Física mudou-se depois para uma instalação melhor na avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 784.

O Departamento de Matemática instalou-se por algum tempo na rua Alfredo Ellis, mudando-se depois para as proximidades do Departamento de Física, na avenida Brigadeiro Luiz Antônio.

As seções de Ciências Humanas, a administração, o Departamento de Matemática, o Departamento de Estatística e o Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia transferiram-se no fim da década de 40 para o edifício antes utilizado pela Reitoria na rua Maria Antônia e para prédios vizinhos, alugados.

Os Departamentos de Zoologia, Fisiologia, Biologia e Botânica foram os primeiros a mudar-se para a Cidade Universitária. Em 1966 mudou-se para a Cidade Universitária o Departamento de Química. Dois anos após (1968) transferiram-se o Departamento de Geologia e Paleontologia e o Departamento de Mineralogia e Petrologia, com o que se esvaziaram as instalações na alameda Gleite.

O Departamento de Geografia, depois de passar um breve período na alameda Gleite, permaneceu de 1956 a 1961 em um prédio alugado na avenida Angélica, mudando-se depois para a Cidade Universitária, onde ocupou salas do prédio da Reitoria²⁹ (juntamente com o Departamento de História) até a conclusão em 1966 do prédio dos Departamentos de História e Geografia.

O Departamento de Psicologia, antes de ser transferido para a Cidade Universitária (salas do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, pavilhões provisórios), ocupou uma casa alugada na rua Jaguaribe (Clínica Psicológica) e alojou-se na década de 60 na rua Cristiano Viana.

Em 1963 foi inaugurado na Cidade Universitária o Laboratório de Estudos da Ionosfera e em 1968 o prédio do Acelerador Linear, do Departamento de Física.

Somente em 1969 todos os departamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se achavam instalados na Cidade Universitária, seja em edifícios definitivos, seja em edifícios provisórios (pavilhões) ou em salas do prédio da Reitoria e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (estes dois últimos inaugurados em 1961).

Da criação da Universidade de São Paulo nos anos trinta até a construção da maioria dos edifícios destinados às escolas e faculdades na Cidade Universitária da USP, nos anos sessenta e setenta, as instituições universitárias permaneceram isoladas, distantes entre si, frequentemente trocando de endereço e utilizando espaços não apropriados. A exceção mais evidente é a Faculdade de Medicina, instalada em prédio edificado a propósito no Araçá, em terreno amplo e com as demais áreas correlatas nas vizinhanças.

Nestas três décadas o governo estadual arcou com aluguéis, reformas, construções, desapropriações e compra de imóveis para abrigar as unidades da USP.

Casos de construção ou aquisição de próprios para faculdades e escolas após a criação da USP:

- a) A Faculdade de Direito de São Paulo poderia não ter iniciado a demolição e reconstrução do prédio das Arcadas após 1934, mas manteve as obras (já havia concluído o primeiro edifício, construído numa área livre do lote) até sua conclusão em 1937;
- b) Houve intenção em 1937, não levada adiante, de se construir um pavimento a mais sobre o edifício da Faculdade de Medicina, para abrigar a Faculdade de Filosofia;

²⁹ Essas mesmas salas foram ocupadas depois pelo Departamento de Matemática.

- e) A Faculdade de Filosofia adquiriu sua primeira sede própria em 1937, uma residência na Alameda Glete esquina com Guaianazes;
- d) A Faculdade de Medicina Veterinária foi para instalações próprias à rua Pires da Motta, 159 em 1937;
- e) Em 1938 foi ampliado em um segundo pavimento o edifício da Escola de Farmácia e Odontologia à Rua Três Rios;
- f) Foi construído ao final da década de 30 um sobrado para a Seção de Química da Faculdade de Filosofia no terreno da Alameda Glete;
- g) A sede do Instituto Biológico, instituto complementar da USP nas primeiras décadas da Universidade, foi concluída por volta de 1940.
- h) Antes de 1945 foi acrescentado um terceiro pavimento ao corpo central do edifício Paula Souza da Escola Politécnica;
- i) O Hospital das Clínicas foi inaugurado em 19/04/1944;
- j) Foi inaugurado em 1945 o edifício São Thiago (ou Santiago) da Escola Politécnica;
- k) Entre 1941 e 1946 foi inaugurado o pavilhão de Anatomia e de Prótese da Faculdade de Farmácia e Odontologia no terreno da rua Três Rios;
- l) Foi inaugurado o edifício sede da Escola de Enfermagem à rua Enéas de Carvalho Aguiar, 119, em outubro de 1947;
- m) O edifício à Rua Maria Antônia foi adquirido pela Reitoria ao final da década de 40 para seu uso e de algumas seções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
- n) Entre 1948 e 1951 foi feita a construção do edifício de Farmacologia Experimental da Faculdade de Farmácia e Odontologia, concluído em 1951.

Os gastos não focados na construção da Cidade Universitária refletem inclusive a relutância de algumas instituições em abrir mão de sua independência.

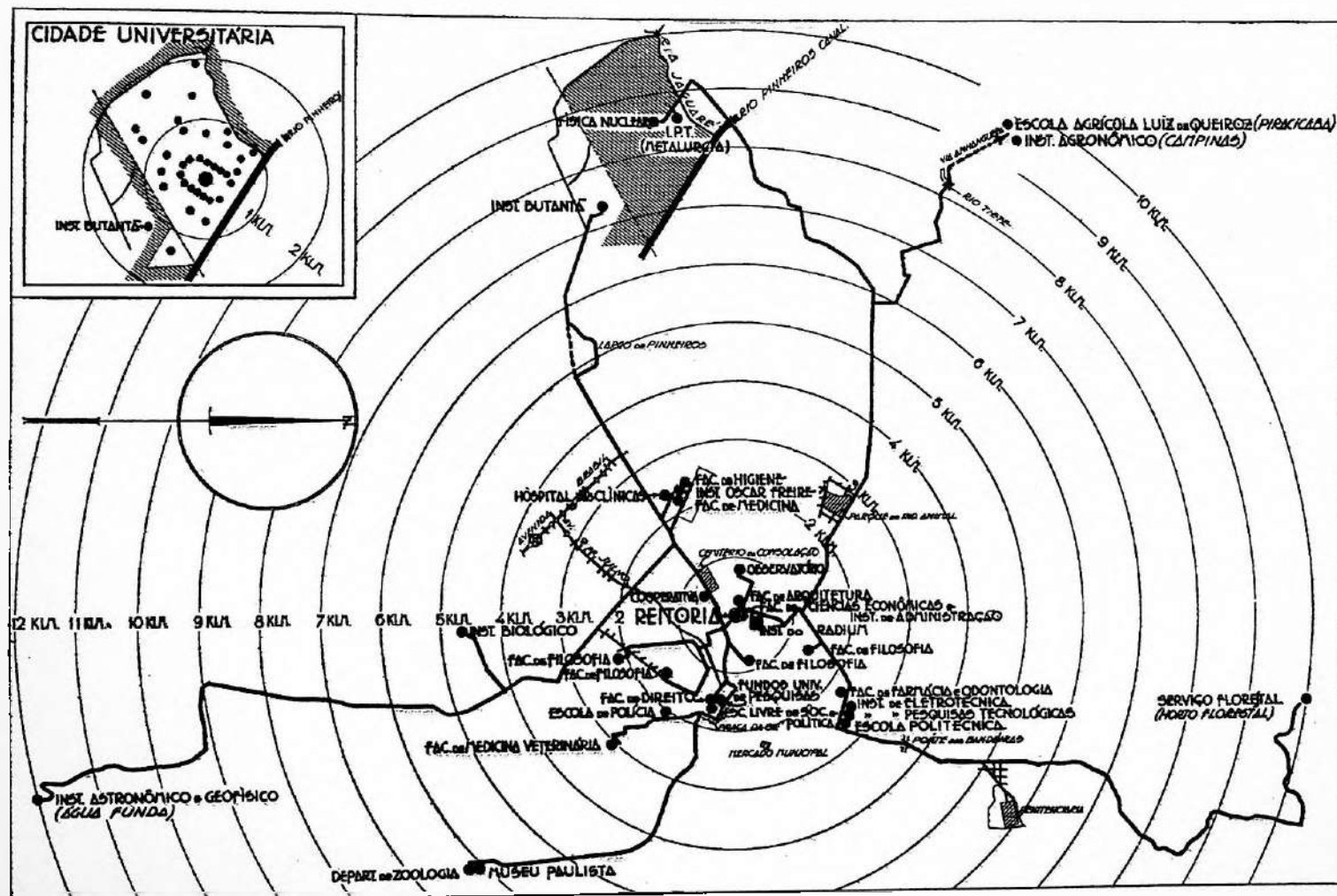
Esta enorme demora em se reunir as unidades universitárias (se ainda não havia a disponibilidade da Cidade Universitária, ao menos se poderia alugar ou adquirir imóveis no entorno de uma das escolas tradicionais) causou um grande impacto no projeto acadêmico da USP: a integração universitária e a convivência formadora do espírito universitário não poderiam se efetivar nestas condições. Até mesmo a Faculdade de Filosofia que seria a unidade universitária da USP permaneceu largo tempo fragmentada e numa ciranda de mudança de instalações.

A dispersão das instituições superiores na cidade de São Paulo foi ilustrada no livro do professor e na época ex-reitor Jorge Americano, *A Universidade de São Paulo: dados, problemas e planos*, publicado em 1947, treze anos após a criação da USP e seis anos depois da destinação da gleba para a Cidade Universitária no Butantã.

O único núcleo de faculdades da USP constituído fora da Cidade Universitária ocorreu na rua Maria Antônia e arredores, onde parte da Faculdade de Filosofia (a Administração, as seções de Ciências Humanas, o Departamento de Matemática, o Departamento de Estatística e o Departamento de Letras) se fixou de 1949 a 1968 (dezenove anos), a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, de 1946 a 1971 (vinte e cinco anos) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Rua Maranhão, a duas quadras da Filosofia, de 1951 até

1969 (dezoito anos), o que possibilitou alguma integração e principalmente a convivência que eram desejáveis para toda a Universidade de São Paulo.

Na Cidade Universitária, Setor de Humanas, seria projetado no início dos anos sessenta um grupo de prédios para abrigar este conjunto de instituições, que se poderiam chamar de universidade³⁰.



Distribuição das Instituições Superiores na cidade de São Paulo
Fonte: AMERICANO, 1947, figura entre páginas 20 e 21

³⁰ A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas seria a única a não ficar situada no Setor de Humanas, mas nas proximidades.

CAPÍTULO II

A concepção da Universidade Brasileira e o Modelo Paulista. O dimensionamento e a localização da Cidade Universitária da USP.

Os debates da década de 20 em São Paulo e no Rio de Janeiro para definição de um modelo de universidade.

A legislação sobre a Universidade Brasileira. O Modelo de 1931.

O Modelo Paulista de 1934.

A Universidade do Distrito Federal.

A escolha do sítio para a Universidade do Brasil.

Os primeiros estudos para a localização da Cidade Universitária da USP.

Os debates da década de 20 em São Paulo e no Rio de Janeiro para definição de um modelo de universidade

A criação de universidades nacionais foi debatida na década de 20 no Rio de Janeiro, então capital federal, e em São Paulo.

O jornal "O Estado de São Paulo" promoveu um inquérito sobre a instrução pública em São Paulo no ano de 1926, sob a direção de Fernando de Azevedo.

Outro inquérito, sobre o problema universitário brasileiro, foi convocado no início de 1927 pela Associação Brasileira da Educação – ABE¹, sendo dirigido por uma comissão integrada pelos professores Domingos Cunha, Roquette Pinto², Ferdinando Laboriau Filho, Inácio Azevedo do Amaral³, Levi Carneiro, Raul Leitão da Cunha e Vicente Licínio Cardoso. A ABE obteve o apoio de *O Jornal* e do *Jornal do Comércio*, ambos do Rio de Janeiro e de *O Estado de São Paulo*. O inquérito da ABE foi respondido por 33 professores do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul e ainda pelo Conselho Universitário da Universidade de Minas Gerais (PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, pp. 46 e 47, grifo nosso).

A Associação Brasileira da Educação promovia reuniões e trabalhos sobre a renovação do sistema educacional em todos os níveis e liderou o movimento em prol da universidade. A ABE subdividia-se em seções estaduais inteiramente autônomas e era estruturada em diversos departamentos, como a Seção de Ensino Técnico e Superior, cujo primeiro diretor foi Ferdinando Laboriau Filho, da Academia Brasileira de Ciências e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A ABE propôs a criação de um Ministério da Educação (Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde em 1930) e a partir de 1927 organizou conferências nacionais sobre educação e inquéritos sobre o ensino secundário e universitário (SALMERON, 1998, p. 44 e PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, pp. 36, 37 e 39).

O inquérito da ABE sobre o ensino superior em 1927⁴, alguns dos depoimentos do inquérito de O Estado de São Paulo no ano precedente e as teses apresentadas ao Congresso de Ensino Superior⁵ realizado no Rio de Janeiro de 11 a 20 de agosto de 1927, em comemoração ao centenário dos cursos jurídicos, resultaram no livro *O Problema Universitário Brasileiro*, publicado em 1929 pela ABE.

36

¹ A ABE foi fundada em 16 de outubro de 1924 por Heitor Lira da Silva, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e professor catedrático do Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes.

² Roquette Pinto fez parte da primeira diretoria da Academia Brasileira de Ciências.

³ Inácio Manoel Azevedo do Amaral (1883-1950) concluiu a Escola Naval (militar) em 1900, tornando-se professor catedrático desta escola e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi ainda professor da Escola Normal e do Colégio Pedro II. Integrou o Conselho Universitário e o Conselho Nacional de Educação, tendo sido diretor da Escola de Engenharia (1942) e reitor da Universidade do Rio de Janeiro, então denominada do Brasil (1945-1948). Teve atuação destacada em todo o movimento científico brasileiro, principalmente a partir da criação da Academia Brasileira de Ciências, de que foi membro ativo e cuja presidência exerceu no biênio 1939-1941 (PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, p. 88). Azevedo do Amaral participou da comissão de professores que selecionou o local e os projetos para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil na década de trinta.

⁴ As questões do inquérito da ABE: I- Que tipo universitário adotar no Brasil? Deve ser único? Que funções deverão caber às universidades brasileiras? II- Não conviã, para solução de nosso problema universitário, aproveitar os elementos existentes como observatórios, museus, bibliotecas, promovendo a sua articulação no conjunto universitário? III- Não é oportuno realizar, dentro do regime universitário, uma obra concomitantemente nacionalizadora do espírito de nossa mocidade? IV- Não seria de todo útil que os governos estaduais auxiliassem ao governo federal na organização universitária? V- Não convém estabelecer mais íntimo contato entre o professor e o aluno? VI- Não convém a adoção, onde possível, do livro texto (sistema norte-americano) em substituição gradual do ensino oral? VII- É satisfatória a situação financeira do professor universitário? Não se impõem medidas reparadoras? (PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, p. 47).

⁵ Os aspectos abordados neste Congresso foram: definição do tipo de universidade que mais se adapta às condições do Brasil, requisitos indispensáveis para a criação de universidade, exame da oportunidade da criação de universidades livres, o desenvolvimento do espírito universitário e o papel dos seminários ou institutos de investigação científica na vida universitária (PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, p. 49).

Reunimos nos seguintes blocos temáticos algumas das idéias surgidas nestes debates: 1. A Universidade e a cultura nacional; 2. O tipo de Universidade a adotar no país. O papel das Faculdades de Ciências e Letras; 3. A criação do espírito universitário. A cidade universitária.

A Universidade e a cultura nacional.

- A universidade brasileira não deve se cingir aos modelos francês, inglês, alemão ou americano. Deve obedecer aos nossos recursos e ser feita para as nossas necessidades, tendo tipos diferentes de organização conforme as circunstâncias de cada região brasileira⁶;
- As universidades brasileiras devem constituir "focos de brasilidade", devem ser orientadas pela nacionalização de nossa cultura: do espírito dos estudantes, dos programas de estudo, dos professores universitários⁷;
- "O estudo profundo do meio brasileiro, pela história, a geografia, a sociologia, o americanismo, trará em consequência um sadio nacionalismo⁸";
- "A Universidade [...] é uma força viva, com grandes responsabilidades na formação do caráter e da inteligência das gerações futuras, de que depende o destino da Pátria e a que, assim, deve animar um decisivo e acentuado sentimento das necessidades e conveniências nacionais⁹";
- Uma universidade que seja no conjunto escola universal, escola nacional e escola regional. "Universal no sentido de procurar a unidade fundamental das ciências e abrir-se a todas elas para investigações e descobertas – verdadeiro centro de vida científica para onde convergirão e de onde poderão se irradiar estudos de interesse universal. Nacional, a fim de trabalhar para o bem geral do País, ensinando à mocidade os interesses permanentes da Pátria. Regional para ter em conta aspirações especiais, costumes locais, meio econômico e social, traços distintivos e tradições da região em que ela viver¹⁰";
- As universidades que por toda parte constituem núcleos de ação e orientação, não apenas científicos, mas sociais e políticos, devem ser organizadas para funcionarem como forças vivas do país e centros germinadores e orientadores de correntes de opinião. A tendência crescente é de, por um lado, estreitar o laço entre a universidade e os ginásios e entre estes e a escola primária e de, por outro lado, ampliar o conceito de "extensão universitária", com o propósito de transformar as universidades em instrumentos de cultura nacional, pondo ao alcance do povo os resultados das investigações científicas¹¹;
- As universidades deverão ter os requisitos de ordem material e de ordem moral para que venham a ser centros, verdadeiras oficinas de produção científica, focos de formação e desenvolvimento da cultura nacional onde se elabore e de onde irradie a ciência e o pensamento brasileiro¹²;
- "Para um determinado tipo de universidade será melhor o sistema de organização interna que mais facilmente lhe permita realizar os seus principais objetivos, que a ponha em contato com a sociedade, e respeite, tanto quanto possível, tradições e costumes radicados no meio em que ela funciona¹³";

⁶ Prof. Ferdinando Laboriau in CAMPOS, 1940, p. 258.

⁷ Prof. Vicente Licínio Cardoso in CAMPOS, 1940, pp. 259 e 260.

⁸ Alcides Bezerra apud CAMPOS, 1940, p. 267.

⁹ Rodrigo Otávio apud CAMPOS, 1940, p. 290.

¹⁰ Caio Moura apud CAMPOS, 1940, pp. 269 e 270.

¹¹ Prof. Fernando de Azevedo. in CAMPOS, 1940, p. 271.

¹² Prof. Paulo Pedreira in CAMPOS, 1940, p. 289.

¹³ Prof. Azevedo Sodré apud CAMPOS, 1940, p. 263.

- "Na organização de uma universidade moderna não se deve perder de vista a função social que ela exerce e que, dia a dia, cresce de importância com os progressos da democracia¹⁴;
- "Na sua organização interna e administrativa a universidade brasileira deverá manter contactos com a sociedade, de ordem a acomodar-se às suas exigências e a poder exercer sobre ela uma influência benéfica¹⁵."

O tipo de Universidade a adotar no país. O papel das Faculdades de Ciências e Letras.

- As universidades não devem ser compostas pela simples agregação das diversas faculdades de ensino¹⁶;
- Deve ser tomado como exemplo a Argentina, que aproveitou para as suas universidades institutos já existentes: observatórios astronômicos, museus de História Natural, etc. No Rio de Janeiro e São Paulo podem ser instituídas, sem dificuldades, universidades de tipo completo; nas outras cidades ficaria esboçado o ensino universitário com as escolas superiores existentes, acrescidas de alguns cursos e acompanhadas por instituições de fundação particular. Institutos essencialmente consagrados à pesquisa científica superior, como o Museu Nacional no Rio de Janeiro e o Instituto Butantan em São Paulo, não deveriam perder o caráter, cabendo-lhes antes de mais nada ao se acrescer de ensino, o aperfeiçoamento e a especialização dos mestres¹⁷;
- O tipo universitário que convém adotar no Brasil é o alemão, mas aproveitando a experiência norte-americana e respeitando também as nossas tradições. Devemos ter como modelo a Universidade de Hamburgo, articulando no conjunto universitário os elementos existentes como o Observatório, Museus, Bibliotecas, Jardim Botânico, Jardim Zoológico, Estação de Pesca, etc.¹⁸;
- "As Escolas de Medicina, Direito e Engenharia constituem especializações profissionais que requerem um órgão intermédio, representado pela Faculdade de Ciências e pela de Filosofia e Letras, ainda inexistentes entre nós. [...] Semelhantes institutos de pesquisas e de altos estudos virão coligir, sistematizar e divulgar a ciência brasileira. [...] Lembraríamos as universidades norte-americanas como exemplo de amplitude de ação e plasticidade receptora a todo progresso na ciência ou na cultura propriamente"¹⁹;
- "O tipo universitário a adotar no Brasil será o de institutos científicos e culturais, em que os alunos, sob a direção dos professores não só investigarão nas bibliotecas a experiência do passado, mas trabalharão para formar o patrimônio intelectual do país. [...] É função primacial da Universidade criar os propulsores eficientes da grandeza do Brasil e não meramente expoentes contemplativos da erudição. Todo o aparelhamento existente no país, compreendendo bibliotecas, museus, observatórios, laboratórios, oficinas, campos de demonstração e experiência deverão ser articulados no conjunto universitário²⁰;
- O tipo de universidade conveniente ao Brasil seriam naturalmente oficiais, ou semi-oficiais, isto é, criadas e mantidas pelo Estado, e com uma autonomia mais ou menos larga (completa autonomia em matéria de ensino e relativa autonomia financeira – sua dotação seria prevista pelo Estado, que teria representantes no órgão diretor; a Universidade e as Faculdades teriam personalidade jurídica, de modo a poder constituir patrimônio com dotações)²¹;

¹⁴ Prof. Azevedo Sodré *apud* CAMPOS, 1940, p. 263

¹⁵ Prof. Azevedo Sodré *apud* CAMPOS, 1940, p. 264

¹⁶ Prof. Ferdinando Laboriau *in* CAMPOS, 1940, p. 259

¹⁷ Prof. Roquette Pinto *in* CAMPOS, 1940, p. 259

¹⁸ Alcides Bezerra *in* CAMPOS, 1940, pp. 266 e 267

¹⁹ Prof. Raul Briquet, *apud* CAMPOS, 1940, p. 274, grifos nossos.

²⁰ Prof. Erasmo Braga, *apud* CAMPOS, 1940, p. 276

²¹ Prof. Fonseca Teles, *in* CAMPOS, 1940, p. 278

- "Quem diz sistema universitário diz pesquisa científica e diz antes de tudo e acima, muito acima de tudo – laboratório”;
- "Cumpre-nos dar aos nossos estudos orientação diferente da atual, lançar fundamentos para o desenvolvimento da alta ciência e da alta literatura. Cumpre-nos fundar uma faculdade de ciências e uma faculdade de filosofia e letras²²”;
- "O tipo de universidades que mais se adapta às condições brasileiras é o tipo das universidades norteamericanas. A orientação a que as universidades brasileiras devem obedecer é a mesma orientação a que obedecem as universidades dos Estados Unidos, a saber, o ensino superior que eles ministram deve ter o cunho profissional e, ao mesmo tempo, o cunho científico [...] A Universidade do Rio de Janeiro, além das suas faculdades atuais [de Medicina, de Farmácia, de Odontologia, de Engenharia e de Direito], além das duas faculdades acima indicadas [a de Ciências e Letras e a de Investigação Científica], deve abranger também, como suas faculdades ou departamentos: a Escola de Agricultura e Medicina Veterinária e Academia de Comércio [...], a Escola Venceslau Braz [de ensino normal profissional], a Escola de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música; e como suas dependências a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e o Jardim Botânico²³”;
- "Às Universidades brasileiras deve ser outorgada plena autonomia econômica, didática, administrativa e disciplinar, assegurada a viabilidade delas por patrimônio próprio, bastante para prover as suas necessidades pedagógicas. Como consequência, não é recomendável o padrão único universitário para todo o país; ao contrário, convém que a cada qual se faculte organizar-se livremente, dentro de seus recursos financeiros, e conforme as peculiaridades geográficas, econômicas e sociais da região, sem contudo descurar do supremo interesse nacional²⁴”;
- É impossível dizer qual o melhor sistema de organização interna das universidades [...] As universidades que funcionam nos países civilizados não oferecem organização uniforme, apresentando inclusive variação num mesmo país²⁵;
- A universidade brasileira deve ter por principal objetivo o ensino profissional e deve visar igualmente o ensino dos ramos mais elevados do saber humano e a organização da pesquisa original, de forma a contribuir para o progresso da ciência. Deverá para isto ter institutos e laboratórios bem aparelhados e manter, ao lado das faculdades e escolas profissionais, uma faculdade de letras e outra de ciência e altos estudos²⁶.

A criação do espírito universitário. A cidade universitária.

- "É imprescindível criar-se nos alunos o espírito universitário, estimulando neles o amor pela *alma mater*, favorecendo o convívio dos estudantes, criando casas de residência universitária. É igualmente imprescindível criar no professorado o espírito universitário, estabelecendo a exclusividade da atuação magisterial. Não se compreende universidade sem íntimo convívio e colaboração de professores e alunos. A biblioteca, o livro-texto, os forums acadêmicos são adjuntos imprescindíveis [...] Deve-se estabelecer-se a imprensa da universidade”²⁷;
- "Escolas superiores, com população discente limitada ao espaço e ao material. Seleção vestibular dos pretendentes. Professor absorvido pela docência, dando-lhes com lealdade as 8 horas de trabalho

²² Gilberto Amado *apud* CAMPOS, 1940, pp. 279 e 280

²³ Prof. Luiz Frederico Carpenter *apud* CAMPOS, 1940, p. 285

²⁴ Conselho Universitário da Universidade de Minas Gerais *apud* CAMPOS, 1940, p. 293

²⁵ Prof. Azevedo Sodré *in* CAMPOS, 1940, p. 262 e 263

²⁶ Prof. Azevedo Sodré, relator de um dos temas debatidos no Congresso de Ensino Superior, Rio de Janeiro, 1927, (PAIM, A. *in* SCHWARTZMAN, 1982, pp. 50 e 51), grifos nossos.

²⁷ Prof. Erasmo Braga *apud* CAMPOS, 1940, p. 277

moderno. Estudantes com permanência obrigatória pelo mesmo tempo. Proteção econômica ao professor e ao aluno: vencimentos dignos de quem ensina, despesas reduzidas de quem aprende [...] Do convívio prolongado do mestre com os alunos brota o espírito universitário [...] Universidade profissional, foco de bons técnicos; científica, centro de ciência pura; educativa, irradiação de apurada cultura [...]”²⁸;

- “É a universidade americana, no seu aspecto visível, uma série de casas ou pavilhões, com o campo de permeio. Formam alunos e professores uma cidade especial, a cidade universitária, com seu espírito e sua feição. Situada, em geral na parte menos populosa da metrópole, acaba esta em regra por circundá-la, obrigando-a a confundir sua vida com a geral ou defender-se. Assim Harvard, que tem seu isolamento relativo em Cambridge, ou mesmo Columbia, que já se moveu do coração da metrópole para o sítio atual, todo submerso também pela urbe. Quarteirões sobre quarteirões assinalam o casario cor de tijolo: é uma colméia com seus restaurantes, seus dormitórios, suas áreas de esportes, suas imensas muralhas. Raro o curso [...] que ali não figure. São cerca de 33.0000 alunos, com 1.500 professores aproximadamente, só a excedendo Califórnia, em que o rol de estudantes já chegou a 44.000. Esse aspecto material [...] é [...] elemento poderoso para constituição do espírito universitário, pela associação de interesses e idéias, que naturalmente produz”²⁹;
- No caso do Distrito Federal, além de dar-lhe autonomia didática e financeira, seria preciso fazer um plano de conjunto no qual se tivesse em vista a sua nova instalação em um local amplo, nos arredores da cidade, onde se pudesse dispor todas as instalações necessárias à instituição, inclusive edifício para internos estudantes que preferissem tal regime, campos de educação física, etc.³⁰;
- “Na organização da Universidade brasileira deve se ter bem em vista facilitar a aproximação e o convívio dos alunos das diversas Faculdades e Escolas, já pela proximidade dos edifícios, já pela centralização administrativa (uma só secretaria, uma só tesouraria, uma só biblioteca), já pela criação de cursos comuns e pelo amparo dado à organização de sociedades e clubes acadêmicos e à prática de jogos atléticos e de vários esportes”³¹;
- Os governos deviam dotar as universidades de patrimônio que lhes permitisse viver de forma autônoma embora sóbria, cabendo a estas arcar com o próprio custeio, mediante a cobrança de taxas e doações particulares. Agrupados os institutos num mesmo local evitar-se-ia a duplicação de dispêndios em instituições afins. A par disto, estabelecer-se-ia, pelo contato, uma verdadeira consciência de classe entre os professores, capaz de defendê-la contra as seduções do dinheiro. “Coloque-se, pois, todas as escolas ao lado uma das outras, junte-se uma biblioteca completa, providencie-se para o alojamento fácil e barato de alunos do interior, facilitem-se jogos e recreios, e ter-se-ia perfeita, embora possa-se partir de uma organização modesta, a instalação material da universidade”³².

A legislação sobre a Universidade Brasileira. O Modelo de 1931

Respondendo de certa forma aos debates sobre ensino superior, o governo Vargas estabeleceu o arcabouço do sistema universitário brasileiro, que só foi substituído pela legislação da Reforma Universitária. O chamado *Modelo de 1931* foi constituído por dois decretos federais, editados no mesmo dia. O decreto federal nº 19.851, o Estatuto das Universidades Brasileiras, estabeleceu como deveria constituir-se a universidade

²⁸ Prof. Fernando Magalhães, *apud* CAMPOS, 1940, pp. 277 e 278

²⁹ Hélio Lobo, *apud* CAMPOS, 1940, pp. 280 e 281

³⁰ Amauri de Medeiros, *in* CAMPOS, 1940, p. 268

³¹ Prof. Azevedo Sodré, *apud* CAMPOS, 1940, p. 265, grifos nossos.

³² Álvaro Osório de Almeida, *in* O problema universitário brasileiro, p. 130, *apud* SCHWARTZMAN, 1982, p. 54, grifos nossos.

brasileira e criou as condições legais que propiciaram a fundação de universidades estaduais; o decreto nº 19.852 organizou a Universidade do Rio de Janeiro.

Resumidamente, as linhas gerais destes decretos eram as seguintes:

- A União permanecia com as prerrogativas de dispor sobre o ensino superior em todo o território nacional, embora os estados pudessem estabelecer variantes regionais quanto à administração e aos modelos didáticos;
- O decreto nº 19.851 conciliou várias formas de constituição da universidade brasileira ao estabelecer que as universidades deveriam reunir pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Com estas disposições se abarcava todo tipo de universidade: a formada pela simples agregação de escolas tradicionais, a Universidade do Rio de Janeiro, que teria uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, e novas experiências, como a da Universidade de São Paulo;
- Criou-se a *Faculdade de Educação, Ciências e Letras*, uma escola de duplo objetivo, misturando-se aos propósitos propriamente culturais e desinteressados outros de natureza profissional: a formação de professores secundários e outros técnicos em educação. A esta nova escola não se reservava o caráter de instituição central e integradora dos diversos institutos universitários, uma vez que nem era obrigatória para todas as universidades;
- Definiu-se o modelo, que até hoje vigora, de governo e de administração universitária e de direção dos institutos componentes (Reitor, Conselho Universitário, Diretores das Escolas, Congregação, etc.);
- Concedeu-se às universidades "autonomia administrativa, didática e disciplinar", de caráter limitado, bem como personalidade jurídica tanto para as universidades quanto para os seus institutos;
- Manteve-se o regime de cátedras, estendendo-o aos novos institutos a serem criados;
- Facilitou-se a cooperação de instituições científicas e técnicas de grande prestígio, como o Instituto "Oswaldo Cruz", o Museu Nacional e outras, através da realização de cursos e de formação de pessoal especializado;
- Permitiu-se a realização dos cursos básicos e de caráter propedêutico e a sua centralização em uma só instituição universitária.
(Antunha, 1974, pp. 77 a 82)

41

A criação de universidades públicas fora do âmbito federal: Universidade de São Paulo (1934) e Universidade do Distrito Federal (1935).

Respaladas pela abertura do Modelo de 1931, outros âmbitos de governo tiveram a iniciativa de fundar universidades, a exemplo da Universidade de Minas Gerais que antes mesmo do decreto federal já havia sido criada por lei estadual em 1927³³.

- Foi criada a Universidade de São Paulo por decreto estadual em 1934; seus estatutos foram aprovados ainda em 1934;
- Foi fundada em 1935 a Universidade do Distrito Federal;
- A Universidade de Porto Alegre foi criada em 1934, por decreto estadual.

A fundação da USP e da UDF foi facilitada pelo resultado das eleições para os governos em São Paulo e no Rio de Janeiro, logo após o término das atividades da Assembleia constituinte em 1934, pois ascenderam governantes vinculados aos partidários do projeto de universidade discutido na década de 20. Conforme Fernando de Azevedo: "com Armando Salles, no poder, e Júlio de Mesquita Filho, na direção do O Estado de São Paulo, pareceu-nos ter chegado, afinal, a oportunidade de criar a Universidade de São Paulo e a Faculdade

³³ A Universidade de Minas Gerais foi reconhecida pela União Federal em 1931; as prerrogativas de universidade livre foram mantidas em 1934 e os seus estatutos foram aprovados em 1935.

de Filosofia, Ciências e Letras que seria integrada no sistema³⁴. No Rio de Janeiro fora eleito Pedro Ernesto, que encarregou Anísio Teixeira³⁵ da pasta da Educação.

A criação da Universidade de São Paulo se tornou vital devido ao alijamento político que o Estado sofreu após a Revolução de 30, primeiro com a deposição de um presidente que embora não fosse paulista, cursara a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, substituído por um jovem tenente na interventoria estranho ao meio e depois com a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932.

Vargas posteriormente demonstrou habilidade política em acalmar o acirrado ânimo paulista pela perda de poder no cenário político nacional ao colocar como interventor de São Paulo um representante da elite paulistana e em convocar a Constituinte de 1934.

O crítico Antonio Candido, que cursou a Faculdade de Direito e foi um dos primeiros alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, comenta a fundação da Universidade de São Paulo em depoimento registrado em Sônia Maria de FREITAS, *Reminiscências*, São Paulo: Maltese, 1993, p. 29:

"A Universidade nasceu realmente de um projeto político de setores esclarecidos da classe dominante, e seu idealizador, a pessoa que mais lutava, que mais tinha vontade que houvesse uma Universidade em São Paulo, foi Júlio de Mesquita Filho. Isso foi possível quando o cunhado dele, Armando de Salles Oliveira, se tornou interventor federal, quer dizer, o homem que dirigia o Estado. Tendo os instrumentos políticos na mão, os referidos setores esclarecidos das classes dirigentes de São Paulo realizaram o projeto da Universidade, que acarretou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Júlio de Mesquita disse mais de uma vez que eles desejavam que São Paulo, derrotado pelas armas em 1932, recuperasse sua força através da cultura" (*apud* MARTINS; BARBUY, 1998, p. 193)

42

O Modelo Paulista de 1934

O plano de organização da Universidade de São Paulo foi elaborado por uma comissão presidida por Júlio de Mesquita Filho, da qual foi relator Fernando de Azevedo.

O que conferiu especial importância ao chamado *Modelo Paulista* foi a concepção da estrutura universitária que se procurou instituir, particularmente a idéia de montar a Universidade de São Paulo tendo como base a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como uma instituição única e não repartida em duas ou mais.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi destinada a encarregar-se do cultivo de todos os ramos do saber, de promover o ensino das disciplinas de caráter não utilitário, de realizar pesquisas científicas e altos estudos de caráter desinteressado, de realizar cursos básicos de disciplinas comuns a outros institutos universitários, e de colaborar na formação de professores secundários e superiores. No decreto de fundação o estudo pedagógico mantém-se separado e a cargo de uma escola de caráter profissional, o Instituto de Educação. (ANTUNHA, 1974, pp. 86 e 87).

³⁴ *Apud* PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, p.69.

³⁵ Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira (1900-1971) especializou-se em educação na Universidade de Columbia em 1929, onde foi discípulo do filósofo, psicólogo e educador John Dewey. Atuante na Associação Brasileira de Educação - ABE, Anísio Teixeira foi a principal figura do movimento chamado "Escola Nova", que preconizava educação em instituições públicas mantidas pelo Estado e que vinculava o processo educacional à formação democrática dos cidadãos. Exerceu vários cargos na administração escolar, como o de diretor do Departamento Municipal de Educação no Rio de Janeiro em 1935 (foi afastado quando houve a intervenção no Distrito Federal em função da tentativa comunista de golpe de Estado neste mesmo ano) e secretário de Educação da Bahia, em 1947. Em 1951 criou a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES e em 1955, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE. Participou da concepção e implantação da Universidade de Brasília. Autor de extensa bibliografia, dedicou-se também ao magistério, em especial na Faculdade Nacional de Filosofia. Cf. PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, pp. 71 e 85 e SALMERON, 1999, pp. 43 a 46.

A Universidade de São Paulo foi essencialmente constituída, pois, por um Instituto central, de caráter não profissional: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta escola tornar-se-ia, assim, a escola propriamente universitária da Universidade de São Paulo (ANTUNHA, 1974, pp. 92 e 93).

Esses objetivos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não estão precisados nem no decreto 6.283 nem nos primeiros Estatutos da USP. Antunha (1974) foi buscá-los nas manifestações de Júlio de Mesquita Filho. Ou seja, a Universidade de São Paulo foi fundada no mais possível próxima do que seus idealizadores propuseram, mas adaptada à realidade da pré-existência de escolas e faculdades criadas e desenvolvidas de forma independente, e que tinham o objetivo preponderante da formação profissional.

O parágrafo único do artigo terceiro do decreto de fundação da USP estabelecia que as instituições que a constituíam seriam autônomas "dentro das normas do presente decreto" e poderiam expedir certificados, diplomas e conferir grau nas diversas atividades profissionais.

O Capítulo III do decreto de fundação da Universidade de São Paulo criava o curso complementar do ensino secundário (após o curso ginásial), "nos termos da lei federal", de dois anos, destinado à preparação dos candidatos aos cursos das Faculdades e Escolas que compunham a Universidade. Este curso propedêutico, preparatório para a Universidade, seria anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta era a única menção explícita a cursos comuns a serem ministrados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O decreto de fundação da Universidade de São Paulo (decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934) constitui-se de 54 artigos distribuídos em oito títulos e estabelecia que esta Universidade seria constituída dos seguintes institutos oficiais:

- a) Faculdade de Direito;
- b) Faculdade de Medicina;
- c) Faculdade de Farmácia e Odontologia;
- d) Escola Politécnica;
- e) Instituto de Educação;
- f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
- g) Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais;
- h) Escola de Medicina Veterinária;
- i) Escola Superior de Agricultura [Piracicaba];
- j) Escola de Belas Artes.

Conforme os artigos 15 e 19, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes não existiam e o governo os instalaria quando julgasse oportuno. Quanto à Faculdade de Direito, o artigo 50 esclarecia que o Governo do Estado entraria em entendimento com o Governo Federal para que pudesse haver a participação ou a colaboração daquela faculdade.

O governo do Estado, que já mantinha as instituições oficiais que comporiam a Universidade (à exceção da Faculdade de Direito), estava assumindo financeiramente a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a desapropriação da Faculdade de Farmácia e Odontologia particular da rua Três Rios (concretizada três meses depois da fundação da Universidade de São Paulo).

O quarto artigo do mesmo decreto estabelecia que, além dos institutos oficiais referidos no artigo precedente, concorriam para "ampliar o ensino e ação da Universidade"³⁶: o Instituto Biológico; o Instituto de Higiene³⁷; o Instituto Butantã; o Instituto Agrônomo, de Campinas; o Instituto Astronômico e Geográfico [atual Instituto

³⁷ Esta instituição, ligada à Faculdade de Medicina, já tinha a denominação de Escola de Higiene e Saúde Pública de São Paulo desde 1931, mas somente em maio de 1941 o curso foi reconhecido por decreto federal.

Astronômico e Geofísico]; o Museu de Arqueologia, História e Etnografia, ou seja, o Museu Paulista; o Serviço Florestal; "e quaisquer outras instituições de caráter técnico e científico do Estado"³⁸.

Os dois parágrafos deste artigo quarto explicitavam como seria o concurso destas instituições à Universidade: encarregando-se de cursos de aperfeiçoamento, ou especializações; através de seus profissionais especializados prestando auxílio ao ensino universitário na realização de cursos. Ou seja, mediante ensino; não era mencionada pesquisa³⁹.

Segundo o artigo 51, o Governo promoveria oportunamente a transformação dos gabinetes e laboratórios da Escola Politécnica de São Paulo em Instituto de Pesquisas Técnicas, o qual ficaria incluído entre os institutos enumerados no quarto artigo.

A postura do governo do Estado não deixa de ser tímida em relação à pesquisa na Universidade, pois além da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, voltada à pesquisa pura, mantinha grosso modo a pesquisa aplicada nos institutos oficiais, sem integrá-los à Universidade de São Paulo.

O governo estadual também criou em 1939 o Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura desmembrando do Museu Paulista a sua Seção de Zoologia, mantendo a tradição da pesquisa em instituições (ou órgão, no caso) não integradas à Universidade, mesmo cinco anos após a fundação da USP.

Estas atitudes, ao lado da demora em construir a Cidade Universitária, como se verá adiante, demonstram o baixo compromisso dos sucessivos governos estaduais com a questão da Universidade.

Se com relação à integração universitária e ao papel da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras o decreto de fundação (e os primeiros estatutos da Universidade de São Paulo) estiveram aquém das expectativas dos seus idealizadores, o mesmo não se pode dizer em relação à questão do espírito universitário.

O Título VII do decreto de fundação da Universidade de São Paulo, "Do espírito universitário", artigo 47: "Para a criação de um ambiente e uma tradição de espírito universitário, serão adotados meios de desenvolver o espírito de iniciativa de trabalho e de pesquisa, a união e solidariedade de professores, auxiliares de ensino, e dos antigos e atuais alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos, na defesa da eficiência e do prestígio das instituições universitárias.

Parágrafo único – A aproximação e o convívio dos professores e alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos, serão promovidos especialmente:

- a) Pela proximidade dos edifícios e construções de vilas universitárias;
- b) Pela centralização administrativa da universidade, em tudo que respeite ao interesse comum;
- c) Pela criação de cursos comuns, que atendam às necessidades de alunos de diferentes Faculdades, Escolas ou Institutos;
- d) Pelo regime de seminários, centros de debates e trabalho em cooperação;
- e) Pela prática de atividades sociais em comum, pelos alunos das diferentes Faculdades, Escolas ou Institutos;
- f) Pela organização de sociedades e clubes universitários, de estudos, de jogos e de recreação;
- g) Pela prática habitual de esportes, jogos atléticos e competições de que participem universitários das diferentes Faculdades, Escolas ou Institutos" (grifos nossos).

³⁸ Os Estatutos da USP aprovados pelo decreto federal n° 39, de setembro de 1934, incluíam também o Instituto de Rádio "Arnaldo Vieira de Carvalho", a Assistência Geral a Psicopatas e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Em 5 de dezembro de 1938 o Conselho Universitário aprovou os pareceres de suas comissões técnicas, sobre a inclusão da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, fundada em 1933, entre as instituições complementares da Universidade de São Paulo.

³⁹ Nos Estatutos das USP de setembro de 1934 deixava-se em aberto o tipo de contribuição destas instituições para os fins da Universidade e eram incluídas instituições culturais, além das de caráter técnico ou científico.

Fica em aberto se os cursos comuns mencionados seriam na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Decide-se pela centralização física; os edifícios deveriam estar próximos, o que ocorreria com a instalação da Universidade em uma Cidade Universitária. A centralização administrativa total não é considerada, uma vez que há a limitação: "em tudo que respeite ao interesse comum".

Como nem a localização da futura Cidade Universitária estava definida, a Universidade de São Paulo começou a funcionar com a Reitoria e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, recém criadas, em instalações improvisadas⁴⁰.

Os Estatutos da Universidade de São Paulo foram aprovados pelo governo Federal através do decreto número 39, em 3 de setembro de 1934, modificando em alguns pontos os estatutos aprovados por decreto estadual, em julho do mesmo ano. Nos Estatutos da USP aprovados pela União, o segundo artigo estabelecia que o sistema universitário era constituído pelos Institutos Universitários e pelas Instituições Complementares; o parágrafo único do mesmo artigo considerava como anexo à Universidade de São Paulo o Colégio Universitário.

Pelos Estatutos da USP, a Secção de Ciências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teria algumas disciplinas similares às de outros institutos universitários:

- *Mineralogia e Geologia e Geometria Projetiva*, ministradas também na Escola Politécnica;
- *Fisiologia Geral*; havia *Fisiologia* na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Farmácia e Odontologia;
- *Fisiologia Animal*, que existia também na Escola de Medicina Veterinária.

Haveria também disciplinas semelhantes na Faculdade de Farmácia e Odontologia e na Faculdade de Medicina⁴¹.

Em nenhum trecho dos Estatutos da USP trata-se destas cadeiras sendo lecionadas para os alunos de toda a Universidade na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No entanto, havia a seguinte disposição no artigo 110 dos Estatutos: "É permitido que a mesma cadeira ou parte dela sob a regência do mesmo professor seja comum a mais de um instituto universitário". No parágrafo primeiro era definido que "Quando a mesma matéria ou parte dela for lecionada separadamente, em mais de um instituto, e houver equivalência de programa e de grau, é facultado aos alunos fazer o curso em qualquer deles, mediante aquiescência do Conselho Universitário, ouvido o Conselho Técnico-Administrativo do Instituto que o aluno preferir". E o parágrafo segundo trazia a possibilidade de extinção da cadeira que tivesse correspondência em mais de um instituto, se vagasse em um deles, ouvidas as respectivas Congregações.

O artigo 135 dos Estatutos da USP de setembro de 1934 confirmava, com ligeiras alterações, o trecho do decreto estadual de fundação desta Universidade sobre o espírito universitário.

A Universidade do Distrito Federal

Em 1935 houve a criação da Universidade do Distrito Federal, por Anísio Teixeira, quando diretor do Departamento Municipal de Educação, no Rio de Janeiro. A criação da UDF teve como origem os debates promovidos pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e possivelmente o estímulo da criação da Universidade de São Paulo no ano anterior. Esta universidade era constituída por uma Escola de Ciências, uma Faculdade de Economia e Direito, uma Faculdade de Filosofia e Letras, um Instituto de Artes e um Instituto de

⁴⁰ A Universidade do Distrito Federal, criada no ano seguinte, funcionaria inteiramente em locais cedidos ou improvisados, visto que não agremiou nenhuma faculdade existente.

⁴¹ A Escola de Medicina Veterinária e a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", em Piracicaba, também teriam disciplinas similares.

Educação. Desde o início manteve cursos de graduação e de pós-graduação, estes uma novidade na época, inclusive em países da Europa e nos Estados Unidos.⁴²

Um dos cursos de pós-graduação da Universidade do Distrito Federal foi o Curso de Urbanismo criado em 1936, no Instituto de Artes, com duração de três anos. A Escola Politécnica e a Escola de Belas Artes não possuíam a cadeira de urbanismo em seus cursos. Entre os oito alunos da turma inicial estavam a engenheira Carmen Portinho, Albino Froufe, Dante de Albuquerque, Ricardo Antunes Júnior, Paulo de Camargo e Almeida, João Lourenço da Silva e Ademar Marinho da Cunha (Déa Paranhos teria se inscrito, mas não frequentou o curso). Carmen Portinho cita alguns professores da UDF: Mário de Andrade em História [e Filosofia] da Arte, Cândido Portinari em Pintura, Celso Antônio em Escultura. Outros professores de prestígio da UDF: Jorge de Lima, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Villa-Lobos em Música, para citar somente alguns dos nomes na área de humanas, para a qual também foram contratados especialistas franceses (PORTINHO, 1999, p. 72, grifo nosso).

A UDF tinha em 1936 cerca de 400 alunos matriculados nas diversas escolas: Ciências, 109 (destes, somente 63 prestaram exames, devido ao nível dos cursos e rigor dos professores, segundo depoimentos de alunos); Educação, 149; Economia e Direito, 58; Filosofia e Letras, 38 e Instituto de Artes, 67. Nesse ano, seus cursos livres seriam frequentados por mais de 700 pessoas. Havia um total de 72 professores e 42 assistentes. O ano letivo de 1936 é aberto com as conferências de professores franceses de filosofia, história, lingüística, geografia (Pierre Deffontaines) e literatura, contratados no ano anterior e que permaneceriam na UDF todo esse ano letivo.

A reitoria da UDF funcionava no Instituto de Educação, à Rua Mariz e Barros, onde foi também montado um laboratório para embriologia e anatomia comparada. Para outros laboratórios da Escola de Ciências, a UDF teve, porém, que recorrer a outras instituições: Politécnica (laboratórios de Mineralogia e Geologia), Escola Nacional de Veterinária (Zoologia) e Museu Nacional (Botânica)⁴³. Também eram utilizados os laboratórios do Instituto Oswaldo Cruz, do Instituto Nacional de Tecnologia e do Laboratório de Produção Mineral⁴⁴.

Se a UDF obtinha êxito enquanto iniciativa educacional, tinha problemas de natureza política: logo depois de criada esta universidade, Pedro Ernesto, Anísio Teixeira e o reitor Afrânio Peixoto foram destituídos devido ao endurecimento do regime após a Intentona Comunista de 1935. Outra medida do governo federal foi a promulgação de um decreto em 1937 proibindo a acumulação de cargos públicos; as atividades dos professores da UDF foram consideradas um segundo emprego, embora eles percebessem somente um complemento salarial, o que os forçou a voltar a trabalhar exclusivamente em suas instituições de origem⁴⁵.

Em 1938, com a nova ordem política instituída pelo golpe de Estado de 1937 a interventoria do Distrito Federal, a cargo de Olímpio de Melo, chegou a cogitar do fechamento da UDF⁴⁶. E finalmente isto acontece no ano seguinte, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro através do Decreto-lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939, pois para assegurar o seu imediato funcionamento o governo federal extingue a UDF e transfere os seus cursos para a faculdade então criada.

⁴² Cf. SALMERON, 1999, pp. 47 e 48.

⁴³ Cf. PAIM, A. *in* SCHWARTZMAN, 1982, pp. 70 a 73.

⁴⁴ Cf. SALMERON, 1999, p. 48.

⁴⁵ Cf. SALMERON, 1999, pp. 48 e 49.

⁴⁶ Cf. PAIM, A. *in* SCHWARTZMAN, 1982, p. 75.

A escolha do sítio para a Universidade do Brasil

Desde o século XIX já havia planos urbanos indicando áreas para uma futura universidade no Rio de Janeiro.

O primeiro deles, o Plano de Melhoramentos para a Cidade do Rio de Janeiro, veio no final no século XIX para promover o saneamento da cidade, pois as epidemias de febre amarela ocorriam com frequência. Este plano urbanístico foi elaborado pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, nomeada pelo imperador em 1874, da qual fazia parte Francisco Pereira Passos.

A proposta desta Comissão para sanear o vetor oeste de expansão da cidade (bairros de Cidade Nova, Engenho Velho, Andaraí e São Cristóvão), apresentada em 1875, era o de recolher as águas provenientes das montanhas e reuni-las formando uma grande bacia ou lago, do qual partiria o canal do Mangue, evitando-se assim, a formação de charcos. O local desta receptação ficaria entre a Rua do Andaraí Grande (atual Barão de Mesquita) e o Bulevar 28 de Setembro, onde se pensava em construir a Universidade do Rio de Janeiro, propondo a comissão também um horto botânico e um jardim zoológico. (BENCHIMOL, 1990, pp. 137-149 / grifos nossos). A área descrita estaria situada no atual bairro Maracanã ou no trecho entre este e Andaraí, de qualquer forma não muito distante da Quinta da Boa Vista, então residência imperial⁴⁷.

Quarenta e cinco depois deste plano do século XIX foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, embora não estivesse estabelecida em uma Cidade Universitária.

Ao final da década de vinte, as três instituições de ensino superior que integravam a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, permaneciam isoladas umas das outras: a Faculdade de Direito junto a Praça da República, a Escola Politécnica no Largo de São Francisco de Paula e a Faculdade de Medicina na Praia Vermelha (algumas das cadeiras práticas de medicina continuaram sendo ministradas na Rua Santa Luzia, junto à Santa Casa; a clínica psiquiátrica era ministrada no Hospício Nacional dos Alienados⁴⁸, situado na Praia Vermelha).

47

O então prefeito do Rio de Janeiro Antonio Prado Junior (período de 1926 a 1930) convidou em julho de 1927 o arquiteto do governo francês e secretário geral da "Société Française des Urbanistes" Donat-Alfred Agache para fazer uma série de conferências sobre o desenvolvimento e a remodelação das cidades e elaborar um programa geral de extensão, remodelação e de embelezamentos para a Cidade do Rio de Janeiro⁴⁹.

Agache propõe em seu plano para o Rio de Janeiro a criação de um centro universitário no bairro de Botafogo (Praia Vermelha), incluindo a Escola de Medicina. Em suas palavras: "núcleo universitário indispensável ao centro de cultura intelectual que o Rio de Janeiro constitui do fato da sua importância política e econômica" (AGACHE, [1930], p. 194). Os edifícios universitários deveriam satisfazer, segundo Agache, a duas condições essenciais: estarem espaçosamente instalados numa orientação salubre e possuírem comunicações fáceis com o centro da cidade.

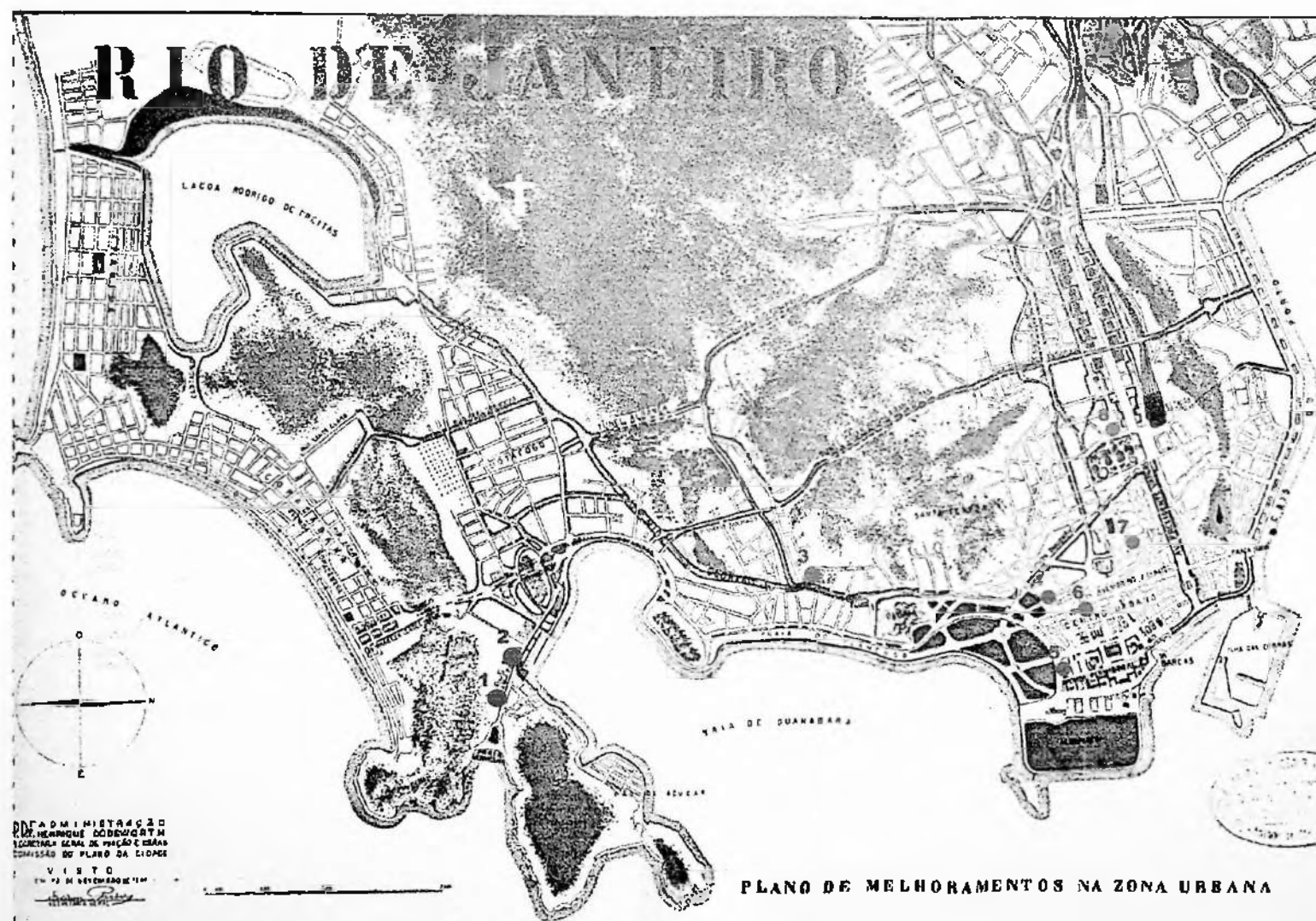
O local escolhido por Agache tinha cerca de 45 hectares (afora a Praia Vermelha e um edifício onde funcionara a Escola Militar)⁵⁰ e estava parcialmente ocupado pelo edifício da Escola de Medicina construído em

⁴⁷ A Quinta da Boa Vista foi residência da família real de 1816 até o final da monarquia. O parque da Quinta, com 378.000 m², foi projetado em 1876 por Auguste François Marie Glaziou. O Museu Nacional foi instalado em 1892, logo após a proclamação da República, e o Jardim Zoológico foi criado em 1945 (MACEDO, 2002, pp. 138 e 139).

⁴⁸ O Hospício D. Pedro II foi construído na chácara do Vigário Geral, de propriedade da Santa Casa de Misericórdia, sendo inaugurado em 1852; em 1890 passa a chamar-se Hospício Nacional dos Alienados, instituição que em 1944 é transferida para Jacarepaguá. Em 1949 a reitoria da Universidade do Brasil instala-se no prédio, conhecido como Palácio Universitário (sítio da Faculdade de Medicina da UFRJ).

⁴⁹ Arquitetos e desenhistas brasileiros auxiliaram o urbanista, entre os quais o estudante Afonso Eduardo Reidy (Santos, 1981, p. 100).

1918, por uma dependência do Ministério da Agricultura, pelo Instituto Benjamin Constant para cegos e pelo Hospital Nacional dos Alienados. Agache propunha a transferência destes dois últimos estabelecimentos para local mais afastado do centro da cidade e a demolição do Quartel da Praia Vermelha, reservando a área para o centro universitário.



Planta do Rio de Janeiro 1941 com a localização das unidades isoladas.

Fonte: Revista P.D.F. jul 1942, pp. 205 e 206

Legenda:

- | | |
|--|--|
| 1. Faculdade de Medicina / Praia Vermelha | 2. Instituto Benjamin Constant |
| 3. Faculdade de Filosofia (localização até 1942) | 4. Escola de Música |
| 5. Santa Casa | 6. Escola de Belas Artes |
| 7. Escola Politécnica | 8. Faculdade de Direito (a partir de 1937) |
| 9. Museu Nacional (Quinta da Boa Vista) | |

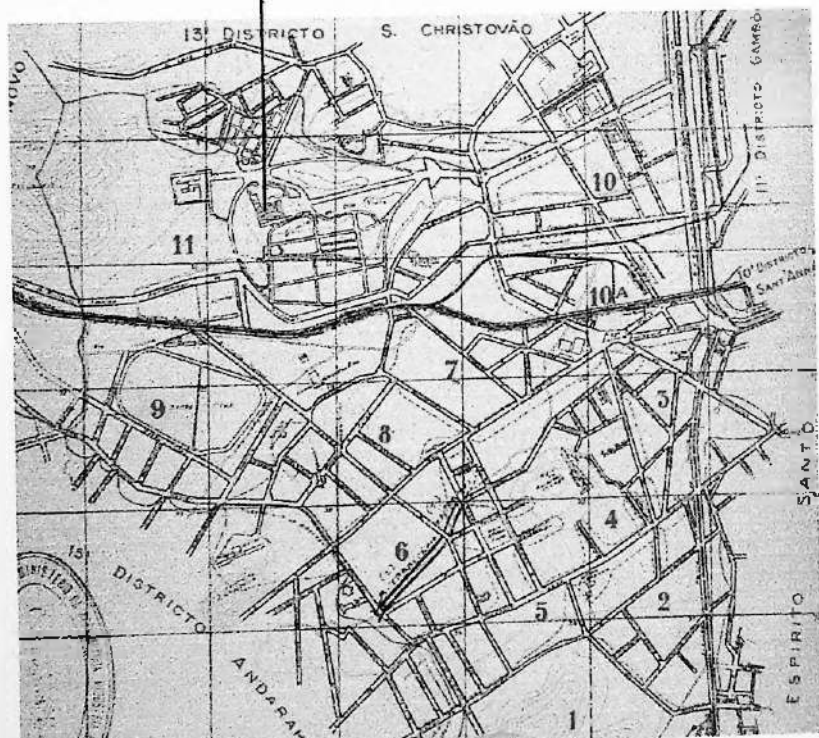
⁵⁰ O local escolhido, ao pé do morro da Babilônia, era delimitado pelas avenidas Pasteur e Wenceslau Braz e pela praça Juliano Moreira (Agache, [1930], p. 194).



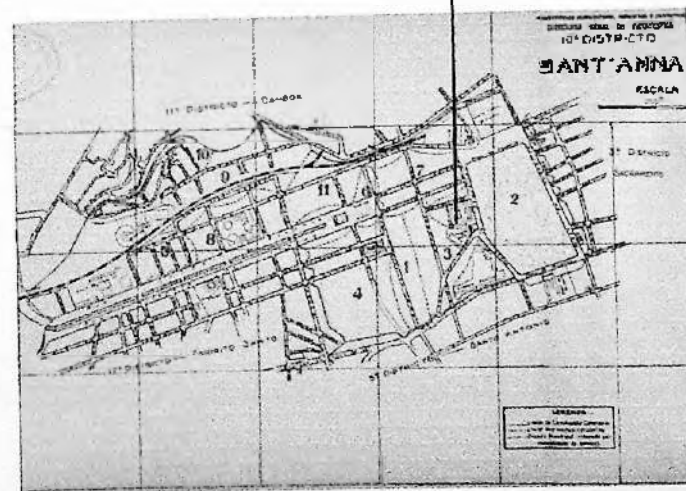
Museu Nacional. Quinta da Boa Vista.
 Fonte: site da Universidade Federal do Rio de Janeiro

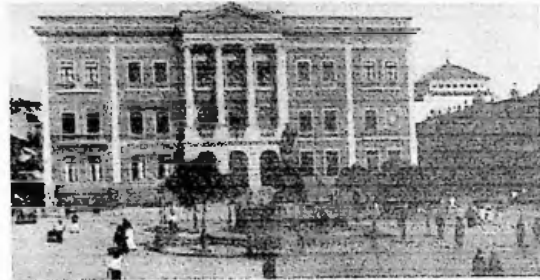


Faculdade Nacional de Direito
 Fonte: FRAIHA; LOBO, 2000, p.92.

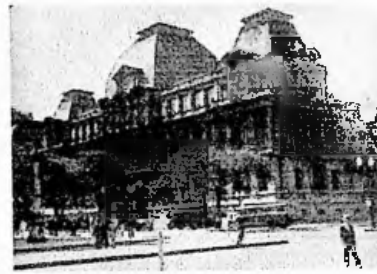


Planta Censo 1920. Fonte: Brasil. MAIC, 1920, sp.





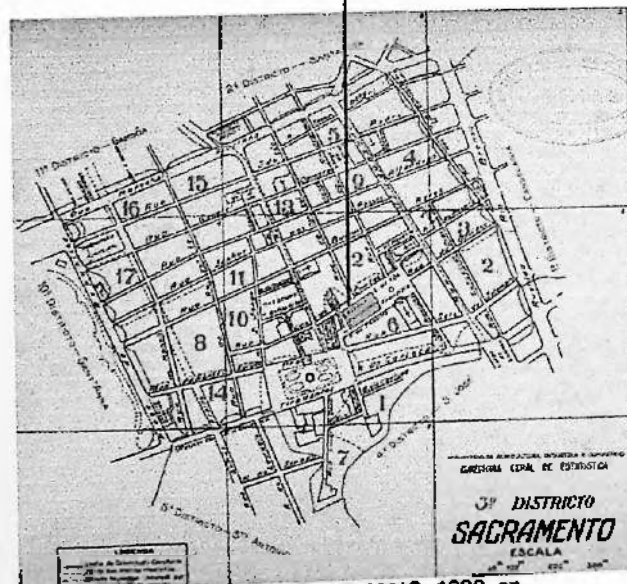
Escola Politécnica. Cerca de 1905.
Fonte: BARATA, 1973, fig. 18, sp.



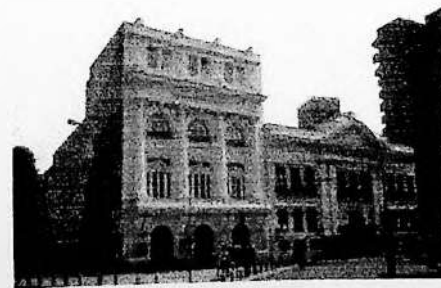
Escola Nacional de Belas Artes.
Fonte: CAMPOS, 1940, fig. Antes p. 424.



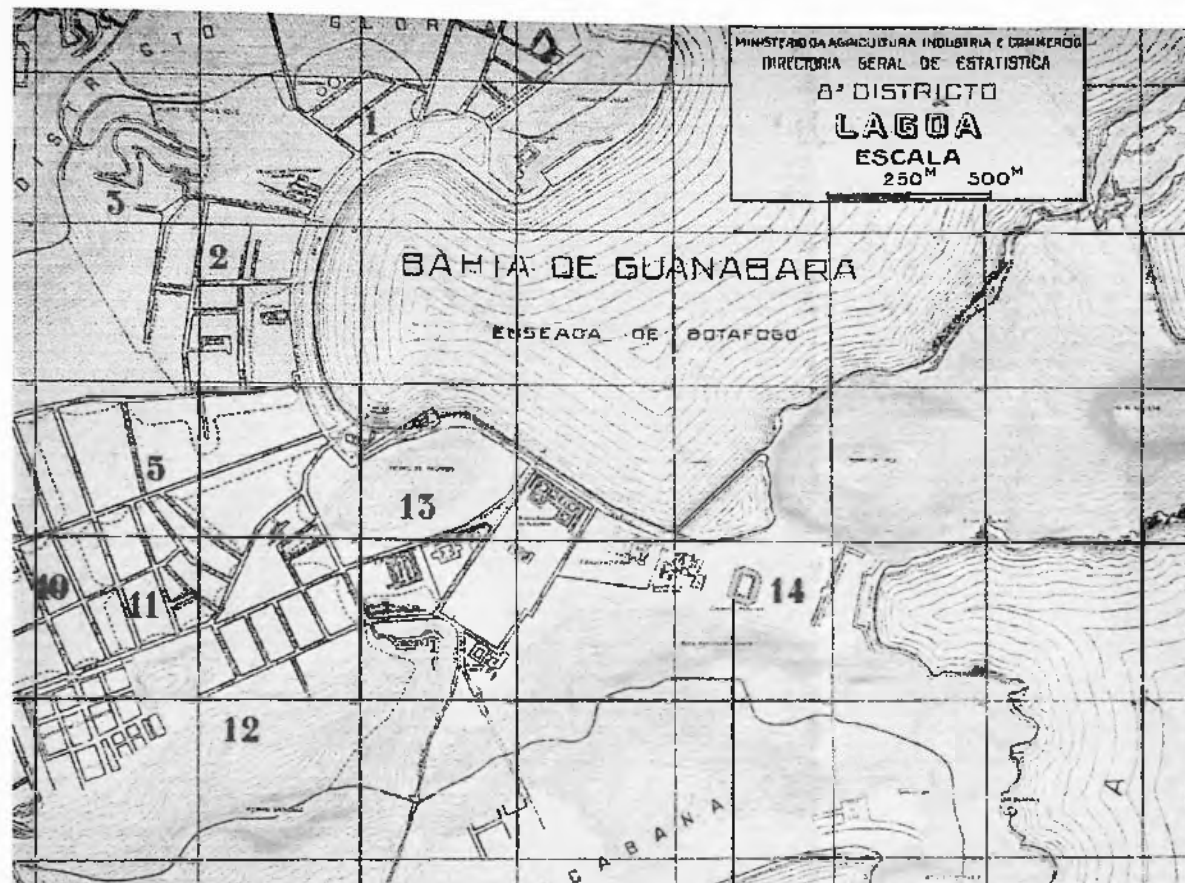
Santa Casa de Misericórdia.
Fonte: Rio de Janeiro. Prefeitura, 1922, p. 36



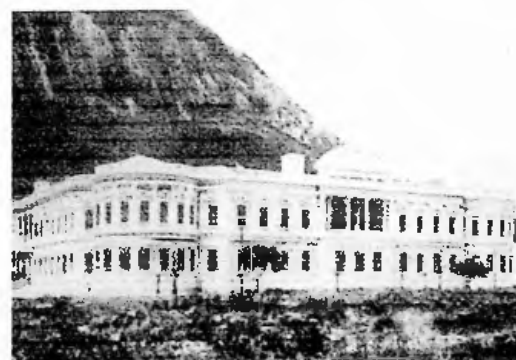
Planta Censo 1920. Fonte: Brasil. MAIC, 1920, sp.



Escola de Música da UFRJ.
Fonte: FRAIHA; LOBO, 2000, p.103



Planta Censo 1920. Fonte: Brasil. MAIC, 1920, sp.



Faculdade Nacional de Medicina. Praia Vermelha
Fonte: FAVERO, 2000, p. 120.

Na planta elaborada por Agache para o centro universitário, denominado em seu original de "Cité Universitaire" encontravam-se reunidos "em volta de repartições gerais e coletivas comuns a todos os departamentos da Universidade (Administração, Biblioteca e Museu Geral, Auditorium, etc.) os edifícios das diferentes seções do ensino, - ensino superior literário e histórico, ensino superior científico e ensino especial aplicado - tudo preparado de modo a garantir entre todos os grupos comunicações fáceis e contribuir ao aspecto grandioso do conjunto". (Agache, [1930], p. 194, grifos nossos)

Neste conjunto estava previsto, ao redor de um ginásio e de um terreno para esportes, um conjunto de habitações destinadas aos estudantes "para os quais cada estado do Brasil erigiria pouco a pouco um pavilhão ou uma dependência reservada aos seus conterrâneos de uma forma análoga ao que se faz em Paris na 'Cité Universitaire'" (idem, p.194). Completavam o conjunto proposto um clube de reuniões, uma pequena enfermaria e algumas habitações destinadas aos professores, na encosta do Morro da Babilônia.

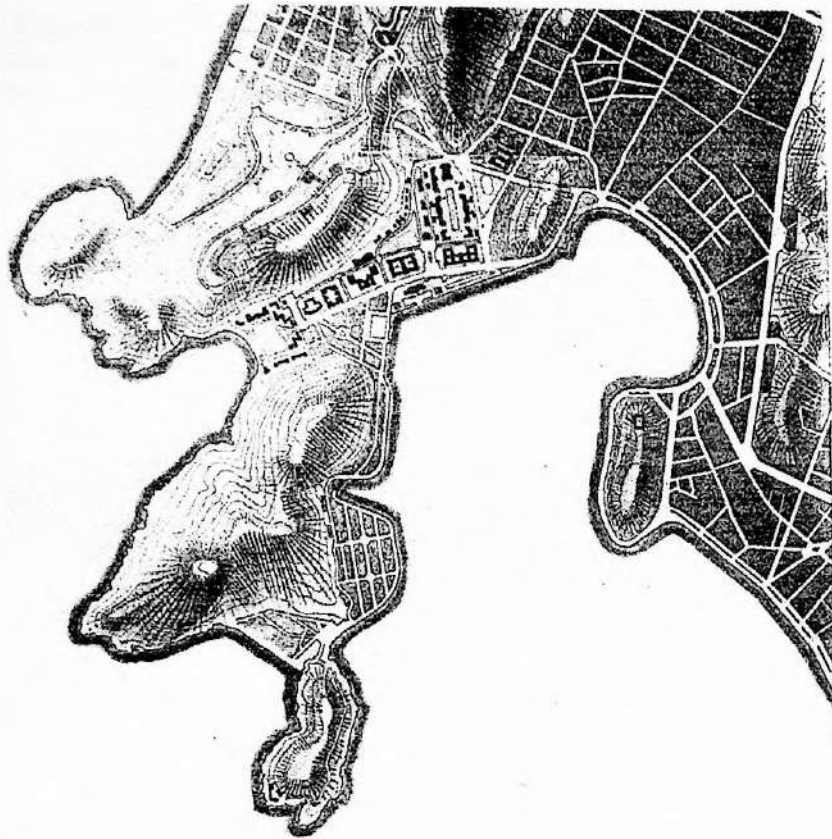
Conforme Agache: "Lentes e alunos gozarão, ali, de um asilo sossegado e agradável. Estarão nas proximidades e com comunicações fáceis com o centro da cidade permanecendo, ao mesmo tempo, afastados do barulho e do tráfego em consequência da configuração topográfica dos sítios; beneficiarão de uma situação pitoresca maravilhosa ao pé do Pão de Açúcar, aproveitando ao mesmo tempo dos esportes náuticos oferecidos pelo Oceano e a baía; terão a sua disposição exclusiva, uma praia que ocupa um dos mais belos recantos da margem e são, além disso, favorecidos pela constante frescura proveniente da correnteza de ar que passa entre o morro da Babilônia e o Penedo da Urca". E conclui: "Inútil dizer que esta centralização universitária não impede a criação de estabelecimentos dos diferentes graus de instrução nos diversos bairros de toda a aglomeração". (ibidem, pp. 196 e 197, grifos nossos).

Caso fosse concretizada a proposta de Agache para criação de um centro universitário, a Universidade do Rio de Janeiro poderia deixar de ser a simples junção de três escolas superiores de cunho profissional e passar a dispor de instituições efetivamente universitárias, bem como de estruturas administrativas e didáticas comuns.

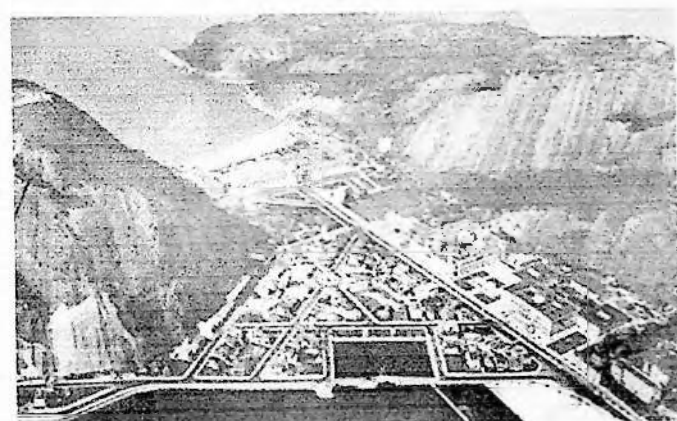
Agache propõe equipamentos esportivos e habitações para professores e para estudantes, o que propiciaria uma convivência universitária. Com a universidade situada em área urbana, a grande maioria dos estudantes provavelmente já disporia de moradia e os alojamentos seriam destinados apenas aos estudantes oriundos de outras áreas do país.

Como foi mencionado, o modelo imaginado por Agache para a Universidade do Rio de Janeiro prescindia da transferência das escolas superiores existentes para a Cidade Universitária da Praia Vermelha, a exemplo de Paris, onde as instituições de ensino superior estão próximas umas das outras, mas inseridas na malha urbana. A Escola Politécnica, a Faculdade de Direito e a Santa Casa, localizadas na área central do Rio de Janeiro, distavam cerca de quatro quilômetros da Praia Vermelha.

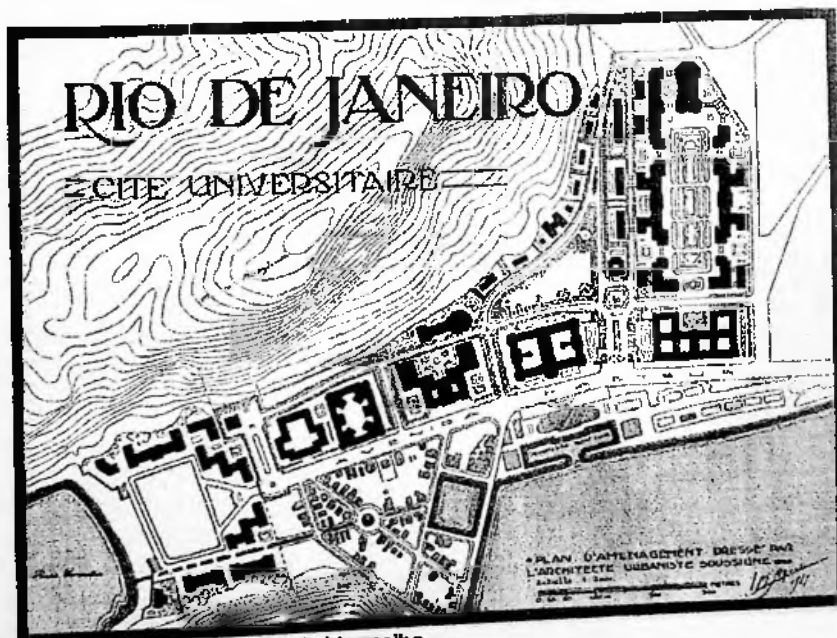
O Plano Agache foi reproduzido em capítulos nos números da *Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal* nos anos de 1933 e 1934. Ou seja, para esta instância de governo permanecia até então válido o plano, inclusive suas recomendações sobre o centro universitário.



Cidade Universitária proposta em 1929 por Alfred Agache
 Fonte: AGACHE, 1930; p. 193



Praia Vermelha e Urca. Configurada a partir de 1922
 Fonte: Rio de Janeiro. Prefeitura, 1992, p. 78.



Cidade Universitária na Praia Vermelha
 Fonte: AGACHE, 1930, p. 195

Em julho de 1935, quando foi instituída pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema uma comissão para estudar o problema da organização da Universidade do Rio de Janeiro, já havia esses antecedentes sobre a escolha do sítio para a Cidade Universitária.

Tinha havido também algumas alterações na Universidade do Rio de Janeiro. Em 1931, pelo decreto já mencionado, a União Federal ampliou esta universidade, que passara a ser integrada por nove escolas: a Escola de Minas de Ouro Preto, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Nacional de Música e por outras três, ainda inexistentes: Faculdade de Educação, Ciências e Letras⁵¹, Faculdade de Farmácia e Faculdade de Odontologia. A Escola Nacional de Belas Artes localizava-se à Avenida Rio Branco 199, em sede própria construída entre 1906 e 1908 e o Instituto Nacional de Música estava instalado desde 1919 à rua do Passeio 98, esquina do Largo da Lapa. Ou seja, as duas instituições existentes que foram integradas (com exceção da escola de Minas) também estavam situadas no centro do Rio de Janeiro.

O próprio ministro presidia a comissão e dentre seus quatorze membros estava o Reitor e professores da Universidade do Rio de Janeiro (Faculdade Nacional de Direito, Faculdade Nacional de Filosofia, Escola Nacional de Engenharia, Escola Nacional de Química, Escola Nacional de Belas Artes, Faculdade Nacional de Medicina e Escola Nacional de Música), Edgar Roquette Pinto (ex-diretor do Museu Nacional), um professor do Colégio Pedro II, o general Newton Cavalcanti e Ernesto de Souza Campos, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo⁵².

Uma subcomissão encarregada de preparar os assuntos a serem debatidos em plenário, sob a presidência do Ministro, foi destacada dos membros da comissão: Inácio Azevedo do Amaral (Engenharia), Jonatas Serrano (Colégio Pedro II), M. B. Lourenço Filho (Filosofia), José Carneiro Felipe (Química) e Ernesto de Souza Campos.

Conforme a ata da sessão inaugural da comissão encarregada de estudar o problema da organização da Universidade do Rio de Janeiro, realizada a 22 de julho de 1935, o Ministro dos Negócios de Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, que a presidia, afirmou que "imaginando dever a Universidade de congregar todos os setores da cultura e da técnica, havia chamado para o setor da Medicina o professor Rocha Vaz, uma das maiores figuras da medicina brasileira e o prof. Souza Campos, de São Paulo, nome que se tornou conhecido no Brasil inteiro pela sua capacidade em matéria de construção de escolas de medicina, pelo trabalho que realizou nesse sentido em S. Paulo e pelos estudos preciosísimos que fez neste sentido" (CAMPOS, 1938, p. 307, grifos nossos).

Souza Campos deveu sua inclusão na comissão da Universidade do Rio de Janeiro, pois, à repercussão da inauguração do edifício de laboratórios da Faculdade de Medicina em São Paulo, no início de 1931, noticiado pelo principal jornal paulista do período, *O Estado de São Paulo*. Anos antes, uma comissão da Faculdade de

⁵¹ A Faculdade de Educação, Ciências e Letras permaneceu sem existir de fato ainda por muitos anos. Uma Exposição de Motivos e Anteprojeto para a organização desta faculdade foram elaborados por uma Comissão especial nomeada pelo Reitor da Universidade do Rio de Janeiro e constituída pelos professores Pontes de Miranda, Miguel Osório de Almeida, Ignácio M. Azevedo Amaral, Leoni Kaseff e ministro Ronald de Carvalho e apresentados ao Conselho Universitário, em sessão de 20 de junho de 1934 (*Revista da Universidade do Rio de Janeiro*, n. 4-5, jun. 1934, apud FÁVERO, 2000, p. 127). Segundo este Anteprojeto "A Faculdade de Educação, Ciências e Letras destina-se a ampliar a cultura no domínio das ciências puras, de maneira a favorecer a prática de investigações originais, desenvolver a instrução científica e literária, aperfeiçoar os conhecimentos necessários ao exercício do magistério e sistematizar a educação técnica e científica para o desempenho das diversas atividades".

⁵² Ernesto de Souza Campos (1882-1970) foi conhecido estudioso de problemas educacionais, autor de vasta bibliografia, tendo chegado a ministro da Educação [em 1946] (PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, p. 53). Souza Campos formou-se engenheiro agrônomo pela Escola Politécnica em 1906 (XAVIER, 1999, p. 205). Souza Campos também diplomou-se médico pela Faculdade de Medicina de São Paulo. Foi assistente do Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos, Rio de Janeiro e no início da década de vinte permaneceu na universidade norte-americana Johns Hopkins cerca de dois anos e meio. Em 1925 fez parte de missão do Governo de São Paulo para estudo de organizações universitárias, visitando os Estados Unidos, Canadá e Europa; em 1934 conheceu as instituições universitárias do sul e da costa do Pacífico dos Estados Unidos, do Japão e da África do Sul. Tomou-se professor da Faculdade de Medicina de São Paulo e em 1930 o seu diretor; exerceu o cargo de Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo no ano de 1937 (CAMPOS, 1954, pp. 352, 362 e 371 e CAMPOS, 1938, pp. 5, 6 e 307).

Medicina de São Paulo constituída por Ernesto de Souza Campos, Benedito Montenegro e Luiz de Rezende Puech, financiada pela Fundação Rockefeller e pelo governo paulista, visitou cerca de duzentos institutos de ensino médico, integrados ou não em universidades e outros hospitais nos Estados Unidos, Canadá e Europa⁵³ (CAMPOS, 1954, pp. 364 a 366).

Souza Campos também integrou uma comissão encarregada de estudar o problema da localização da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, constituída pelo governador do Estado de São Paulo Armando de Salles Oliveira em junho de 1935, um mês antes da criação da comissão do Rio de Janeiro (CAMPOS, 1954, p. 157). Souza Campos passou alguns anos dividindo suas atividades entre São Paulo e Rio de Janeiro, participando da escolha do local e dos planos para construção das cidades universitárias da Universidade do Rio de Janeiro, depois denominada Universidade do Brasil, e da Universidade de São Paulo.

A participação de Souza Campos foi decisiva para as cidades universitárias da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil, quanto à localização e dimensionamento da gleba e à escolha de projetos para as mesmas. No Rio de Janeiro, o abandono da Praia Vermelha como local para a Cidade Universitária, a rejeição do projeto de Le Corbusier e do projeto de Lúcio Costa e equipe para a Universidade do Brasil e a aprovação do projeto elaborado pelos arquitetos italianos Marcello Piacentini⁵⁴ e Vittorio Morpurgo⁵⁵ para esta mesma universidade tiveram sua ativa participação. Em São Paulo foi o maior responsável pela definição do local final da Cidade Universitária da USP e pela substituição do Plano de 1945-47 por outro com menores qualidades em relação à integração universitária e convivência.

A comissão encarregada da organização da Universidade do Rio de Janeiro preliminarmente analisou sobre a carta da cidade algumas possibilidades para a escolha do terreno. Quatro áreas foram selecionadas: terreno da Praia Vermelha, terreno da Quinta da Boa Vista e ainda outros dois terrenos, na área urbana sul, situados no Leblon e na Gávea. Para os quatro terrenos foram elaborados relatórios do engenheiro Morais Vieira.

A convite do Ministro da Educação e Saúde, o arquiteto e professor italiano Marcello Piacentini, que tinha projetado e estava concluindo as obras da Universidade de Roma, veio ao Brasil em agosto de 1935, e elaborou um relatório classificando os terrenos em estudo:

- Em primeiro lugar o terreno da Praia Vermelha para o qual o urbanista Alfred Agache havia projetado uma Cidade Universitária de programa mais modesto, mas que seria ampliado com aterro sobre o mar;
- Em segundo lugar o terreno entre a Quinta da Boa Vista e o Morro do Telégrafo (Morro da Mangueira), acrescido de uma porção além ferrovias Central do Brasil e Leopoldina, abrangendo o Derby Club e adjacências.

⁵³ Na volta desta viagem de estudos, foi criado um Escritório de Obras, cuja direção ficou a cargo de Ernesto de Souza Campos, para elaboração dos projetos e execução do edifício de laboratórios e do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina. Para a construção dos laboratórios, com recursos doados pela Fundação Rockefeller, foi escolhida por concorrência a firma Ramos Azevedo & Cia. O Hospital das Clínicas foi construído anos depois, tendo sido remodelado o projeto original e com o escritório de obras sob outra direção (CAMPOS, 1954, pp. 368 a 372).

⁵⁴ Marcello Piacentini, romano nascido em 1881, cursou a Academia Romana de São Luca, foi membro da Real Academia da Itália, presidente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Roma, diretor da revista oficial do Sindicato Fascista dos Arquitetos Italianos (*Architettura*), responsável pelo curso "Edilizia cittadina e arti dei giardini" na então recente Scuola Superiore de Architettura de Roma, tendo Gregori Warchavchik e Rino Levi entre seus alunos e Warchavchik como seu assistente. Autor do plano regulador da Cidade Universitária de Roma, elaborou também os edifícios da Reitoria, Biblioteca e Sala Magna (os demais edifícios foram elaborados por colaboradores), dirigiu a construção da Cidade Universitária de Roma.

⁵⁵ Vittorio Ballio Morpurgo, engenheiro-arquiteto nascido em Roma em 1890, cursou engenharia e as aulas de arquitetura no Instituto de Belas-Artes desta cidade. Foi professor na faculdade de engenharia de Roma, no curso superior de arquitetura (arquitetura de interiores) e a partir de 1936 catedrático no Politécnico de Turim.

Apesar do parecer de Piacentini, a subcomissão de professores solicitou do ministro Capanema em agosto de 1935 o levantamento e cadastramento dos terrenos da Praia Vermelha e da Quinta da Boa Vista, a fim de permitir um exame comparativo. Foram nomeadas duas turmas de engenheiros para fazer o levantamento provisório e a avaliação do custo de preparação de cada área. Os relatórios sobre cada um dos terrenos foram apresentados em janeiro de 1936 à Comissão Geral dos Professores.

Uma comissão menor nomeada por Capanema dentre estes professores (Raul Leitão da Cunha - Reitor da UB, Juvenil da Rocha Vaz, Inácio Azevedo do Amaral, Luiz Cantanhede de Carvalho e Almeida e Ernesto de Souza Campos) examinou os documentos e apresentou em fevereiro de 1936 um relatório⁵⁶ no qual escolhiam o local da Quinta da Boa Vista. Este relatório foi então debatido em três sessões consecutivas da Comissão Geral de Professores, presidida por Capanema e aprovado, com os seguintes argumentos:

- 1) Área maior do que a Praia Vermelha, orçando os terrenos da Quinta em um total de 2.300.000 metros quadrados [230 ha];
- 2) Economia no custo de aquisição e preparo do terreno, quase todo já pertencente à União.
- 3) Facilidade de execução do trabalho por estar quase todo o terreno livre.
- 4) Posição em relação à cidade, constituindo a região da Quinta quase o baricentro da metrópole brasileira.
- 5) Facilidades de vida mais barata para os estudantes nem só por condições próprias do bairro como pela facilidade de comunicação com os subúrbios. Com o local escolhido terá a Universidade uma estação no seu interior.
- 6) Dificuldades relativas ao outro local – o da Praia Vermelha – entre as quais a necessidade de grandes demolições e de avanço para o mar para obtenção de um terreno para a área desejável. Esta foi calculada pela comissão em um mínimo de um milhão de metros quadrados [...] (CAMPOS, 1940, pp. 391 a 393, grifos nossos).

56

As áreas mencionadas nos argumentos 1 e 6 da Comissão demonstram que o modelo que se pretendia era o de universidade parque, em contraposição ao modelo proposto por Agache de uma universidade inserida na cidade, a custo bem menor (além da disponibilidade de infra-estrutura e serviços, seria possível à Universidade utilizar os edifícios do Instituto Benjamim Constant e do Hospital Nacional dos Alienados, após a transferência destes usos para outros locais).

O item 2 do mesmo relatório se revelaria anos depois não fundamentado (ao menos o Governo Federal alegaria custos de desapropriação para abandonar os terrenos junto à Quinta).

A comissão especial justificava a dimensão indicada para a Cidade Universitária comparando-a com outras: se a Universidade de Roma tinha em torno de 20 hectares, argumentava, não fora resolvido o caso de toda a universidade, pois não figuravam no novo centro de estudos a escola de engenharia, etc. Além disto, a Cidade de Roma era repleta de construções, o que deveria dificultar a existência de extensas áreas sem uso. (CAMPOS, 1940, p. 393)

⁵⁶ O relator foi Ernesto de Souza Campos (CAMPOS, 1938, p. 18).



Piano Agache – Rio de Janeiro

Fonte: TSIOMIS, 1998, p. 100

Legenda:

1. Cidade Universitária na Praia Vermelha
2. Aterro junto à Quinta da Boa Vista
3. Centro da Cidade, com as propostas do Plano Agache

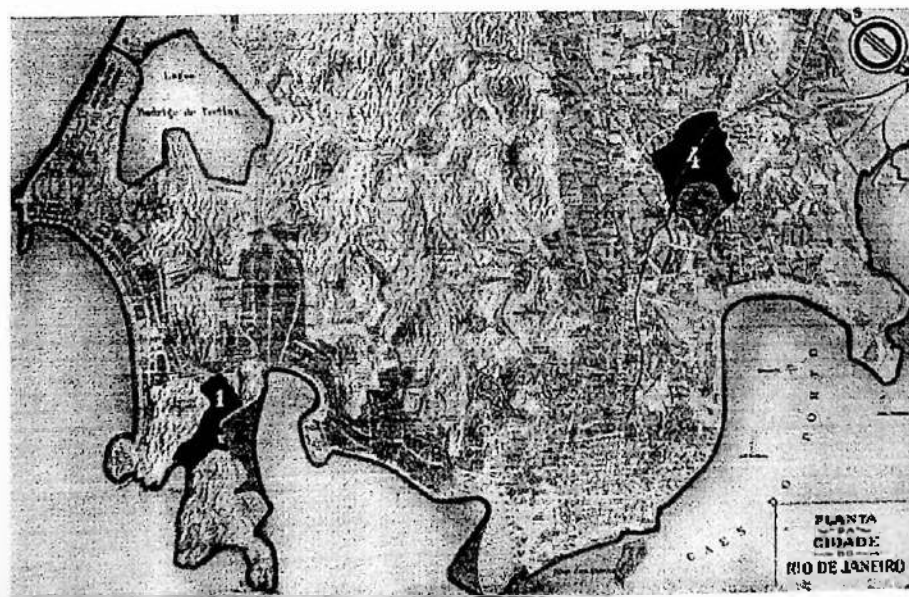
O argumento de Ernesto de Souza Campos (1940, pp. 393 e 394) era o seguinte: "Na América, com a largueza dos nossos territórios, teríamos de preferir o exemplo americano, de Universidade parque". Campos citava como exemplos as áreas de diversas universidades, principalmente norte-americanas:

Universidades	Terreno (m2)
Stanford, Califórnia	Quase 35.000 mil (3.500 ha)
Michigan	19.000 mil (1.900 ha)
Louisiana	13.000 mil (1.300 ha)
Illinois	9.000 mil (900 ha)
Cornell	6.000 mil (600 ha)
Madrid	3.600 mil (360 ha)
Iowa	1.500 mil (150 ha)

Souza Campos prosseguia em seu raciocínio: a relação entre a área ocupada pelas construções e pelo parque seria de 1 para 10, ou seja, um total de 100.000 metros quadrados para projeção horizontal dos edifícios, num Cidade Universitária universitário de um milhão de metros quadrados, valores que considerava como mínimos para terreno e construções de uma universidade de porte razoável⁵⁷.

Este baixo índice de ocupação do terreno proposto por Souza Campos poderia dificultar a integração universitária e a convivência, caso se optasse por distribuir as edificações no território, ao invés de agrupá-las, deixando o restante do terreno para área verde e/ou expansão.

A revista *Arquitetura e Urbanismo*, órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil, em seu número 2, de julho e agosto de 1936, informou sobre a escolha do terreno para a Cidade Universitária; um mapa da cidade do Rio de Janeiro com as áreas em estudo na Praia Vermelha e na Planície da Mangueira ilustrava a matéria.



Terrenos estudados para a Universidade do Brasil em 1936

Fonte: *Arquitetura e Urbanismo* Ano I número 2, jul.ago. 1936, p. 53.

Legenda Praia Vermelha 1. terrenos a desapropriar 2. Zona a aterrar
Planície da Mangueira 3. Quinta da Boa Vista 4. Terrenos disponíveis

⁵⁷ Aparentemente estes exemplos estrangeiros e o índice de ocupação faziam parte do relatório sobre o terreno para a Universidade do Rio de Janeiro, depois denominada Universidade do Brasil, mas a redação em CAMPOS, 1940, pp. 393 e 394 deixa margem a dúvida. Poderiam ter sido acrescentadas pelo autor quando da redação da obra *Educação Superior no Brasil*.

Decidira-se, pois, estabelecer a Universidade em local próximo da área escolhida para esta finalidade pelo Plano de 1875, no vetor norte de expansão da cidade. Abandonava-se neste aspecto o Plano Agache.

O sítio escolhido para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil tinha a seguinte conformação: de um lado o terreno era limitado pelo Morro do Telégrafo (Morro da Mangueira), de outro pela colina dos jardins da Quinta da Boa Vista, no meio havia uma área plana. Nas outras duas extremidades, o terreno da Cidade Universitária confrontava com bairros residenciais. O terreno era atravessado pela Estrada de Ferro Central do Brasil e pela Leopoldina Railway, cujos leitos seguiam paralelos em uma única trincheira.

A descrição de Lúcio Costa sobre o terreno escolhido para a Cidade Universitária em carta de 26 de janeiro de 1936 a Le Corbusier: "[...] o terreno, que é cortado em dois por 8 linhas férreas (trens de subúrbio, de 3 em 3 minutos) e de onde não se vê nem mesmo o mar – de resto, uma boa escolha para qualquer outro lugar que não fosse o Rio. Na verdade, não há outro desse tamanho disponível⁵⁸. Lembra-se do Rio: as montanhas, o mar – as construções tomaram o resto" (*apud* GOROVITZ, 1989, Anexo, p. 58, grifos nossos).

Um ano depois, a lei nº 452 de 5 de julho de 1937, que organizou a Universidade do Brasil, oficializou o terreno destinado à Universidade, que teria área de dois milhões e trezentos mil metros quadrados (230 hectares).

A lei nº 452 estabelecia ainda que o poder executivo providenciaria no sentido de serem entregues à administração federal os terrenos da Quinta da Boa Vista e outros de propriedade da União, que estavam na posse ou sob a administração da Prefeitura do Distrito Federal. Os jardins da Quinta da Boa Vista seriam incorporados à Universidade do Brasil, e seriam por ela guardados e conservados, como parte do patrimônio histórico nacional, continuando permitida a visitação pública. Os serviços públicos federais do Ministério da Guerra, do Ministério da Agricultura e do Ministério da Viação e Obras Públicas, seriam transferidos para outros lugares, bem como seriam adquiridos por compra, doação ou desapropriação por utilidade pública, os imóveis pertencentes a particulares.

Existiram bases cartográficas confiáveis para embasar a escolha do sítio da Universidade do Brasil em 1936. Mas em 1941 o ministro Capanema encomenda um novo estudo para o terreno da Cidade Universitária e o motivo apresentado foi o custo da desapropriação dos terrenos junto à Quinta da Boa Vista.

O professor Ernesto de Souza Campos, procurando demonstrar que seria possível localizar a Cidade Universitária sem necessidade de aquisição de terrenos, além da área do antigo Derby Clube, cuja compra já estaria definitivamente resolvida, elaborou com o [engenheiro] arquiteto Hipólito Pujol Junior⁵⁹ um projeto alternativo para implantação da Universidade na gleba Quinta-Mangueira (GOROVITZ, 1989, p.113). O que este projeto excluía era um quartel, uma fábrica, uma parte da colina onde se pensava construir as ciências médicas e uma faixa junto ao bairro Maracanã.

⁵⁸ O comentário de Costa indica sua aceitação do dimensionamento proposto para a Cidade Universitária, embora prefira outro local, como chega a sugerir ao Ministro Capanema: uma cidade universitária sobre palafitas na Lagoa Rodrigo de Freitas. A Arquitetura Moderna, em especial Le Corbusier, propõe amplos espaços livres entre edifícios, o que também ocorre nos campi norte-americanos ou na Cidade Universitária de Madrid, que serviram de modelo para o dimensionamento da Universidade do Rio de Janeiro.

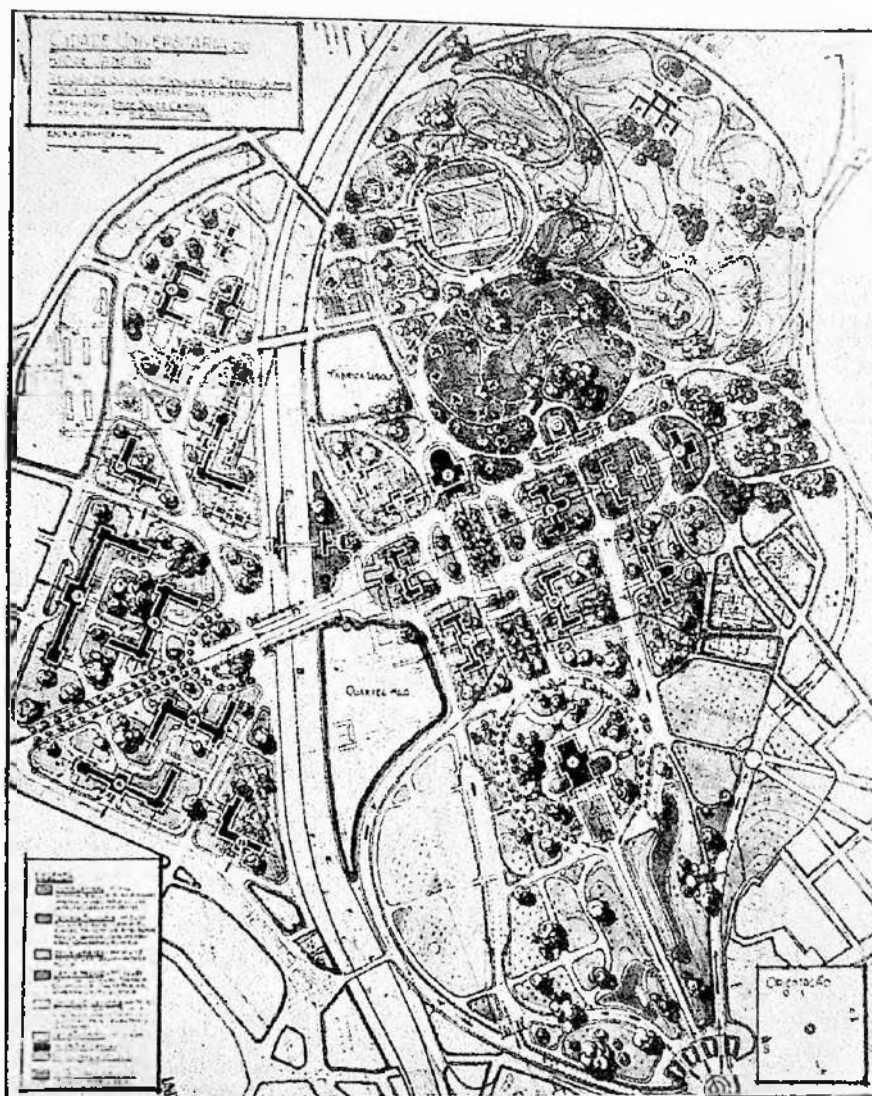
⁵⁹ O engenheiro Hipólito (Hyppolito) Gustavo Pujol Junior (1880-1952) colaborou com Wilhelm Fischer da ETH-Zurich, que veio dirigir o Gabinete de Resistência dos Materiais da Escola Politécnica de São Paulo em 1903, na supervisão de uma série de ensaios feitos por alunos sobre os materiais então em uso corrente na construção civil: pedras, tijolos, telhas, madeiras, cais e o primeiro cimento nacional. Em 1907 Pujol Junior realizou na Escola Politécnica os primeiros ensaios metalográficos brasileiros (*site* da Escola Politécnica da USP). Ernesto de Souza Campos deve ter conhecido Pujol Jr. nesta época, quando frequentou o curso de Engenheiros Agrônomos da Escola Politécnica, de 1902 a 1906.



Foto aérea das áreas, junto à Quinta da Boa Vista, destinadas à Universidade do Brasil
Fonte: PDF número 3, vol. IV, mai. 1937, p. 118



Mapeamento aerofotogramétrico das áreas destinadas à Universidade do Brasil
Fonte: TOGNON, 1999, p. 99



Plano Pujol Junior - Souza Campos para a Universidade do Brasil entre 1939 e 1941
 Fonte GOROVITZ, 1989, 1. volume, p. 113


Foi inútil a tentativa, entretanto, pois foi reaberta a discussão sobre o local para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil, com a inclusão de outras possibilidades, como a fazenda Valqueire.


Porém podem ter existido outros fatores pesando nesta decisão. A nova conjuntura internacional fez com que a parceria comercial brasileira com a Alemanha fosse substituída pela relação com os Estados Unidos⁶⁰. Neste novo contexto econômico e político parece inoportuna a execução de um projeto para a universidade brasileira elaborado por um profissional ligado ao Estado italiano fascista, como Piacentini.

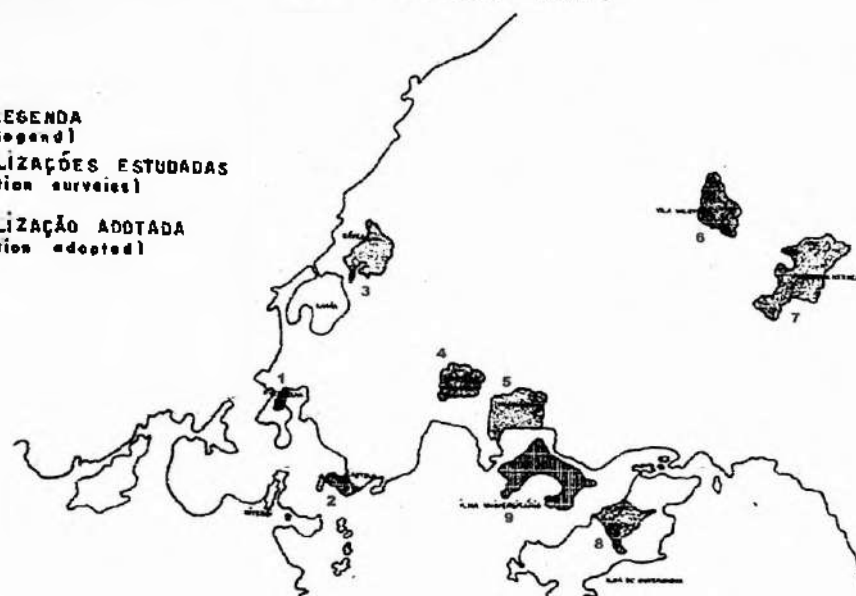
⁶⁰ Após 1934 a Alemanha tomara-se a principal compradora de algodão brasileiro e o segundo mercado para o café nacional e em 1938 vinham desta nação 25% das importações brasileiras, contra 24% dos EUA (FARIA, 1982, pp. 50 e 53). O Brasil torna-se o principal fornecedor de matérias-primas e materiais estratégicos para os Estados Unidos a partir de dezembro de 1941 (quando ocorre o ataque a Pearl Harbour), e declara guerra em 31 de agosto de 1942 à Alemanha e à Itália (MACHADO, 1980, pp. 204 e 205).

ESTUDOS SÔBRE A LOCALIZAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA
(LOCATION SURVEY OF UNIVERSITY CITY)

LEGENDA
(legend)

 LOCALIZAÇÕES ESTUDADAS
(location surveys)

 LOCALIZAÇÃO ADOPTADA
(location adopted)



Estudos sobre a localização da Universidade do Brasil.

Fonte: CONSULTEC, 1966, p. 6-8

1. Praia Vermelha 2. Castelo 3. Gávea 4. Quinta da Boa Vista 5. Manguinhos
6. Vila Valqueire 7. Marechal Hermes 8. Ilha do Governador 9. Ilha Universitária

Fonte: Escritório Técnico da UFRJ

Foto aérea das ilhas que formaram o campus da Universidade do Brasil

No mesmo ano de 1941 há o concurso público para o projeto do Estádio Nacional, do qual Niemeyer participa, e na Copa de Futebol de 1950 o Maracanã já ocupava o que tinha sido o espaço do Derby Clube e que fora destinado durante alguns anos à Universidade do Brasil.

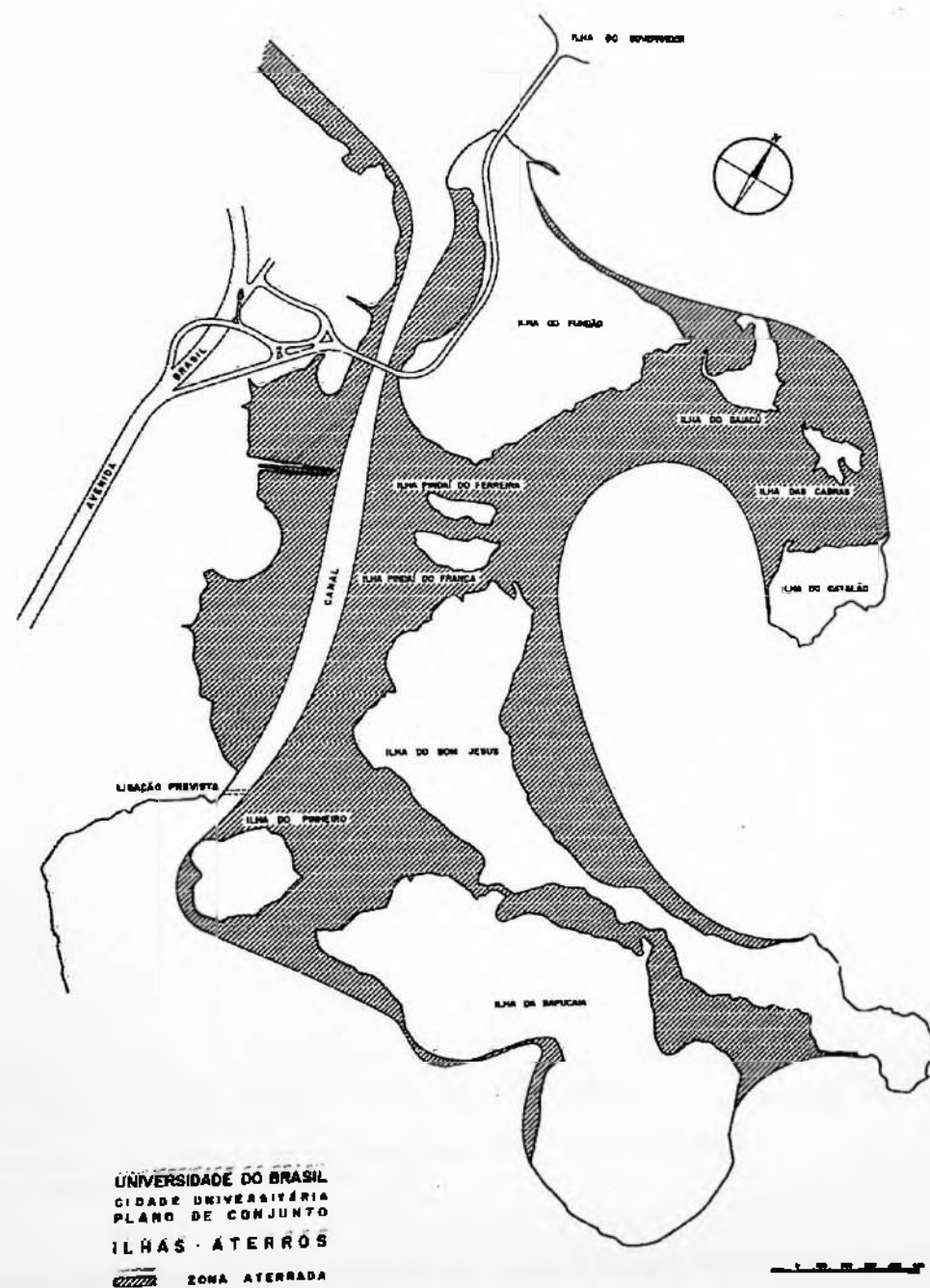
62



Quinta da Boa Vista e Maracanã.
Fonte: Rio de Janeiro, Prefeitura, 1992, p. 120

Em 30 de dezembro de 1944 foi extinta a Comissão do Plano da Universidade do Brasil, sendo criado para substituí-la, o Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, sob a chefia do Engenheiro Horta Barboza. Em 1945 é transferida por decreto-lei a localização da Cidade Universitária para um terreno

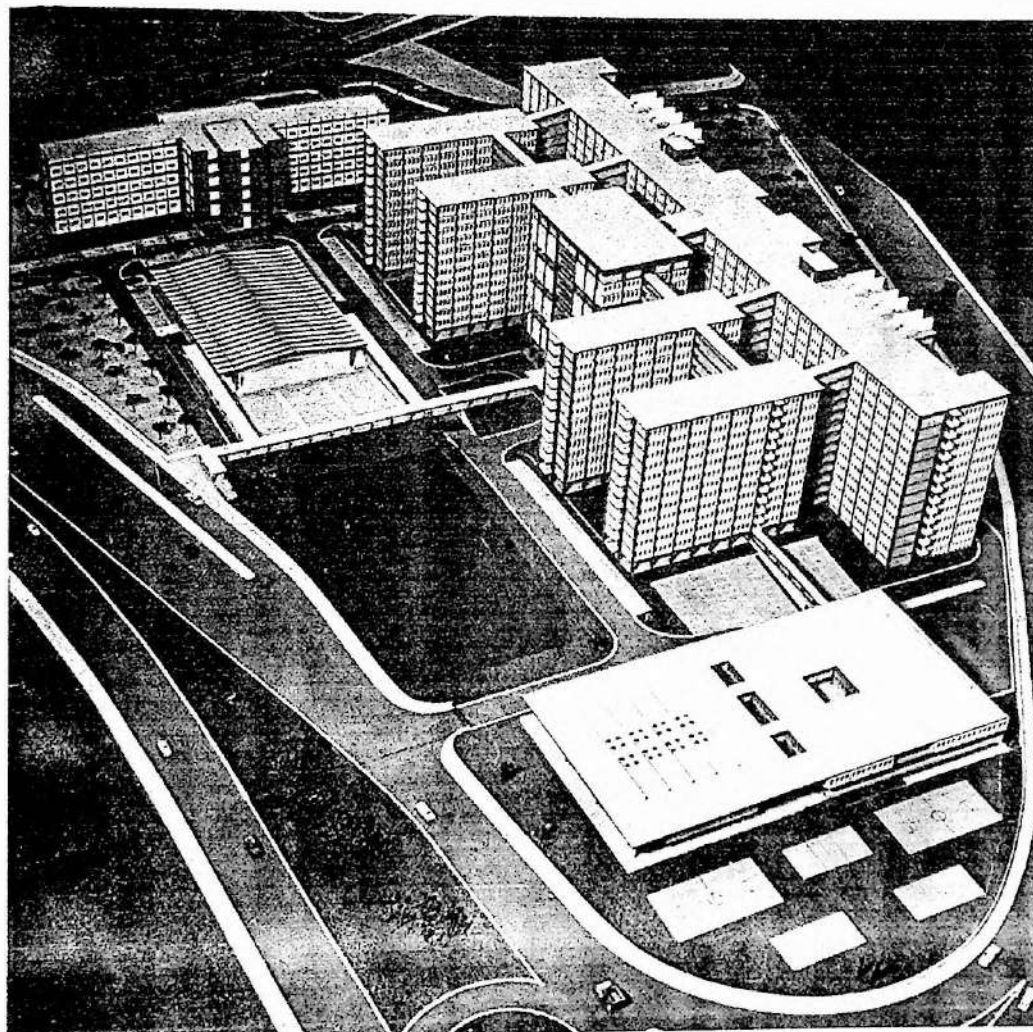
formado pela interligação de nove ilhas⁶¹, mediante aterro, dentre elas a do Fundão, onde finalmente foi erigida a Universidade (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), com projeto elaborado por equipe chefiada pelo arquiteto Jorge Moreira Lima.



Universidade do Brasil - Ilhas Aterros
Fonte: SILVA, 1950, figura entre páginas 38 e 39

⁶¹ A área desta Cidade Universitária é de cerca de 560 hectares, ou seja, duas vezes e meia maior que as áreas anexas à Quinta da Boa Vista (considerando-se os 230 hectares citados na lei nº 452 de 05/07/1937, de organização da Universidade de Brasil; caso fosse considerada a área de 108 hectares do projeto de Le Corbusier, seria 5 vezes maior).

Por ironia, num espaço junto ao Maracanã foi construída em 1973 a Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro, numa solução verticalizada de blocos interligados, com doze pisos sobre pilotis. Projeto dos arquitetos Flávio Marinho Rego e Luiz Paulo Conde.



Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ
Construída em parte na área destinada na década de 30 à Universidade do Brasil.
Fonte: *Projeto e Construção*, n. 26, 1973, p. 23.

A gleba definitiva para a Universidade do Brasil foi escolhida tendo como principal fator o seu baixo custo, pois poucos eram os terrenos que necessitavam expropriação, a maior parte era propriedade da Marinha; o custo para transformar as várias ilhas em um único terreno dotado de infra-estrutura e de acesso terrestre parece não ter pesado na decisão.

A escolha do Fundão para a Universidade do Brasil teve paralelo na decisão tomada anos antes sobre a gleba para a Cidade Universitária da USP: utilizou-se uma área livre de desapropriações, mas periférica e necessitando terraplenagem e infra-estrutura para abrigar a Universidade.

Os primeiros estudos para a localização da Cidade Universitária da USP

Foi criada uma comissão para estudar a localização da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo em 1935, como já mencionado. Esta comissão paulista era presidida pelo Reitor da Universidade de São Paulo, Prof. Reynaldo Porchat, e composta pelos professores Ernesto Leme, Ernesto de Souza Campos, Fernando de Azevedo, Alexandre de Albuquerque, Afrânio do Amaral, respectivamente representantes da Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Instituto de Educação, Escola Politécnica, Instituto Butantã, e por Mário de Andrade, do Departamento de Cultura (CAMPOS, 1954, p. 157, grifo nosso).

O Instituto Butantã tinha representante na Comissão porque era órgão complementar da Universidade desde 1934. Era desejável, mas não indispensável, sua proximidade da Cidade Universitária.

Criada no mês de junho, esta comissão desincumbiu-se rapidamente de sua tarefa: reuniu-se diversas vezes nos meses de junho, julho e agosto de 1935, tendo chegado à seguinte decisão unânime: foi escolhida a área de terreno compreendida entre a Faculdade de Medicina e o Instituto Butantã (CAMPOS, 1954, p. 157). Nada foi concluído, porém, sobre o dimensionamento da Cidade Universitária, a descrição do seu perímetro ou o custo das desapropriações.

Conforme ata da primeira sessão da comissão, Ernesto de Souza Campos propôs os terrenos entre a Faculdade de Medicina e o Instituto Butantã, tendo consultado o Departamento Central de Estatística Imobiliária. Segundo Souza Campos, o diretor da Estatística Imobiliária considerou esta zona aproveitável para o fim em questão por não ser de preço elevado. Souza Campos lembrou a necessidade de ser considerada uma área de extensão conveniente e acentuou que os terrenos ocupados pela Faculdade de Medicina, Instituto de Higiene e Hospital de Isolamento eram indispensáveis para a execução completa do programa de ensino médico, nada sobrando para a localização das restantes instituições universitárias (CAMPOS, 1954, p. 157, grifos nossos).

Ainda nesta primeira sessão Souza Campos lembrou a conveniência da centralização dos diversos institutos universitários (ou seja, de uma cidade universitária), ressaltando que no caso de uma localização afastada do centro urbano a Faculdade de Medicina deveria permanecer no Araçá.

Na segunda sessão da comissão encarregada de estudar a localização da Universidade de São Paulo, em julho de 1935, Souza Campos apresentou dados relativos às áreas de vinte e oito universidades norte-americanas e sugeriu a área de 200 alqueires para a Universidade de São Paulo (sendo alqueires paulistas, esta área corresponderia a 484 hectares). Souza Campos e o professor Alexandre Albuquerque se ofereceram para apresentar uma planta acompanhada de uma exposição de motivos sobre a área necessária, localizada de acordo com a resolução da Comissão, nos terrenos compreendidos entre o divisor das águas dos rios Pinheiros e Tietê e a margem direita do rio Pinheiros (CAMPOS, 1954, p. 158).

Na terceira sessão o professor Ernesto Leme comunicou à comissão o pronunciamento unânime da Congregação da Faculdade de Direito, contrário à transferência da Faculdade para o local em que for instalada a Universidade, por motivos sentimentais e jurídicos: quanto a estes últimos, o edifício da Faculdade de Direito não poderia ser alienado, pois fora cedido para uso exclusivo daquela instituição, inicialmente pela Ordem de São Francisco ao Governo Imperial e depois do Governo Federal ao Estadual (CAMPOS, 1954, p. 159). Uma saída jurídica para a questão da transferência indesejada.

Souza Campos em relatório apresentado à comissão de estudo da localização da Cidade Universitária em 30 de agosto de 1935 definiu o que considerava o modelo físico universitário ideal, no qual haveria:

- Centralização: todas as organizações de educação, instrução profissional, pesquisas e institutos auxiliares universitários deveriam ser centralizados em uma cidade universitária; e
- Setorização: na Cidade Universitária seria promovida a aproximação administrativa e didática dos órgãos com maior afinidade recíproca, através da aproximação material e coordenada de suas instalações. Seriam formados grupos ou setores contendo, cada um, escolas e institutos inter-relacionados (CAMPOS, 1938, pp. 194 e 195 e CAMPOS, *História da Universidade de São Paulo*, p. 175).

Estas diretrizes de Souza Campos não previam uma interface física de todos os setores, para evitar que se localizassem distantes uns dos outros (a área de expansão de cada setor poderia isolá-lo dos demais). Esta preocupação deveria ser maior no caso de cidades universitárias com extensas áreas territoriais, pois a possibilidade de dispersão dos vários setores seria maior.

A centralização universitária já teria a exceção da Faculdade de Direito, que se recusava a deixar o centro urbano. Quanto à Faculdade de Medicina, instalada poucos anos antes em edifício construído especialmente para seu uso no Araçá, com aporte de verbas da Fundação Rockefeller, procurava-se adequar o todo à parte, isto é, encontrar áreas contíguas ao centro médico para a Cidade Universitária da USP.

Não foi aventada pela Comissão nenhuma outra região urbana para localizar a Cidade Universitária, como por exemplo, nas proximidades da Escola Politécnica. Anos mais tarde o arquiteto Christiano Stockler das Neves iria propor que a Cidade Universitária fosse construída no Campo de Marte⁶².

Podé-se verificar nas plantas SARA da cidade de São Paulo, ano 1930⁶³, alguns aspectos da área entre o espigão e o rio Pinheiros:

- A área no entorno imediato do Centro Médico do Araçá estava loteada e com construções em 1930 e / ou apresentava relevo acidentado;
- O leito natural do Rio Pinheiros ao longo da Fazenda Butantã (de propriedade do Estado) fazia muitas voltas, alagando áreas consideráveis principalmente na margem esquerda;
- A área de melhor topografia (entre a várzea da margem direita do Rio Pinheiros e a base do espigão da Rua Cerro Corá) estava sem construções e tinha como acesso a Estrada das Boiadas (correspondendo aproximadamente às atuais vias Pedroso de Moraes e Avenida Professor Fonseca Rodrigues);
- Existia somente uma ponte sobre o Rio Pinheiros nas imediações, que era a que ligava a Estrada São Paulo-Paraná à Rua Butantã / Largo de Pinheiros⁶⁴;

66

Seria possível na década de trinta localizar a Cidade Universitária em áreas desimpedidas e de boa topografia na margem direita do Rio Pinheiros, não tão distantes de trechos urbanos servidos de transporte coletivo. Teriam que ser desapropriadas, mas necessitariam pouco investimento em terraplenagem, estariam mais próximas (embora descontínuas) do Centro Médico, e principalmente estariam mais rapidamente disponíveis para início das construções, pois não seria preciso esperar o final dos trabalhos de canalização do Rio Pinheiros. A Cia City⁶⁵ detinha a propriedade desta área mais plana, cortada pela Estrada das Boiadas, onde terminariam sendo implantados os loteamentos Boaçava e Alto dos Pinheiros.

⁶² Esta proposta foi apresentada na reunião da Comissão da Cidade Universitária de 13 de janeiro de 1949, e reiterada na reunião seguinte, de 17 de janeiro do mesmo ano.

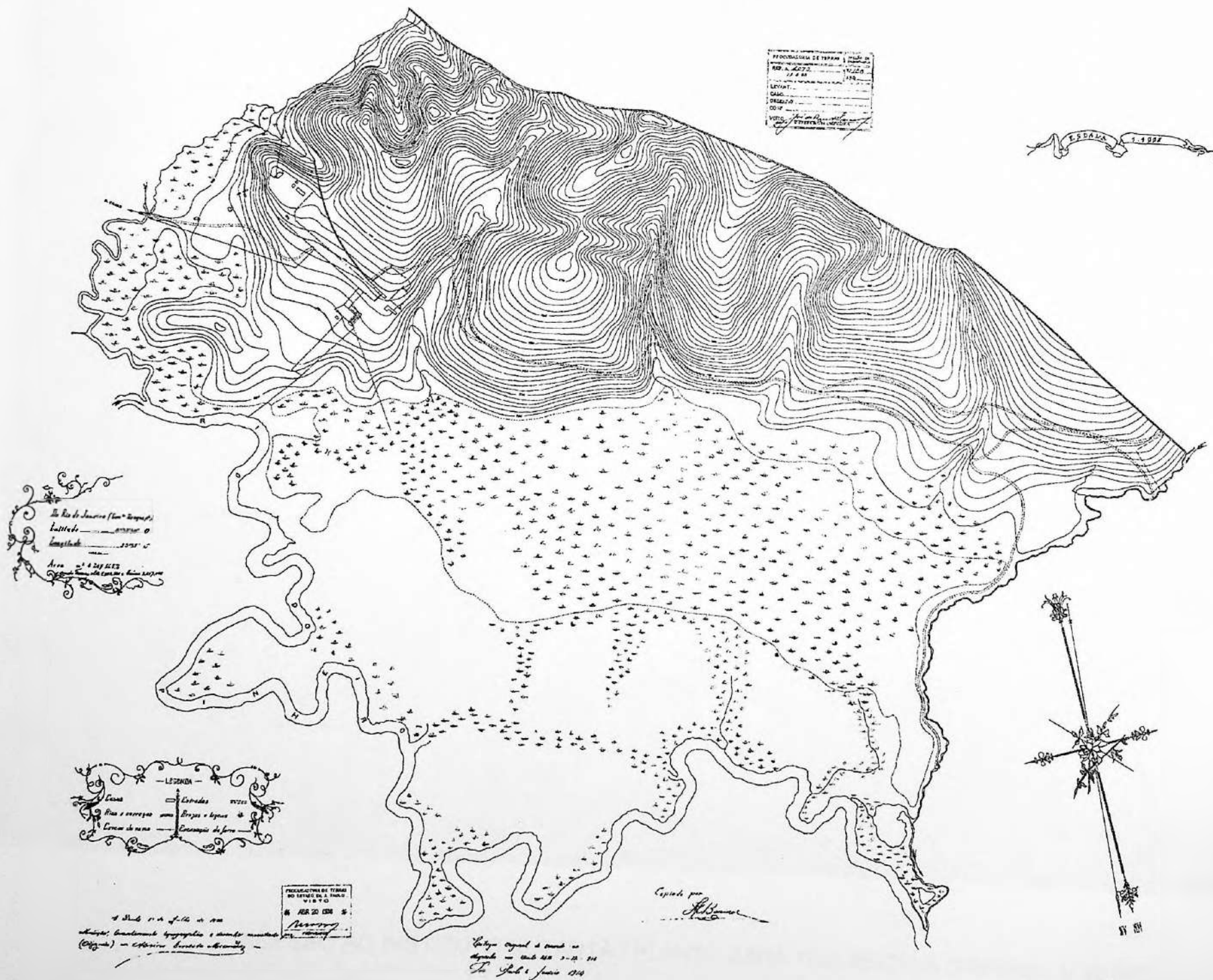
⁶³ O prefeito José Pires do Rio contratou a empresa SARA BRASIL (empresa de origem italiana, Società Anonima de Rilevamento Aerofotogrammetria) em 1928 para realizar por aerofotogrametria o "Mapa Topográfico do Município de São Paulo".

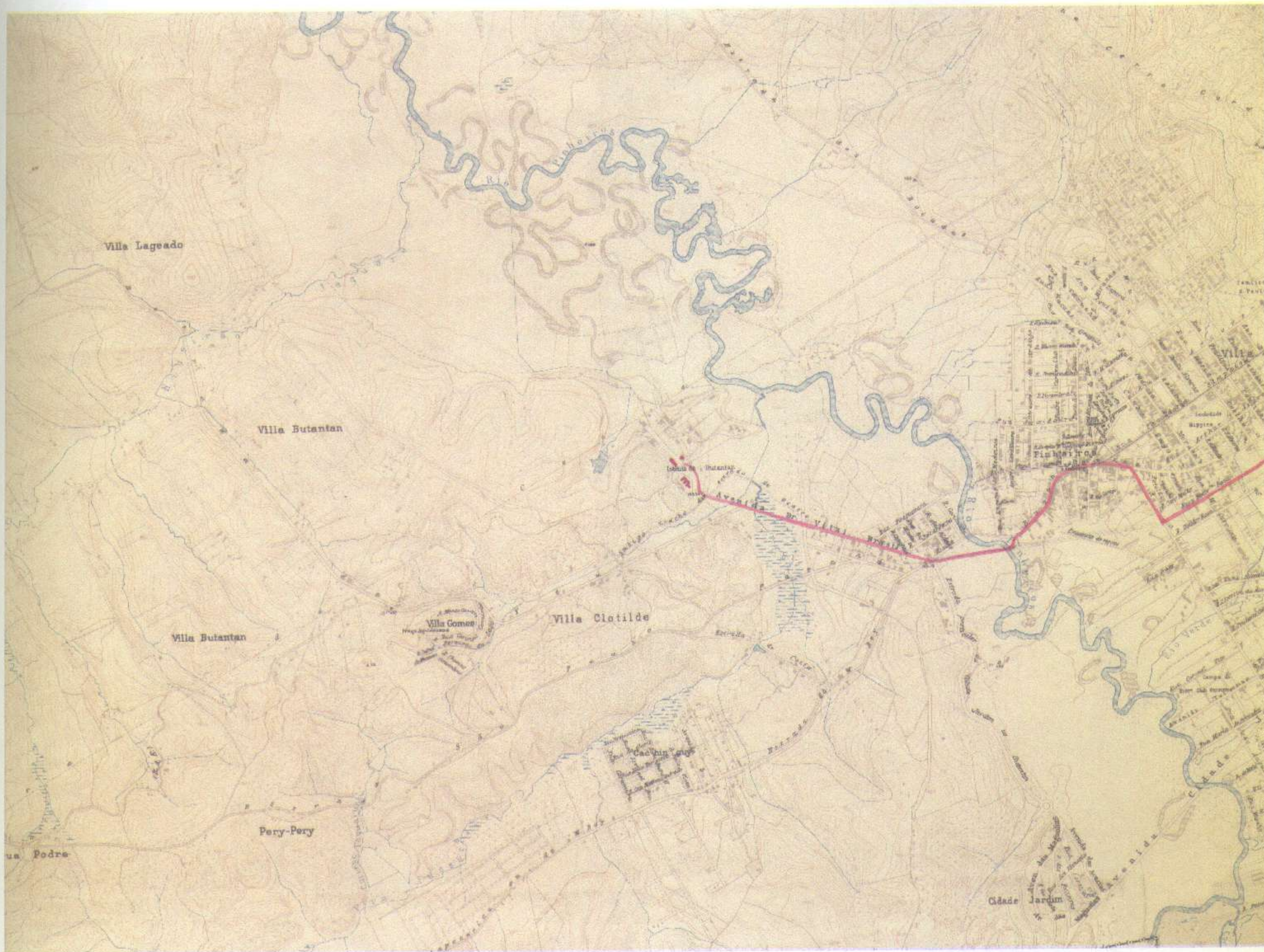
⁶⁴ Este local corresponde atualmente à ponte da Avenida Eusébio Matosó, continuação da Avenida Rebouças. Outra ponte sobre o Rio Pinheiros existente em 1930 era a da Avenida Cidade Jardim. Além dessa transposição existia naquela época a ponte da linha férrea próxima da foz do Pinheiros e a tubulação da Adutora do Cotia cruzando o rio.

⁶⁵ A "City of São Paulo Improvements and Freehold Company Ltd" se instalou em São Paulo em 1913, tendo adquirido cerca de 1.200 hectares de terrenos que envolviam a cidade no ano anterior (OTTONI, 1996, pp. 67 e 70).

PLANTA DA FAZENDA

Bufanion

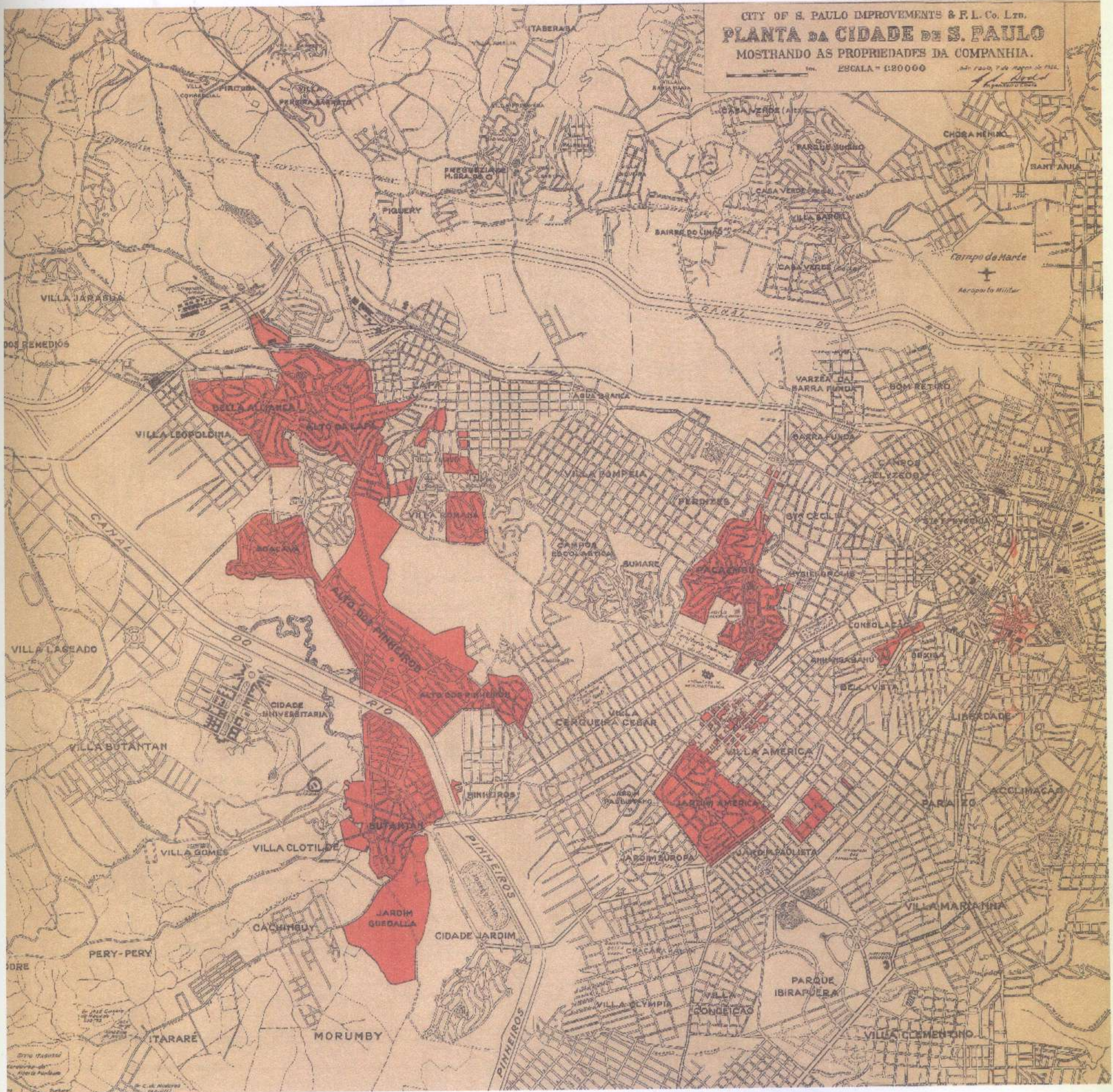




ACESSO AO INSTITUTO BUTANTÃ / PLANTA SARA 1930 ESCALA ORIGINAL 1: 20.000

CITY OF S. PAULO IMPROVEMENTS & F.L. Co. Ltd.
PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO
MOSTRANDO AS PROPRIEDADES DA COMPANHIA.

ESCALA = 1:20000

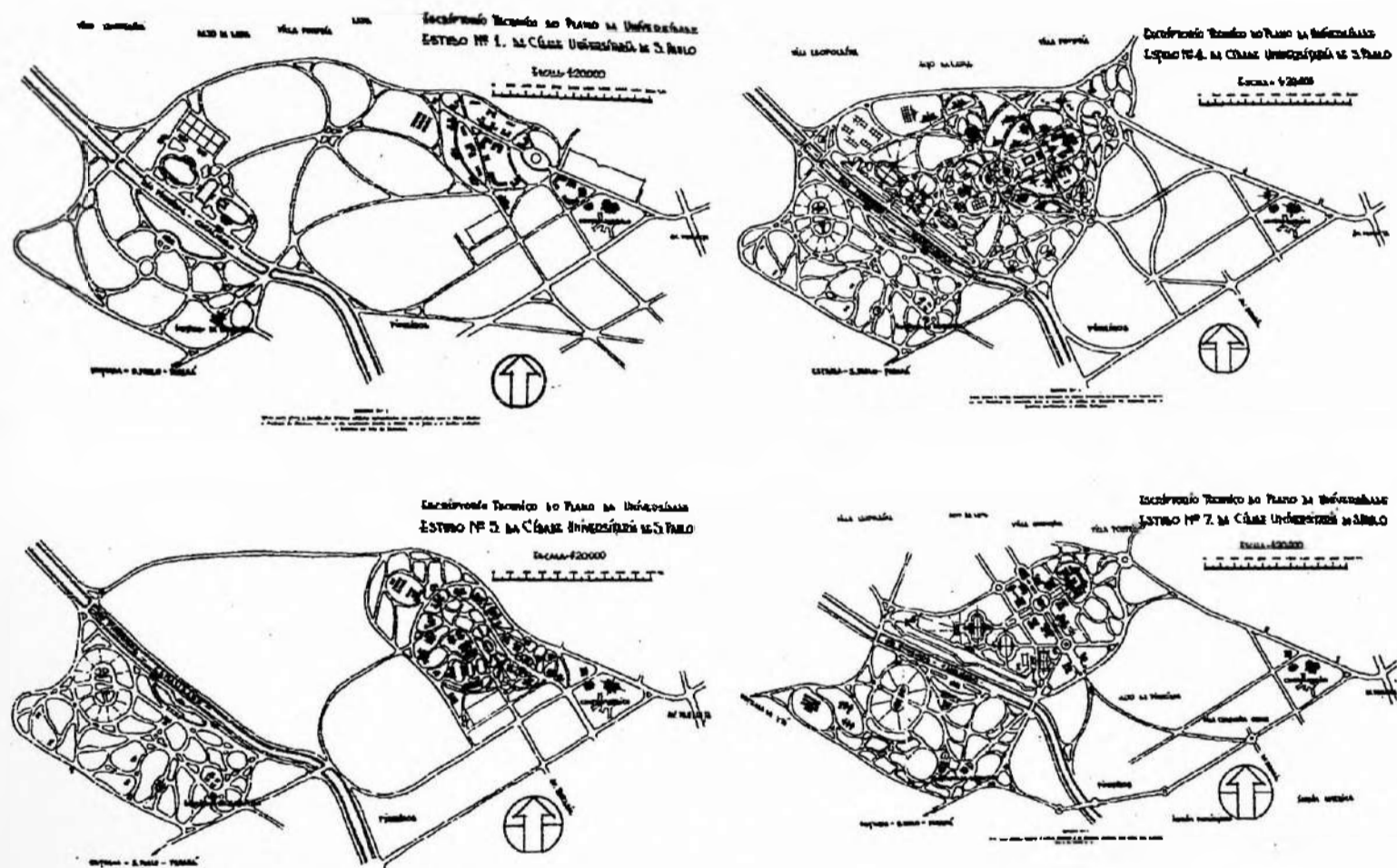


PROPRIEDADES CIA. CITY 1944 - ESCALA ORIGINAL 1:20.000

Após a conclusão dos estudos para a localização da Cidade Universitária foi constituído um Escritório Técnico presidido pelo professor Antonio de Almeida Prado, da Faculdade de Medicina, tendo o professor Ernesto de Souza Campos como diretor e o engenheiro arquiteto professor Hipólito Gustavo Pujol Júnior⁶⁶ como arquiteto-chefe, e integrado pelo engenheiro arquiteto Ernesto Sampaio de Freitas, o arquiteto João Serato e o engenheiro civil Guilherme Lyra.

De 1935 a 1937 foram efetuados pelo Escritório Técnico vários estudos sobre a implantação da Cidade Universitária entre a Faculdade de Medicina e o Instituto Butantã. Alguns desses estudos foram publicados por Ernesto de Souza Campos em 1938.

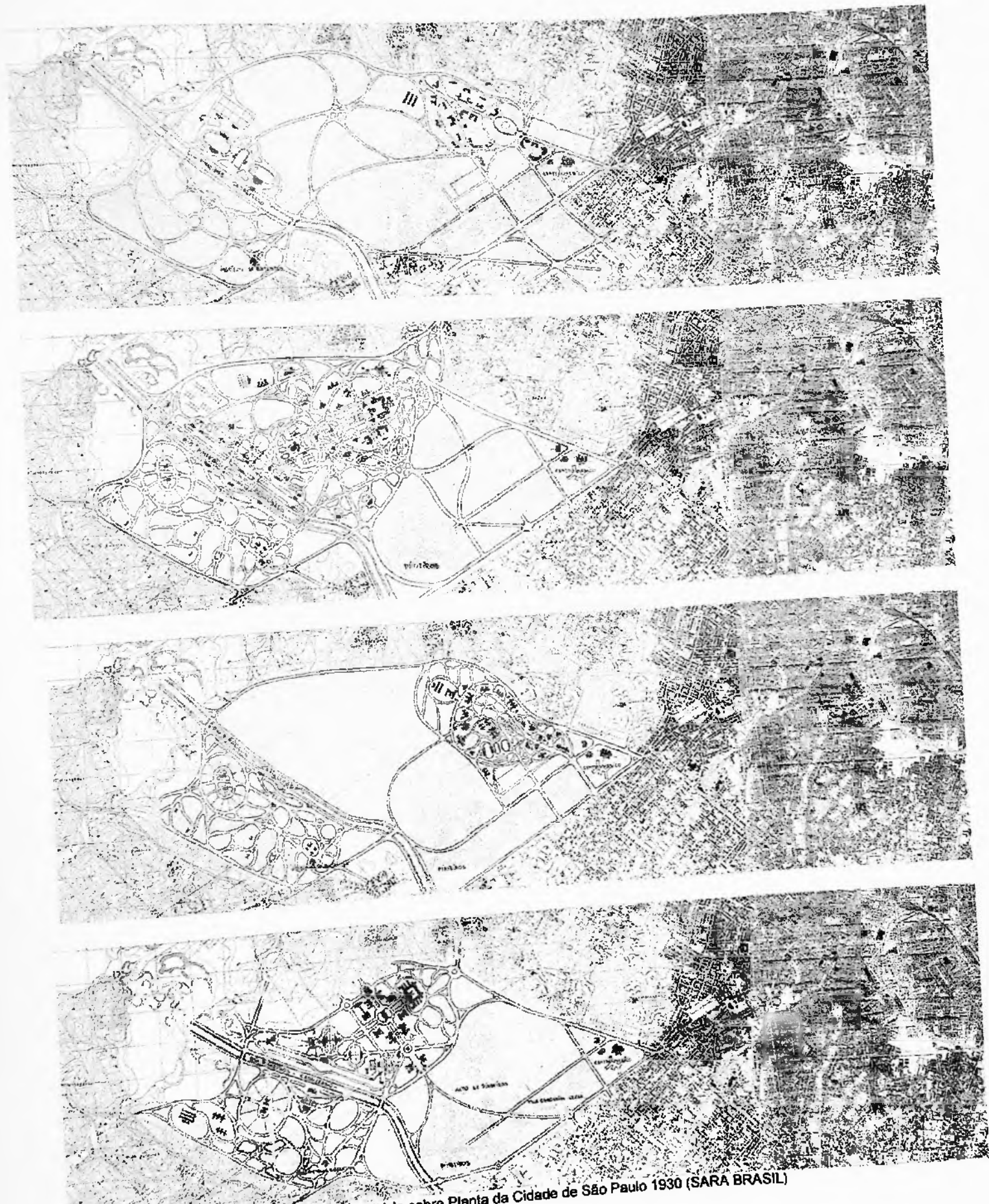
Os estudos publicados (números 1,4,5,7 e o último, denominado "Solução Butantã") apresentavam grande extensão territorial e baixa densidade construtiva e nenhum se limitava a uma área única em prolongamento ao centro médico, apesar do discurso sobre a centralização universitária.



Estudos para o Campus da Universidade de São Paulo
Fonte: USP. A Prefeitura, 1985, p. 39

Nestes estudos para a Cidade Universitária foram traçadas vias curvas semelhantes às dos loteamentos residenciais da Companhia City, independente da topografia ser plana ou acidentada.

⁶⁶ Ernesto de Souza Campos e Hipólito Gustavo Pujol Júnior trabalharam juntos em várias ocasiões, como nos estudos relativos à cidade universitária da Universidade do Brasil, na Capital Federal.

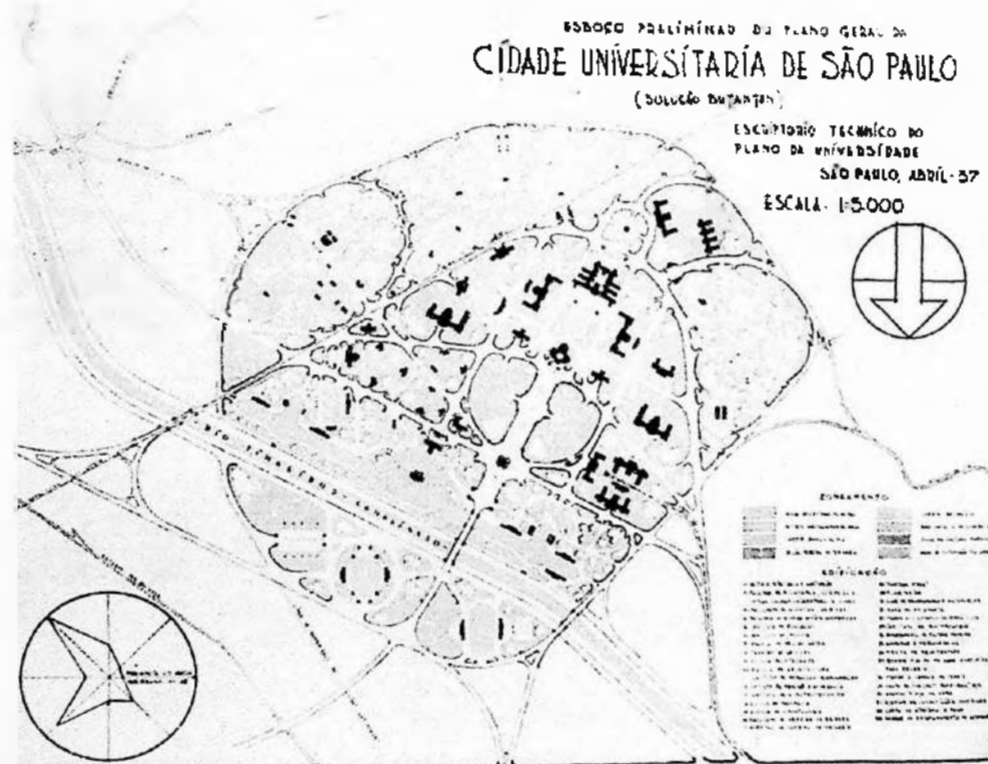


Montagem dos Estudos para a Cidade Universitária sobre Planta da Cidade de São Paulo 1930 (SARA BRASIL)

Todos estes estudos propunham a utilização da margem direita (ou de ambas) do Rio Pinheiros, o que exigiria aterro para recuperação das áreas alagáveis mesmo após a canalização prevista para aquele curso d'água. São propostas pontes para cruzar o rio: de duas pontes, nos estudos 1, 5 e 7 até seis pontes, no estudo 4.

A partir do estudo 4 surge a praça da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (bem mais definida no estudo 7 e na "Solução Butantã") e um lago paralelo ao Rio Pinheiros, após canalização.

Na "Solução Butantã", último estudo elaborado pelo Escritório Técnico no ano de 1937 antes dos trabalhos serem interrompidos pelo Golpe de Estado de Getúlio Vargas, é proposta a utilização da fazenda de propriedade estadual ocupada pelo Instituto Butantã, para implantar a Cidade Universitária, com apenas o setor esportivo na margem direita do Rio Pinheiros. Por quê a denominação de "Solução Butantã"? Seria uma solução ao propor que a universidade fosse instalada em uma área que em grande parte não teria custo de desapropriação. Esta proposta dependia da construção de ao menos uma ponte para a integração entre as duas porções de terreno.



Piano Geral da Cidade Universitária de São Paulo - "Solução Butantã".
Escritório Técnico do Plano da Cidade Universitária, 1937
Fonte: CAMPOS, 1938, p. 236

A "Solução Butantã" contrariava o decidido em 1935 pela comissão de localização da cidade universitária ao propor o uso da margem esquerda do Rio Pinheiros.

Na "Solução Butantã" duas áreas foram indicadas para serem adquiridas, complementarmente ao uso da fazenda Butantã: 180 hectares da Vila Butantã para atingir a Estrada de Itu (atual Avenida Corifeu de Azevedo Marques) além da área na margem direita do Rio Pinheiros, para implantar o setor esportivo. Sobre estes terrenos propostos para aquisição, Souza Campos escreveu: "O valor aquisitivo dos terrenos a serem desapropriados é muito baixo. Estes terrenos são de várzea ao longo do canal e, atualmente, inundáveis. A outra

zona, além do Butantã⁶⁷, é também de pouco valor, nem só pelo difícil acesso – uma vez que estão separados da cidade pelo próprio Butantã, como ainda, por serem terrenos de relevo muito acidentado.”(Campos, *História da Universidade de São Paulo*, p. 189, grifos nossos).

A “Solução Butantã” propunha a construção de três novas pontes sobre o Rio Pinheiros, uma no eixo central do sistema viário proposto para a Cidade Universitária, que teria como ponto focal a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no alto da colina existente.

Em relatório enviado ao Secretário da Educação Cantídio de Moura Campos para apresentar esse último estudo, Ernesto de Souza Campos emprega argumentação⁶⁸ semelhante à utilizada na Universidade do Brasil para justificar o dimensionamento generoso da Cidade Universitária: 433,5 hectares (200 ha para implantar edifícios científicos, 36 ha para uso residencial, 70 ha para um jardim botânico, 100 ha para um jardim zoológico e 27,5 ha para a medicina veterinária) além da área na margem direita do Rio Pinheiros para o setor esportivo.

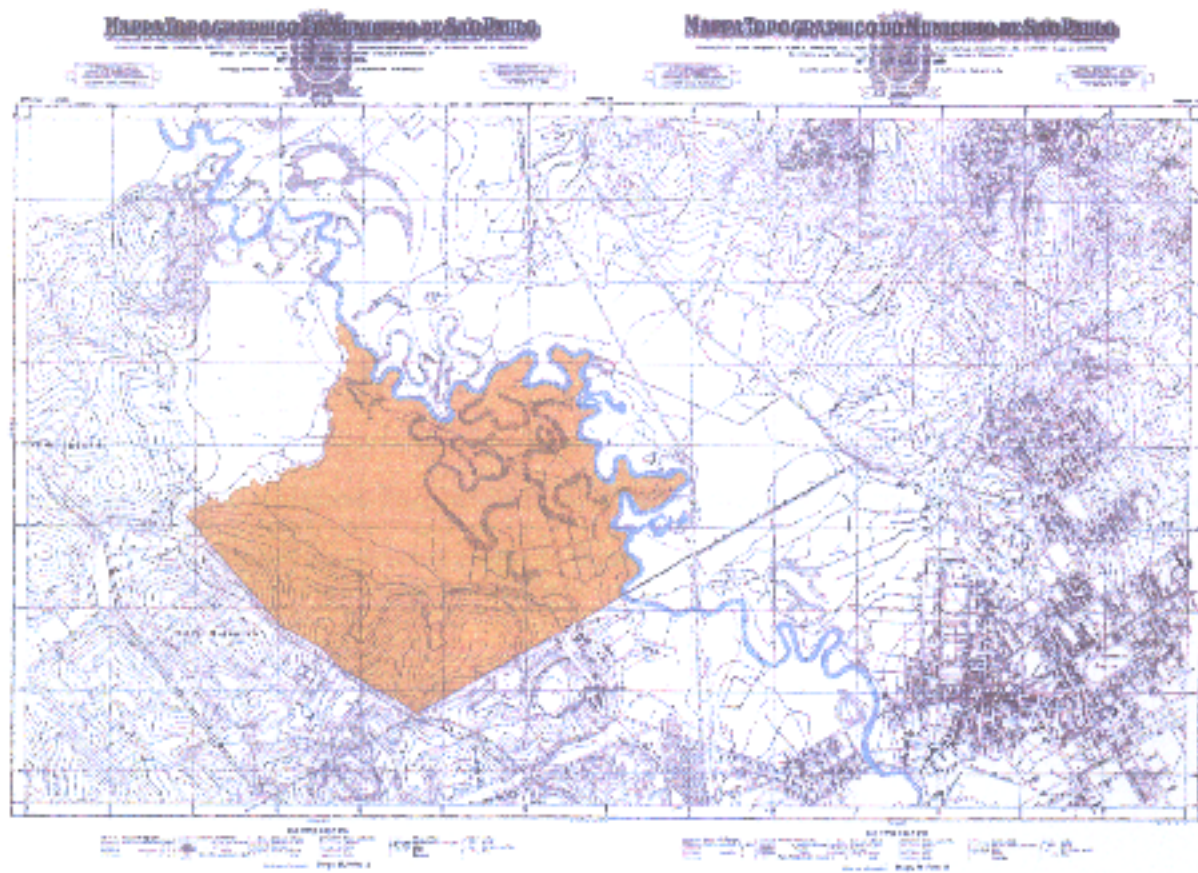
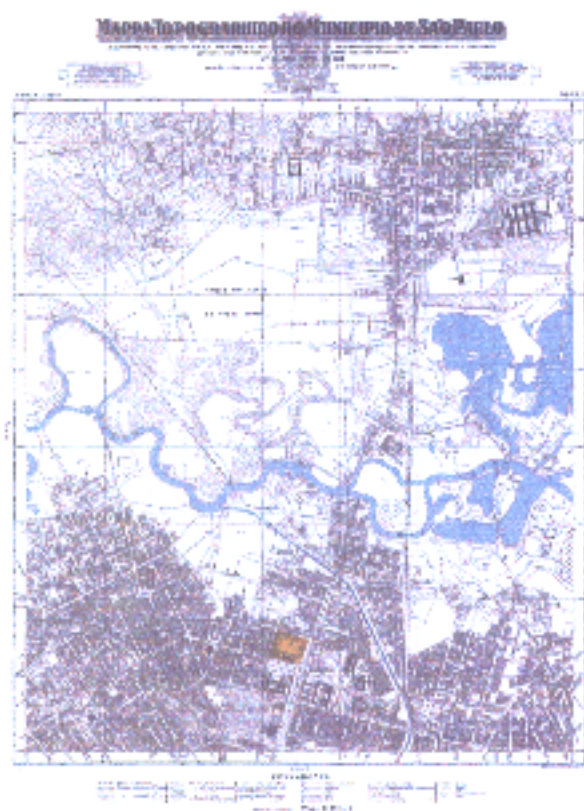
A “Solução Butantã”, à exceção do uso da margem direita do Rio Pinheiros, acabou servindo de base para a definição da gleba para a Cidade Universitária da USP. Esta localização foi um dos motivos para a demora na implantação da Cidade Universitária, sendo poucos os edifícios executados durante as primeiras duas décadas da criação da USP.

A Cidade Universitária fora situada no subúrbio, distante do centro de São Paulo onde estavam as faculdades, escolas e institutos que deveriam integrá-lo.

Apenas a área central da cidade de São Paulo possuía ruas calçadas em meados dos anos trinta. Para se deslocar de bairro a bairro era preciso passar pelo centro da cidade, que desde a década de vinte já vinha se verticalizando. Os bondes estavam sempre lotados e não serviam a todos os bairros (SOMEKH, 1997 e SAMPAIO, 1999).

⁶⁷ Nesta área entre a fazenda Butantã e a nova Estrada de Itu existia o loteamento residencial “Vila Butantã”, já com algumas edificações em 1930, como se pode observar no mapeamento SARA.

⁶⁸ Os argumentos: áreas de campi estrangeiros, como o da Universidade de Madri (360 hectares), universidades-parque como as de Montreal e de Toronto, a necessidade de reservar áreas na Cidade Universitária para o futuro, a necessidade de área para abrigar os institutos complementares e os serviços auxiliares como biotério. “Em área inferior [que um milhão de metros quadrados] é impossível lançar uma cidade universitária moderna” (Campos, 1938, p. 229).



No alto: Escola Politécnica e Centro Médico.
 Ao lado: área da Fazenda Butantã destinada à USP em 1941.

CAPÍTULO III

Os primeiros planos físicos para a Universidade do Brasil e para a Universidade de São Paulo.

Os primeiros planos para a Universidade do Brasil.
Os projetos para a Universidade de São Paulo.

Os primeiros planos para a Universidade do Brasil

O projeto de Corbusier - 1936

No projeto para a Universidade do Brasil em 1936¹, Le Corbusier organizou a Cidade Universitária a partir de uma malha viária: duas vias paralelas dispostas nos limites da parte plana do terreno e outras duas que as cruzavam perpendicularmente. Cada uma destas vias era composta por uma calçada para pedestres no nível do solo e uma pista para veículos na cobertura.

As duas vias-viaduto localizadas nos limites da área plana delimitavam a plataforma sobre as ferrovias; a meia distância entre elas (que distavam cerca de 330 metros) havia o eixo dos edifícios do hospital, do museu, da Faculdade de Arquitetura e do Auditório.

O espaço central da Cidade Universitária era assim definido pelas colunatas de apoio das vias-viaduto, e subdividido pelas faixas de edificações e por bosque e renque (existente) de palmeiras. As seqüências dos apoios das vias suspensas e dos troncos de palmeiras filtrariam a paisagem circundante: a colina da Quinta e o Morro do Telégrafo.

Corbusier fechou o amplo espaço plano destinado à Cidade Universitária com edifícios que fariam a transição entre a cidade e a Universidade: a sul, no bairro Maracanã, propôs uma edificação térrea (as oficinas da Arquitetura e Engenharia) acompanhando o desenho das ruas existentes; a norte, junto à rua São Luiz Gonzaga, bairro São Cristóvão, implantou uma longa edificação na direção leste-oeste unindo os blocos da área médica.

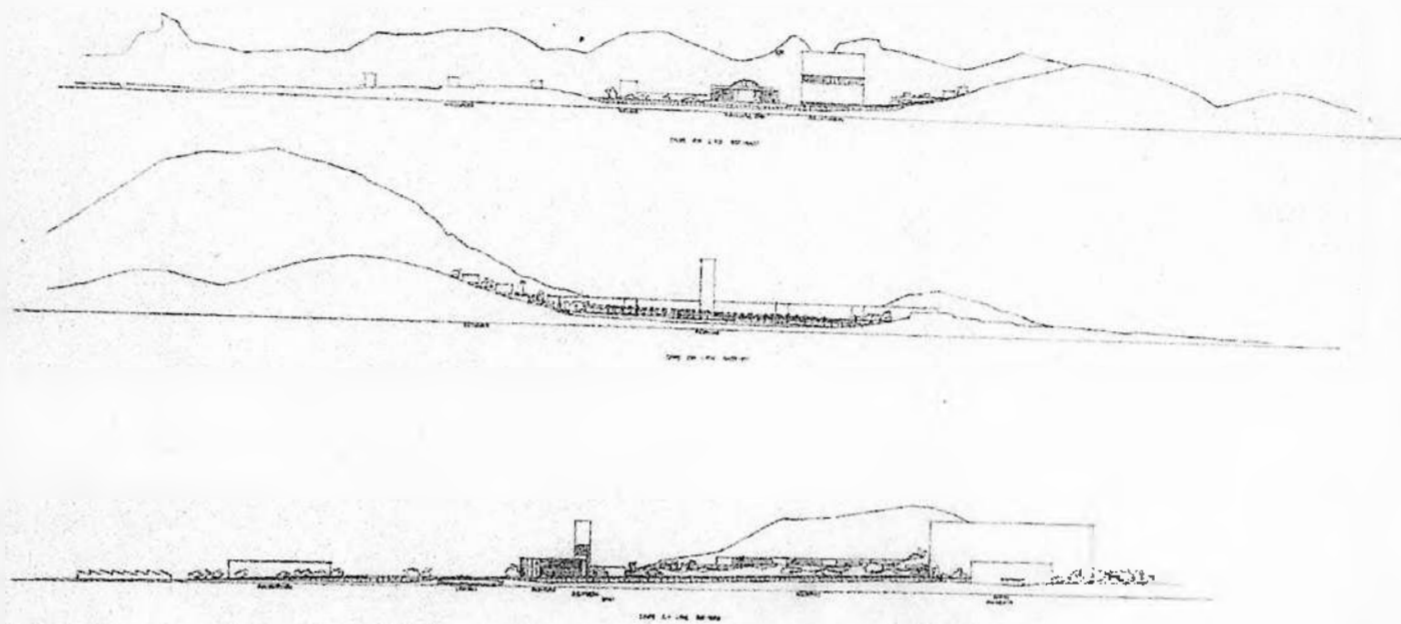
O projeto de Corbusier para a Universidade do Brasil apresentava sete setores, identificados por letras sobre a implantação, que trazia legenda em francês: M - Medicina; LPS - Letras, Filosofia e Ciências; D - Direito; AAI - Arquitetura, Artes, Engenharias; C - Centro; R - Residências, Restaurantes e Clubes; S - Esportes. Foi identificada com a letra E a plataforma sobre a estação de trem.

Estes setores diferiam do estipulado no programa para a Universidade do Brasil²: Corbusier uniu os setores Engenharia e Belas Artes, com a Arquitetura constituindo faculdade independente das Belas Artes; criou o setor de Direito independente do setor Filosofia; e criou um outro, o Centro, com usos comuns aos ocupantes da Cidade Universitária e de cunho cultural, como Biblioteca, Grande Auditório, Música de Câmara, Escola de Teatro, Museu e Teatro (não fica claro onde se situa a Reitoria, possivelmente junto à Biblioteca).

¹ Este projeto foi publicado pela revista PDF¹ em seu número IV do volume IV, de julho de 1937, pp. 184 a 186 e comentário da redação à p. 183. A engenheira Carmen Portinho era a redatora chefe desta publicação bimestral da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal, que trazia frequentes artigos sobre Arquitetura Moderna. Conforme a Nota da Redação de PDF, Le Corbusier tinha realizado um "magnífico estudo": "Procurando atender - dentro das teorias que preconiza - às exigências sempre crescentes do tráfego, estudou a ligação dos diversos edifícios da Universidade por meio de uma auto-estrada que se prolongaria, futuramente, até o centro urbano, conseguindo assim, além de uma circulação perfeita, grandes áreas para jardins, sports, etc."

² Os setores estipulados eram: setor de medicina ou centro médico; setor de engenharia; setor de direito, filosofia e reitoria; setor de belas artes; setor de esporte; setor residencial. As escolas de agronomia e de medicina veterinária, pertencentes a outro ministério, não ficariam na Cidade Universitária, mesmo porque necessitariam área muito extensa e apropriada às culturas (CAMPOS, 1940, p. 394).

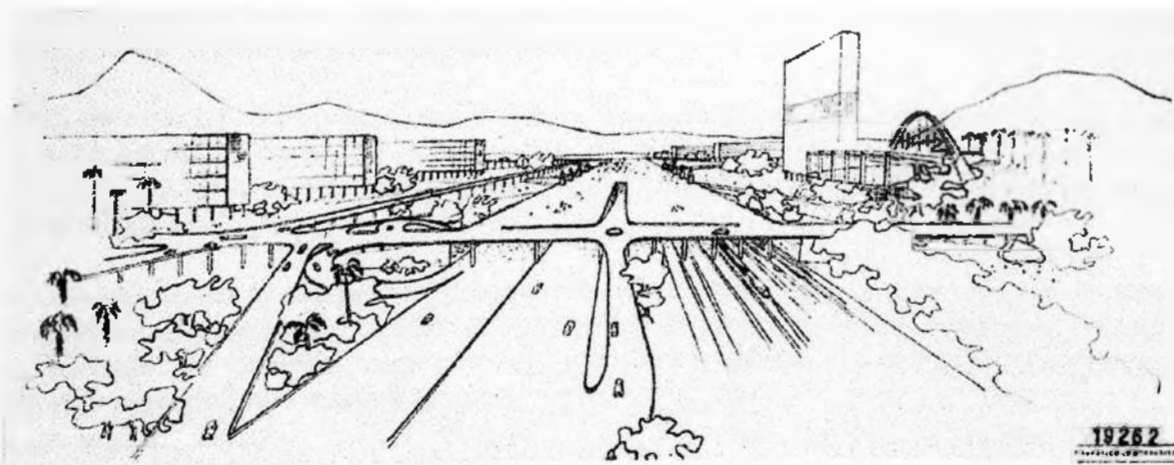
CUB 3



74

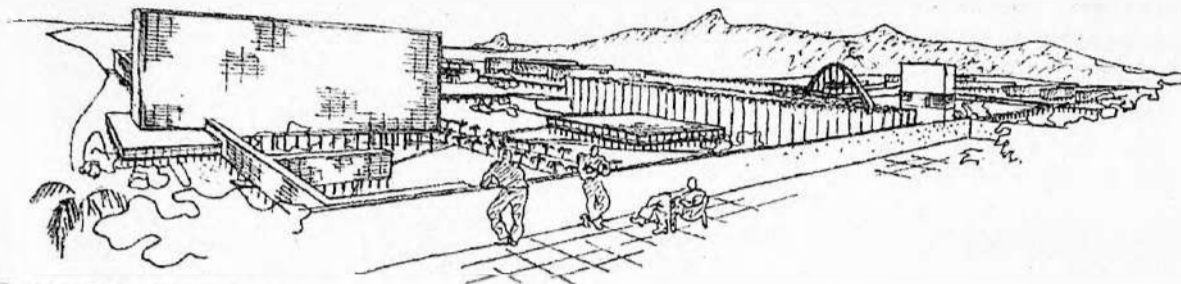
Projeto de Le Corbusier para a Universidade do Brasil - Cortes
Fonte: GOROVITZ, 1993, p.46

19255



Projeto de Le Corbusier para a Universidade do Brasil. Vista da esplanada sobre as ferrovias.
Fonte: Santos [et al.], 1987, p. 184

19262



Projeto de Le Corbusier para a Universidade do Brasil. Faculdade de Medicina vista do Clube dos Estudantes.
Fonte: PDF, número 4, jul. 1937, p. 185



Projeto de Le Corbusier para a Universidade do Brasil. Vista da Via elevada e da Ala das Palmeiras.
Fonte: Santos [et al.], 1987, p. 164

A Medicina, a Engenharia e a Praça de Esportes foram situadas na periferia do conjunto, conforme determinado pelo Escritório Técnico da Universidade³, mas a Belas Artes não foi colocada na área central da Cidade Universitária, e sim junto à Arquitetura, Música e Engenharia. Outro setor cuja localização foi alterada por Corbusier foi o de residências, restaurantes e clubes, situado junto ao centro, entre a base do Morro do Telégrafo e a primeira das vias elevadas, propiciando o máximo de integração à vida acadêmica. Uma piscina, local de convivência, foi situada no setor central, junto à área de moradias e clubes, constituindo um traço de união entre os dois setores.

O projeto de Corbusier implantava edifícios sobre trechos dos jardins da Quinta da Boa Vista, como o Teatro, parte do setor médico e o setor da Filosofia.

O projeto de Le Corbusier para a Cidade Universitária, apresentado em 10 de agosto de 1936 em um memorial acompanhado de diversos desenhos de conjunto e em detalhe, foi examinado e comentado pelos professores Ignácio M. Azevedo do Amaral e Ernesto de Souza Campos, para este fim designados pelo ministro da Educação Gustavo Capanema.

Dentre as razões apresentadas pelos professores para a recusa deste projeto, constavam:

"Fazendo um estudo complexo dos trabalhos do arquiteto Le Corbusier não é difícil concluir que a obra por ele classificada de 'espírito novo' consiste, em última análise, na aplicação aos planos de construção e de urbanismo, dos métodos dos nossos tempos.

³ Alguns setores deveriam ser periféricos: a Faculdade de Medicina e a Praça de Esportes, obrigados a um contato intenso (em dias de competição) ou permanente com o público, a Escola de Engenharia, pelos contatos com a indústria e recebimento de material de grande volume, e o setor residencial. A Reitoria e a Faculdade de Filosofia ficariam melhor no centro, como também a Escola de Belas Artes (o argumento neste caso seria que no centro do parque, cercada de arvoredos, esta escola teria um ambiente propício às suas atividades) (CAMPOS, 1940, pp.394 e 395).

Na realidade ninguém pode contestar que as aquisições modernas, no domínio da técnica e aparelhamento dos edifícios, determinaram uma grande evolução no campo da arquitetura e do urbanismo. [...] Desejamos construir uma Cidade Universitária inteiramente nova. Sua instalação se fará em local onde não existem outros prédios capazes de obrigar o conjunto a um estilo determinado. Estamos portanto diante de um caso de livre escolha. Parece natural, por isso, que atendendo à grande massa construtiva que será necessário erigir, na Cidade Universitária a escolha deverá recair em um tipo de construção simples, destituído de elementos decorativos de custo elevado. [...] Este parece ser um ponto pacífico. Outro que também não pode ser alvo de objeções é o referente à aplicação conveniente dos modernos processos de técnica nas construções escolares e hospitalares que comporão o centro universitário. [...]

Onde porém a divergência surge e se acentua é na aplicação desses princípios.

[...] Não parece admissível, por exemplo, que sejam dispostos todos os edifícios segundo uma orientação de insolação máxima, para a cidade do Rio de Janeiro – onde procuramos fugir do calor – somente porque pelos meios técnicos é possível criar uma proteção anti-térmica [...]⁴.

O mesmo poderá ser dito do sistema de construção sobre 'pilotis' no seio da universidade. Sua finalidade é obter circulação livre em todos os sentidos. Ora, esta circulação livre em todos os sentidos não só não é necessária, nos centros universitários, como até é inconveniente para certas zonas, como a zona médica, por exemplo. [...] Teremos de acrescentar ao arcabouço dos edifícios uma série de pilares, que revestidos poderiam constituir mais um pavimento útil para as necessidades escolares e hospitalares. Esta modalidade construtiva ainda agrava o problema do transporte vertical dos alunos que em grandes massas e à mesma hora desejam penetrar no prédio erigido no alto e assentado sobre estacas como nas habitações primitivas. É preciso ainda ponderar que este transporte vertical, na sua construção e manutenção, é de preço avultado considerando os numerosos edifícios do grupo universitário. Não nos parece necessário focalizar ainda neste sentido o problema da disciplina que este dispositivo pode acarretar" (CAMPOS, 1938, pp. 328 a 331, grifos nossos).

Souza Campos cita ainda deste relatório a respeito do projeto de Le Corbusier para a Universidade do Brasil o resumo dos "pontos principais merecedores de crítica:

- I- Construção de uma dupla rede de circulação, uma para pedestres e outra para automóveis; acesso central por meio de uma plataforma de 40.000 m² de área;
- II- Orientação dos edifícios, condições locais relativas ao calor e incidência dos ventos; condicionamento do ar; proteção antitérmica e anti-acústica;
- III- Construção sobre pilares segundo o tipo das habitações lacustres;
- IV- Locação e morfologia geral dos prédios; seus volumes e dimensões;
- V- Programa da Cidade Universitária. Densidade da área construída. Invasão dos terrenos da Quinta" (CAMPOS, 1938, p. 331).

O parecer sobre o projeto de Corbusier critica também a centralização das diversas unidades, que seria excessiva, e que deveria estar condicionada "a um bom processo de sistematização capaz de conferir relativa independência a cada uma das unidades do centro universitário e mesmo a cada um de seus departamentos. É um programa de individualização departamental que não se harmoniza com o da distribuição promiscua". "Neste sentido", acrescenta, "já por diversas vezes salientamos que o problema de composição do organismo universitário é de ordem educativa. As questões de arquitetura estão em plano inferior e principalmente no que diz respeito aos de doutrina arquitetônica" (apud SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 118, grifos nossos).

Dentre os argumentos utilizados para recusar o projeto de Corbusier alguns parecem inconsistentes (um andar a mais seria decisivo para a necessidade de elevadores?) e outros baseados em questões estéticas, como demonstra o comparar edifícios sobre pilotis com construções lacustres. Um ponto importante para Ernesto de

⁴ Neste mesmo parecer de Ernesto de Souza Campos e Azevedo do Amaral sobre o projeto de Corbusier constava que haveria "a necessidade, estabelecida pelo projeto, de uso de ar-condicionado para todos os edifícios da Cidade Universitária, o que acarretará elevadíssimas despesas não só de instalação como de manutenção; [...]" (apud SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 118). Ao invés de ar condicionado, Corbusier possivelmente proporia brises, a exemplo do Ministério da Educação e Saúde.

Souza Campos seria o da relativa independência entre as unidades universitárias, como na disposição dos edifícios da Cidade Universitária de Madrid. Mas no caso da universidade paulista, o terreno cai em direção ao Rio Manzaneres, e grupos de edifícios situam-se sobre alguns platôs, o que não era o caso do terreno plano da área junto à Quinta. O projeto de Corbusier parece refletir uma visão mais de integração universitária, do que de agregação de escolas.

Em entrevista concedida em 1986 a Matheus Gorovitz, Lúcio Costa deu sua versão sobre a recusa do projeto de Corbusier: "Esse projeto foi recusado pela comissão do Amaral e do Professor de São Paulo Souza Campos; eles recusaram o projeto porque deixava bastante vazia a parte mais plana e jogava a composição toda para o entorno; e esse foi um pretexto porque eles eram contra a arquitetura contemporânea, os dois: o Amaral e o Souza Campos" (*apud* GOROVITZ, 1989, Anexo, p. 1).

Lúcio Costa, em carta a Le Corbusier de 26 de janeiro de 1936 (Corbusier viria ao Brasil meses depois), comenta sobre a aceitação das idéias do arquiteto suíço no Brasil: "Pois sua vinda [...] não é a consequência lógica de um estado de espírito coletivo, ou, mais modestamente, do estado de espírito de uma elite que estaria inclinada a compreender sua mensagem – pelo contrário. Um número *muito restrito* compreende – se não em sua pureza total – ao menos parcialmente sua obra; a grande maioria – sem compreender nada do sentido profundamente realista de que ela se imbuí, da sua atualidade e do seu papel futuro (realização de um equilíbrio social novo, que se impõe) – a desconhece" (*apud* GOROVITZ, 1989, Anexo, p. 57).

A escolha de Marcello Piacentini para elaborar o projeto para a Cidade Universitária da Universidade do Rio de Janeiro deveu-se a ser ele o autor do plano de conjunto e de alguns edifícios da Cidade Universitária de Roma. Segundo Lúcio Costa, a Cidade Universitária de Roma foi construída em um estilo neoclássico modernizado, despojado de ornatos, que se fazia na época, tanto na Itália quanto na Alemanha (GOROVITZ, 1989, Anexo, p. 2). Esta arquitetura com ares de nova, mas bem menos radical que a de Corbusier para os padrões da sociedade brasileira dos anos trinta, tinha mais possibilidade de aceitação.

Seria a primeira vez, mas não a última, que questões sobre Arquitetura iriam influenciar a implementação física de cidades universitárias brasileiras⁵.

Plano Lúcio Costa e equipe para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil – 1936-37.

Recusado o projeto de Corbusier, o Ministro Capanema encomendou um novo projeto para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil à equipe de profissionais brasileiros chefiada por Lúcio Costa.

A revista PDF em seu nº II do volume IV, de maio de 1937, às pp. 119 a 139, publicou o anteprojeto realizado pela equipe constituída pelos arquitetos Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer Filho, Francisco F. Saldanha, José de Souza Reis, Jorge Machado Moreira, Ângelo Bruhns e pelo engenheiro Paulo R. Fragoso⁶.

No projeto de Lúcio Costa e equipe para a Universidade do Brasil os edifícios são numerados sem identificação de setores⁷, de 1 a 34. Junto à Avenida Maracanã foram localizados o Pórtico, a Reitoria e

⁵ Houve um precedente: a recusa por Ernesto de Souza Campos do projeto de Ramos de Azevedo para a Faculdade de Medicina de São Paulo: somente um dos blocos, o Edifício Oscar Freire, foi executado. Neste caso, a questão apresentada foi que o projeto seria pavilhonar (blocos unidos por passagens) e que mais modernamente seria utilizado o monobloco (os diversos blocos constituiriam um único edifício).

⁶ A equipe de arquitetos que projetou a Cidade Universitária diferiu da que criou o edifício do Ministério da Educação e Saúde: os que participaram de ambos os projetos foram Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer Soares Filho e Jorge Machado Moreira; Carlos Leão e Ernani Mendes de Vasconcelos participaram somente do projeto do Ministério e Francisco Firmino Saldanha, José de Souza Reis e Ângelo Bruhns do projeto da Cidade Universitária.

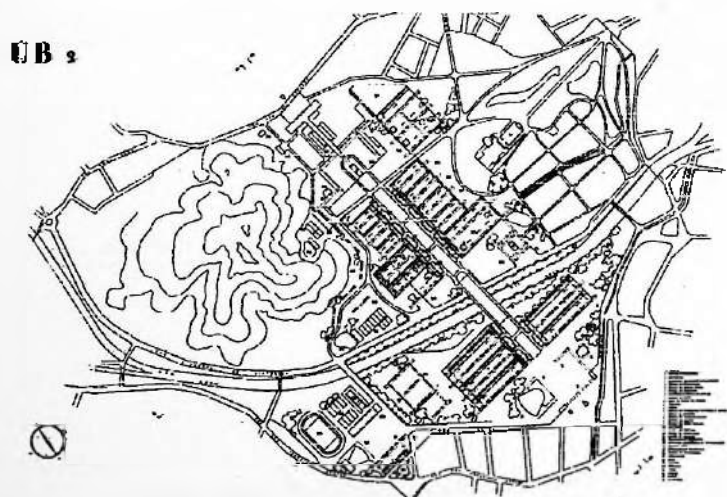
⁷ Embora não denominados, podem ser identificados onze setores no projeto Lúcio Costa:

Biblioteca, o Planetário, o Auditório (projeto de Le Corbusier e P. Jeanneret), a Arquitetura, a Belas-Artes, a Engenharia, e o Instituto e Escola de Química. Ao lado deste conjunto ficavam a Música, a Sala de Música de Câmara, o Teatro e as instalações esportivas. Além das vias férreas, ao longo do grande eixo de pedestres e automóveis, estavam situados os seguintes edifícios: Museu, Filosofia, Ciências e Letras, Educação, Ciências Sociais, Direito, Saúde Pública, Institutos, Farmácia, Odontologia. Na colina situava-se a área médica. Finalmente, ao pé do Morro do Telégrafo ficavam os demais edifícios: Escola de Enfermeiras, Residências, Jogos e Piscina (complementos das residências).

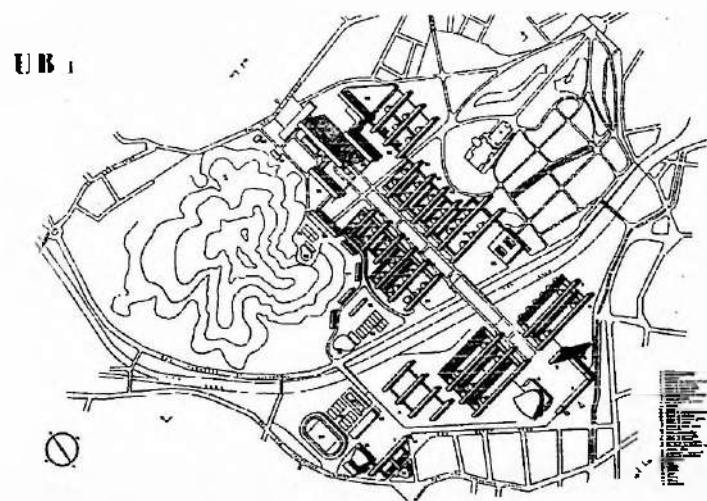
No projeto Lúcio Costa o setor residencial e de clubes foi implantado junto à base do Morro do Telégrafo, mas de forma mais reservada que no projeto de Corbusier.

A diluição no projeto de Lúcio Costa da setorização estabelecida pela comissão de professores é muito significativa: o que exprime o projeto é uma visão de conjunto, de integração física, ao invés de um espaço polinucleado.

Este plano tinha como estrutura uma grande esplanada cortando longitudinalmente a área plana do terreno na qual estavam dispostas perpendicularmente as Escolas, numa solução semelhante à depois utilizada no eixo monumental de Brasília. Esta esplanada transporia a barreira constituída pelas ferrovias, unindo as duas porções do terreno. Lúcio Costa chama a atenção para a variedade de impressões que teria quem percorresse a Universidade desde o pórtico de entrada até o hospital (COSTA, 1995, pp. 182 e 183).

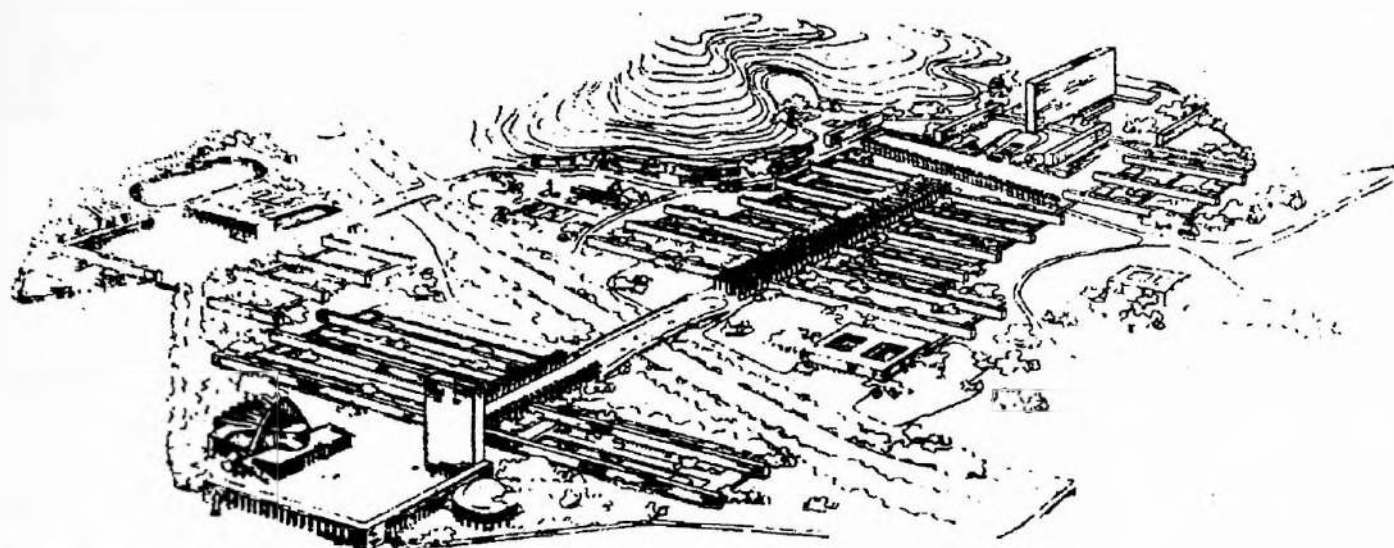


Projeto de Lúcio Costa e equipe para a Universidade do Brasil.
Planta dos terrenos
Fonte: PDF, número 3, mai. 1937, p. 136

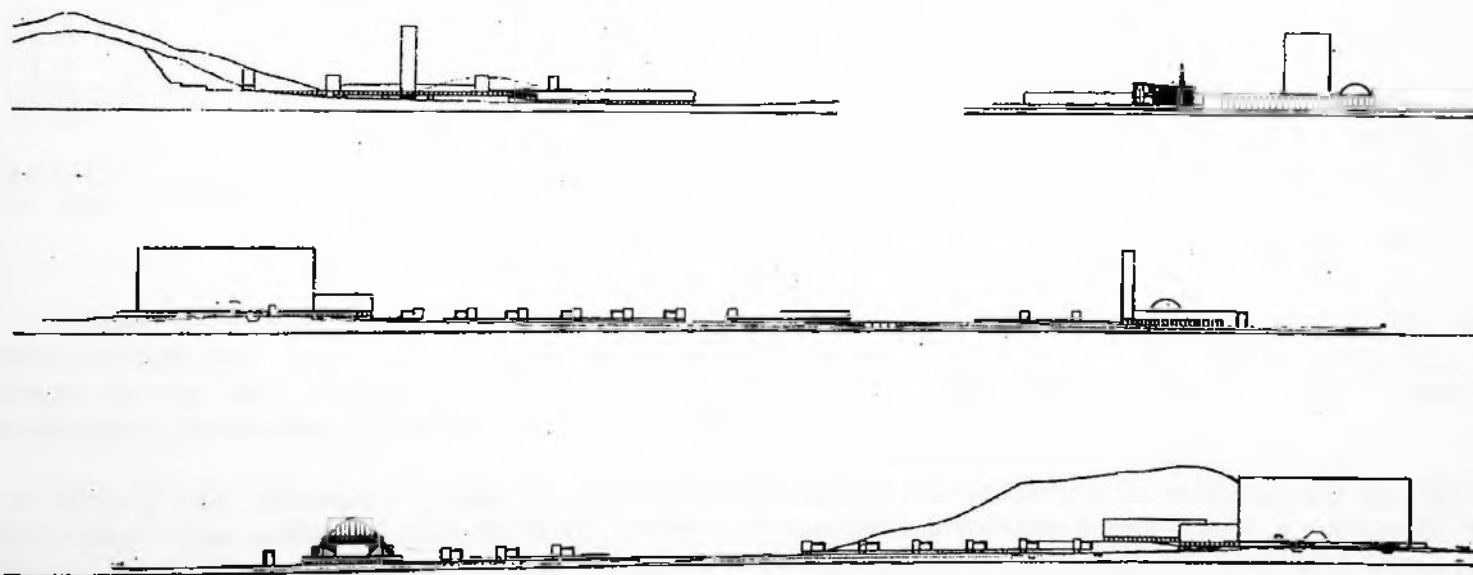


Projeto de Lúcio Costa e equipe para a Universidade do Brasil
Planta das coberturas
Fonte: PDF, número 3, mai. 1937, p. 131

- a) Entre a rua Derby Club / avenida Maracanã e as ferrovias: o setor de Órgãos Centrais; o de Belas Artes e Arquitetura; o de Engenharia e Química; o de Música e Teatro; o de Esportes (competições);
b) Das ferrovias ao Hospital: o setor Residencial, formando conjunto com clubes e campos de recreio; o setor de Educação, Ciências Sociais e Direito; o de Filosofia, Ciências e Letras; o de Saúde Pública e Institutos; o de Farmácia e Odontologia; e o de Medicina e Enfermagem.



Projeto de Lúcio Costa para a Universidade do Brasil - Perspectiva
 Fonte: COSTA, 1995, p. 172

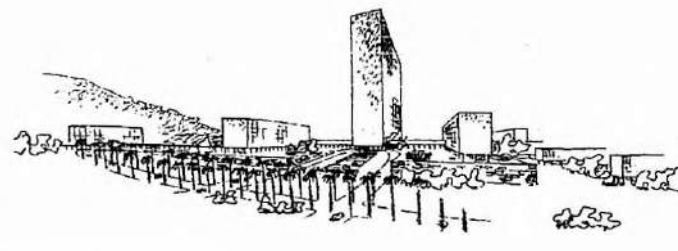
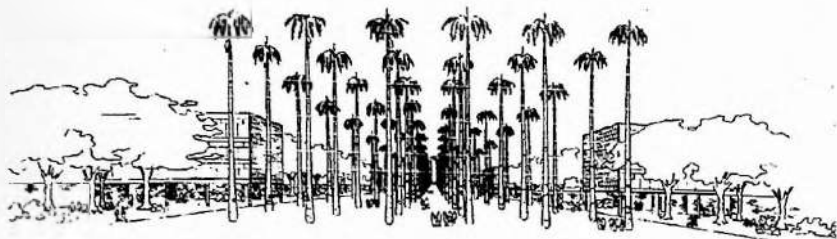
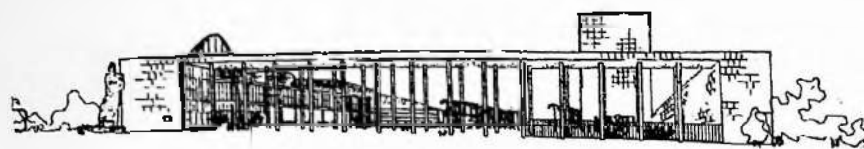


Projeto de Lúcio Costa para a Universidade do Brasil - Cortes
 Fonte: COSTA, 1995, p. 188

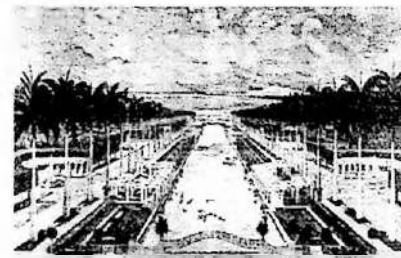
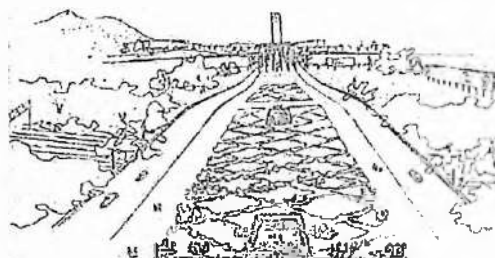
Apesar de haver múltiplas impressões na esplanada do projeto de Lúcio Costa, mantinha-se o ponto focal do bloco hospitalar fechando a perspectiva, diferentemente do projeto de Corbusier, em que é privilegiado o elemento surpresa nos sucessivos espaços ao longo da área plana.

Este projeto para a Universidade do Brasil tinha também, na avaliação de Costa, algo de acadêmico, de Versailles, nos jardins da plataforma sobre as ferrovias⁶. O espelho d'água ladeado por renque de palmeiras imperiais no início da esplanada que organiza o projeto de Costa é um recurso semelhante ao proposto para a Ponta do Calabouço no Plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro elaborado em anos anteriores.

⁶ Depoimento a Matheus Gorovitz em fevereiro de 1986 (GOROVITZ, 1989, Anexo, p. 15).



Projeto de Lúcio Costa para a Universidade do Brasil - Perspectivas
 Fonte: PDF, numero 11, volume IV, mai. 1937, p. 119 a 139



Projeto de Lúcio Costa para a Universidade do Brasil - Perspectivas
 Fonte: Esquerda. GOROVITZ, 1993, p. 85 - Centro. GOROVITZ, 1983, p. 46

Jardins projetados na ponta do Calabuço
 Plano Agache.
 Fonte: Revista da Diretoria de Engenharia
 Ano II, n. 8, jan 1934, p. 81

Nesta esplanada, neste *boulevard* de cem metros de largura e cerca de um quilômetro de extensão, estaria concentrado o fluxo pendular de pedestres entre os edifícios centrais e a estação de trem a sul e as diversas escolas até o hospital, que fechava a norte o conjunto. Esta grande praça linear seria o local da convivência e do encontro, juntamente com o setor residencial e de clubes.

A idéia de vias articulando o conjunto, que Corbusier utilizara em seu projeto, é enfatizada na proposta de Lúcio Costa. Uma qualidade importante do projeto dos arquitetos brasileiros é exatamente a articulação dos edifícios, mediante a grande esplanada, os pátios e as passagens de pedestres no pavimento térreo dos edifícios.

Embora o projeto de Le Corbusier oferecesse múltiplos acessos à Cidade Universitária, inclusive o central (tanto para veículos quanto para pedestres) junto à estação, um acesso ao qual conferiu importância foi o do hospital, voltado para a rua São Luiz Gonzaga, São Cristóvão. Há recuo em relação ao entorno para acomodar a circulação de veículos e a extensa linha da edificação com o térreo em pilotis funciona como um grande pórtico de entrada da Universidade.

Lúcio Costa inverte as interfaces com a cidade propostas por Corbusier. Como não havia em seu projeto uma nova ligação viária com o centro urbano e o mais importante acesso seria a larga avenida Maracanã⁹, é proposto um largo no encontro desta com a rua Derby Club, duas áreas verdes e um pórtico em L para marcar a que seria

⁹ Segundo Lúcio Costa no memorial do projeto para a Cidade Universitária, foi descartada a entrada pela Quinta da Boa Vista, pois seria necessário contornar a colina onde se situa o museu para chegar-se ao centro da Universidade, que ficaria assim aos fundos da Quinta.

a entrada principal da Universidade. Desta forma a Cidade Universitária se abriria para a cidade, convidando a ser visitada.

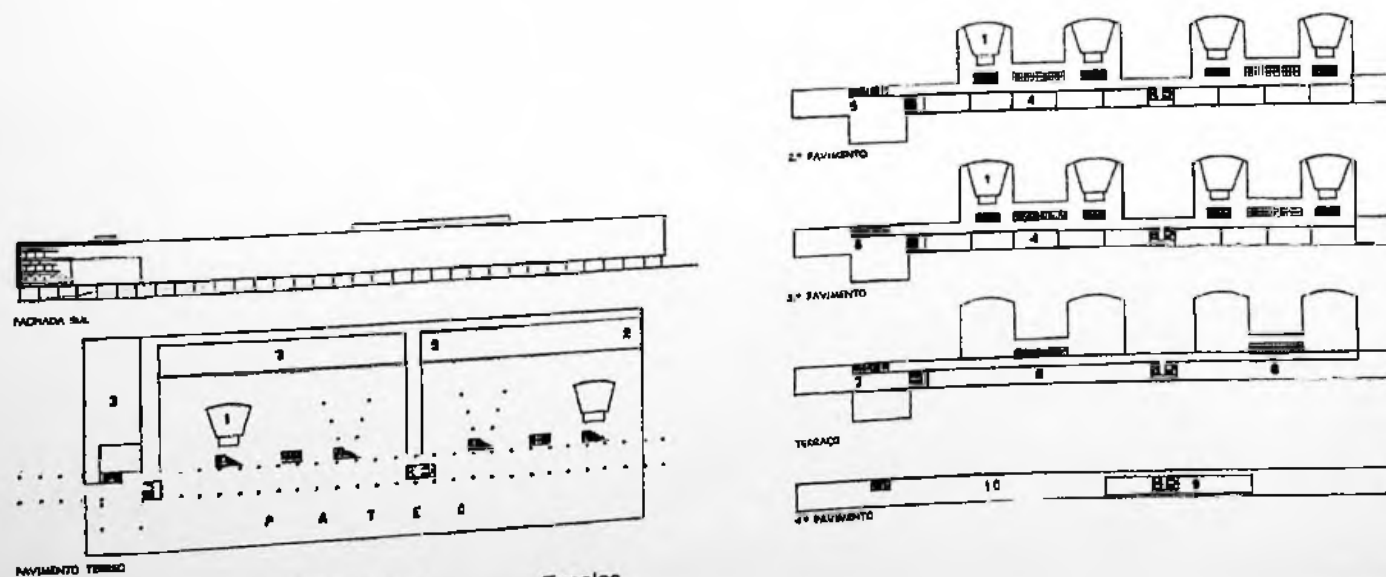
Há um giro de 90 graus na orientação dos prédios, da plataforma sobre as ferrovias e no bosque de palmeiras imperiais no projeto de Lúcio Costa em relação ao elaborado por Corbusier. A faixa central da Cidade mantidos os pilotis nos edifícios das escolas, mas a área ao seu redor é circunscrita por construções térreas e muros. Na implantação que mostra os térreos dos edifícios é possível verificar que o pedestre teria à sua disposição uma rede de passagens cobertas, como no projeto de Corbusier, embora de alcance setorial, interligando os pátios das escolas.

Lúcio Costa comenta seu projeto em relação ao de Corbusier: "Aquele implantação aberta [de Corbusier], como foi negada [pela Comissão de Professores], eu já tive que fazer um projeto que fosse o contrário, o oposto. Quer dizer, uma coisa fechada, ocupando toda a área central" (GOROVITZ, 1989, Anexo, p. 6).

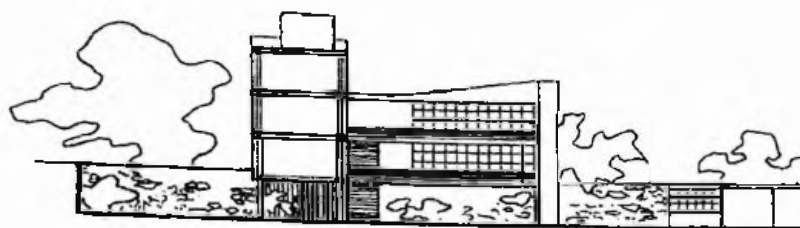
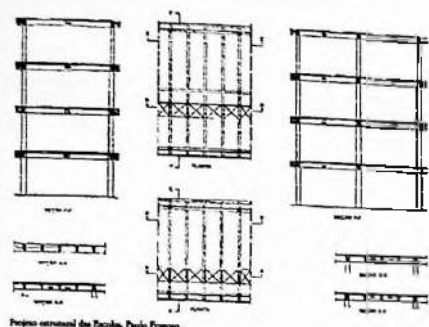
Sobre o projeto Lúcio Costa, há o seguinte trecho em "Os Riscos do Projeto", de Matheus Gorovitz: "Identificamos no projeto Lúcio Costa referências explícitas a tipologias tradicionais de campi universitários. O projeto incorpora, conciliando, o espaço de natureza cívica peculiar aos campi americanos e o campus inglês de feições medievais, estruturados por claustros definindo os 'colleges'" (GOROVITZ, 1993, p. 89).

Poderia se acrescentar que este espaço de natureza cívica peculiar aos campi americanos" é próximo do espaço da Arquitetura Moderna, pois se trata de figuras (edifícios) soltas no fundo (espaço verde), sem guardar relação direta com rua, praça, ou lote; enquanto que nos *colleges* há a definição das vias e das praças internas pelos edifícios, ou seja, do que estes deixam de espaço livre. No projeto Lúcio Costa há também uma grande conectividade entre os edifícios das escolas, porém estes conjuntos estão desenhados sobre o restante do espaço verde comum e aberto.

No projeto Lúcio Costa, exceto alguns edifícios de caráter central, como o Auditório e o edifício da Reitoria e Biblioteca, projetados para serem diferenciados e monumentais, os demais prédios foram propostos padronizados, com um sistema uniforme de estrutura e com uma única orientação em relação ao sol (varandas padronizadas, com um sistema uniforme de estrutura e com uma única orientação em relação ao sol (varandas de circulação e anfiteatros voltados para o norte, salas voltadas para o sul). Os edifícios de usos diferenciados, de integração universitária, teriam um tratamento plástico especial, destacando-os da "atitude humilde das escolas" (COSTA, 1995, p. 183).



Projeto de Lúcio Costa para a Universidade do Brasil - Escolas
Fonte: COSTA, 1995, p. 178



CORTE TRANSVERSAL

Projeto de Lúcio Costa para a Universidade do Brasil - Escolas
 Fonte: COSTA, 1995, p. 179 e 180

A padronização da tipologia das escolas abre a possibilidade de execução por etapas e do uso de pré-fabricação¹⁰. A Cidade Universitária poderia ser construída por partes, com os blocos sendo complementados (no projeto Corbusier também são utilizados prismas puros, embora não tenham sido mais detalhados).

O projeto Moderno de Lúcio Costa e equipe, com seus prismas puros e térreos em pilotis, continha referências à tradição construtiva nacional: pátios, varandas e muros de pedra, além de palmeiras imperiais. A questão que está colocada é a da arquitetura e urbanismo modernos sob uma ótica local, que vai ser uma constante na obra de Lúcio Costa.

Costa comentou sobre os edifícios propostos para a Cidade Universitária: "não procuramos imitar a *aparência exterior* das universidades americanas, vestidas à Tudor¹¹, ao jeito das missões ou à florentina – ridículo contra o qual a nova geração em boa hora reage; nem tampouco as universidades europeias, instituições seculares que se foram completando com o tempo e, quando modernas – enfáticas, como a de Roma, ou desarticuladas, como a de Madrid – não nos podiam servir de modelo" (COSTA, 1995, pp. 183 e 186).

82

Foi recusado o projeto de Lúcio Costa e equipe "por voto em contrário, unânime, da Comissão de Professores, em plenário, após a leitura do relatório da Comissão especialmente designada para estudo do assunto e composta dos professores Raul Leitão da Cunha (presidente), Ernesto de Souza Campos (relator), Inácio M. Azevedo do Amaral, Luiz Cantanhede de Carvalho e Almeida, Juvenil da Rocha Vaz.

A Comissão baseou a sua opinião no estudo aprofundado que fez do anteprojeto e nos pareceres, também contrários, das comissões especializadas de engenharia, de medicina, de direito, de filosofia" (CAMPOS, 1940, p. 397, grifos nossos).

¹⁰ No Memorial do projeto para a Universidade do Brasil, Lúcio Costa discorre sobre a padronização dos edifícios das escolas: "Essa padronização, resultante do programa, conforme vimos, impõe – com grandes vantagens – um sistema uniforme de estrutura. O adotado tem as seguintes características: laje dupla com nervuras em um mesmo sentido, formando de cada lado e em toda a extensão do prédio um canal de 0,50 m x 0,50 m para a tubulação das instalações – visitável pela parte superior, internamente; ausência de vergas ou vigas aparentes, o que permite a maior elasticidade na distribuição interna – com independência completa da estrutura – podendo ser o espaçamento entre as divisões bastante reduzido e estas alteradas de acordo com as vantagens e desdobramentos dos serviços – dispondo os caixilhos de mainéis apropriados para recebê-las. E, graças ao princípio adotado de soltar-se do corpo do edifício todos aqueles compartimentos que não se enquadrassem em um sistema contínuo de estrutura – tais como salas de aula teórica, de provas, congregação, etc., o seu desenvolvimento se pode, a bem dizer, processar automaticamente e sem quaisquer limitações que não as da própria conveniência" (COSTA, 1995, pp. 180 e 181).

¹¹ O projeto do edifício principal da Faculdade de Medicina de São Paulo, depois da USP, foi do Escritório Técnico de Obras da Faculdade, dirigido pelos professores Ernesto de Souza Campos e Luiz Marcondes de Rezende Puech. A fachada deste edifício, projetada por um arquiteto alemão, teve inspiração gótica (LOURENÇO, 1999, p. 34).

Plano Marcello Piacentini e Vittorio Morpurgo para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil – 1938.

O terceiro estudo para a Cidade Universitária junto à Quinta da Boa Vista, também não implementado, foi elaborado de 1937 a 1938 pelos arquitetos italianos Marcello Piacentini e Vittorio Morpurgo.¹²

Meses depois da recusa do projeto de Lúcio Costa e equipe para a Cidade Universitária, o governo federal promulgou a Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, instituindo e organizando a Universidade do Brasil. Os estabelecimentos de ensino que constituiriam inicialmente esta universidade seriam: Filosofia Ciências e Letras, Educação, Engenharia, Química, Medicina, Odontologia, Farmácia, Direito, Política e Economia, Agronomia, Veterinária, Arquitetura, Belas Artes, Música e Minas e Metalurgia. Estes estabelecimentos de ensino deveriam ser reunidos num mesmo local, o terreno estudado para este fim, junto à Quinta da Boa Vista, à exceção de Minas e Metalurgia, que permaneceriam em Ouro Preto.

Para cooperar nos trabalhos dos estabelecimentos de ensino, a citada lei determinava que quinze institutos¹³ e o Museu Nacional integrariam a Universidade do Brasil. Também passou a integrar a Universidade do Brasil o Hospital das Clínicas, destinado ao ensino, o Colégio Universitário, destinado ao ensino secundário complementar, e a Escola Ana Néri, destinada ao ensino de enfermagem e de serviço social.

As escolas estipuladas nesta lei eram basicamente as que Lúcio Costa havia implantado em seu projeto, apenas fora acrescentada Política e Economia e não foram citadas Ciências Sociais e Saúde Pública, ao menos enquanto instituições independentes.

Das instituições previstas na Lei nº 452, três eram inexistentes até aquela data: a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade Nacional de Educação e a Faculdade Nacional de Política e Economia. Agronomia e Veterinária eram ligadas ao Ministério da Agricultura, por isso foram desconsideradas nos projetos de Le Corbusier e Lúcio Costa e equipe. Mas também não foram incluídas no projeto para a Cidade Universitária que Piacentini e Morpurgo finalizaram em 1938.

83

A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras permaneceu sem existir de fato até 1939, quando o governo federal extinguiu a Universidade do Distrito Federal e incorporou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela instituição à Universidade do Brasil, subdividida em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. A Seção de Ciências compreendia seis cursos: Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História e Ciências Sociais¹⁴ (PAIM, A. in SCHWARTZMAN, 1982, p.75).

Manter a Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto atrelada a uma universidade no Rio de Janeiro e extinguir uma universidade municipal bem sucedida revela o papel reservado à Universidade do Brasil pelo governo federal: deveria ter influência nacional e ser única na capital federal.

Dentro da área universitária, conforme o artigo 11º da Lei nº 452, seriam feitas instalações para a Reitoria, a Biblioteca e o Auditório, bem como as destinadas à educação física (estádio, ginásio, piscina), às atividades extracurriculares e à residência de funcionários e de, pelo menos, uma décima parte dos alunos. Não havia menção na lei sobre residência de professores; o convívio de professores e alunos é um dos aspectos apontados como formador do "espírito universitário" desde os debates sobre ensino superior na década de vinte.

¹² Publicado por Ernesto de Souza Campos em seu livro *Educação Superior no Brasil*.

¹³ Institutos de Física, Eletrotécnica, Hidro-aerodinâmica, Mecânica Industrial, Ensaio de Materiais, Química e Eletroquímica, Metalurgia, Nutrição, Eletro-radiologia, Biotipologia, Psicologia, Criminologia, Psiquiatria, História e Geografia, Organização Política e Econômica.

¹⁴ Idas e vindas no programa da Universidade do Brasil: a Escola Nacional de Química e a Faculdade Nacional de Educação citadas na Lei nº 452, de 5 de julho de 1937 integrariam a partir de 1939 a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras?

A Lei nº 452 também determinava que a Universidade do Brasil, organizada em cidade universitária, fosse edificada segundo um plano de conjunto, no qual os seus elementos se agrupassem em diversos setores, segundo as suas finalidades. Foi instituída a Comissão do Plano da Universidade do Brasil, composta de professores catedráticos e de técnicos, com o encargo de superintender a elaboração dos programas, a organização dos projetos e a execução das obras, que fossem necessários à progressiva edificação da Universidade do Brasil.

Novamente convidado, após a recusa dos projetos de Le Corbusier e de Lúcio Costa e equipe, Marcello Piacentini enviou um seu colaborador ao Brasil, o arquiteto Vittorio Morpurgo, que permaneceu cerca de dois meses no Rio de Janeiro, "trabalhando junto ao Sr. Ministro e aos membros do Escritório do Plano da Universidade, profs. Azevedo do Amaral e Souza Campos. Traçou, então, de acordo com a grande soma de dados que lhe foram fornecidos, um plano geral para o qual aliás se manteve em estreita ligação, epistolar e telefônica, com seu companheiro e chefe.

Voltando a Roma pode, então, fazer o anteprojeto, hoje aprovado, por unanimidade de votos, pela comissão de professores, presidida pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde, Sr. Gustavo Capanema.

Esta votação foi precedida de um estudo do parecer de uma comissão nomeada pelo Ministro, para esse fim e composta dos professores Raul Leitão da Cunha, Inácio M. Azevedo do Amaral, Luiz Cantanhede de Carvalho e Almeida e Ernesto de Souza Campos, tendo sido este o relator geral" (CAMPOS, 1940, pp. 397 e 398, grifos nossos).

O projeto Piacentini-Morpurgo para a Universidade do Brasil indicava na implantação os seguintes setores: Centro de Filosofia, Ciências e Letras e Administração; Centro Médico; Centro de Belas Artes; Centro de Engenharia e Centro Esportivo. Estes centros correspondiam aos previstos no programa do Escritório Técnico.

Verificam-se no projeto de Piacentini e Morpurgo que o programa elaborado pelo Escritório do Plano da Universidade permitia a duplicidade de cursos: no Centro de Filosofia, Ciências e Letras havia a Seção de Química (Parte Geral) e a Seção de Física (Parte Geral); no Centro de Engenharia havia o Instituto de Química e também Física e Química para os Engenheiros. Ao invés de concentrar toda a Química e Física na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, instituição de integração universitária, abria-se exceção para que junto à Escola Nacional de Engenharia houvesse cursos especiais. Era um dos aspectos acarretados por uma concepção setorial para a Cidade Universitária.

84

Piacentini e Morpurgo propuseram uma nova avenida para acesso principal da Cidade Universitária, paralela à entrada da Quinta da Boa Vista. Desta maneira, tentavam evitar que a Universidade ficasse aos fundos da Quinta. O acesso proposto seria interligado à Praça da República (antigo Campo de Sant'Ana) percorrendo um trecho da recém inaugurada Avenida Presidente Vargas¹⁵.

Este acesso cortaria o jardim da Quinta da Boa Vista, exigindo o alargamento de alameda e uma ponte sobre o curso d'água existente, para atingir a área plana da futura Cidade Universitária, finalizando no que seria a praça da Reitoria. Em trecho antes da Quinta, a nova avenida atravessaria área urbana edificada, o que acarretaria desapropriações.

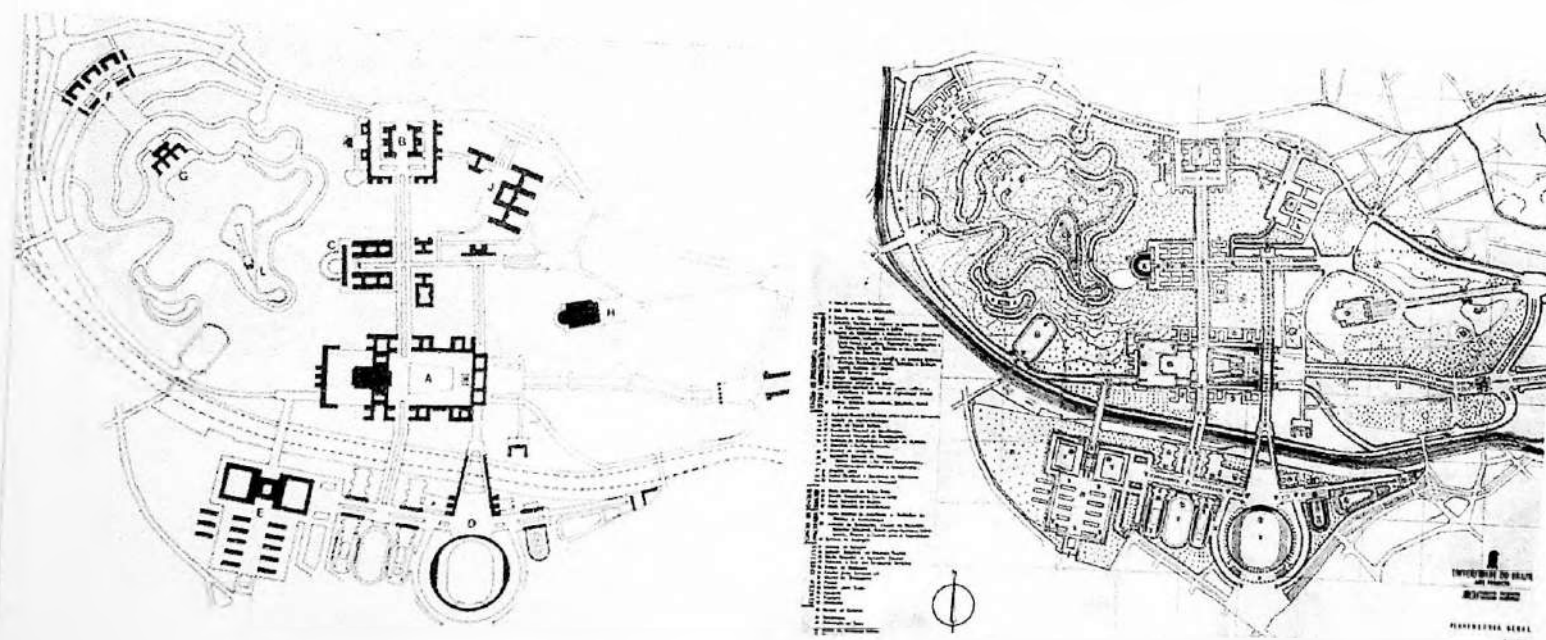
¹⁵ A proposta de Piacentini-Morpurgo de comunicação viária entre a Cidade Universitária e a área central do Rio de Janeiro foi traçada sobre uma planta da Inspetoria de Água e Esgotos na escala 1:40.000 e com data de 1930 (ilustração em TOGNON, 1999, p. 98).



Proposta de Piacentini-Morpurgo de ligação viária da pça. Da República à pça. da Reitoria
 Fonte: TOGNON, 1999, p. 98



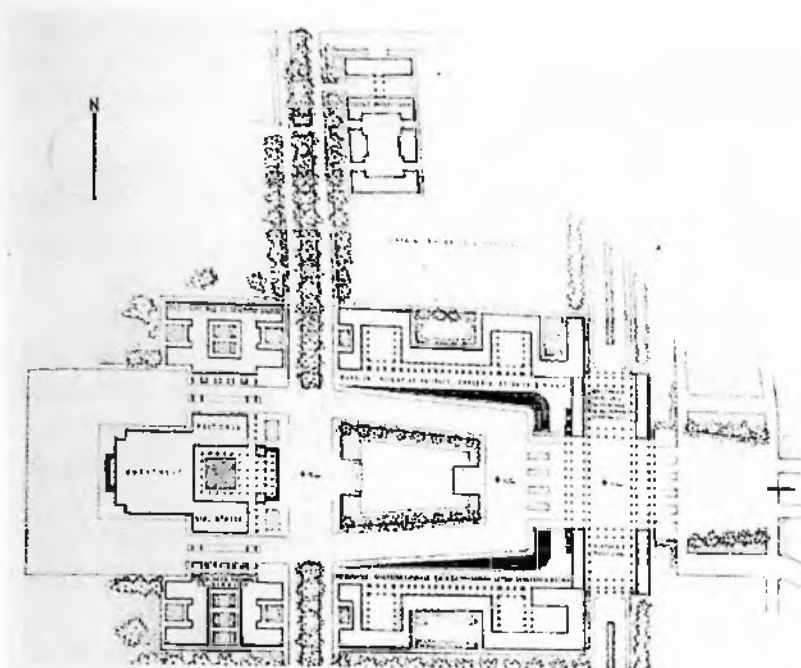
Plano Piacentini-Morpurgo - Modelo
 Fonte: Tognon, 1999, p. 100



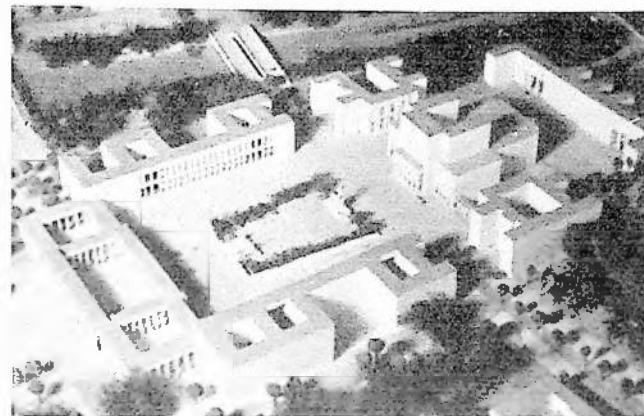
Plano Piacentini-Morpurgo para a Universidade do Brasil, 1938
 Fonte: TOGNON, 1999, p. 102 e 103

Legenda:

- A. Reitoria, Direito, Ciências Naturais e Ciências Humanas
- B. Ciências Médicas
- C. Belas Artes
- D. Educação Física e Esportes
- E. Engenharia
- F. Residências
- G. Sanatório
- H. Música (sede da Quinta da Boa Vista)
- J. Hospital
- L. Observatório e Farol Civilização Latina



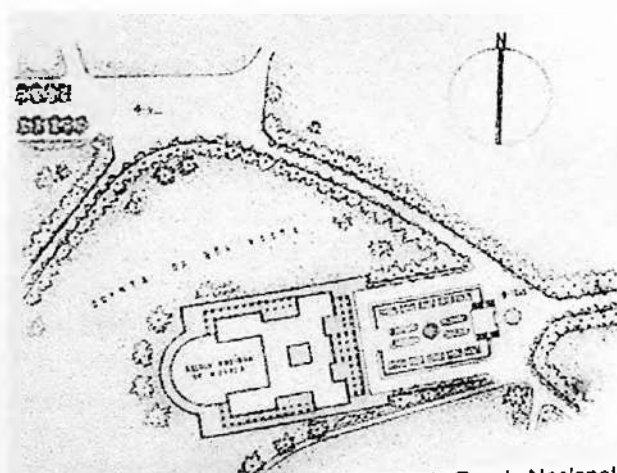
Projeto Piacentini-Morpurgo - Praça da Reitoria.
Fonte: *Arquitetura*, número 9, set. 1938, p. 530



Projeto Piacentini-Morpurgo - Praça da Reitoria
Fonte: TOGNON, 1999, p. 112

Este projeto situava parte do Hospital Geral sobre os jardins da Quinta e propunha que a antiga residência imperial fosse utilizada pela Escola Nacional de Música. Foi também desenhada uma colonata na fachada deste edifício, para que se assemelhasse aos demais da Cidade Universitária. Esta proposta demonstra o desconhecimento dos seus autores em relação ao patrimônio histórico brasileiro¹⁶.

86



Projeto Piacentini-Morpurgo - Proposta da Escola Nacional de Música ocupando o Palácio da Quinta da Boa Vista, ao qual se superporiam fachadas com colonatas e um salão de concertos. Planta e Vista.
Fonte: *Arquitetura*, número 9, set. 1938, pp. 542 e 543



A Medicina, a Engenharia e a Praça de Esportes foram situadas por Piacentini-Morpurgo na periferia do conjunto, como os dois projetos precedentes, de Corbusier e Lúcio Costa haviam feito. Mas o setor residencial foi deslocado para além do Morro do Telégrafo, ocupando a estreita faixa entre o pé deste morro e a linha férrea, desconectado do restante da Cidade Universitária. Nos projetos de Le Corbusier e Lúcio Costa, as habitações e

¹⁶ Paulo Santos esclarece sobre esse imóvel, doado ao Imperador em 1808, que seria um dos primeiros exemplos de ecletismo do século XIX, pois por três lados tinha varandas ou colonatas com janelas envidraçadas, uma fachada lateral decorada em estilo gótico e quatro pavilhões góticos acrescentados aos ângulos do edifício (SANTOS, 1981, pp. 45 e 46).

clubes situados nas imediações dos edifícios acadêmicos propiciariam uma vida em coletividade e identificada com a instituição. Não havia espaços de convivência geral no projeto Piacentini-Morpurgo, nem área esportiva ao pé das habitações, somente a área esportiva monumental, voltada para competições.

Apenas o projeto Piacentini-Morpurgo propunha a ocupação do morro do Telégrafo (caminhos sinuosos, um elevador, o Hospício, o Observatório e o "Farol da Civilização Latina"), substituindo a ocupação existente registrada em foto aérea e mapeamento de época e provavelmente exigindo mais desapropriações.

Os edifícios do projeto Piacentini-Morpurgo para a Universidade do Brasil foram agenciados formando fóruns, mas isolados entre si por áreas verdes. Era uma implantação híbrida, reunindo uma volumetria urbana mediterrânea com a universidade-parque norte-americana (refletindo a setorização da Universidade do Brasil prevista na Lei nº 452), mas sem uma estrutura geral, como a conferida pela esplanada ao projeto de Lúcio Costa e equipe.

O memorial descritivo do projeto da Cidade Universitária de Roma, cujo plano geral é de Piacentini, esclarece muito sobre o projeto da Universidade do Brasil:

"Contrariamente ao que se verifica na Cidade Universitária de Madrid, que se encontra em construção, onde os edifícios se dispersaram num terreno muito vasto, com aglomerações especiais para cada uma das diferentes faculdades¹⁷; contrariamente à disposição linear adoptada noutros casos, eu quis retomar e desenvolver o tema, muito antigo e tipicamente italiano, que consiste em compor, com as diversas construções, uma praça bem definida arquitetonicamente e volumetricamente. Quis, portanto, realizar, num tema muito moderno, a concepção da melhor tradição urbanística que nos legou a Antiguidade Greco-Romana e a nossa Renascença. É a concepção do Ágora, do Fórum, das praças do século XV e do século XVI; isto é, a expressão completa e complexa da nossa construção urbana que se traduz neste novo organismo perpetua, em formas modernas, o espírito da civilização antiga" (*Architectura* nº 55-56, fev. 1956, p. 10, grifos nossos). No caso da Universidade do Brasil, a dispersão dos fóruns propostos por Piacentini-Morpurgo para os setores só não seria acentuada porque a área útil do terreno junto à Quinta era bem menor que a Cidade Universitária de Madrid.

87

A crítica de Piacentini sobre a primeira mostra em Roma dos jovens racionalistas do Gruppo 7 e aliados, em um texto intitulado "Prima internazionale architettónica" no final da década de vinte, demonstra seu distanciamento da Arquitetura Moderna: "Esta primeira internacional arquitetônica é, todavia, um movimento de bases sérias e de máxima importância. O erro de nossos jovens está em ver nisto apenas um novo endereço puramente arquitetônico, em acreditar no advento de um novo estilo, de uma nova forma de arte e, sendo bons italianos nisso, em considerar aquilo que aparece, e não aquilo que é: a reputam uma liberação definitiva e consoladora, como um novo verbo. Assim, estes jovens absorveram as formas mais absurdas para nós: paredes inteiras de vidro, que sob o nosso sol centuplicariam os casos de congestão cerebral." (*Architettura e arti decorative*, VII, fasc. XII, ago., 1928, pp. 544-62, *apud* TOGNON, 1999, p. 28)

Piacentini referindo-se à Cidade Universitária de Roma: "A arquitetura da Cidade Universitária, na sua absoluta simplicidade, não renuncia a nenhum postulado de modernidade, mas a sua concepção geral nasceu sempre no clima clássico mediterrâneo. Nenhuma concessão foi feita às formas ultra-racionalistas (como as grandes janelas de vidro, ou as massas plantadas sobre o vazio dos terrenos, suspensas por tênues pilastras). Tudo aqui foi raciocinado, pensado, realizado a partir das necessidades técnicas e espirituais. Procuramos construir edifícios não de moda, mas que tenham qualidades eternas, essenciais" (*apud* TOGNON, 1999, p. 33).

¹⁷ F. Guidi, sobre a Universidade de Madri (projeto do arquiteto Lopez Otero): "As grandes distâncias comportadas pelas dimensões do terreno podem parecer um defeito, mas, como se vê pela planimetria geral [...], a dificuldade foi superada, reagrupando, muito logicamente, os edifícios das específicas unidades em composições cerradas, as quais fazem entre si poucos contatos" (GUIDI, F., "La Città Universitaria di Madrid", p. 585, *apud* TOGNON, 1999, p. 199, grifos nossos).

UNIVERSIDADE DE MADRID
CIDADE UNIVERSITÁRIA
PLANO DE CONJUNTO

- 1 PARANATO E RELÓDIA
- 2 FACULDADE DE DIREITO, ECONOMIA E LETRAS
- 3 FACULDADE DE CIÊNCIAS
- 4 FACULDADE DE FARMÁCIA
- 5 FACULDADE DE MEDICINA
- 6 ESCOLA DE MATEMÁTICA
- 7 INSTITUTO DE FÍSICA
- 8 ESCOLA DE QUÍMICA
- 9 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MINAS
- 10 ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA
- 11 ESCOLA DE ENGENHARIA DE NAVIOS
- 12 ESCOLA DE ENGENHARIA DE AGRICULTURA
- 13 ESCOLA DE ENGENHARIA DE ARQUITECTURA
- 14 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 15 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 16 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 17 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 18 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 19 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 20 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 21 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 22 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 23 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 24 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 25 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 26 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 27 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 28 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 29 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 30 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 31 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 32 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 33 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 34 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 35 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 36 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 37 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 38 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 39 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 40 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 41 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 42 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 43 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 44 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 45 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 46 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 47 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 48 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 49 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 50 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 51 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 52 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 53 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 54 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 55 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 56 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 57 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 58 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 59 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 60 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 61 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 62 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 63 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 64 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 65 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 66 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 67 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 68 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 69 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 70 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 71 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 72 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 73 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 74 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 75 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 76 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 77 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 78 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 79 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 80 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 81 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 82 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 83 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 84 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 85 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 86 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 87 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 88 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 89 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 90 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 91 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 92 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 93 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 94 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 95 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 96 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 97 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 98 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 99 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM
- 100 ESCOLA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM



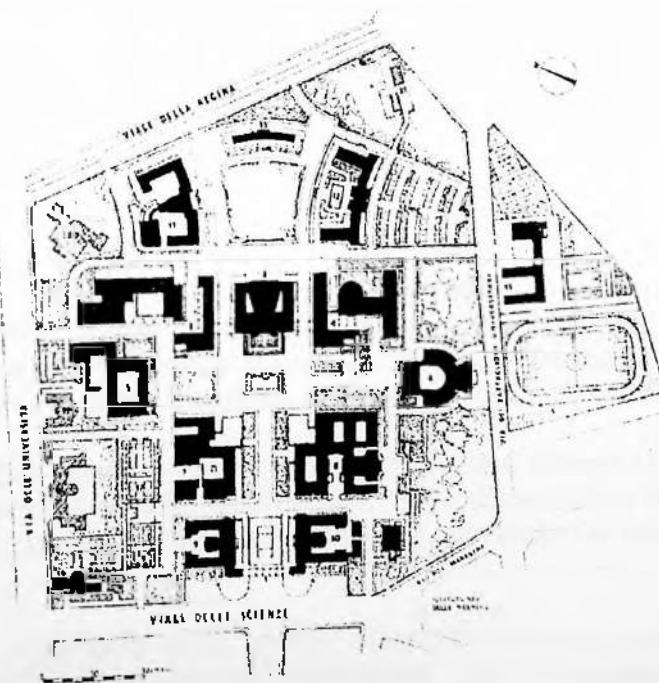
Plano de Conjunto da Universidade de Madrid
Fonte: SILVA, 1950, página entre pp. 28 e 29

Sob determinados ângulos o projeto de Piacentini se aproxima do elaborado por Lúcio Costa, como na releitura da tradição construtiva. Lúcio Costa recorre aos pátios, às varandas, aos muros de pedra, às palmeiras imperiais; Piacentini aos fóruns, às colunatas, aos mármore. Mas em sendo a universidade da capital brasileira, com pretensões de ser exemplar para o país, sua linguagem deveria se referenciar na cultura nacional.

68

Legenda:

- 1 Pátio de acesso
- 2 Reitoria, Biblioteca, Aula Magna
- 3 Faculdade de Direito e Ciências Públicas
- 4 Faculdade de Letras e Filosofia
- 5 Instituto de Mineralogia, Geologia e Paleontologia
- 6 Escola de Matemática
- 7 Instituto de Física
- 8 Instituto de Química
- 9 Instituto de Higiene e Bacteriologia
- 10 Clínica Ortopédica e Traumatologia
- 11 Instituto de Histologia e Fisiologia Geral, Antropologia e Psicologia Experimental
- 12 Instituto de Botânica e Química Farmacêutica
- 13 Caserna da Milícia Universitária
- 14 Central Térmica
- 15 Casa do Estudante
- 16 Círculo dos Professores
- 17 Monumento aos estudantes tombados na guerra
- 18 Clínica Neuropsiquiátrica
- 19 Instituto de Medicina Legal
- 20 Instituto de Fisiologia, Química Fisiológica e Farmacologia
- 21 Horto Botânico



Plano da Cidade Universitária de Roma- 1935
Fonte: Architettura, número especial, 1935, p. 3

Outro traço em comum nos dois projetos é a monumentalidade, embora advinda de recursos diferentes: o de Lúcio Costa pela perspectiva longa da esplanada (ao contrário, Piacentini e Morpurgo utilizam sutis inflexões dos eixos das vias, gerando perspectivas curtas) o dos italianos pelo espaço das praças, e pelos edifícios em si).



Cidade Universitária de Roma, projeto de conjunto de Marcello Piacentini, 1935
Fonte: Architettura, número especial, 1935, pp. 26, 27, pág. não numerada, 5 e 4.

O projeto de Piacentini e Morpurgo para a Universidade do Brasil, embora não construído, é importante para a presente tese porque foi aprovado pela Comissão de Professores, aí incluído Ernesto de Souza Campos, da mesma maneira que os planos precedentes também o são, por esclarecer o que não seria aceitável. A importância para a tese reside na ativa participação daquele professor na escolha e dimensionamento do terreno e na substituição de plano para a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo.

É possível concluir com base nestas duas negativas e uma afirmativa que a Cidade Universitária do Rio de Janeiro desejada pela Comissão de Professores estaria próxima da Cidade Universitária de Madri enquanto agrupamento setorial de edifícios, mas com a linguagem (monumentalidade, tipologia de edifícios) da Cidade Universitária de Roma.

A setorização da Cidade Universitária, explicitada na lei nº 452, é uma concessão à tradição brasileira da faculdade independente, por não investir em uma integração universitária total. O projeto de Piacentini e Morpurgo explicita no espaço físico esta questão programática. Apesar das distâncias entre os setores não serem grandes e o terreno destinado à Cidade Universitária ser quase plano, conjuntos independentes evidenciam que se trata de uma "federação" e não de uma unidade. A Universidade é representada fisicamente como uma entidade polinucleada.

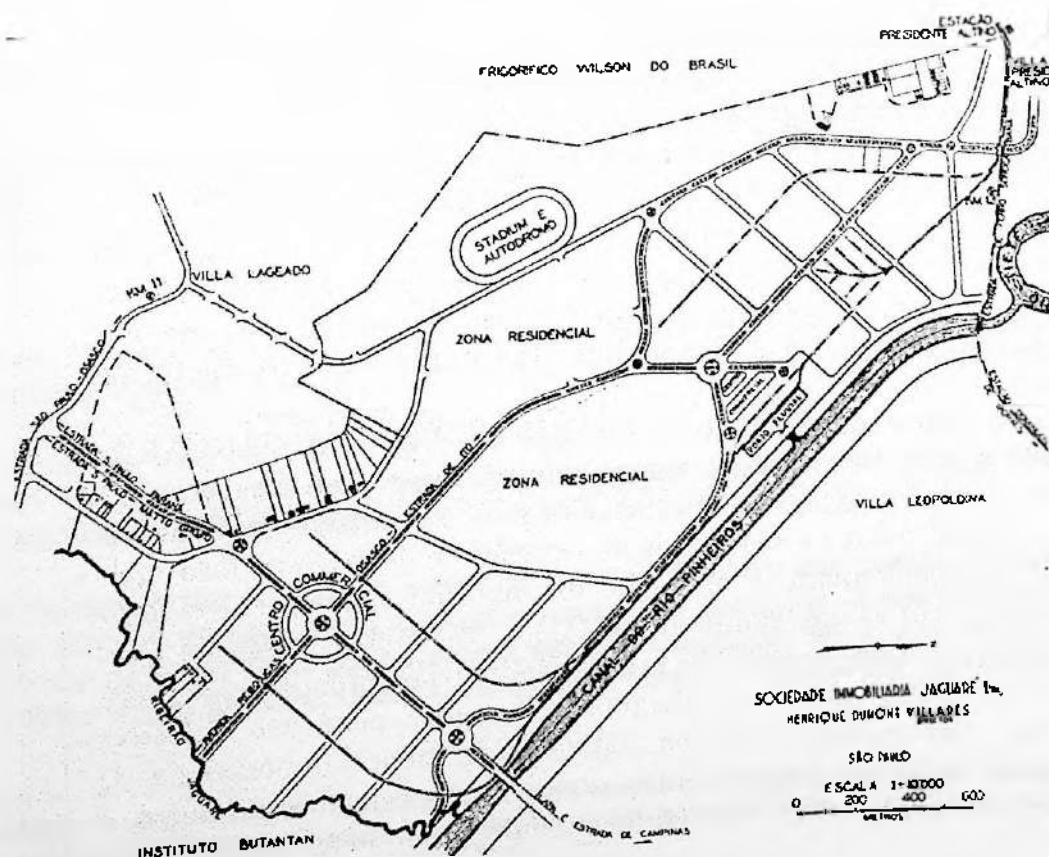
A questão da insolação solar uniforme dos edifícios, que no Urbanismo Moderno é de ordem técnica, mas também advém do direito de todos¹⁸ usufruírem exatamente a melhor orientação (que no caso carioca significaria evitar excessiva radiação), não é fundamental no projeto Piacentini-Morpurgo. A escultura moderna que Lúcio Costa dispõe junto ao pórtico de entrada contrasta com as esculturas naturalistas utilizadas no projeto italiano.

A padronização de edifícios de mesmo uso, utilizada pela Arquitetura Moderna européia para baratear a habitação popular através da produção em série, não seria possível no projeto dos arquitetos italianos para a Universidade do Brasil. Cada edifício é único, concebido para um lugar específico, como na universidade de Roma.

Os projetos para a Universidade de São Paulo

Somente em dezembro de 1941, após um longo período de interrupção causado pelo Golpe de Estado de 1937, o então interventor Fernando Costa assinou decreto reservando na Fazenda Butantã uma área para a Universidade de São Paulo, conforme proposto na "Solução Butantã" pelo Escritório Técnico de 1937. Neste ano a Reitoria da USP fora assumida pelo Professor Jorge Americano.

Entre 1937, o ano da elaboração do estudo "Solução Butantã", e 1941, data da reserva de área para a Cidade Universitária da USP, houve o lançamento do "Centro Industrial Jaguaré" no mercado imobiliário da Capital.



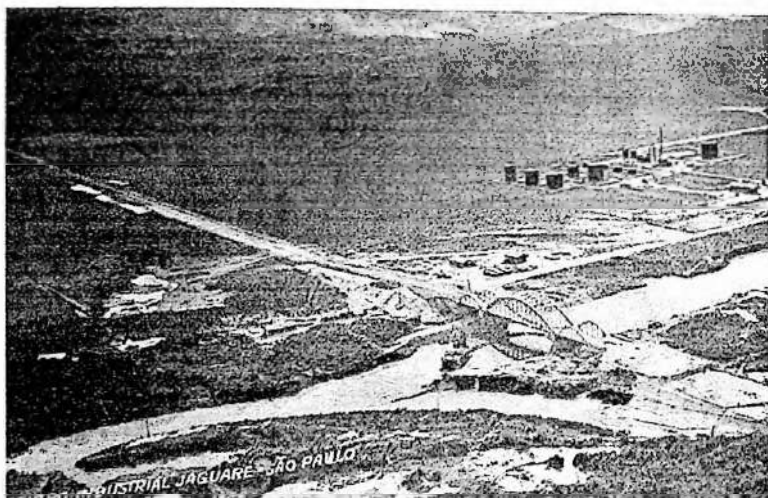
Centro Industrial Jaguaré
Fonte: VILARES, 1939, p. 18

¹⁸ A Arquitetura Moderna é filha das Luzes: da Ciência do século XIX e dos Direitos estabelecidos pela Revolução Francesa, ou seja, a Técnica a serviço do Homem.

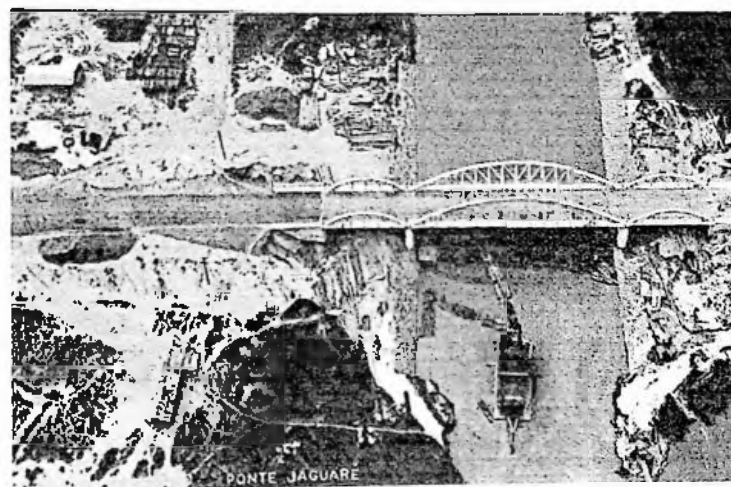
O "Centro Industrial Jaguaré", uma área industrial planejada na Cidade de São Paulo pela Sociedade Imobiliária Jaguaré Ltda, cujo diretor era Henrique Dumont Villares, deu em 1939 à fazenda Butantã uma inesperada valorização. Neste ano o Instituto Butantã ainda era o único ocupante daquela fazenda.

Como o folheto de divulgação deste empreendimento relatava, a Cidade de São Paulo era o parque industrial predominante no Brasil¹⁹ e o "Centro Industrial Jaguaré" era uma propriedade cientificamente organizada, de 150 alqueires de terra [363 hectares], a doze quilômetros do centro urbano de São Paulo e nas vizinhanças de áreas industriais já desenvolvidas, na intersecção das mais importantes rodovias do Estado e em conexão com estradas de ferro de bitolas larga e estreita.

Os lotes dispunham de energia elétrica, água²⁰, e serviço telefônico automático da Central da Cidade. Mas não só isto: também uma nova ponte, construída sobre o Rio Pinheiros, facilitaria a comunicação com o centro da cidade. Uma foto aérea mostrava a ponte do Jaguaré recém construída, com o acesso da margem direita ainda em obras, e o rio Pinheiros canalizado até este ponto.



Fotografias do Rio Pinheiros - Área do Centro Industrial Jaguaré
Fonte: VILARES, 1939, pp. 22 e 24



Os lotes do "Centro Industrial Jaguaré" estavam nivelados e alguns já ocupados em 1939 pela Cia Standard Oil Company of Brazil, pela S/A Indústrias Reunidas F. Matarazzo e pela Metalúrgica Matarazzo.

A parte central da área do "Centro Industrial Jaguaré" estava destinada a uma zona residencial, embora estivesse próximo de distritos de residência operária, como a Lapa, Pinheiros e Vila Presidente Altino, provavelmente devido ao relevo acidentado.

O folheto de divulgação do "Centro Industrial Jaguaré" afirmava que passavam pela propriedade ônibus de vinte em vinte minutos durante o dia, cobrando passagens reduzidas. Havia o transporte de passageiros também pela Estrada de Ferro Sorocabana para a estação Presidente Altino, nos limites da propriedade. Em futuro próximo a linha tronco da Sorocabana seria ligada à linha Mayrink-Santos, que acompanharia o canal do

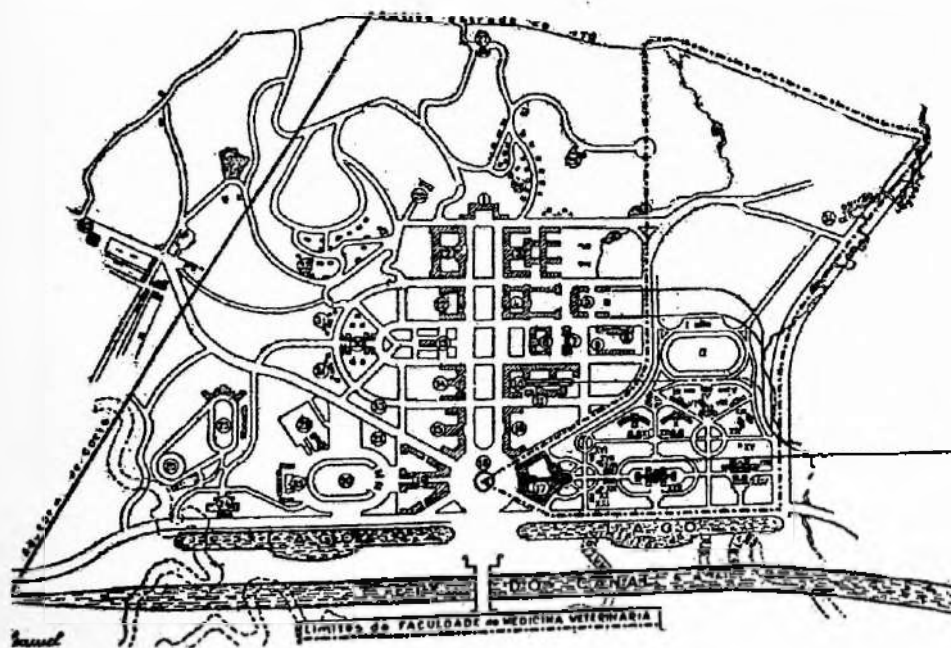
¹⁹ O folheto de divulgação do empreendimento mencionava o rápido crescimento da população paulistana, que de 1890 a 1938 passara de menos de 70.000 a 1.200.000 habitantes. O número de edificações na cidade de São Paulo, de acordo com dados oficiais deduzidos das licenças concedidas passara de 1.281 em 1915 a 5.276 em 1935.

²⁰ A água poderia ser tirada do ribeirão Jaguaré, para gerar vapor, e do Rio Pinheiros, para condensadores e proteção contra incêndios (consultando a São Paulo Tramway Light and Power Co., que estava canalizando este rio) e ainda por meio de poços de pequena profundidade.

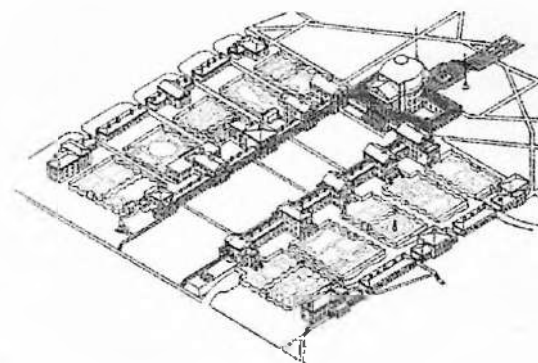
vale do rio Pinheiros. Menciona-se também a possibilidade futura de navegação fluvial, pois nos rios Pinheiros e Tietê estaria-se procedendo à dragagem de modo a permitir o seu uso como meio de transporte.

Embora a navegação fluvial ainda não tenha se concretizado e a margem do Rio Pinheiros contemplada com a linha férrea tenha sido a direita, no mais as vantagens locacionais para indústrias eram muito boas, mas destinada à sua implantação, nem tanto. A valorização trazida pelo "Centro Industrial Jaguaré" era a proximidade de infra-estrutura: energia elétrica, telefonia e a ponte do Jaguaré, vantagens das quais o Instituto de Pesquisas Tecnológicas tirará partido a partir de 1944.

Um plano para a Cidade Universitária da USP foi apresentado na *Revista de Arquitetura* número 59, de janeiro e fevereiro de 1944. Esta publicação bimestral era o órgão oficial do diretório da Escola Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. "O clichê que publicamos é uma reprodução da planta original, elaborada pela Secretaria da Viação", esclarecia a redação da revista referindo-se ao plano para a Cidade Universitária que ilustrava a matéria (*Revista de Arquitetura* n. 59, p. 28).



Cidade Universitária de São Paulo
Fonte: *Revista de Arquitetura*, jan fev. 1944, p. 28



Universidade de Virginia – projeto de Thomas Jefferson
Fonte: BRAWNE, 1994

Mais de um terço da Cidade Universitária estava destinada neste plano à Faculdade de Medicina Veterinária (35 do total de 100 alqueires, ou cerca de 85 hectares no total de 242 hectares da Cidade Universitária)²¹, possivelmente por influência do Interventor Fernando Costa²², que era engenheiro-agrônomo. *Revista de Arquitetura* informava aos seus leitores: "O projeto de localização das obras da Faculdade de Medicina Veterinária no magnífico plano da Cidade Universitária já foi aprovado pelo Interventor Fernando Costa

²¹ A Faculdade de Medicina Veterinária da USP esteve subordinada à Secretaria Estadual da Agricultura (com exceção de alguns meses) desde sua origem como Instituto de Veterinária em 1919 até ser incorporada à Universidade de São Paulo em 1934. Conforme dado de 1946, a Faculdade ocupava um imóvel de meio hectare, no bairro do Cambuci.

²² Fernando da Silva Costa (1886-1946), engenheiro-agrônomo formado em 1907, ocupou o cargo de Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, foi Ministro da Agricultura de 1937 a 1941 e interventor federal no Estado de São Paulo de junho de 1941 a novembro de 1945. Manteve no cargo o Prefeito Prestes Maia durante os anos de sua gestão (Prestes Maia era prefeito desde 1938, quando o interventor federal era Adhemar de Barros).

em recente reunião realizada na Reitoria da Universidade de São Paulo, quando ficou decidido dar-se início, brevemente, à edificação da futura cidade" (*Revista de Arquitetura* n. 59, p. 28).

Foi encontrada descrição deste plano na publicação de 1944 do Departamento de Imprensa e Propaganda do governo do Estado de São Paulo intitulada "Depoimento dos fatos no terceiro ano de governo do interventor Fernando Costa"; apesar de não trazer ilustração, o trecho contém a discriminação de usos da legenda do plano publicado na *Revista de Arquitetura* e a mesma menção à área de 35 alqueires (85 hectares) reservada à Faculdade de Medicina Veterinária.

Desta publicação consta o seguinte trecho:

"A idéia de se erigir em São Paulo uma Cidade Universitária, que será a primeira do Brasil, originou-se da imperativa necessidade de se congregarem num só vasto instituto todas as secções do ensino universitário, cujas disciplinas, de si mesmas concebidas numa rígida e inseparável interdependência, exigem a unificação das ciências, por meio da qual o seu ensino se complete e se exerça na mais perfeita harmonia e amplitude, sem as lacunas, os intervalos e as interrupções do magistério isolado.

Compreendendo esta situação, e sensível às aspirações da inteligência paulista, os magnos ideais da ciência universitária, S.Exa. o Interventor Fernando Costa determinou logo que se procedesse aos estudos preliminares para a consecução das altas finalidades do nosso ensino superior. Ouvidas as opiniões dos catedráticos das nossas faculdades e os pareceres de abalizados técnicos, teve início a elaboração do projeto da Cidade Universitária nas secções competentes da Secretaria da Viação e Obras Públicas. Terminada a planta respectiva foi aprovada pela S. Exa. em reunião havida na Reitoria da Universidade de São Paulo, em fins do ano de 1943" (São Paulo.Estado. Departamento de Imprensa e Propaganda, 1944, pp. 155 e 156, grifos nossos).

Também neste mesmo texto havia a descrição dos limites da Cidade Universitária (com o Instituto Butantã pela linha adutora do Cotia, o rio Pinheiros, o ribeirão Jaguaré e o espigão da antiga estrada de Itu) e o comentário que o Governo cogitava de determinar a incorporação de terrenos adjacentes destinados especialmente a novas e eventuais construções complementares, que seriam executadas conforme as exigências.

93

Descrevendo o plano da Cidade Universitária, este texto do governo estadual prosseguia:

"O plano da Cidade Universitária, que reunirá num moderno centro de estudos os estabelecimentos de ensino superior de São Paulo, compõe-se de institutos de pesquisas, usinas e campos experimentais, jardim zoológico e jardim botânico, observatório, bibliotecas, cooperativas, parques, vilas residenciais, estádios, esportes de aviação, natação, equitação, remo, etc." (idem, pp. 156). E após relacionar todas as faculdades que seriam instaladas na Cidade universitária, lista na qual não estava incluída a Faculdade de Medicina (afinal o próprio Fernando Costa acabara de inaugurar o Hospital das Clínicas desta Faculdade), eram descritas as futuras instalações esportivas e comunitárias. Haveria ainda na Cidade Universitária uma Zona Residencial dos Professores, Zona Residencial dos Estudantes, Zona Residencial das 20 Repúblicas Sul-Americanas (ao que parece esperava-se que a Universidade de São Paulo exercesse influência hemisférica) e até um edifício para o Departamento da Aeronáutica.

E ainda neste texto encontrava-se o seguinte, sobre o "embelezamento do local":

"O projeto primitivo foi completado e embelezado com a idéia de abertura de dois grandes lagos, que, além de ornamentarem o conjunto aprazível de parques e jardins da Cidade Universitária, constituem atributos fundamentais de tais construções, recomendados pela técnica moderna.

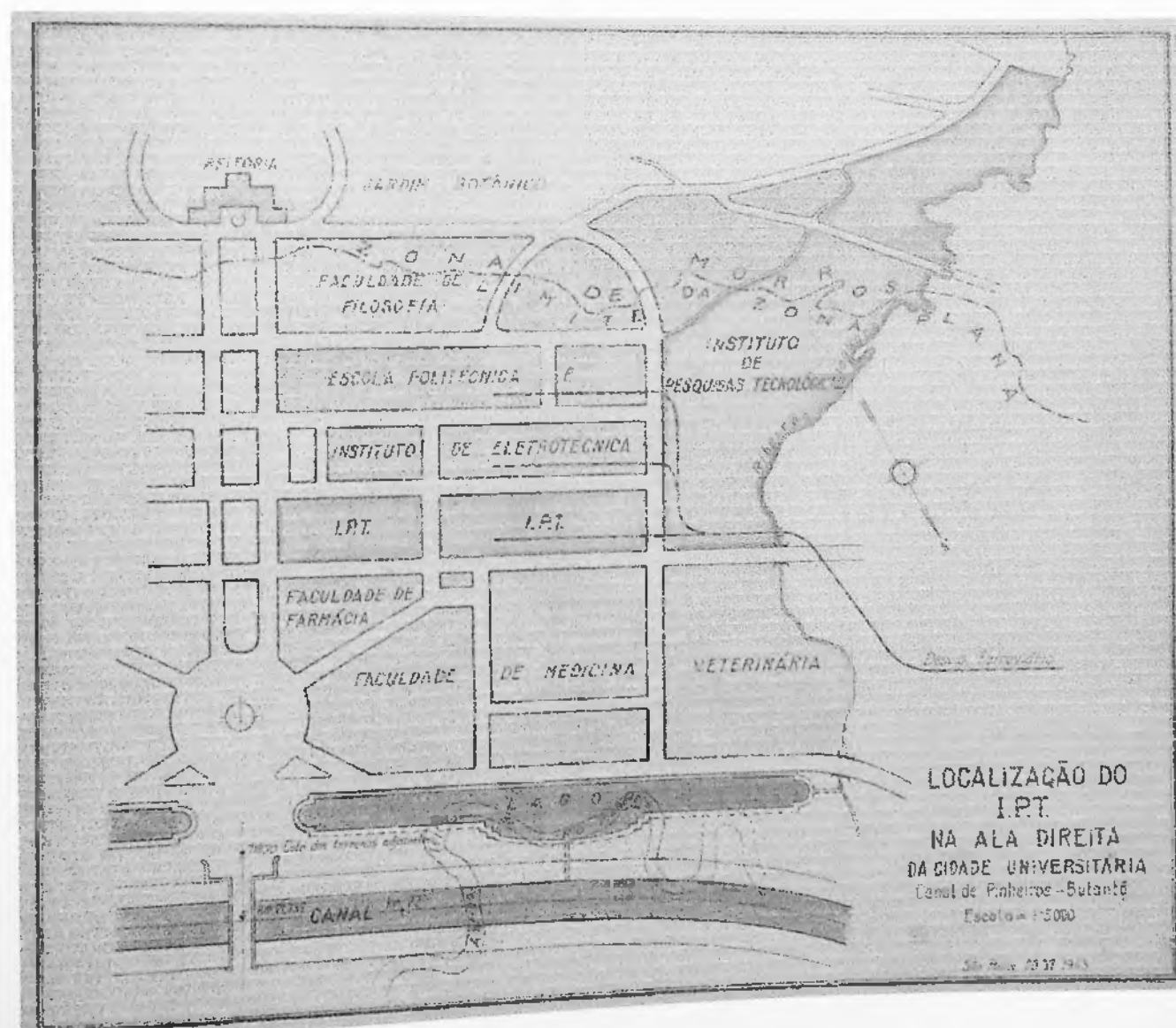
Margeando o rio Pinheiros, será rasgada uma formosa avenida arborizada com mais de dois mil metros de comprimento e duzentos metros de largura²³. Uma grande praça, de novecentos por trezentos metros, incidirá perpendicularmente sobre a avenida e será denominada Praça Universitária.

²³ Na planta da Secretaria da Viação e Obras Públicas, que denominamos de Plano de 1943, não foi verificada esta largura para a avenida marginal ao rio.

Nessa praça serão levantados os edifícios dos institutos universitários, bem como a reitoria, a capela e uma sede social" (São Paulo. Estado. Departamento de Imprensa e Propaganda, 1944, pp. 156 e 157, grifos nossos).

Uma planta da Secretaria da Viação e Obras Públicas, sem data, com o título de "Projetos de Lagos Artificiais²⁴", trazia o mesmo plano publicado na *Revista de Arquitetura*, exceto por algumas diferenças viárias na área mais próxima do Centro Industrial do Jaguaré (setor noroeste da gleba destinada à Cidade Universitária) e por faltar a demarcação de área para a Faculdade e Medicina Veterinária. Passaremos a denominar esta planta de Plano de 1943.

Uma planta com o título "Localização do I.P.T. na ala direita da Cidade Universitária", datada de 29 de novembro de 1943, trazia metade deste plano.

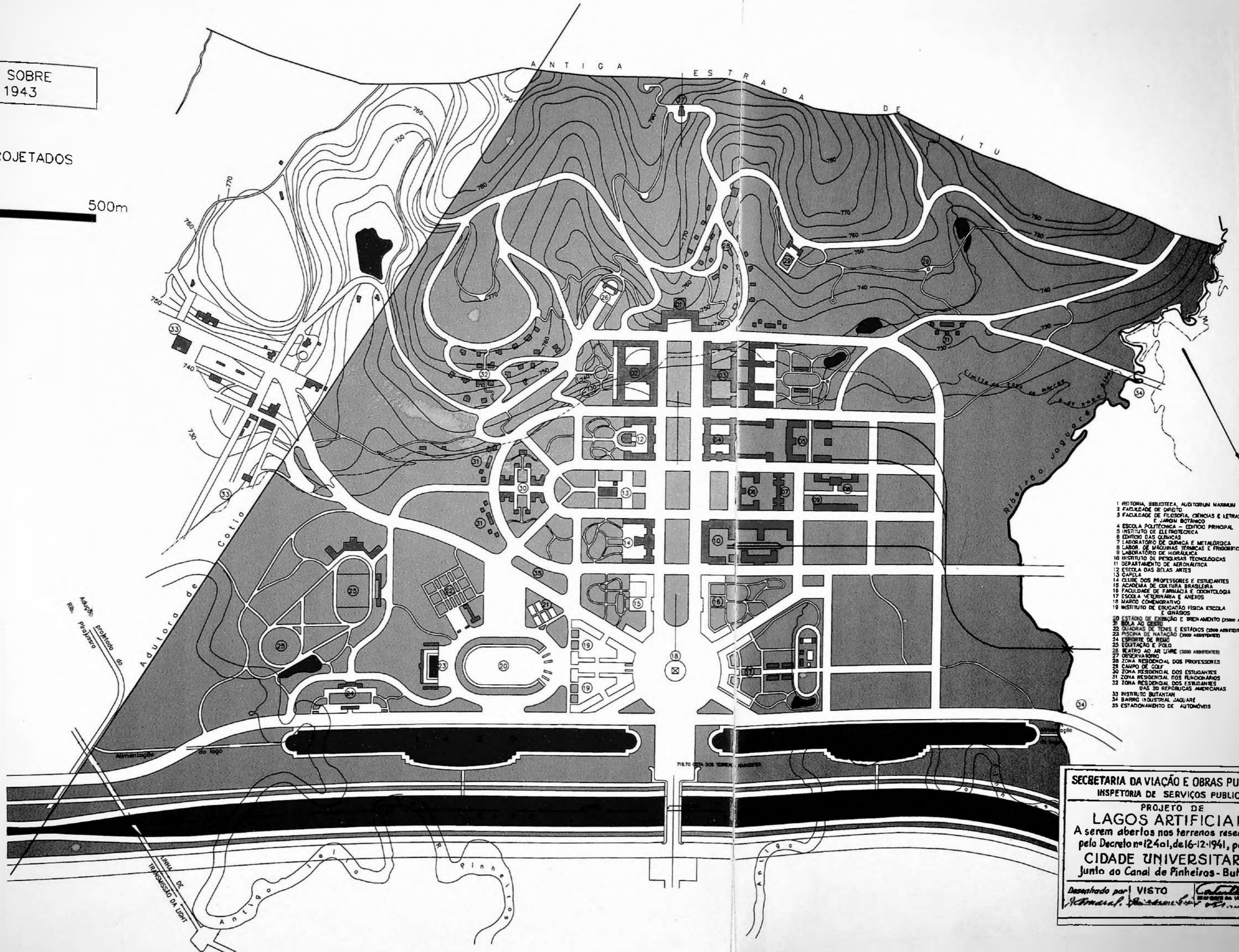


Planta de Localização do IPT
Fonte: Arquivo da Escola Politécnica

²⁴ A denominação completa desta planta era "Projeto de Lagos Artificiais a serem abertos nos terrenos reservados pelo Decreto nº 12.401, de 16-12-1941, para a Cidade Universitária junto ao Canal de Pinheiros - Butantã".

REPRODUÇÃO SOBRE
IMAGEM DE 1943

EDIFÍCIOS PROJETADOS



- 1 RESTAURANTE, BIBLIOTECA, AUDITÓRIO MARUM
- 2 FACULDADE DE ODONTOLOGIA
- 3 FACULDADE DE FÍSICA, CIÊNCIAS E LETRAS
- 4 ESCOLA POLITECNICA - EDIFÍCIO PRINCIPAL
- 5 INSTITUTO DE ELETRICIDADE
- 6 EDIFÍCIO DAS QUÍMICAS
- 7 LABORATÓRIO DE QUÍMICA E METALÚRGICA
- 8 LABORATÓRIO DE MÁQUINAS TÉRMICAS E FRIGORÍFICAS
- 9 LABORATÓRIO DE HIDRÁULICA
- 10 INSTITUTO DE PROBLEMAS TECNOLÓGICAS
- 11 DEPARTAMENTO DE AERONÁUTICA
- 12 ESCOLA DAS BELAS ARTES
- 13 CAPELA
- 14 CLUBE DOS PROFESSORES E ESTUDANTES
- 15 ACADEMIA DE CULTURA BRASILEIRA
- 16 FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA
- 17 ESCOLA VETERINÁRIA E ANEXOS
- 18 MARCO COMEMORATIVO
- 19 INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLA E GINÁSIO
- 20 ESTÁDIO DE EXIBIÇÃO E TREINAMENTO (2500 ASSEIOS)
- 21 BOLA AO CELO
- 22 QUADRA DE TÊNIS E ESTÁDIO (2000 ASSEIOS)
- 23 PISCINA DE NATAÇÃO (3000 ASSEIOS)
- 24 ESPORTE DE RESERVA
- 25 EQUITAÇÃO E POLO
- 26 REATRO AO AR LIVRE (3000 ASSEIOS)
- 27 OBSERVATÓRIO
- 28 ZONA RESIDENCIAL DOS PROFESSORES
- 29 CAMPO DE GOLF
- 30 ZONA RESIDENCIAL DOS ESTUDANTES
- 31 ZONA RESIDENCIAL DOS FUNCIONÁRIOS
- 32 ZONA RESIDENCIAL DOS ESTUDANTES DAS 20 REPÚBLICAS AMERICANAS
- 33 INSTITUTO BUTANTAN
- 34 BARRIO INDUSTRIAL JAGUARI
- 35 ESTACIONAMENTO DE AUTOMÓVEIS

SECRETARIA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
INSPEÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO DE
LAGOS ARTIFICIAIS
A serem abertos nos terrenos reservados
pelo Decreto nº 2401, de 16-12-1941, para a
CIDADE UNIVERSITÁRIA
junto ao Canal de Pinheiros - Butantã

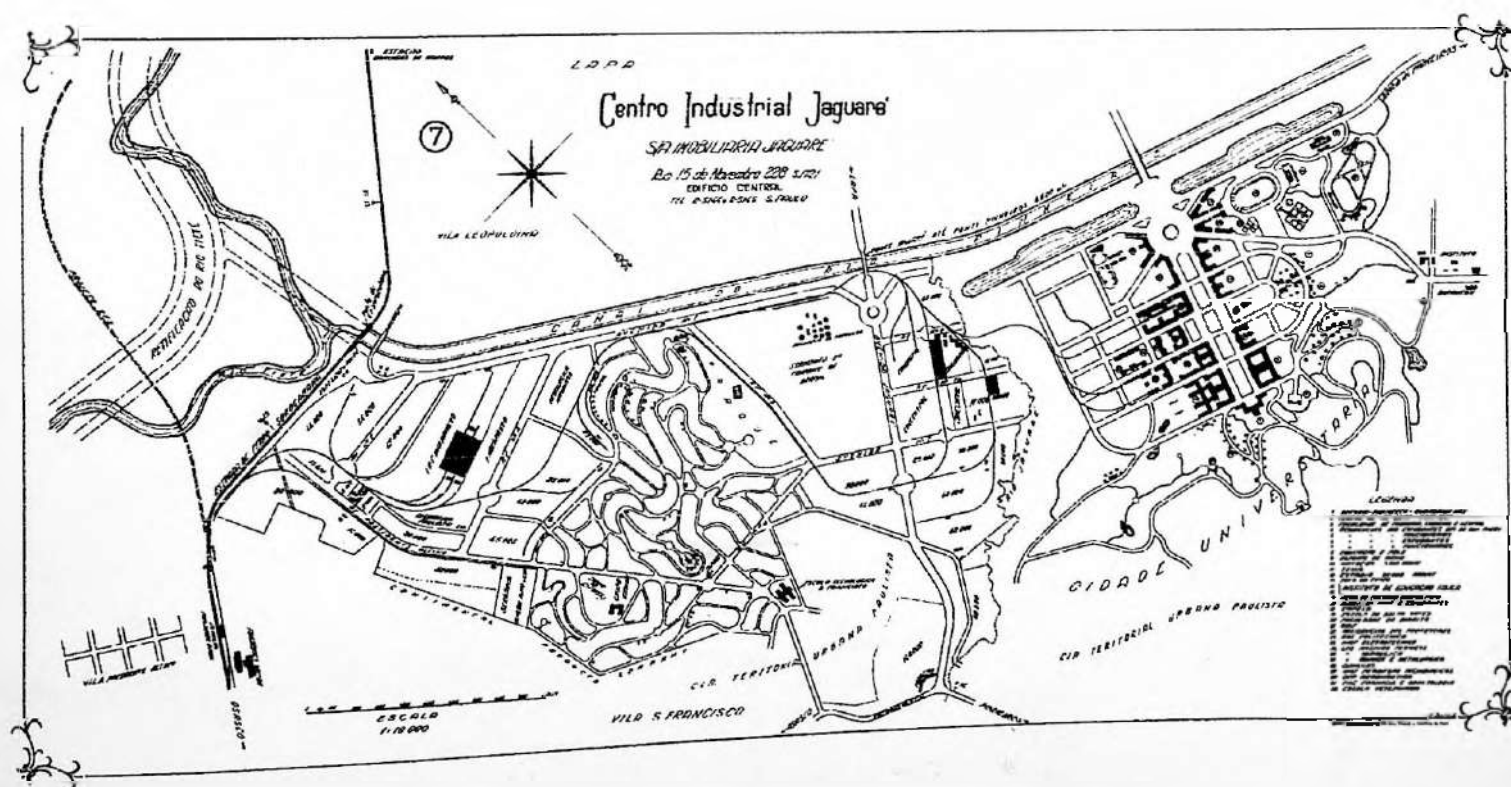
Desenhado por VISTO
[Assinatura]

Segundo o professor Jorge Americano, reitor da Universidade de São Paulo de 1941 a 1946: "Encomendados os projetos da Escola Politécnica, Instituto de Eletrotécnica e Faculdade de Filosofia à firma Mario Whately²⁵ & Cia., apresentou ela, também, um 'Estudo Preliminar da Cidade Universitária de São Paulo', 'Projeto Mário Whately' " (AMERICANO, 1947, p. 226).

Americano complementa a menção ao "Projeto Mário Whately" afirmando que: "Entre outras coisas, mostrou este projeto a necessidade de se ampliar a área já designada [para a Cidade Universitária], para se poder levar em conta um desenvolvimento razoável, para um período de, no mínimo, 50 anos" (AMERICANO, 1947, p. 226). O Projeto Mário Whately, cujo original não foi localizado, deve ter servido de base ao Plano de abalizados técnicos e "projeto primitivo".

Um levantamento topográfico da área noroeste da gleba destinada à Cidade Universitária, datado de setembro de 1944 e assinado pelo engenheiro civil Luiz Carlos Berrini Jr, registrava os marcos de concreto e as estacas cravados no terreno, nos cruzamentos dos eixos de vias e nas extremidades das quadras do Plano de 1943, definindo as áreas para a Faculdade de Filosofia, a Escola Politécnica, o Instituto de Eletrotécnica, o I.P.T. e Faculdade de Farmácia, mas omitindo a Escola Veterinária e anexos. Uma das três áreas demarcadas para o I.P.T. foi a utilizada para a transferência deste Instituto para a Cidade Universitária.

Este plano para a Cidade Universitária da USP constava de planta da cidade de São Paulo com as propriedades da Companhia City, datada de março de 1944, e de outra, do Centro Industrial do Jaguaré, sem data, que apresentava a Cidade Universitária ao lado do empreendimento. Como se vê, além de contar com o apoio do Interventor, este plano foi bem divulgado e teve sua implementação iniciada.

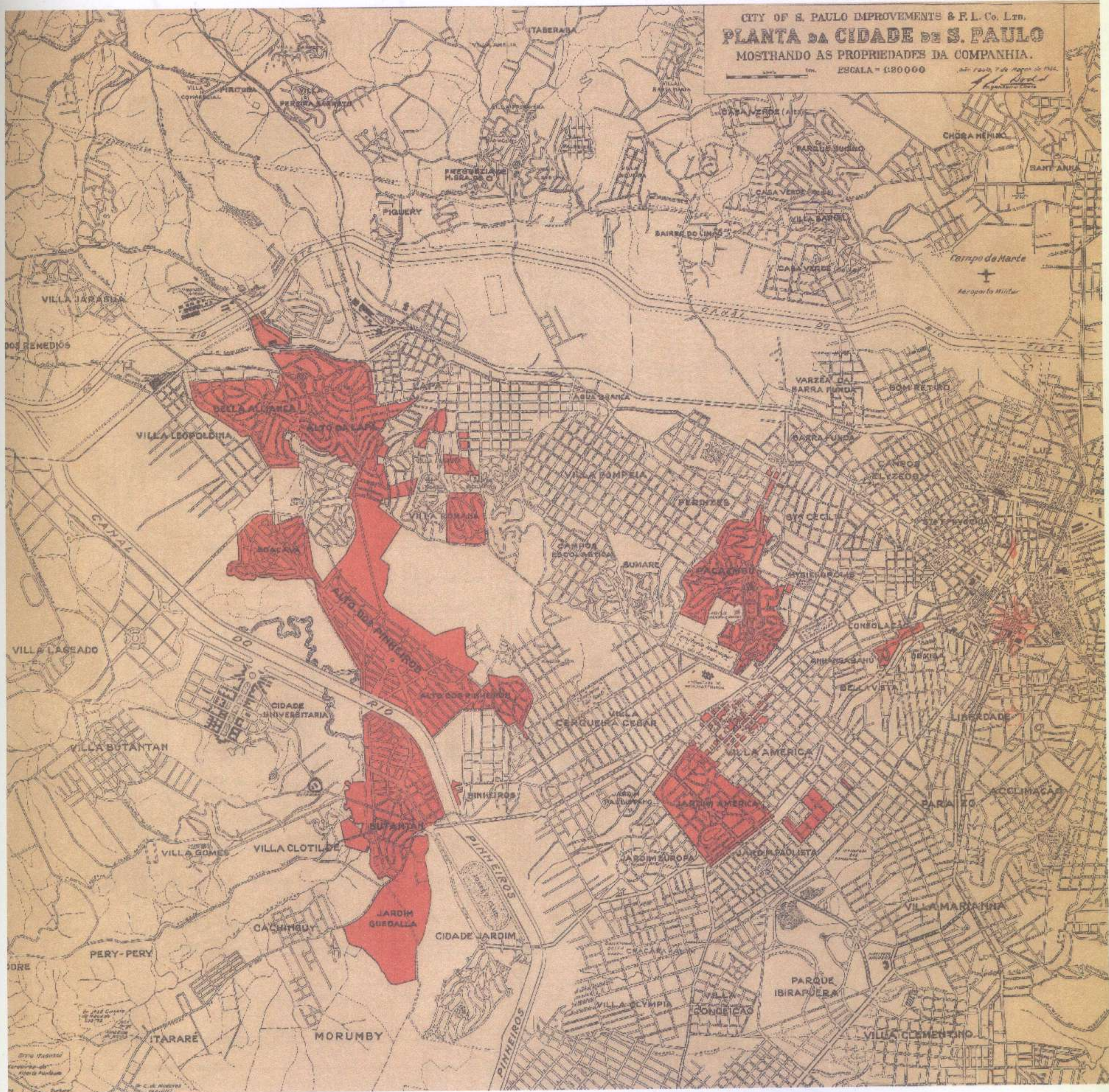


Cidade Universitária da USP - 1944
Fonte: Arquivo da Escola Politécnica

²⁵ Mario Whately foi professor na Escola Politécnica da USP da cadeira Pontes e Grandes Estruturas desde 1935 (site da Escola Politécnica).

CITY OF S. PAULO IMPROVEMENTS & F.L. Co. Ltd.
PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO
MOSTRANDO AS PROPRIEDADES DA COMPANHIA.

ESCALA = 1:20000

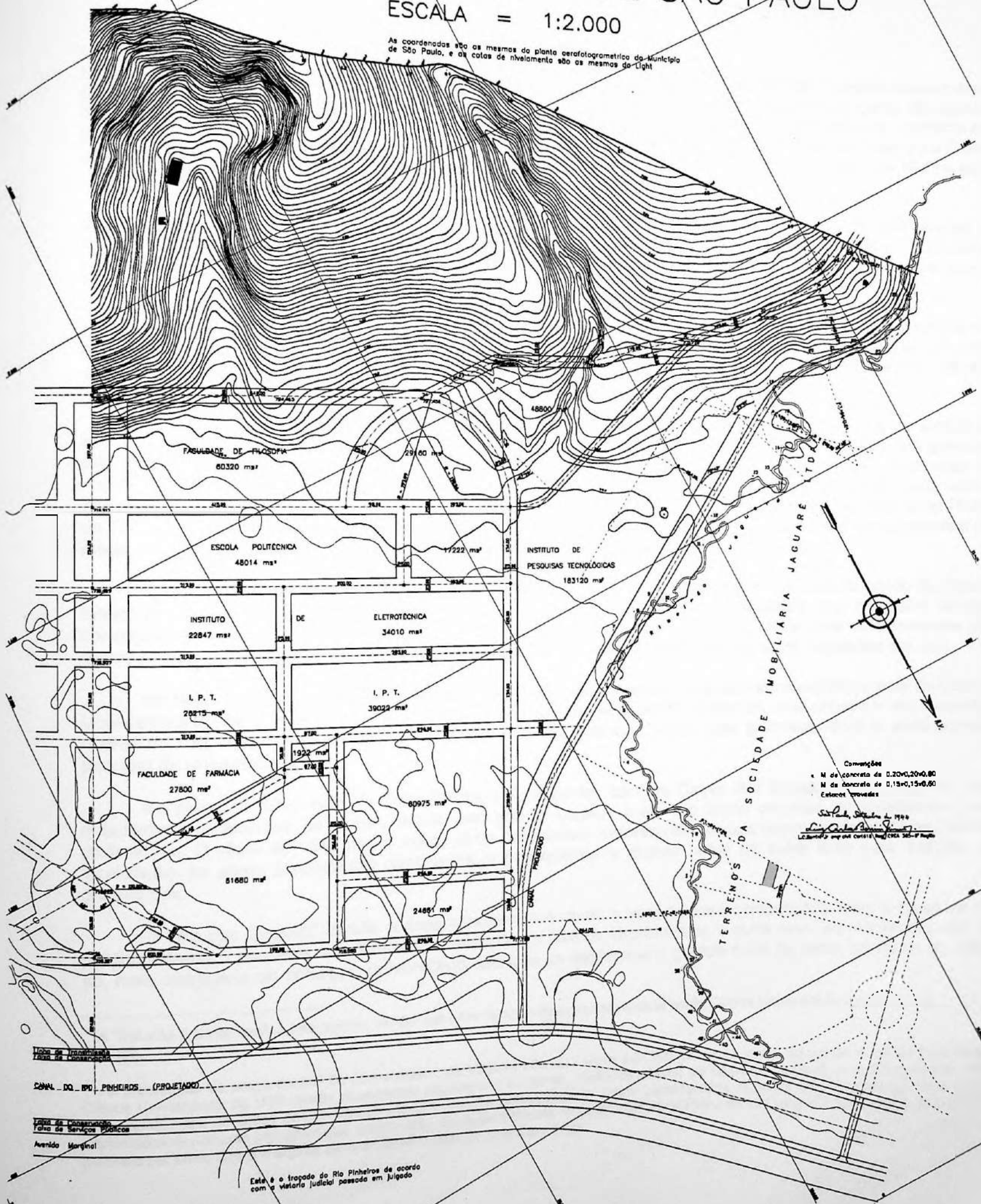


PROPRIEDADES CIA. CITY 1944 - ESCALA ORIGINAL 1:20.000

CIDADE UNIVERSITÁRIA DE SÃO PAULO

ESCALA = 1:2.000

As coordenadas são as mesmas da planta aerofotogramétrica do Município de São Paulo, e as cotas de nivelamento são as mesmas do Light



Condições
 • M de concreto de 0,20x0,20x0,80
 • M de concreto de 0,15x0,15x0,80
 Estações provisórias

São Paulo, Setembro de 1944
 Eng. Oscar Augusto de Almeida
 L. 24.800/44 - 1ª. Div. de Engenharia - CREA 365 - P. Supl.

Tronco de Intermediação
 Faixa de Construção
 CANAL DO RIO PINHEIROS (PROJETADO)
 Faixa de Conservação
 Faixa de Serviços Públicos
 Avenida Marginal

Este é o traçado do Rio Pinheiros de acordo com o vistoria judicial passada em julgado

REPRODUÇÃO SOBRE
 IMAGEM DE 1944

O Plano de 1943 guardava várias semelhanças com a "Solução Butantã" de 1937, embora tivesse área menor, de acordo com o decreto de 1941: o eixo da composição como prolongamento da ponte de acesso principal; a grande praça onde se situavam o edifício da Reitoria, Biblioteca e *Auditorium Maximum*, o edifício da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade de Ciências Jurídicas (ou Faculdade de Direito) e o Clube de Professores e Estudantes. Nos dois projetos havia o lago paralelo ao Rio Pinheiros (no Plano de 1943 o lago foi dividido em dois, diminuindo a extensão da ponte).

Observada a visível influência da "Solução Butantã", mas prosseguindo na comparação entre ambas, a proposta de 1943 apresenta alguns avanços em relação à de 1937: o uso de apenas uma ponte (já existia a ponte do Jaguaré desde 1939)²⁶, a adequação da ocupação à topografia, e principalmente uma maior concentração dos edifícios no território, o que auxiliaria a convivência e a integração universitária.

No plano de 1937, afora o núcleo principal eram propostos outros agrupamentos de edifícios, como o da Escola Politécnica e o da Veterinária. No Plano de 1943 todos os edifícios principais agrupavam-se em uma mesma praça, nos moldes da Universidade de Virgínia, Estados Unidos, embora sem a conexão entre edifícios proporcionada pelas passagens cobertas²⁷.

No entanto, a disposição dos edifícios na praça central nos dois planos trazia uma diferença simbólica importante: na "Solução Butantã" a perspectiva do grande eixo de entrada teria como ponto focal em primeiro plano o edifício da Reitoria, mas como este seria um edifício bem menor que o edifício de grandes dimensões da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Colégio Universitário e Museu de História Natural, este último terminaria por ser o fecho da composição, pois também teria destaque por situar-se em nível acima; já no Plano de 1943 o edifício onde estariam a Reitoria, a Biblioteca e o Auditório Máximo ocuparia o eixo, o lugar central da praça, ficando na lateral o prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

No plano de 1943 uma via paralela ao Rio Pinheiros atravessaria a Cidade Universitária, vindo do Centro Industrial Jaguaré e seguindo na direção leste (esta conexão da Cidade Universitária com o entorno urbano corresponderia à atual avenida marginal do Rio Pinheiros, embora o traçado da década de 40 adentrasse um pouco o terreno da Cidade Universitária, para que não houvesse via separando os lagos projetados e o rio).

No plano de 1937, ou "Solução Butantã", a ligação viária dos terrenos vizinhos a oeste e a leste da Cidade Universitária também estava prevista através de uma via paralela ao Rio Pinheiros, mas situada a uns trezentos metros da sua margem esquerda, no prolongamento da avenida Jockey Club (corresponderia à atual entrada principal da Universidade).

No plano de 1937 havia a Zona Social e Residencial, com as Casas dos Estados ou Municípios, para estudantes procedentes de outros locais que não a Capital, mas não havia previsão de residências para professores. O plano de 1943 trazia, como já se mencionou, setores residenciais (aproximadamente na mesma localização do plano precedente) destinados a funcionários e alunos, além de outra área para moradia de professores.

A "Solução Butantã" dividia a área esportiva em duas: a voltada para competições, com a presença de público externo e pequena conexão com o restante da Cidade Universitária, e outra área, na margem oposta do rio, mais interligada ao cotidiano universitário, em que se destacava a grande pista de remo; no Plano de 1943,

²⁶ A "Solução Butantã" previa três pontes, sendo que uma delas corresponderia a atual ponte Cidade Universitária e outra à ponte Jaguaré.

²⁷ As proporções da praça central da Universidade de Virgínia são 60 metros por 170 metros; a praça central do Plano de 1943 para a Cidade Universitária da USP media novecentos por trezentos metros, conforme o texto do Governo Estadual, mas a largura livre entre alinhamentos era de cerca de 120 metros (os 300 metros provavelmente foram considerados incluindo as áreas laterais onde seriam implantados os edifícios principais das faculdades). Ou seja, a escala da praça central do Plano de 1943 aproximava-se mais do *boulevard* proposto por Lúcio Costa e equipe para a Universidade do Brasil em 1936.

que nem dispunha de terreno na outra margem do Rio Pinheiros, o setor esportivo se concentrava no canto formado entre a divisa do Instituto Butantã (a adutora de Cotia) e o Rio Pinheiros²⁸, entre um setor residencial e o Instituto de Educação Física, Escola e Ginásios, por sua vez situado na praça central.

Mas o plano de 1943 não foi executado, julgando-se insuficiente a área reservada à Cidade Universitária pelo decreto de 1941. Em setembro de 1944, o mesmo Interventor Fernando Costa expediu outro decreto considerando de utilidade pública a desapropriação de cerca de 180 hectares para ampliar a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo até a (nova) Estrada de Itu, conforme proposto em 1937 pelo Escritório Técnico e como desejava o Reitor Jorge Americano.

A área a ser desapropriada apresentava relevo irregular e um loteamento privado com algumas residências construídas. Após um período de medidas favoráveis à efetivação da Cidade Universitária e ao fortalecimento da Universidade inexplicavelmente há um retrocesso e recomeça-se a pensar até o dimensionamento da área para a Cidade Universitária.

Poucos meses antes, Fernando Costa concedera autonomia à Universidade de São Paulo, através do decreto-lei 13.855 expedido em final de fevereiro de 1944. Conforme o artigo primeiro, a USP passava a ser uma autarquia, sob a tutela administrativa do Governo do Estado e sob o controle econômico-financeiro da Secretaria da Fazenda no que dissesse respeito à tomada de contas e inspeção da contabilidade. Apesar de constituir um passo importante no sentido da efetivação da Universidade, o parágrafo único deste artigo evidenciava mais uma vez a ausência de uma total integração universitária, ao manter "a atual situação dos estabelecimentos universitários dotados de personalidade jurídica e patrimônio próprio".

Passavam a ser da alçada do Reitor pelo decreto-lei 13.855 a prática de todos os atos administrativos da Universidade, que antes eram da competência do Secretário do Estado ou do Diretor Geral da Secretaria de Educação e Saúde Pública. Ou seja, era uma autonomia somente para decisões acadêmicas, pois a Universidade permanecia sob a tutela do Estado, não dispondo de recursos financeiros próprios.

O começo da execução da Cidade Universitária foi particularmente difícil, pois após o rio Pinheiros ser canalizado pela Light²⁹ resultou extensa área de antiga várzea a ser aterrada mediante o corte de terra em algumas colinas da gleba.

O Governo do Estado teria que investir pesadamente em infra-estrutura (terraplenagem e redes) para viabilizar a Cidade Universitária, custeando simultaneamente aluguéis e expansões físicas em sedes provisórias de parte das instituições públicas de ensino superior. Vinham somar-se a estes encargos do Governo do Estado as desapropriações para ampliar a Cidade Universitária até a Estrada de Itu.

Mas em realidade o abandono do Plano de 1943 foi concretizado em maio deste ano, pois o Interventor tornou o Instituto de Pesquisas Tecnológicas uma autarquia estadual, com personalidade jurídica e patrimônio próprios (decreto-lei 13.979 de 16/05/1944), que assim passava a ser uma "Instituição Anexa" à USP³⁰; o patrimônio aludido era um terreno de 24 hectares a ser destacado da gleba da Cidade Universitária, junto ao ribeirão Jaguaré, e onde estava prevista parte da Faculdade de Medicina Veterinária.

²⁸ Esta área corresponde aproximadamente ao setor esportivo atual.

²⁹ As represas de Guarapiranga e Billings na cabeceira do Rio Pinheiros ao sul da cidade foram projetadas e executadas pela Light entre 1928 e 1944 para a produção de energia elétrica. As obras de retificação do Rio Pinheiros ocorreram nos anos trinta e quarenta.

³⁰ Em 1946 a composição da Universidade era a seguinte: nove Faculdades, sete Instituições Anexas, treze Instituições Complementares, uma Instituição Auxiliar (a Escola de Enfermagem) e dezessete Instituições Para-universitárias as mais diversas como grêmios, associações de antigos alunos, Fundos Universitários de Pesquisas, Cooperativa de Crédito e Consumo da USP e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva - C.P.O.R. (AMERICANO, 1947, pp. 17 e 18). Mais de dez anos depois da criação da USP sua estrutura seguia pouco integrada, buscando-se acomodar a realidade das diversas instituições sob várias classificações.

Se a tentativa de compensar esta perda era um dos motivos para a desapropriação até a Estrada de Itu, trocava-se uma área desimpedida, de boa topografia, junto à infra-estrutura do Centro Industrial do Jaguaré por outra com uma desapropriação demorada e de topografia com trechos irregulares, o que dificultaria sua integração à parte plana junto ao Rio Pinheiros. Ao que parece, o discurso de que as instituições de pesquisa devessem integrar a Universidade cedeu lugar à visão arraigada das instituições isoladas enquanto exemplos de eficiência.

O estabelecimento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas iniciou-se com a construção dos pavilhões para metalurgia e madeiras. Este Instituto implantou trilhos dentro da sua área a partir do vizinho distrito industrial do Jaguaré, construiu uma caixa d'água e uma subestação de energia elétrica e se responsabilizou pela canalização do trecho final do Ribeirão Jaguaré para não ter prejuízos com suas eventuais enchentes.

Em outubro de 1944 foi promovida a *Semana da Cidade Universitária* na Galeria Prestes Maia, por iniciativa do Reitor Jorge Americano e sob os auspícios do Interventor Federal Fernando Costa, do Prefeito Municipal Prestes Maia e do Presidente do Conselho Administrativo do Estado. Três anos após o início do governo Fernando Costa e da gestão Jorge Americano na reitoria, e dez anos após a criação da Universidade, a Cidade Universitária ainda não havia se efetivado, justificando-se um debate para discutir o plano e as futuras construções.

As conferências, seguidas de debates, foram feitas pelos professores Jorge Americano, Luiz de Anhaia Mello, André Dreyfus, Raul Briquet, Ernesto de Souza Campos, dentre outros. Houve exposição de projetos de urbanização universitária de vários países, assim como dos estudos feitos para São Paulo e Rio de Janeiro (Projeto Piacentini-Morpurgo para a Universidade do Brasil).

Em 22 de agosto de 1946 o engenheiro arquiteto Eduardo Kneese de Mello proferiu uma palestra na Biblioteca Municipal de São Paulo: "Porque Arquitetura Contemporânea". Nesta palestra Kneese de Mello faz a defesa da Arquitetura Moderna (a que denominou de "contemporânea") e a inicia citando a *Semana da Cidade Universitária*. Kneese de Mello conta que foi apresentado, aos que haviam se reunido na Galeria Prestes Maia para trocar idéias, o seguinte problema: "Qual deve ser o estilo arquitetônico de nossa Cidade Universitária?".

Segundo Kneese, "Para quem considera, como Le Corbusier, que a arquitetura é um espelho dos tempos, há de parecer esquisito que, ao se cogitar da construção de uma cidade universitária num terreno completamente livre, sem um único edifício antigo que devesse ser mantido e que pudesse trazer dúvidas aos espíritos mais conservadores, e numa terra progressista e culta como São Paulo, possa surgir um tal problema: 'Qual deve ser o estilo arquitetônico de nossa futura Cidade Universitária?' Gótico? Colonial? Luiz XV? Mas, se a arquitetura deve ser um espelho dos tempos, como poderemos construir hoje, em pleno século XX, o maior centro cultural do maior centro industrial da América Latina, em estilos arquitetônicos que refletem a sociedade, a técnica, a ciência, a política de cem, duzentos ou mil anos atrás? Se a arquitetura deve ser uma expressão desta ou daquela época, como poderíamos imaginar a construção de um laboratório de pesquisas da bomba atômica, ou da penicilina, ou da televisão em estilo romano ou egípcio? [...]" (MELLO, mimeo FAU-USP, s/d).

O próprio reitor Jorge Americano parece ter-se impressionado com a exposição de projetos da *Semana da Cidade Universitária*, em especial com os edifícios propostos por Piacentini e Morpurgo, como se verifica no seguinte trecho sobre o estilo na Cidade Universitária, em seu livro de 1947:

"Uma vez que a técnica moderna dispõe de materiais de grande plasticidade, tem havido certa tendência para a exibição das possibilidades técnicas, em função do material. Isto representa, porém, um artificialismo equivalente àquele que caracteriza os estilos decadentes. [...] aceitamos a abóbada, se necessária para efeitos acústicos ou outros. Repelimos o conjunto de pequenas janelas contíguas, quando uma trave única de grande extensão permite um grande vão livre. [...] [O abrigo] Construído com sinceridade, revela a função, ajusta-se bem ao chão e ao clima, expõe o material que a realiza, e exprime a cultura. [...] Dado que as técnicas modernas têm grande elasticidade, e permitem múltiplas maneiras emocionais, o moderno produzirá várias maneiras diferenciadas, ou vários estilos modernos."

Aliás, não há necessidade, nem mesmo grande possibilidade de constituir-se um estilo moderno emancipado de uma tradição cultural.
[...] A expressão cultural universitária, não podendo ser totalmente nova, como cultura, pode ser nova como também em conta a formação cultural.
[...] A civilização mediterrânea produziu o clássico arquitetônico. A renovação moderna produziu o neo-clássico. As influências ameríndias e negras, não podendo afetar o equilíbrio e as proporções clássicas, podem talvez influenciar alguns motivos ornamentais³¹.
[...] A quase todos parece evidente a inconveniência de um estilo clássico puro, que reproduza em solo americano um conjunto arquitetônico francês ou italiano. Igual evidência se mostra quanto a um conjunto gótico. Mas nem a todos está evidente a inconveniência de construir-se a Universidade em barroco colonial, estilo que nos parece inadequado e pouco flexível, pois, embora revelador da cultura tradicional, não corresponde às necessidades funcionais, nem pode revelar a cultura atualizada.
Ao neoclássico avançado damos a nossa adesão, portanto." (AMERICANO, 1947, pp. 283 a 287, grifo nosso).

A longa citação acima tem o sentido de mostrar como em 1947, com o edifício do Ministério da Educação e Saúde finalmente concluído, com o conjunto da Pampulha construído, além de outros ícones da Arquitetura Moderna Brasileira, um membro importante da elite cultural de São Paulo mantinha-se refratário à Arquitetura Moderna e seu discurso parece espelhar as discussões da *Semana da Cidade Universitária*. A aceitação da Arquitetura Moderna pela elite paulistana talvez tenha se concretizado somente por ocasião das realizações do IV Centenário de São Paulo. Apesar disso, a explanação de Americano sobre a sinceridade das construções revela uma fase transitória para a aceitação de outros princípios.

O ponto importante é que a *Semana da Cidade Universitária* foi o marco do planejamento da Cidade Universitária da USP capitaneado pela Reitoria. A autonomia concedida à Universidade de São Paulo em fevereiro de 1944 era parcial, mas estimulou a Reitoria a tomar iniciativas no tocante ao plano da Cidade Universitária.

Na palestra proferida pelo Reitor na *Semana da Cidade Universitária*, intitulada "A posição atual do problema da Cidade Universitária", foi abordada a questão da conexão com o centro urbano: "O local da Universidade dista doze quilômetros do centro da cidade e é atualmente ligado a ela pela estrada que vai do Jaguaré à Lapa e pela estrada de Itu, com serviço regular de ônibus [o mencionado no folheto do Centro Industrial Jaguaré]. Com a instalação da 'cidade universitária' deverá criar-se um serviço especial, próprio, entre ela e a cidade em horas adequadas, além de uma ou mais linhas, circulando internamente" (*apud* XAVIER, 1999, p. 127).

A questão da conexão com o centro urbano seria um ponto programático nos próximos planos e o serviço de ônibus em linhas internas, que só se realizou em 1965, se tornou necessário face à grande extensão da Cidade Universitária em sua configuração até a Estrada de Itu (avenida Corifeu de Azevedo Marques). Na configuração do decreto de 1941, que correspondia a uma área menor e de topografia quase toda plana, talvez não fosse essencial o ônibus circular.

Na mesma palestra, Americano alertava para a impossibilidade de transferência da Faculdade de Medicina para a Cidade Universitária (XAVIER, 1999, p. 129). É curioso que o próximo plano para a Cidade Universitária incluísse o centro médico inteiro. Americano expõe o programa para os novos projetos que surgiriam num futuro concurso de idéias: deveria haver possibilidade de navegação pelo Rio Pinheiros, ramais da ferrovia e espaços para imprensa universitária, templo, cooperativas, lavanderia, serviço assistencial e educacional, hospital, rádio, correio, policiamento, campo de aviação, observatório astronômico, equitação, patinação, golfe e até gás encanado e abrigos anti-aéreos, dentre outros (XAVIER, 1999, p. 129). A questão dos abrigos anti-aéreos era corrente na época, devido à segunda guerra mundial.

³¹ Algo semelhante a isto foi executado nos pavilhões nacionais da Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro.

Alguns destes pontos programáticos parecem necessários para apoio aos setores de moradia e para comunicação com outros locais da cidade, outros parecem excessivos, como o campo de aviação, o hospital e o gás encanado (no caso de se atender a toda a Cidade Universitária). À medida em que a área e o programa para a Cidade Universitária ficavam mais ambiciosos tornava-se mais difícil a concretização da Cidade Universitária e a síntese espacial para promover a integração universitária e a convivência.

No ano seguinte houve um concurso de idéias para o plano da Cidade Universitária promovido pelo Reitor Jorge Americano³², cuja proposta vencedora foi a identificada como "Accuratus". O júri do concurso, presidido por Americano, tinha como componentes o Prefeito Municipal engenheiro arquiteto Francisco Prestes Maia e o professor Ernesto de Souza Campos. O primeiro lugar foi obtido pelos engenheiros arquitetos Hipólito Gustavo Pujol Junior e Oscar Defilipi. Em segundo lugar, empatadas, as outras quatro equipes participantes, dentre as quais a de José Maria da Silva Neves.

O Plano "Accuratus" utilizou a mesma área da "Solução Butantã", inclusive a porção na margem direita do Rio Pinheiros para o setor esportivo de competições (apenas não estava representado o Instituto Butantã).

Não eram coincidência estas e outras semelhanças com o plano de 1937: o engenheiro arquiteto Hipólito Pujol Junior ocupara o cargo de Arquiteto Chefe no Escritório Técnico do Plano da Universidade de São Paulo dos anos trinta, cujo Diretor era Ernesto de Souza Campos. Até mesmo as três pontes sobre o Rio Pinheiros eram propostas como na "Solução Butantã", embora já existisse a Ponte do Jaguaré.

O Plano "Accuratus" separava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em duas: a Faculdade de Filosofia e Letras e a Faculdade de Ciências, contrariamente à concepção da própria Universidade, embora as mantivesse em um mesmo edifício. O museu que integrava o edifício da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1937 foi disposto em prédio separado.

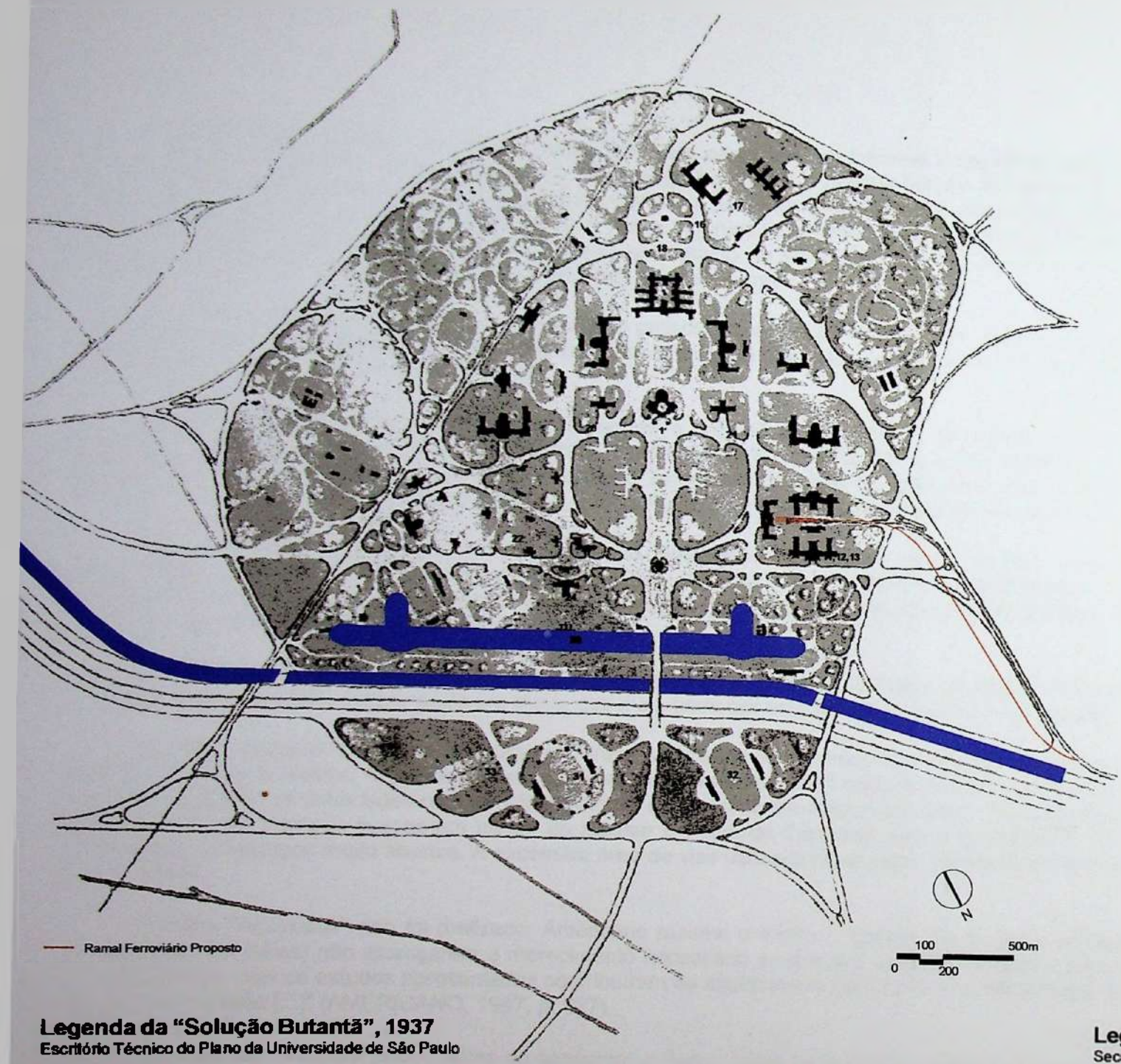
O Plano "Accuratus", como os anteriores, propunha para cada faculdade ou órgão universitário um edifício independente. Mas este plano subdividia até mesmo uma mesma faculdade em prédio principal e anexo(s): Faculdade de Ciências e Anexos, Laboratório de Mineralogia e Geologia, Anexos Mineralogia e Anexos Geologia, Instituto de Belas Artes e Ateliês Anexos, Instituto de Pesquisas Tecnológicas e Secção Metalurgia. Havia uma "Casa do Estudante", além do "Clube dos Estudantes" e da "Habitação Coletiva de Estudantes".

Neste plano, assim como nos precedentes "Solução Butantã" e no atribuído à Secretaria da Viação, a Faculdade de Direito havia sido incluída, mas desta vez até mesmo a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Higiene e Saúde Pública, a Escola de Enfermagem, um Hospital de Ensino, Clínicas Especiais, uma Policlínica e um segundo hospital também constavam, independente do centro médico existente no Araçá, com instalações e equipamentos adequados. No entanto, diferentemente do plano de 1937, o "Accuratus" não incluía um Jardim Zoológico na Cidade Universitária.

Este plano pensa a Cidade Universitária como uma cidade independente de São Paulo, talvez por se tratar de uma periferia até pouco tempo rural; são propostos subestação de energia elétrica e local para a limpeza pública. Outros equipamentos propostos, já na escala de bairro, foram: posto policial, cooperativa, mercado permanente, e quatro templos religiosos.

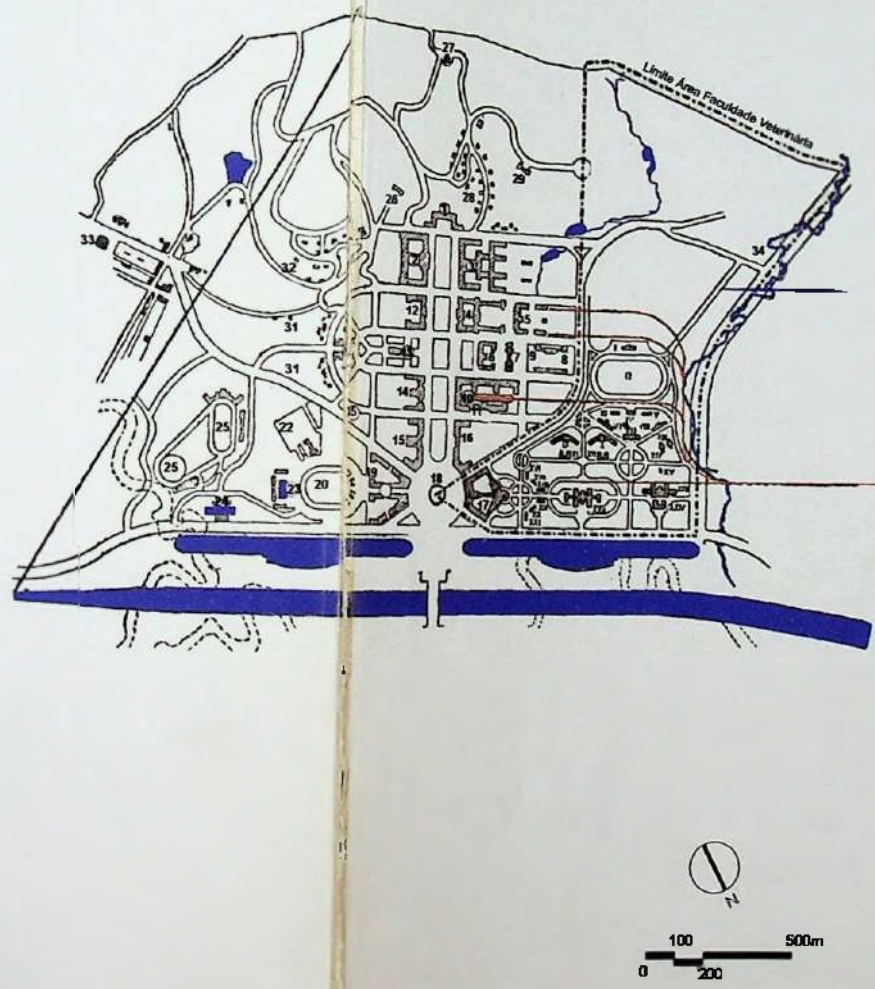
Com um programa ampliado com itens no mínimo discutíveis (como o campo de aviação), com o desdobramento dos edifícios de uma mesma faculdade, além do uso extensivo do solo como no caso das residências unifamiliares, o efeito final obtido no Plano "Accuratus" é o de um território totalmente ocupado, o que a "Solução Butantã" não obtivera. Em nenhum destes planos havia menção ao gabarito dos edifícios, como claramente colocado no Plano de Lúcio Costa e equipe para a Universidade do Brasil.

³² O prazo para entrega dos trabalhos foi 20 de julho de 1945; em 27 de agosto houve o julgamento e em 11 de setembro do mesmo ano a entrega dos prêmios e a inauguração na Escola Politécnica da exposição dos cinco trabalhos concorrentes.



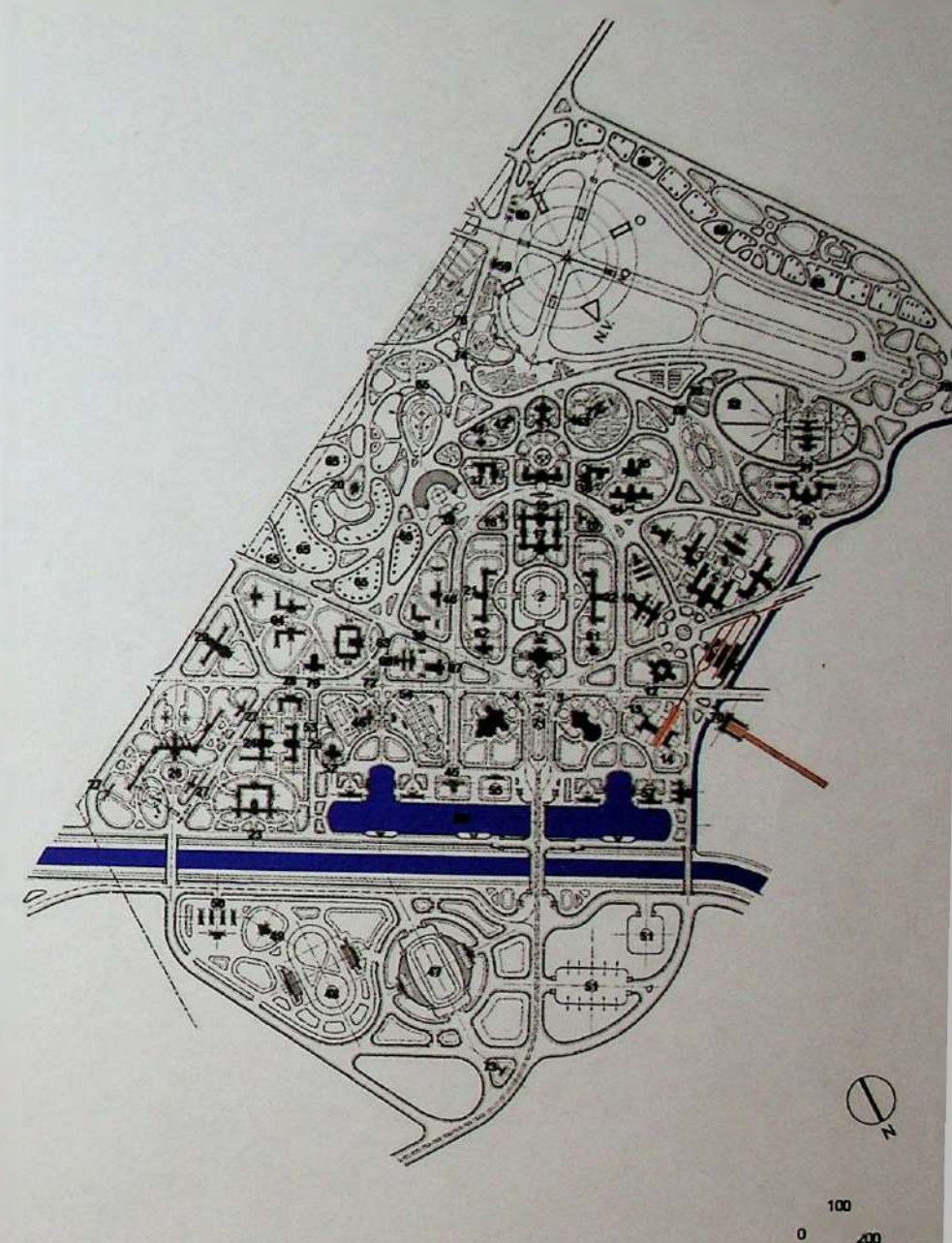
Legenda da "Solução Butantã", 1937
 Escritório Técnico do Plano da Universidade de São Paulo
 Fonte: Campos, 1938
 Nota: os números foram acrescentados ao original

- | | |
|---|---|
| 1. Reitoria, Biblioteca e Auditorium | 17. Hospital de Medicina Veterinária |
| 2. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Colégio Universitário e Museu | 18. Caixa d'água ("chateau d'eau") |
| 3. Faculdade de Ciências Jurídicas | 19. Planetário |
| 4. Faculdade de Ciências Sociais e Econômicas | 20. Clube de Professores e Estudantes |
| 5. Instituto de Educação | 21. Casa do Estudante |
| 6. Instituto de Música | 22. Casas dos Estados ou Municípios |
| 7. Escola de Belas Artes | 23. Instituto de Biotipologia |
| 8. Teatro ao Ar Livre | 24. Departamento de Cultura Física |
| 9. Escola Politécnica | 25. Ginásio e Dependências |
| 10. Escola de Arquite | 26. Piscina de água tratada |
| 11. Instituto de Pesquisas Tecnológicas | 27. Grande Piscina de água clarificada para recreio |
| 12. Instituto de Máquinas e Hidráulica | 28. Estádio e Campos de Tênis |
| 13. Instituto de Eletrotécnica | 29. Campo de crquete, "bate-bola", etc. |
| 14. Escola de Farmácia | 30. Grande Pista de Remo |
| 15. Escola de Odontologia | 31. Estádio de Competições Oficiais |
| 16. Faculdade de Medicina Veterinária | 32. Campo de Hipismo e Pólo |
| | 33. Parque de estacionamento de automóveis. |



Legenda do Plano de 1943 para a Cidade Universitária da USP
 Secretaria da Viação
 Fonte: Revista de Arquitetura nº59
 (Órgão oficial do diretório da ENBA)

- | | |
|--|--|
| 1. Reitoria, Biblioteca, Auditorium Maximum | 19. Instituto de Educação Física, Escola e Ginásios |
| 2. Faculdade de Direito | 20. Estádio de Exibição e Treinamento (25.000 assistentes) |
| 3. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Jardim Botânico | 21. Bola ao Cesto |
| 4. Escola Politécnica - edifício principal | 22. Quadras de Tênis e Estádio (2.500 assistentes) |
| 5. Instituto de Eletrotécnica | 23. Piscina e Natação (3.500 assistentes) |
| 6. Edifício das Químicas | 24. Esporte de Remo |
| 7. Laboratórios | 25. Equitação e Pólo |
| 8. Laboratório de Máquinas Térmicas e Fria | 26. Teatro ao ar livre (3.200 assistentes) |
| 9. Laboratório de Hidráulica | 27. Observatório |
| 10. Instituto de Pesquisas Tecnológicas | 28. Zona residencial dos professores |
| 11. Departamento de Aeronáutica | 29. Campo de Golfe |
| 12. Escola de Belas Artes | 30. Zona residencial dos funcionários |
| 13. Capela | 31. Zona residencial dos estudantes das 20 Repúblicas americanas |
| 14. Clube de Professores e Estudantes | 32. Instituto Butantã (existente) |
| 15. Academia de Cultura Brasileira | 33. Ribeirão Jaguaré (a ser canalizado) |
| 16. Faculdade de Farmácia e Odontologia | 34. Pátio para estacionamento de automóveis. |
| 17. Faculdade de Medicina Veterinária e anexo | |
| 18. Marco Comemorativo | |



Legenda do Plano "Accuratus", primeiro lugar em concurso realizado por Engenheiros arquitetos Hipólito Gustavo Pujol Junior e Oscar DeFillipi.
 Fonte: Campos, 1946

- | | | |
|--|--|---|
| 1. Reitoria | 28. Idem Escola de Enfermagem | 55. Campos de Jogos diversos |
| 2. Superintendência | 29. Policlínica e Hospital | 56. Grande Pista de Regatas |
| 3. Grande Auditório | 30. Faculdade de Medicina Veterinária | 57. Arquibancadas |
| 4. Biblioteca | 31. Hospital de Veterinária | 58. Campo de Aviação |
| 5. Escola Politécnica | 32. Idem Campos de Isolamento | 59. Estação e administração |
| 6. Laboratório de Física e Química | 33. Idem Biotério | 60. Hangares e Oficinas |
| 7. Laboratório de Mineralogia e Geologia | 34. Instituto de Belas Artes | 61. Clube de Professores |
| 8. Anexos Mineralogia | 35. Idem Ateliê | 62. Clube de Estudantes |
| 9. Anexos Geologia | 36. Escola de Arquitetura | 63. Casa do Estudante |
| 10. Instituto de Pesquisas Tecnológicas | 37. Instituto de Música | 64. Habitações Coletivas de Estudantes |
| 11. Idem Seção Metalurgia | 38. Teatro ao Ar Livre | 65. Casas de Professores e outras funções |
| 12. Instituto de Eletrotécnica | 39. Grupo Escolar Modelo | 66. Casas de pequenos funcionários e |
| 13. Laboratório de Máquinas Hidráulicas | 40. Ginásio Modelo | 67. Cooperativa |
| 14. Laboratório de Máquinas Térmicas | 41. Igreja Católica | 68. Mercado Permanente |
| 15. Faculdade de Ciências | 42. Templo Protestante | 69. Imprensa Universitária |
| 16. Idem Anexos | 43. Templo Ortodoxo | 70. Estação Sorocabana |
| 17. Faculdade de Filosofia e Letras | 44. Templo Judaico | 71. Abrigo para bondes, ônibus |
| 18. Museu História Natural e Etnográfico | 45. Instituto de Educação Física e Esporte | 72. Posto Policial |
| 19. Planetarium | 46. Instituto de Biotipologia | 73. Subestação de energia elétrica |
| 20. Observatório Astronômico e Meteorológico | 47. Estádio Olímpico | 74. Residência |
| 21. Faculdade de Direito | 48. Pistas de Esporte Hípico | 75. Limpeza Pública |
| 22. Faculdade de Ciências Econômicas | 49. Picadeiro | 76. Jardim Botânico |
| 23. Faculdade de Medicina | 50. Estabelecimento | 77. Idem Estufas |
| 24. Faculdade de Farmácia e Odontologia | 51. Parque Estacionamento de automóveis | 78. Idem Piscinas aquáticas |
| 25. Faculdade de Higiene e Saúde Pública | 52. Ginásio | 79. Inscrição militar e C.P.C.R. |
| 26. Hospital de Ensino | 53. Pista Olímpica | |
| | 54. Campos e Estádio de Tênis | |

As residências propostas no plano "Accuratus" para pequenos funcionários e operários junto à estrada nova de Itu (atual avenida Corifeu de Azevedo Marques), não tinham a mesma função das áreas de moradias para docentes e para estudantes, que seria a de promover a convivência e o espírito universitário. Isoladas das demais, poderiam visar a fixação da mão de obra, como algumas vilas operárias fabris, mas a época e o local eram de abundante oferta de trabalhadores, como esclarecido no folheto do "Centro Industrial do Jaguaré". Talvez para zelar pela gleba, dada sua extensão e uso apenas diurno.

Apesar do Plano "Accuratus" ser apenas uma proposta num concurso de idéias, sujeita a modificações posteriores, havia um contraste entre o grande conjunto construído proposto e as verbas estaduais utilizadas em dez anos para criação da Cidade Universitária.

O Plano "Accuratus" propunha linhas de bonde e de ônibus que vindas da margem direita do Rio Pinheiros tinham ponto inicial / final junto à Reitoria. Também estava proposta uma estação da Sorocabana junto ao limite oeste, além Ribeirão Jaguaré. Esta estação seria para passageiros, pois para transporte de carga destinada ou proveniente dos Institutos ligados à Escola Politécnica estavam propostos ramais ferroviários.

Não eram previstos estacionamentos além dos localizados na margem direita do Rio Pinheiros, nem mesmo junto aos hospitais; não fica claro se seria possível utilizar as vias da Cidade Universitária para estacionar veículos, ou ainda se haveria um serviço de transporte interno na Cidade Universitária, pois as linhas de ônibus e de bonde propostas retornariam após atingir a Reitoria.

A área destinada à Faculdade de Medicina Veterinária foi bastante reduzida no Plano "Accuratus" em relação ao Plano de 1943, porém ainda era maior que a ocupada por esta faculdade no bairro do Cambuci.

Algumas quadras do Plano "Accuratus" foram propostas com muros ou muretas, dispondo de vias internas, passeios e jardins. A Cidade Universitária, ao invés de edificações implantadas em um jardim coletivo, mais seria a junção de faculdades com território definido, como no centro médico do Araçá. Talvez fosse isto que Ernesto de Souza Campos tivesse em mente ao recusar o Plano de Corbusier para a Universidade do Brasil, criticada por ter espaços muito abertos. A excessiva área de vias utilizada neste plano resultaria em alto custo de pavimentação.

O Plano "Accuratus" não foi realizado; Americano resume o motivo: "Apesar dos projetos apresentados [no Concurso de Idéias] não alcançarem o merecimento necessário para a sua execução, trouxe o concurso os seus resultados, pois os estudos apresentados contribuíram de algum modo para se fixar a estruturação geral da Cidade Universitária [...]" (AMERICANO, 1947, p. 227).

Em maio de 1945, um pouco antes do concurso, o Reitor Jorge Americano nomeara um novo Escritório Técnico que funcionou até 1947, composto por José de Freitas Valle Filho³³ – Engenheiro chefe e pelo Arquiteto Djalma Lepage, além de um topógrafo, dois desenhistas e uma auxiliar, uma secretária, um contínuo, um servente e seis operários, encarregados da limpeza das valetas de drenagem provisória no trecho de várzea da Cidade Universitária.

O Reitor Jorge Americano e o engenheiro Freitas Valle Filho empreenderam uma viagem aos Estados Unidos e Canadá, onde visitaram várias Cidades Universitárias. Americano retornou antes e Valle prosseguiu na viagem³⁴.

³³ José de Freitas Valle Filho formou-se engenheiro pela Escola Politécnica em 30 de março de 1927, e era auxiliar técnico efetivo da Diretoria da Receita da Secretaria da Fazenda quando foi contratado em 22/02/1945 pelo Reitor Jorge Americano e posto à disposição da Reitoria da USP, para nela prestar serviços técnicos pelo prazo de quatro anos a contar de 05 de fevereiro de 1945.

³⁴ Conforme Heloisa de Freitas Valle, filha do engenheiro Valle Filho.

O Escritório Técnico da Cidade Universitária, diretamente vinculado à Reitoria da Universidade de São Paulo, elaborou um plano para a Cidade Universitária em 1945 que foi complementado até 1947³⁵. A estruturação geral da Cidade Universitária foi aprovada em outubro de 1945 pelo Conselho Universitário e a seguir pelo Governo do Estado.

Durante a gestão Jorge Americano foi feito o levantamento topográfico da área destinada à Cidade Universitária, a instalação provisória de um campo de experimentação para o Departamento de Botânica da Faculdade de Filosofia, valetas de drenagem e casas provisórias para guardas e operários. Foram executadas algumas vias e construído o prédio da física nuclear (Betatron) da Faculdade de Filosofia.

O Plano de 1945-47

O plano de 1945-47 considerou a área definida pelo decreto de 1941 acrescida da área a ser desapropriada até a Estrada de Itu, conforme decreto de 1944, e ainda uma área do Instituto Butantã.

A matriz deste plano foi o Plano de 1943, embora em alguns aspectos se reconheça a influência do Plano "Accuratus". Havia, porém, uma grande diferença: o acesso principal da Cidade Universitária foi considerado pela ponte da Avenida Rebouças, através do loteamento residencial da Companhia City.

Outra diferença importante é a praça central, que foi proposta bem mais larga: cerca de 250 metros entre vias que a delimitariam e 400 metros entre fachadas dos edifícios (no sentido do comprimento teria cerca de 740 metros entre fachadas). O edifício da Reitoria, Museu, Grande Auditório, Biblioteca Central e Administração da Cidade Universitária foi disposto no centro desta praça.

O alargamento proposto para a praça central e a implantação do edifício da Reitoria em seu centro tornava menos integrado este espaço, diminuindo a qualidade que as proporções do Plano de 1943 iriam garantir. Para efeito de comparação a atual Praça do Relógio da Cidade Universitária tem de via a via cerca de 266 metros por 635 metros (a Praça do Relógio não está na mesma posição que a prevista nos planos de 1943, "Accuratus" ou de 1945-47).

Este plano de 1945-47 preservava, porém, uma qualidade do Plano de 1943 que é a de manter na mesma praça todos os edifícios principais dos institutos universitários.

É interessante notar que apesar da entrada principal ter se tomado paralela ao Rio Pinheiros, mantinha-se o eixo longitudinal da praça central na mesma disposição de planos anteriores³⁶. A única alteração relativa à nova posição do acesso principal é a localização do largo, do "nó" para o qual convergiam vias estruturais da Cidade Universitária, que se deslocou da proximidade dos lagos no Plano de 1943 para o centro neste Plano de 1945.

As conexões urbanas que este plano propunha para a Cidade Universitária seriam através de vias periféricas junto às divisas: a norte haveria duas vias paralelas ao lago (uma correspondente à avenida Marginal do Rio Pinheiros e outra à atual avenida Professor Mello Moraes), a oeste haveria a avenida dupla com o canal do ribeirão Jaguaré no meio, a leste uma via seguindo paralela à adutora do Cotia; a Estrada de Itu completaria o circuito. Afora estas vias seria possível cruzar a Cidade Universitária vindo da ponte da avenida Rebouças, e em via diagonal atingir a estrada de Itu.

³⁵ A data de arquivamento que consta do original final do plano é 4 de julho de 1947.

³⁶ O eixo longitudinal da praça central permanecia perpendicular ao canal do Rio Pinheiros, mas não na mesma localização: neste plano de 1945-47 o eixo coincide com a atual avenida Professor Lúcio Martins Rodrigues, tendo-se deslocado para sudeste em relação ao eixo do Plano de 1937 e do Plano "Accuratus"; estava próximo somente do eixo do Plano de 1944.

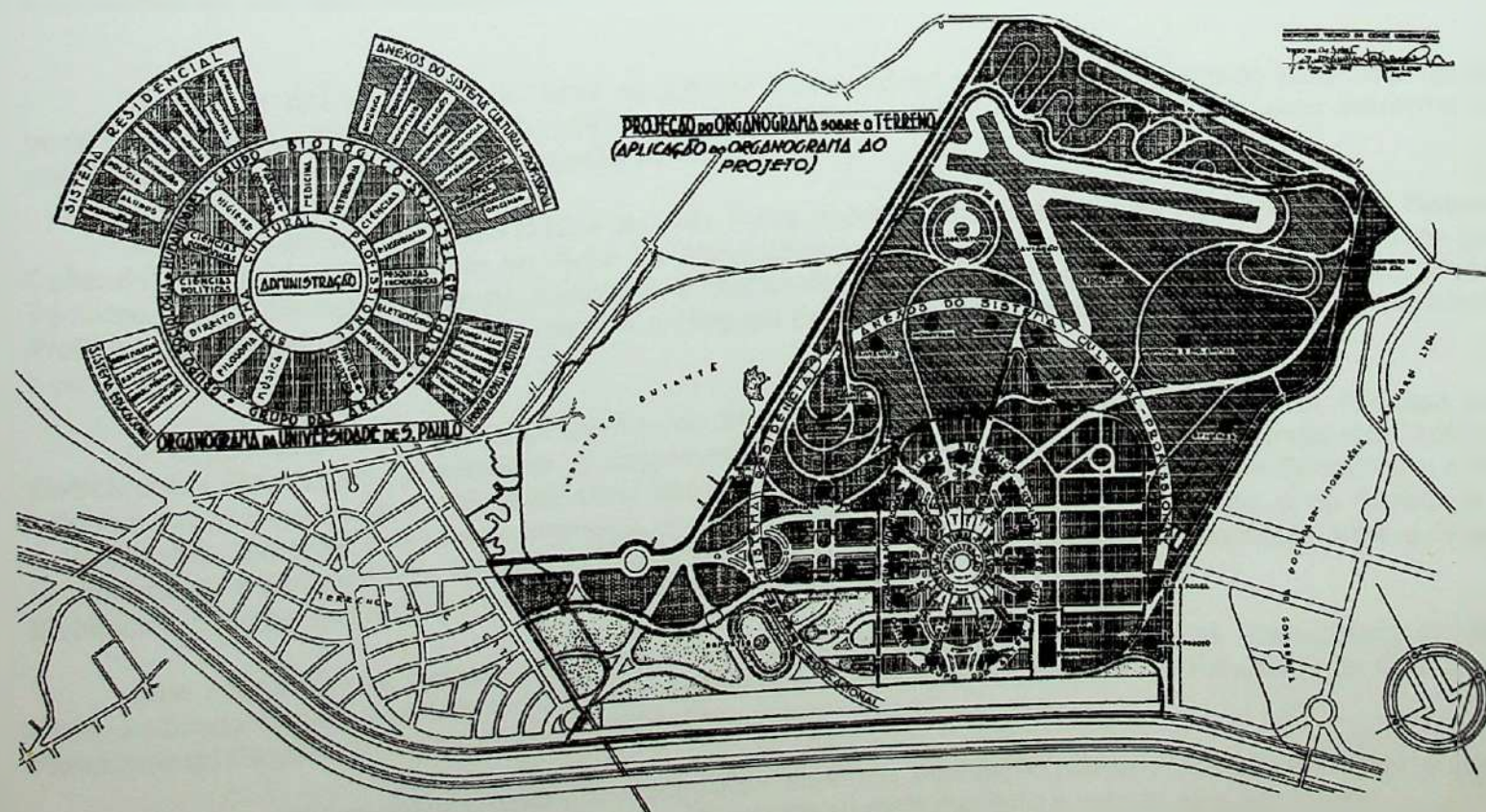
Evitou-se o prolongamento das vias do Centro Industrial do Jaguaré por dentro da Cidade Universitária (o terreno do I.P.T. teria que ser cortado). Mas este plano, diferentemente do Plano de 1943, apresenta a ponte do Jaguaré e a possibilidade de acessar a Cidade Universitária através da mesma.

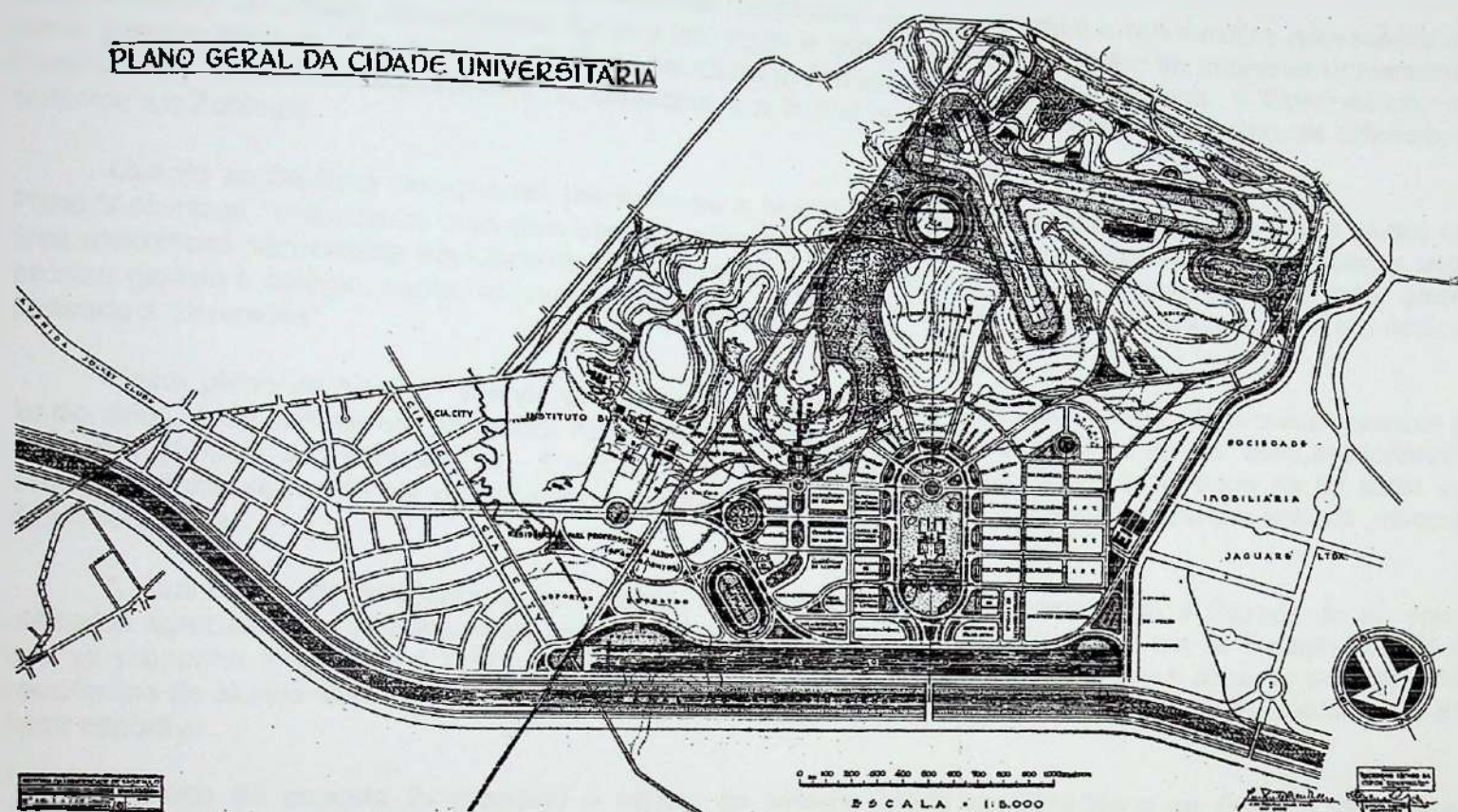
O lago, o Campo de Aviação, o Instituto Butantã (neste plano desaparece a ligação de passagem pelo centro do Instituto Butantã) e o IPT serviriam como barreiras para propiciar um certo isolamento do entorno. Desde o Plano de 1937 a Cidade Universitária foi vista tendo como referencial o Centro Urbano, o Araçá, ou seja, um olhar do centro para a periferia, como demonstra o posicionamento das plantas.

Foram mantidas as propostas anteriores de servir a Faculdade de Medicina Veterinária (Hospital), o I.P.T. e a Escola Politécnica (Eletrotécnica) por ramais ferroviários. Haveria, como no Plano "Accuratus", uma estação da Estrada de Ferro Sorocabana além do Ribeirão Jaguaré canalizado. Esta não seria uma entrada "social", embora prevista para passageiros, pois o uso mais próximo na Cidade Universitária era a estação de tratamento de esgoto.

Uma primeira planta, elaborada pelo Escritório Técnico da Cidade Universitária, com visto do Engenheiro Chefe José de Freitas Valle Filho e do Arquiteto Djalma Lepage e datada de 12 de setembro de 1945, foi denominada "Projeção do Organograma sobre o Terreno (aplicação do Organograma ao Projeto)", e incluía o sistema viário projetado. Nesta planta ainda persiste a ponte proposta sobre o Rio Pinheiros, mas não mais sobre o lago.

Uma segunda planta, datada de 20 de outubro de 1945 e com as mesmas assinaturas, trazia as áreas destinadas aos institutos indicadas nos espaços definidos pelo sistema viário, intitulada "Plano Geral da Cidade Universitária". Estas duas plantas foram publicadas no livro *A Universidade de São Paulo: dados, problemas e planos*, do ex-reitor Jorge Americano, em 1947.





Fonte: AMERICANO, 1947, figura entre pp. 240 e 241

O mesmo título de "Plano Geral da Cidade Universitária" também foi empregado para uma versão posterior do plano, provavelmente de 1947, em que são apresentados os edifícios e há pequenas alterações no sistema viário e nos equipamentos de apoio às habitações.

No organograma da Universidade de São Paulo o centro era ocupado pela Administração; o Sistema Cultural-Profissional era disposto ao redor da Administração, em quatro grupos: Grupo das Artes, Grupo das Técnicas, Grupo Biológico e Grupo Sociologia e Humanidades. Periféricos, mas contíguos ao Sistema Cultural-Profissional, estariam o Sistema Residencial, o Sistema Educacional, os Anexos do Sistema Cultural-Profissional e os Serviços Gerais Profissionais.

O Grupo das Artes seria composto por Música; e Pintura e Escultura; o Grupo das Técnicas por Eletrotécnica; Pesquisas Tecnológicas; e Engenharia; no limiar entre o Grupo das Artes e o Grupo das Técnicas estaria a Arquitetura; o Grupo Biológico seria integrado pela Veterinária; Medicina; Farmácia e Odontologia; entre o Grupo das Técnicas e o Grupo Biológico se encontrariam as Ciências; no último grupo, o da Sociologia e Humanidades estariam Filosofia; Direito; Ciências Políticas; e Ciências Econômicas; finalmente entre o Grupo Biológico e o Grupo Sociologia e Humanidades estaria a Higiene.

Este organograma parecia muito equilibrado, mas rompia com a concepção da Universidade de São Paulo estruturada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que era dividida em Faculdade de Ciências e Faculdade de Filosofia e Letras, como no Plano "Accuratus".

O Sistema Educacional incluía educação física, esportes, orientação profissional e serviço militar; o setor de esportes, na mesma posição do Plano de 1943, tornara-se mais modesto e voltado para uso interno.

Os denominados Serviços Gerais Industriais consistiam na infra-estrutura e nos serviços necessários ao funcionamento da Cidade Universitária: força e luz, água e esgoto, transportes, além da Imprensa Universitária (uma grande gráfica). Os Anexos do Sistema Cultural-Profissional seriam a Botânica, o Observatório, os Hospitais e o Necrotério, os Biotérios, a Zootecnia e a Indústria Animal, o Hospital Veterinário, as Oficinas, a Botânica e a Zoologia.

Quanto ao Sistema Residencial, mantinha-se a proximidade das residências de professores e alunos do Plano "Accuratus", propiciando uma convivência universitária maior. Distante do restante das áreas urbanas, esta área residencial necessitaria equipamentos, serviços e comércio de âmbito local; o plano previa: creche, grupo escolar, ginásio e colégio, centro de saúde, templo, cooperativa e comércio em geral, restaurante e um edifício dedicado a "diversões".

Neste plano de 1945-47 mantinha-se também a proposta do Plano "Accuratus" de fornecer moradia a funcionários, e de instalar os "pequenos funcionários e operários" junto à Estrada de Itu (os "altos funcionários" residiriam próximo dos professores). À exceção desta área residencial ao longo da Estrada de Itu todos os demais edifícios de moradia e de convívio social estavam agrupados entre a praça central e a entrada principal da Universidade.

A quantidade de residências, no entanto, aumentara significativamente. Junto à Estrada de Itu eram utilizados agrupamentos habitacionais, com uma densidade maior. Na área plana que era do Instituto Butantã e que se propunha incorporar à USP, foram propostos apartamentos para professores e altos funcionários. As residências de alunos ficariam junto à área central, nas proximidades do Grupo Sociologia e Humanidades e do setor esportivo.

No alto do espigão foi proposto o campo de aviação citado por Americano na *Semana da Cidade Universitária* e que constava também no Plano "Accuratus". A sede do Aeroclube estaria localizada junto à pista auxiliar de pouso.

105

Alguns comentários a respeito deste zoneamento: como no Plano de 1943, os edifícios principais das faculdades estariam reunidos e teriam por trás os edifícios de apoio às suas funções, o que incluía em alguns casos características específicas, como o Observatório, e em outros a parte mais bruta das instalações ou que necessitaria maior área, como a Zootecnia, os Hospitais, a Botânica (caso se tratasse de estufas), a Zoologia (no caso de criação ou manutenção de animais).

A área reservada à Escola Politécnica neste plano era bem maior, o que talvez seja explicado pela distância entre a praça central (onde estaria o edifício principal) e o limite do terreno do Instituto de Pesquisas Tecnológicas: não seria interessante interromper esta ligação inserindo outro uso. Apesar do generoso terreno destinado ao I.P.T. em 1943, eram propostas outras áreas para este instituto e até haveria uma praça entre os edifícios destinados à Escola Politécnica, como fica visível na planta com os edifícios projetados.

Foram destinados à Faculdade de Filosofia e Letras e à Faculdade de Ciências edifícios que não corresponderiam ao seu potencial de expansão: atrás do Grupo Sociologia e Humanidades não havia espaço para novos edifícios e atrás do conjunto da Faculdade de Ciências haveria os Laboratórios e o Hospital da Veterinária e as Usinas Piloto da Escola Politécnica. Os edifícios da Faculdade de Medicina Veterinária isolavam a Faculdade de Ciências do prédio da Física Nuclear.

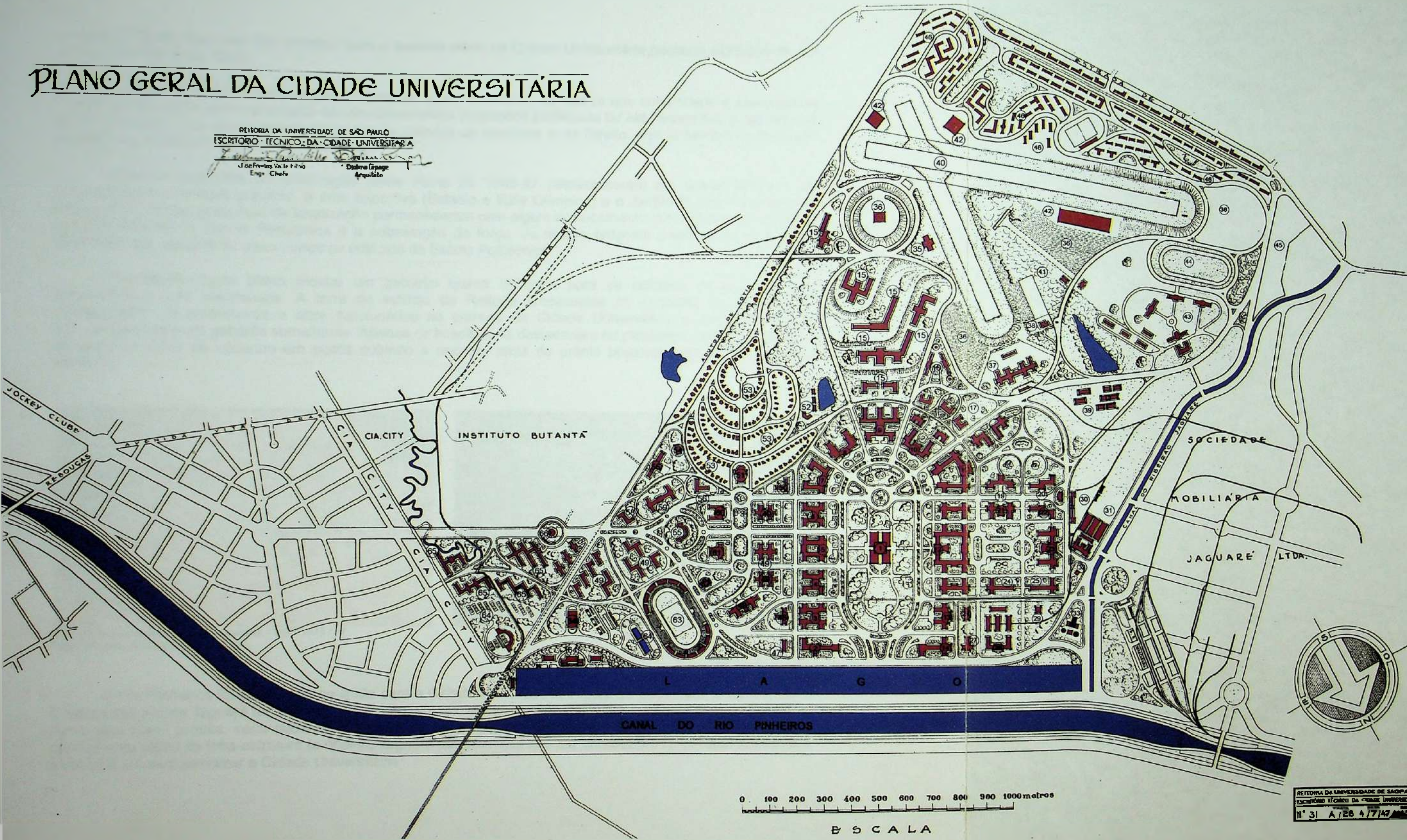
A implantação da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública e de hospitais (seis) não se justificava, face ao bem instalado centro médico do Araçá.

A localização dos hospitais feria o princípio de que fossem situados periféricamente (visto que atrairiam público externo), como foi adotado nos projetos de 1936 para a Universidade do Brasil. Para resolver este problema é proposta a construção de um acesso novo, desde a Estrada de Itu, pelas extremidades do terreno do

PLANO GERAL DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

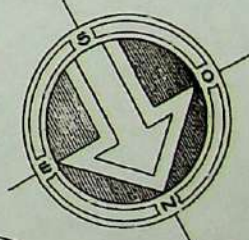
REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 ESCRITÓRIO TÉCNICO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

João de Deus Valle Filho Eng. Chefe
 Osvaldo Lippmann Arquiteto



0 100 200 300 400 500 600 700 800 900 1000 metros

ESCALA



REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 ESCRITÓRIO TÉCNICO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA
 N° 31 A/28 4/7/47

Legenda do Plano 1945-47

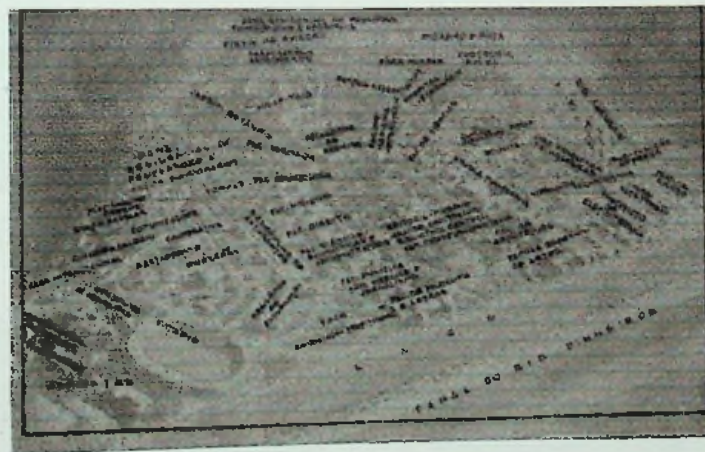
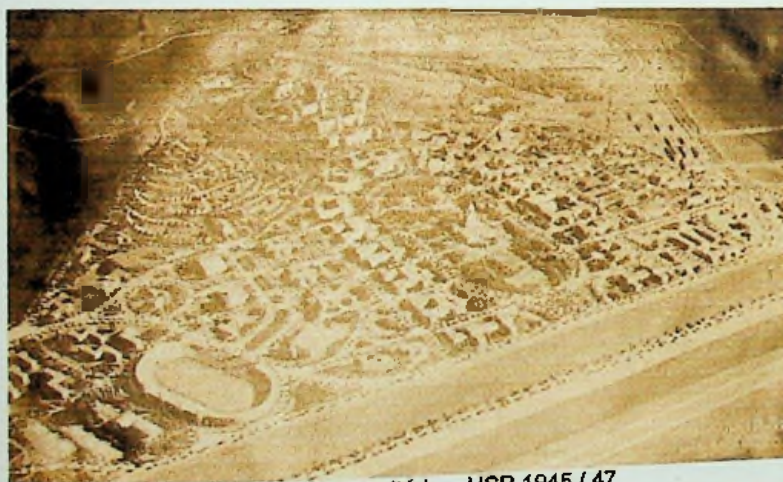
1. Reitoria, Museus, Grande Auditório, Biblioteca Central, Administração da Cidade Universitária;
2. Faculdade de Filosofia e Letras;
3. Faculdade de Política, Administração Pública e Jornalismo;
4. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas;
5. Faculdade de Direito;
6. Faculdade de Higiene;
7. Faculdade de Odontologia;
8. Faculdade de Farmácia;
9. Faculdade de Medicina;
10. Faculdade de Medicina Veterinária (edifício principal);
11. Faculdade de Ciências (edifício principal);
12. Escola Politécnica;
- 12A Departamento de Física;
- 12B Departamento de Estradas;
13. Faculdade de Arquitetura;
14. Escola Superior de Artes (Música e Artes Plásticas);
15. Hospitais Humanos;
16. Biotério Geral;
17. Laboratórios da Faculdade de Medicina Veterinária;
18. Faculdade de Ciências;
19. Química Industrial (Escola Politécnica);
20. Minas (Escola Politécnica);
21. Química (Escola Politécnica);
22. Instituto de Pesquisas Tecnológicas;
23. Instituto de Pesquisas Tecnológicas (edifício principal);
24. Hidráulica (Escola Politécnica);
25. Termodinâmica (Escola Politécnica);
26. Oficinas (serviços públicos);
27. Imprensa Universitária;
28. Instituto de Eletrotécnica;
29. Alta Tensão (Instituto de Eletrotécnica);
30. Tratamento de Madeira (I. P. T.);
31. Metalurgia (Instituto de Pesquisas Tecnológicas);
32. Subestação de força (serviços públicos);
33. Tratamento de esgoto (serviços públicos);
34. Observatório Astronômico;
35. Aeroclube;
36. Campos experimentais (plantação) Faculdade de Medicina Veterinária;
37. Hospitais - Veterinária (Fac. de Medicina Veterinária);
38. Física Nuclear (Faculdade de Ciências);
39. Usinas Piloto (Escola Politécnica);
40. Campo de Aviação;
41. Tiro de Guerra;
42. Hangar;
43. Zootecnia (Faculdade de Medicina Veterinária);
44. Potreiro e Pista;
45. Serviços Públicos (tratamento de lixo, etc.);
46. Zona Residencial de pequenos funcionários;
47. Orientação Profissional;
48. Educação Física;
49. Residência de Estudantes;
50. Centro de Saúde;
51. Templo;
52. Jardim Botânico;
53. Residência de professores e altos funcionários;
54. Playground - Creche;
55. Grupo Escolar;
56. Comunicações (serviços públicos);
57. Ginásio e Colégio;
58. Casa Internacional;
59. Restaurante;
60. Cooperativa e comércio em geral;
61. Diversões;
62. C.P.O.R.;
63. Estádio;
64. Esportes;
65. Residência em apartamentos para professores e altos funcionários;
66. Planetário.

Instituto Butantã, que para não interferir com o sistema viário da Cidade Universitária passaria por baixo de via paralela à adutora do Cotia.

O plano de 1945-47 tinha alguns problemas, como o excesso de vias (o que encareceria a execução da Cidade Universitária, embora na falta de estacionamentos projetados pudessem ter esta serventia), e um aspecto político delicado, que era a transferência das faculdades de Medicina e de Direito, que já haviam apresentado resistências explícitas a mudar de suas sedes.

Algumas propostas de localização deste Plano de 1945-47 permaneceram em outros planos e se concretizaram: o acesso principal, a área esportiva (Estádio e Raia Olímpica) e o Jardim Botânico (reserva da Biociências); outras propostas de localização permaneceram com algum deslocamento: a residência estudantil, a primeira Reitoria, a Escola Politécnica e a subestação de força. Já estava proposto neste plano o canal de drenagem que atualmente passa entre os edifícios da Escola Politécnica.

A maquete deste plano mostra um gabarito quase uniforme para os edifícios da praça central, possivelmente três pavimentos. A torre do edifício da Reitoria sobressairia no conjunto. Os edifícios de apartamentos de professores e altos funcionários na entrada da Cidade Universitária e das moradias de estudantes teriam um gabarito semelhante. Apenas os hospitais se destacariam na paisagem, com maior número de andares e por se situarem em platôs subindo a encosta atrás do prédio proposto para a Faculdade de Medicina.



Maquete do Plano da Cidade Universitária - USP 1945 / 47
Fonte: Arquivo Heloisa de Freitas Valle

O Rio Pinheiros foi canalizado no limite com a Cidade Universitária depois de 1944, apesar do trecho do Centro Industrial do Jaguaré ter sido executado bem antes³⁷. Ao se anexar mais uma área à Cidade Universitária, como este plano propôs, seria necessária a canalização do córrego Pirajussara. Esta necessidade de realizar previamente obras de infra-estrutura (o ribeirão Jaguaré também teve que ser canalizado) foi um dos fatores para a demora em se concretizar a Cidade Universitária.

³⁷ A Fazenda do Estado transferiu somente em setembro de 1942 à *The São Paulo Light & Power Co. Ltd.* uma área de aproximadamente 23 hectares necessária à canalização, alargamento e retificação do Rio Pinheiros e faixas marginais adjacentes, através do decreto-lei 12.829.

O Plano de 1945-47 não foi executado, um dos motivos foi a exoneração de Jorge Americano em 1946³⁸, embora o Escritório Técnico que nomeara tenha sido mantido pelo seu sucessor na Reitoria, o professor Antônio de Almeida Prado (gestão 1946-1947), da Faculdade de Medicina.

Uma planta cadastral da Cidade Universitária (parte noroeste) elaborada pelo Escritório Técnico da Cidade Universitária, com data de 05/06/1946, mostrava o mesmo levantamento topográfico da planta do setor noroeste de setembro de 1944, desta vez com as vias e quadras do Plano de 1945-47, com níveis e cotas, assinada pelo engenheiro chefe José de Freitas Valle Filho e pelo arquiteto Djalma Lepage. Algumas vias da área destinada à Escola Politécnica e ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas tinham sido suprimidas nesta planta.

Tentava-se iniciar pela segunda vez a implementação da Cidade Universitária a partir da área destinada às futuras instalações da Escola Politécnica. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas já dispunha de vários edifícios construídos. Não há nenhum local desta primeira etapa de execução da Cidade Universitária reservado às seções da área de Humanas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, somente duas quadras reservadas à "Faculdade de Ciências". No terreno acidentado da encosta já estava implantado o edifício da Energia Atômica do Departamento de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras³⁹.

Almeida Prado antes de deixar a Reitoria nomeou uma comissão de engenheiros e arquitetos para tratar da Cidade Universitária, da qual fazia parte o engenheiro Freitas Valle Filho.

Essa comissão só assumiu os trabalhos sob a gestão do próximo reitor, o Professor Lineu Prestes, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, que a ela acrescentou mais três nomes, o do Prefeito Municipal de São Paulo, o do Diretor da Escola Politécnica (e vice-reitor) e o do professor Ernesto de Souza Campos (portaria nº 43 de 14 de abril de 1947).

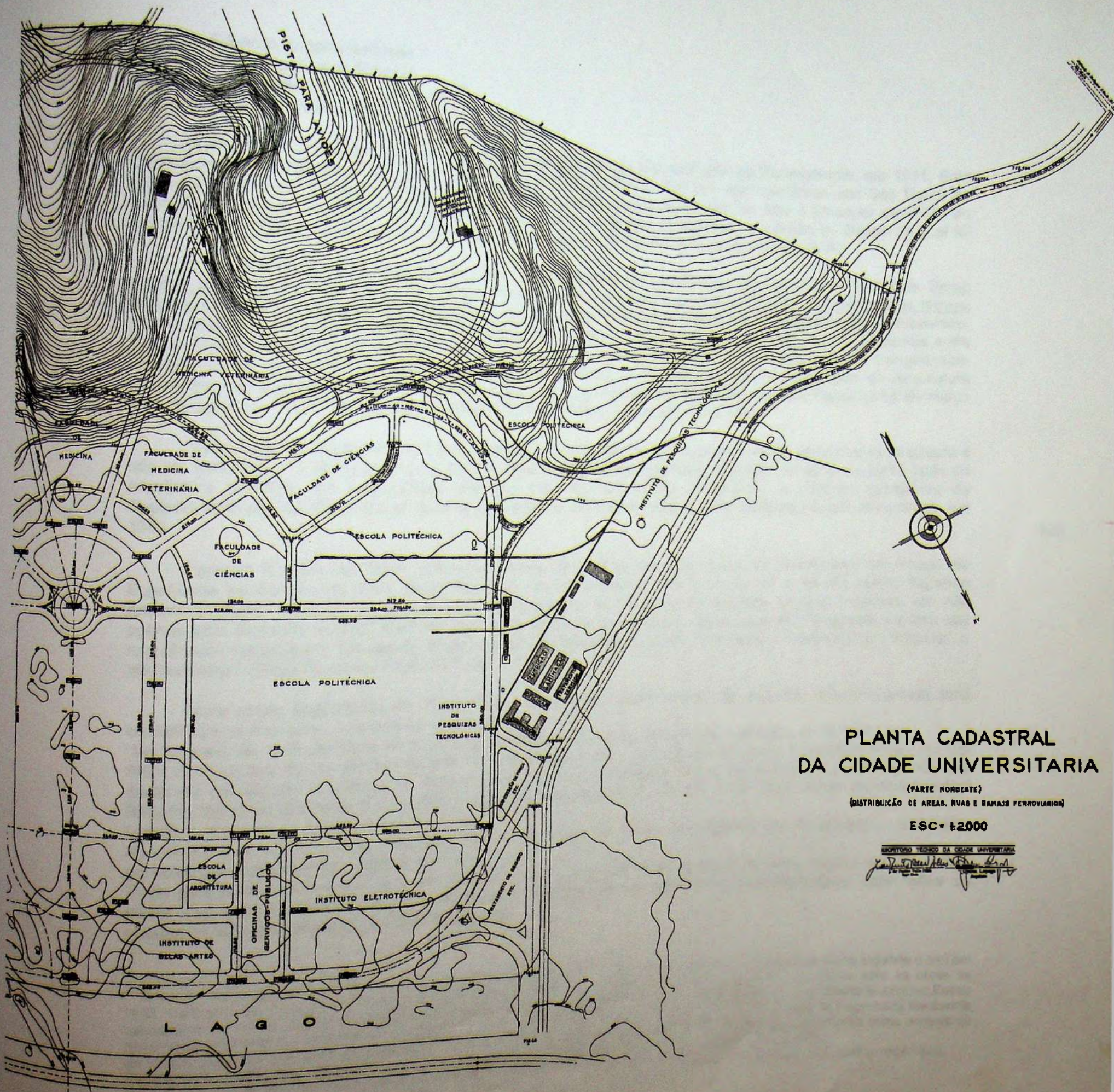
A composição integral da Comissão da Cidade Universitária entre 14/04/1947 e 28/09/1948 era a seguinte:

Prof. Henrique Jorge Guedes (diretor da Escola Politécnica de 1947 a 1950)
Prof. Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello⁴⁰
Prof. José Maria da Silva Neves
Prof. Christiano Stockler das Neves (prefeito de março de 1947 a agosto de 1947)
Prof. Ernesto de Souza Campos
Eng. Francisco Teixeira da Silva Teles

³⁸ Segundo o Reitor Jorge Americano, após a concessão da autonomia à USP o Governo pretendeu impor a substituição do diretor da Faculdade de Filosofia em fins de 1945, e também no início do ano seguinte quis atribuir a si próprio as primeiras nomeações de professores da Faculdade de Ciências Econômicas, que acabara de criar por sugestão do Conselho Universitário. No primeiro incidente houve renúncia coletiva do Reitor e de todos os Diretores das Faculdades; no segundo houve protestos da Escola Politécnica e do Conselho Universitário e no agravamento sucessivo, a renúncia do Reitor e do Conselho Universitário e greves dos estudantes. O Interventor voltou atrás nas duas ocasiões, mas na segunda exonerou o Reitor (AMERICANO, 1947, p. 24).

³⁹ Parte dos edifícios deste departamento já constam do "Plano Geral da Cidade Universitária" de 20/10/1945, planta que mostra a setorização proposta no plano de 1945-47.

⁴⁰ Luiz Ignácio de Anhaia Mello (1891-1972) formou-se Engenheiro Arquiteto pela Escola Politécnica de São Paulo em 1913. Tomou-se professor catedrático de Estética, Composição Geral e Urbanismo da Escola Politécnica em 1926; foi vice-diretor desta Escola de julho de 1928 a outubro de 1930, e depois diretor. Anhaia Mello foi vereador e ocupou a prefeitura paulistana por dois curtos períodos, de dezembro de 1930 a julho de 1931 e de 14 / 11 / 1931 a 04 / 12 / 1931; foi também Secretário de estado dos Negócios da Viação e Obras públicas (1941). Entre 1944 e 1945 Anhaia Mello trabalhou no levantamento do programa de necessidades da Escola Politécnica para sua instalação na Cidade Universitária e a partir de 1945 presidiu a Comissão de Estudos da Cidade Universitária até sua dissolução em 1948 e a formação da Comissão do Plano da Execução da Cidade Universitária, da qual foi presidente de 1948 a 1951. Foi Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1941 e (o primeiro) Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, de 1948 a 1951 e a partir de 1959. Foi vice-reitor da USP em 1950. Confrontou, ao longo de sua vida acadêmica e profissional, suas idéias com as de Prestes Maia, de quem se tornou adversário histórico (site da Escola Politécnica da USP / LEME, 1999, pp. 478 e 479 / MEYER, 1991, p. 97 / NOGUEIRA, Brenno C., 1986, pp.1 a 4).



**PLANTA CADASTRAL
DA CIDADE UNIVERSITARIA**

(PARTE NORDESTE)
(DISTRIBUIÇÃO DE AREAS, RUAS E RAMAIS FERROVIARIOS)

ESC - 1:2000

SECRETARIA TÉCNICA DA CIDADE UNIVERSITARIA
José Paulo Alves
1954

Eng. Arq. Eduardo Kneese de Mello
Eng. Arq. Elisario da Cunha Baiana
Eng. Frederico Brotero
Eng. José de Freitas Valle Filho.

O arquiteto Christiano Stockler das Neves formou-se na Universidade da Pennsylvania, em 1911. Esta Universidade teria influência da Escola de Belas Artes de Paris. Foi um dos opositores em São Paulo da arquitetura moderna, "futurista". Suas idéias tiveram grande repercussão por ter sido o fundador em 1917 do curso de Arquitetura da Escola de Engenharia Mackenzie, e à sua participação no órgão de classe do qual foi fundador em 1929 e uma das figuras de maior destaque: o Instituto Paulista de Arquitetos (IPA).

A primeira diretoria do Instituto Paulista de Arquitetos era constituída pelo presidente, arquiteto Bruno Simões Magro⁴¹, vice-presidente, Francisco Prestes Maia, primeiro-secretário, Christiano Stockler das Neves, segundo-secretário, José Maria da Silva Neves, primeiro-tesoureiro, Dácio de Moraes e segundo-tesoureiro, Alcides Xandê. A revista *Architecturá e Construções*, ligada ao IPA e a favor do ecletismo, foi publicada entre 1929 e 1932, tendo dentre seus colaboradores efetivos o arquiteto Christiano Stockler das Neves e o engenheiro-arquiteto Dácio de Moraes. Stockler das Neves foi também o primeiro diretor da Faculdade de Arquitetura Mackenzie, que a partir de 1947 substituiu o antigo curso de Arquitetura, e Prefeito de São Paulo de 15 de março a 31 de agosto de 1947. (SAMPAIO, in RIBEIRO; PECHMAN, 1996, pp.141 a 156).

A Comissão da Cidade Universitária mesclava profissionais de posições conflitantes e estava destinada a não ter vida longa; já apresentamos a defesa que o engenheiro arquiteto Eduardo Kneese de Mello fazia da Arquitetura moderna por esta época, ele que era um dos sócios fundadores e primeiro presidente do Departamento de São Paulo do Instituto dos Arquitetos do Brasil, secção esta fundada poucos anos antes, em 1943.

108

Eduardo Kneese de Mello formou-se Engenheiro Arquiteto no curso de Arquitetura da Escola de Engenharia Mackenzie em 1931. Sua turma, de cinco formandos, era a maior do curso até então. Segundo Kneese de Mello, o ensino era acadêmico. "Estudávamos as construções egípcias, gregas, romanas, etc. não apenas para formação cultural histórica mas para repeti-las em nossos novos projetos". E quando montou seu escritório de construções, Kneese de Mello projetou residências em estilo "normando", "californiano", "colonial", e até "moderno". (MELLO, mimeo FAU-USP, s/d).

Ainda nesse depoimento de Kneese de Mello, que é a introdução de pequeno volume reunindo suas conferências e discursos, encontra-se o seguinte:
"Em fevereiro de 1940 participei do V Congresso Panamericano de Arquitetos, realizado em Montevideo. Além do Professor Bruno Simões Magro, de São Paulo e eu, a delegação brasileira era representada por um grupo de conhecidos arquitetos do Rio de Janeiro, com excelentes obras modernas já realizadas: Marcelo Robertó, Wladimir Alves de Sousa, Paulo Camargo de Almeida⁴², Nestor Figueiredo, Paulo Candiota, Rafael Galvão, João Kahis, recém formado e outros. No contato com esses colegas ilustres e com os de todos os países da América, que lá estiveram, comecei a perceber que estava errado fazendo estilos. Voltei para São Paulo com essa preocupação e, logo após, já convencido desse erro, resolvi um dia acabar minha trajetória de 'ecletico' e, repentinamente dediquei-me à arquitetura contemporânea, com todos os obstáculos que essa mudança brusca me oferecia.

⁴¹ Bruno Simões Magro (1882-1956) formou-se contador pela Escola Politécnica de São Paulo em 1900 e engenheiro-arquiteto e civil em 1905. Participou da Comissão de Saneamento de Santos, dirigida por Saturnino de Brito. Em 1910 trabalhou com as obras de saneamento em Recife, chefiando o escritório técnico da Comissão de Saneamento e a Diretoria de Obras Públicas Municipais. Entrou como docente da Escola Politécnica de São Paulo em 1921, de onde se afastou em 1937; lecionou na Escola de Engenharia Mackenzie de 1939 a 1941, retornando neste mesmo ano à Escola Politécnica onde permaneceu até 1953. Participou do primeiro corpo docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, sendo diretor desta escola de 1951 a 1952 (LEME, 1999, p. 468).

⁴² Paulo Camargo de Almeida foi presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (Rio de Janeiro) nos períodos 1942-1944 e 1944-1946.

Ainda em consequência de nosso encontro em Montevideo, o IAB resolveu criar seu Departamento de São Paulo, nomeando-me seu 'delegado', inicialmente e depois, os arquitetos paulistas elegeram-me seu presidente. Nessa posição e com as convicções que adotei, passei a pregar, junto com outros colegas, a arquitetura contemporânea, combatendo o ecletismo, a cópia, o receituário antigo e estrangeiro" (grifo nosso).

Depois de várias reuniões essa comissão decidiu que deveria ser elaborado um novo projeto para a Cidade Universitária da USP, utilizando os planos anteriores de Pujol Júnior / Defilippi e o Plano 1945-47 do Escritório Técnico como elementos informativos. Tendo deliberado sobre o assunto para o qual fora constituída, essa comissão foi dissolvida pelo Reitor Lineu Prestes.

Como esta comissão era constituída por profissionais de ideários e interesses diferentes, foi descartado o plano de 1945-47. A Ernesto de Souza Campos interessava reabilitar o Plano "Accuratus", de Pujol Júnior, com quem vinha realizando vários trabalhos profissionais. Outro membro da comissão, o engenheiro José de Freitas Valle Filho gostaria de manter o Plano de 1945-47, do qual tinha sido um dos autores. Kneese provavelmente apreciaria um plano mais compromissado com os princípios da Arquitetura Moderna, com o que Stockler das Neves e Ernesto de Souza Campos não concordariam.

A Universidade dava dois passos para a frente e um para trás na questão da Cidade Universitária. E o *Modelo Paulista*, a concepção de seus idealizadores, ficava distante.

O Plano de 1949-54

O período de 1949 a 1954 é particularmente importante por haver disponibilidade de verbas para execução da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo e pelo abandono do modelo baseado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e na convivência como meio para a formação do espírito universitário.

A comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, que se realizaria em 1954, teve uma programação feita com alguns anos de antecedência. Haveria uma série de melhoramentos urbanos, como a pavimentação de logradouros, e vários eventos. Foi decidido que haveria uma Exposição Internacional na cidade de São Paulo e três espaços para sediá-la foram considerados em 1950: o Parque D. Pedro II, a Cidade Universitária e o Parque do Ibirapuera. Christiano Stockler das Neves, presidente da Comissão Municipal de Obras e Urbanismo da Comissão Municipal dos festejos do IV Centenário, havia indicado desde janeiro de 1950 os terrenos da Cidade Universitária no Butantã (MEYER, 1991, p. 55). Embora no ano seguinte o terreno do Ibirapuera, propriedade municipal, já fosse o designado para abrigar a exposição, era patente a estagnação das obras da Cidade Universitária, destoando do movimento geral de apresentar São Paulo com traços de modernidade. Neste contexto, o governo do Estado liberou verbas no período de 1951 a 1954 para a construção da Cidade Universitária.

A *Comissão da Cidade Universitária* que funcionaria de 03/11/1948 a 25/07/1950 foi nomeada pelo Governador Adhemar de Barros, e seus membros foram designados por portaria do Reitor Lineu Prestes:
Prof. Ernesto de Souza Campos (presidente por indicação dos demais)
Prof. Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello
Prof. Adriano José Marchini⁴³

⁴³ Adriano José Marchini foi um dos responsáveis pelas primeiras pesquisas das propriedades dos elementos da fabricação nacional e da dosagem e confecção do concreto na obra, realizadas no final da década de vinte pelo Laboratório de Ensaios de Materiais da Escola Politécnica de São Paulo. No Movimento Constitucionalista de 1932 a participação da Escola Politécnica e do LEM - Laboratório de Ensaios de Materiais - se deu em através de várias atividades, como na atualização de mapas e na produção de material bélico, principalmente a granada de mão, os "abacaxizinhos". Nas experiências com esse material vários engenheiros ficaram feridos, entre os quais, Marchini, encarregado do LEM (site da Escola Politécnica).

Prof. José Maria da Silva Neves

Prof. Christiano Stockler das Neves (dispensado a pedido em 21/04/1950 e substituído pelo Arquiteto Mário Henrique Pucci, por sua vez também dispensado a pedido em 26/06/1950)

O Escritório Técnico existente foi incorporado à Comissão da Cidade Universitária e por norma de organização dos serviços aprovada pelo Reitor sua administração passou a caber ao presidente desta comissão. A direção dos trabalhos técnicos do Escritório seria exercida pela Comissão, de acordo com a mesma norma. Os integrantes mais graduados do Escritório Técnico eram os mesmos de antes: o engenheiro civil José de Freitas Valle Filho e o arquiteto Djalma Lepage.

A Comissão, pela mesma norma, passou a fazer a elaboração dos projetos e "tratando-se de um plano de colaboração, a autoria do mesmo caberá a todos os cinco componentes da C.C.U., que assinarão todos os desenhos e documentos respectivos" (CAMPOS, 1954, p. 202). Esta norma alijaria enquanto autores os responsáveis pelo Plano de 1945-47, que permaneciam no Escritório Técnico. Também dificulta identificar a real autoria das propostas.

Foi elaborado por esta Comissão um projeto de urbanização para a Cidade Universitária no Butantã, com a definição do sistema viário principal e do zoneamento, que foi aprovado em 12 de maio de 1949 pelo Conselho Universitário. Até 1954 foram feitas alterações neste plano.

Este Plano propunha a divisão da Cidade Universitária em setores de uso, através de ruas primárias, e a subdivisão dos setores em unidades, através de ruas secundárias.

O memorial do Plano de 1949, enviado em março desse ano ao Conselho Universitário, explicita:

"As características fundamentais do planejamento são as seguintes:

1- *Divisão da área em setores.*

Método: – sistema de artérias lineares.

Resultado: – O "grade" primário de avenidas e *parkways*.

Função: – Circulação e recreio.

2- *Diferenciação dos setores entre as diversas categorias de uso.*

Método: – Um sistema de zoneamento especial.

Resultado: – O organismo dos setores.

Função: – Habitação, trabalho e recreio.

3- *Subdivisão dos setores em unidades.*

Método: – Um sistema de localização funcional.

Resultado: – Agrupamento e inter-relação das estruturas e o "grade" secundário de ruas e espaços livres.

Função: – Habitação, trabalho, recreio e circulação.

Assim, cada setor se constitui como agregado mononucleado e o conjunto se apresenta como organismo polinucleado.

A unidade se realiza por meio de distribuição equilibrada e não por centralização" (CAMPOS, 1954 / *Cidade Universitária da USP*, pp. 24 e 25, grifos nossos).

Este trecho do memorial remete claramente à *Carta de Atenas*⁴⁴, ao zoneamento funcional.

As faculdades seriam distribuídas em setores ("distribuição equilibrada") e a Cidade Universitária não expressaria o projeto universitário centrado na Faculdade de Filosofia ("centralização").

A setorização da Cidade Universitária, defendida por Souza Campos desde a década de trinta, contou com a adesão de ao menos um outro membro da Comissão, mas devida a outros princípios, os da Arquitetura Moderna.

⁴⁴ O documento *Carta de Atenas* resultou do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM de 1933, que teve como tema o estudo das funções da cidade.

SISTEMA DE VIAS PRINCIPAIS E ZONEAMENTO NA CIDADE UNIVERSITARIA DA UNIVERSIDADE DE S. PAULO



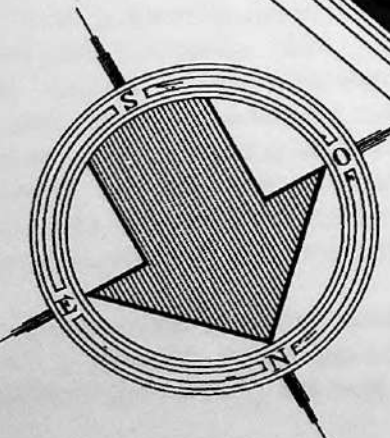
AUTORES DO PROJETO

Luiz Carlos de Albuquerque
REITOR

Luiz Carlos de Albuquerque
Chico L. de Almeida
J. M. de Almeida
José Maria de São José
Luiz Carlos de Albuquerque

APROVADO PELO CONSELHO UNIVERSITARIO
SESSÃO DE 12 DE MAIO DE 1949

Ruy F. de Azevedo



ESCALA 1:5 000



DESENHO DE *Ruy F. de Azevedo*

Provavelmente Anhaia Mello seria o autor dos comentários relativos ao urbanismo Moderno no memorial do Plano de 1949, mas considerando-se a composição da Comissão também poderia ter colaborado José Maria da Silva Neves.

Em publicação de Ernesto de Souza Campos no ano de 1954 são apresentadas as seguintes diretrizes do Plano de 1949-54 para a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo:

"Em primeiro lugar constaram de sistematização de toda a gleba em setores capazes de conter interpenetração. Este é o elemento básico do conjunto. [grifo nosso]

[...] São as seguintes as demais diretrizes do plano. Abandono do Rio Pinheiros, poluído. Excluído como elemento integrante do conjunto. Isolamento desse rio como parte integrante do núcleo universitário, por meio de uma avenida marginal e externa. Substituição do rio por um lago que lhe acompanha o rumo retificado e dele servidas. Traçado de uma grande avenida ou *parkway* de ingresso de 100 metros de largura, abrindo-se para constituir grande praça – o centro cívico – destinado a conter, em zona privativa e tranqüila, a Reitoria, a Biblioteca e Teatro. Abertura da grande avenida diagonal, de comunicação entre a entrada nobre da avenida Afrânio Peixoto e o ponto mais distante da gleba, na estrada de Itu; idem da avenida circular, abrangendo o grupamento de ciências naturais, sociais, geo-históricas, humanísticas, etc., e outras ao longo da adutora do Cotia⁴⁵ e do Canal do Ribeirão Jaguaré, limites do *campus*" (CAMPOS, 1954 / *Cidade Universitária*, p. 24, grifos nossos).

Este plano de 1949-54 girou a praça principal para o eixo do acesso principal, paralelo ao Rio Pinheiros, mas ainda há um eixo secundário como memória dos planos anteriores e é no final dele que é disposta a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (onde seriam os hospitais, no Plano 1945-47); considerando a topografia em alicive acentuado, porém, o local escolhido dificultaria a integração desta faculdade com as demais. A praça principal não tem mais o propósito de agregar todos os edifícios principais das unidades da USP, mas é reservada para o centro cívico.

111

A respeito do acesso principal da Cidade Universitária, encontra-se este trecho em publicação de Souza Campos:

"Na sua quase totalidade, os antigos projetos, elaborados para o *campus* universitário do Butantã, tomavam como eixo da composição, ou melhor, da avenida principal de ingresso, uma perpendicular ao canal do Rio Pinheiros. [...] Esta foi, por exemplo, a solução Pujol Junior [...].

[...] O projeto atual [Plano de 1949-54], em execução, teve este primeiro grande mérito: lançou a avenida paralelamente ao canal do Pinheiros, articulando-a com a extremidade distal da Avenida Afrânio Peixoto, da City. Praticamente no mesmo eixo.

Ora, esta avenida Afrânio Peixoto sai de uma praça, à qual chegam outras duas vias de idêntica largura: a Monções [na planta de 1952 consta Missões] e Valentim Gentil, também componentes do loteamento da City. Depois seguem-se as avenidas Jóquei Clube, praticamente no eixo da Monções, a Eusébio Mattoso, a Rebouças, Brasil e a Nove de Julho.

Quer isto dizer que o acesso à Cidade Universitária se faz regularmente, por excelentes avenidas, e que a penetração na gleba não necessita de pontes, nem viadutos. Foi sem dúvida, uma *trouvaille*. Tudo simples, natural. Não sabemos até porque esta solução não foi adotada logo de início. [...]" (CAMPOS, 1954 / *Cidade Universitária da USP*, pp. 27 e 28).

Este acesso principal para a Cidade Universitária, exatamente como acima descrito, consta do Plano de 1945-47. É também, ainda que como acesso secundário, da "Solução Butantã" de 1937 (mencionada aqui como a "solução Pujol Junior"). Ou seja, era um achado antigo.

⁴⁵ No sistema de vias principais aprovado pelo Conselho Universitário em 1949 ainda não constava a via ao longo da adutora do Cotia, que vem a ser complementada posteriormente na versão de 1954 (resgata-se proposta do Plano de 1945-47).

O traçado das vias é simplificado, mas em contrapartida à esta racionalização, uma única via, o *parkway* do acesso principal, retoma a questão da monumentalidade no espaço da Cidade Universitária. Decerto a este pela arborização e passeios para pedestres. Embora enfatize a ligação da Cidade Universitária com o restante da cidade, haveria um estrangulamento desta via-parque ao adentrar o loteamento da Companhia City.

As dimensões do *parkway* seriam cem metros por cerca de novecentos metros, ou seja, muito próximas da esplanada proposta por Lúcio Costa e equipe no projeto para a Universidade do Brasil em 1936. No entanto, há uma diferença fundamental: no projeto para o Rio de Janeiro haveria um fluxo constante de pedestres entre a Reitoria, Biblioteca Central, estação de trem e as escolas dispostas ao longo da esplanada. E o espaço do *parkway* não teria a definição que os edifícios e muros das escolas proporcionariam à esplanada carioca.

O *parkway* parece ter sido sugestão de Anhaia Mello, pelo seu perfil profissional e principalmente por ter defendido a largura de cem metros do *parkway* nas reuniões da Comissão de 13 e 16 de janeiro de 1950 e de 10 de fevereiro de 1950. Stockler das Neves tentaria em duas destas reuniões diminuir a largura do *parkway* para sessenta metros.

No eixo da avenida de ingresso prevista no Plano de 1945-47 o edifício do Planetário servia como ponto focal, sendo substituído no Plano de 1949-54 pela Torre Universitária, onde o monumental acesso projetado se dividiria para abraçar o Centro Cívico. A idéia deste traçado viário já estava presente no Plano de 1945-47, onde o acesso principal se dividia ao encontrar a rotatória do Restaurante e prosseguia na avenida em diagonal até a Estrada de Itu (a avenida diagonal também foi mantida no Plano 1949-54).

As propostas de ramais ferroviários do Plano de 1945-47 se mantêm neste Plano de 1949-54, mas a idéia de uma estação da Estrada de Ferro Sorocabana não permaneceu e também não há indicação de estação para outro tipo de transporte coletivo de passageiros.

112

A comissão atuante de 1948 a 1950 dedicou boa parte de seus esforços tomando providências relativas aos limites da gleba da Cidade Universitária, seja para acerto de terrenos após a retificação do Rio Pinheiros e do ribeirão Jaguaré, seja para possibilitar a abertura da Avenida de Ingresso e anexar área contígua, ou para definir a desistência parcial da desapropriação até a Estrada de Itu:

- a) Foram fixados em meados de 1949 os novos limites do terreno do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, após a retificação do ribeirão Jaguaré, mantendo a área de 24 hectares prevista no decreto-lei 13.979 de 16 de maio de 1944;
- b) Foram preparados os elementos técnicos para o decreto 19.299 de 23 de março de 1950 para a desapropriação de cerca de 15 hectares da *The São Paulo Light & Power Co. Ltd.* (terreno triangular entre o antigo leito de Pinheiros, a adutora do Cotia e a linha de alta tensão daquela companhia canadense e também faixa entre o ribeirão Pirajussara e a referida linha de transmissão);
- c) Idem para o decreto 19.843 de 16 de outubro de 1950 (lei 1.637 de 07/07/52) autorizando a Fazenda do Esiado a transferir à Universidade de São Paulo cerca de 10 hectares do Instituto Butantã junto ao ribeirão Pirajussará e ao antigo leito do Rio Pinheiros;
- d) Idem para permuta de áreas idênticas de cerca de 3 hectares com a Sociedade Imobiliária Jaguaré S.A., resultantes da retificação do ribeirão Jaguaré (lei 798 de 23 de outubro de 1950);
- e) Idem para o decreto 19.795 de 04 de outubro de 1950 (revogando parcialmente o decreto 14.190 de 22/09/1944), desistindo de 15 hectares correspondentes a 54 lotes da Vila Butantã e dois lotes da Vila Oriental e conseqüentemente das ruas que lhes davam acesso (mais 7 hectares); estas áreas referiam-se à desapropriação até a Estrada de Itu e com esta desistência configuram-se alguns terrenos ilhados do restante da Cidade Universitária⁴⁶;

⁴⁶ Vinte e seis anos depois, pelo decreto-lei 9.316 de 30 de dezembro de 1976, parte desta área seria novamente desapropriada (8 hectares de lotes e por decorrência mais 5 hectares das vias que lhes davam acesso) para ser incorporada à Cidade Universitária. Os terrenos no loteamento Vila Butantã poderiam abrigar residências da Universidade, mas nas versões de 1952 e 1954 do plano para a Cidade Universitária preferiu-se deixar a área sem indicação de uso e depois como "expansão futura".

- f) Idem para a permuta de áreas idênticas de cerca de 17 hectares entre a Fazenda do Estado e a *The São Paulo Light & Power Co. Ltd.* resultantes da retificação do Rio Pinheiros (lei 1.540 de 28 de dezembro de 1951). (GIUDICE, 1994, folhas 3 a 11; CAMPOS, 1954, *História da Universidade de São Paulo*, pp. 213, 214, 219, 220 e 227).

A comissão 1948 - 1950 propôs a cessão de dez hectares da Cidade Universitária, junto à Estrada de Itu, para o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R.⁴⁷, como instituto complementar, enquanto solicitava a ampliação da gleba para uso da Universidade.

Outros trabalhos realizados por essa comissão, que foi mantida por Miguel Reale ao assumir a Reitoria, foram programas para setores, projetos para edifícios e estudos com a Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal, para execução da Avenida Marginal, ao longo do canal de Pinheiros⁴⁸.

Em 1950 houve nova troca de reitor, assumindo o professor Luciano Gualberto da Faculdade de Medicina, que desfez a comissão existente e nomeou uma nova: "Comissão do Plano e Execução da Cidade Universitária", com os seguintes membros: Luiz Ignácio de Anhaia Mello, presidente, Bruno Simões Magro, Adriano José Marchini, José Maria da Silva Neves e Zeferino Vaz⁴⁹.

Por iniciativa da Comissão presidida por Anhaia Mello foi projetado o edifício da Reitoria, cuja pedra fundamental foi lançada em 25 de janeiro de 1951. Neste período também foi realizada a concorrência para a terraplenagem da Cidade Universitária e foram iniciados estes serviços.

Esta Comissão funcionou com essa composição até 1951, quando houve troca de governador (assume Lucas Nogueira Garcez, professor da Escola Politécnica) e de reitor (Ernesto de Moraes Leme, da Faculdade de Direito) e Anhaia Mello colocou à disposição os cargos que ocupava: Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Presidente da Comissão do Planejamento e Execução da Cidade Universitária. Em seu lugar na Comissão foi nomeado Ernesto de Souza Campos, em 4 de abril de 1951. A Comissão ficou assim constituída até 1955:

Ernesto de Souza Campos - Presidente
Adriano José Marchini - Eng. Civil
José Maria da Silva Neves - Eng. Arquiteto
Bruno Simões Magro - Eng. Arquiteto

Consultores

Hipólito Gustavo Pujol Junior - Engenheiro Arquiteto
Pedro Moacyr do Amaral Cruz - Eng. Eletricista

⁴⁷ A Comissão manteve entendimentos e elaborou estudos até a minuta do convênio celebrado entre a Reitoria e o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R. para a localização dessa autarquia na gleba universitária. (CAMPOS, 1954 *História da Universidade de São Paulo*, pp. 212 a 215). Esta cessão foi objeto do decreto 19.449 de 30 de maio de 1950. A intenção era que o D.E.R. em contrapartida executasse obras na Cidade Universitária. Posteriormente o Departamento de Estradas de Rodagem cedeu, informalmente, o terreno ao 16º Batalhão de Polícia Militar, onde este se encontra até hoje.

⁴⁸ A Prefeitura de São Paulo executaria a avenida marginal (terraplenagem e compactação do leito), além da conclusão da ponte sobre a foz do Ribeirão Jaguaré, e como compensação poderia retirar a areia em excesso ao longo desta avenida (, elaborado de 1944 a 1952 CAMPOS, 1954, *História da Universidade de São Paulo*, p. 219).

⁴⁹ Zeferino Vaz (1908-1981) inscreveu seu nome na História da USP (Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária de 1936 a 1947 e Diretor fundador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto de 1951 a 1964), da Universidade de Brasília (Reitor de 1964 a 1965) e da Unicamp (Reitor de 1966 a 1978). Graduou-se e doutorou-se em Medicina pela Universidade de São Paulo respectivamente em 1931 e 1932 e especializou-se em Parasitologia e Doenças Parasitárias, Biologia Geral e Genética e Zoologia Geral (site da Unicamp).

PLANO DE ZONEAMENTO E URBANISAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DE SÃO PAULO

ESCALA 1:5000



ÍNDICE DAS EDIFICAÇÕES

- | | | |
|----------------------|------------------------------|-----------------------------|
| ADMINISTRAÇÃO | GRUPAMENTO BIOLÓGICA | MEDICINA VETERINÁRIA |
| ⊙ REITORIA | ⊙ ANATOMIA PATOLÓGICA | ⊙ SEDE |
| ⊙ BIBLIOTECA CENTRAL | ⊙ GENÉTICA E BOTÂNICA | ⊙ ESTABULO DE VACAS |
| ⊙ TEATRO | ⊙ ZOOLOGIA | ⊙ ESTABULO DE TOUROS |
| ⊙ PREFEITURA | ⊙ FISIOLÓGICA E FARMACOLOGIA | ⊙ ESTABULO DE BEZERROS |
| ⊙ TORRE | ⊙ ANATOMIA E HISTOLOGIA | ⊙ PREVISTO |
| | ⊙ PREVISTO | ⊙ PREVISTO |

- FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS**
- ⊙ PREVISTO
 - ⊙ PREVISTO
 - ⊙ BETATRON
 - ⊙ VAN DE GRAAFF
 - ⊙ PREVISTO
 - ⊙ PREVISTO

- DIVERSOS**
- ⊙ RESERVATORIO

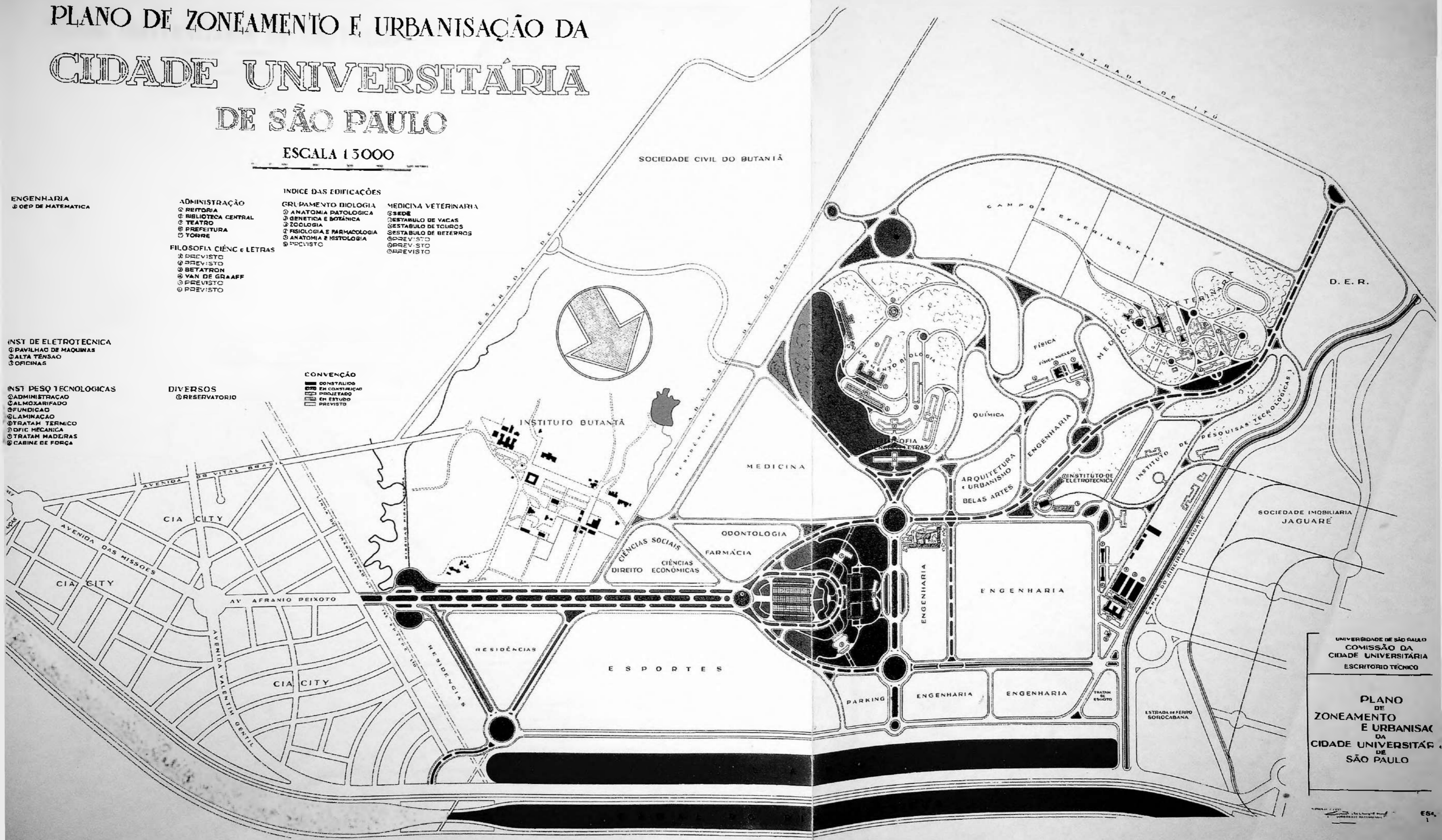
CONVENÇÃO

- CONSTRUÍDO
- ▨ EM CONSTRUÇÃO
- ▤ PROJETADO
- ▥ EN ESTUDO
- ▦ PREVISTO

- ENGENHARIA**
- ⊙ DEP DE MATEMÁTICA

- INST DE ELETROTÉCNICA**
- ⊙ PAVILHÃO DE MÁQUINAS
 - ⊙ ALTA TENSÃO
 - ⊙ OFICINAS

- INST PESQ TECNOLÓGICAS**
- ⊙ ADMINISTRAÇÃO
 - ⊙ ALMOXARIFADO
 - ⊙ FUNDIÇÃO
 - ⊙ LAMINAÇÃO
 - ⊙ TRATAM TÉRMICO
 - ⊙ OFIC MECÂNICA
 - ⊙ TRATAM MADEIRAS
 - ⊙ CABINE DE FORÇA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
COMISSÃO DA
CIDADE UNIVERSITÁRIA
ESCRITÓRIO TÉCNICO

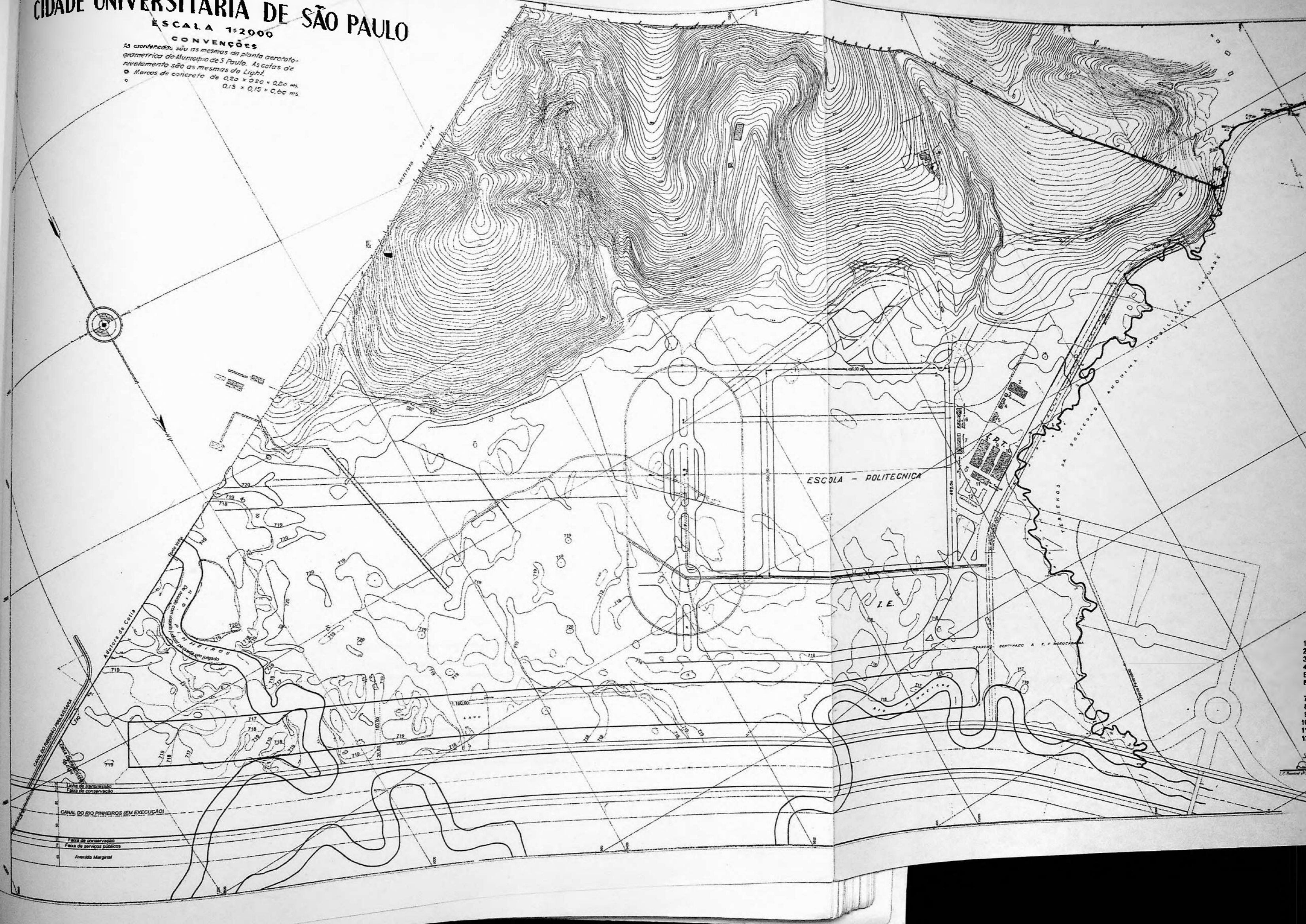
**PLANO DE
ZONEAMENTO
E URBANISAÇÃO
DA
CIDADE UNIVERSITÁRIA
DE
SÃO PAULO**

CIDADE UNIVERSITARIA DE SÃO PAULO

ESCALA 1:2000

CONVENÇÕES

As coordenadas são as mesmas da planta aerofotogramétrica do Município de São Paulo. As cotas de nivelamento são as mesmas da Light.
● Marcos de concreto de 0,20 x 0,20 x 0,80 ms.
○ 0,15 x 0,15 x 0,80 ms.



- 1. F.
- 2. B.
- 3. C.
- 4. C.
- 5. E.
- 6. C.
- 7. C.
- 8. F.
- 9. I.
- 10. V.
- 11. B.
- 12.

Leon Alexandr – Eng. Eletricista e Civil

O Escritório Técnico foi bastante ampliado neste período, contando com sete profissionais de nível superior, entre arquitetos (o Diretor Administrativo era Djalma Lepage) e engenheiros (José de Freitas Valle Filho aposentou-se, a pedido, em novembro de 1952), além de mais vinte auxiliares.

Entre a versão de 1949, a de 1952 e a de 1954 do plano para a Cidade Universitária, o traçado viário variou bastante. Na versão de 1949 havia certas simetrias que desaparecem a partir da versão de 1952; recupera-se a partir de 1952 a extensa via no limite entre a área mais plana da gleba e a encosta, que mais tarde será denominada avenida professor Luciano Gualberto, e que constava do plano 1945-47.

Dois estudos realizados para o Setor de Engenharia, um deles de autoria do engenheiro arquiteto Hipólito Gustavo Pujol Junior (datado de 22 de novembro de 1951) e outro do engenheiro arquiteto José Maria da Silva Neves (de 06 de outubro de 1952, quase um ano depois), mostram uma transição radical entre dois modos de conceber o sistema viário, as tipologias dos edifícios e sua organização espacial. A composição de Pujol Jr completava a elipse das vias do Centro Cívico, utilizava edifícios semelhantes em posições simétricas e eixos viários radiais; Silva Neves fez um projeto Moderno, com eixos ortogonais, blocos isolados, passarelas. O projeto de Silva Neves foi incorporado ao plano para a Cidade Universitária, após ser aprovado unanimemente pela Congregação da Escola Politécnica em sessão de 9 de outubro de 1952.

Uma comissão de professores havia sido designada para estudar a instalação da Escola Politécnica na Cidade Universitária. Após "um ponderado exame, ouvidos os professores interessados, chegou à conclusão de ser exígua a área disponível e teve a fortuna de ver sua pretensão de ampliá-la ser acolhida, encampada pela Comissão da Cidade Universitária e homologada pelo Conselho Universitário", como esclarecia relatório desta comissão da Escola Politécnica, datado de outubro de 1952. Este relatório também descrevia as localizações dos edifícios no conjunto projetado por Silva Neves: "Vê-se na parte central grande área reservada à ampliação futura, imprevisível quanto ao número de alunos e à modalidade, o que só o progresso determinará".

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 COMISSÃO DO PLANO E EXECUÇÃO
 DA CIDADE UNIVERSITÁRIA
 ESCRITÓRIO TÉCNICO

SETOR DE ENGENHARIA
DISTRIBUIÇÃO DA EDIFICAÇÃO
POR DEPARTAMENTOS

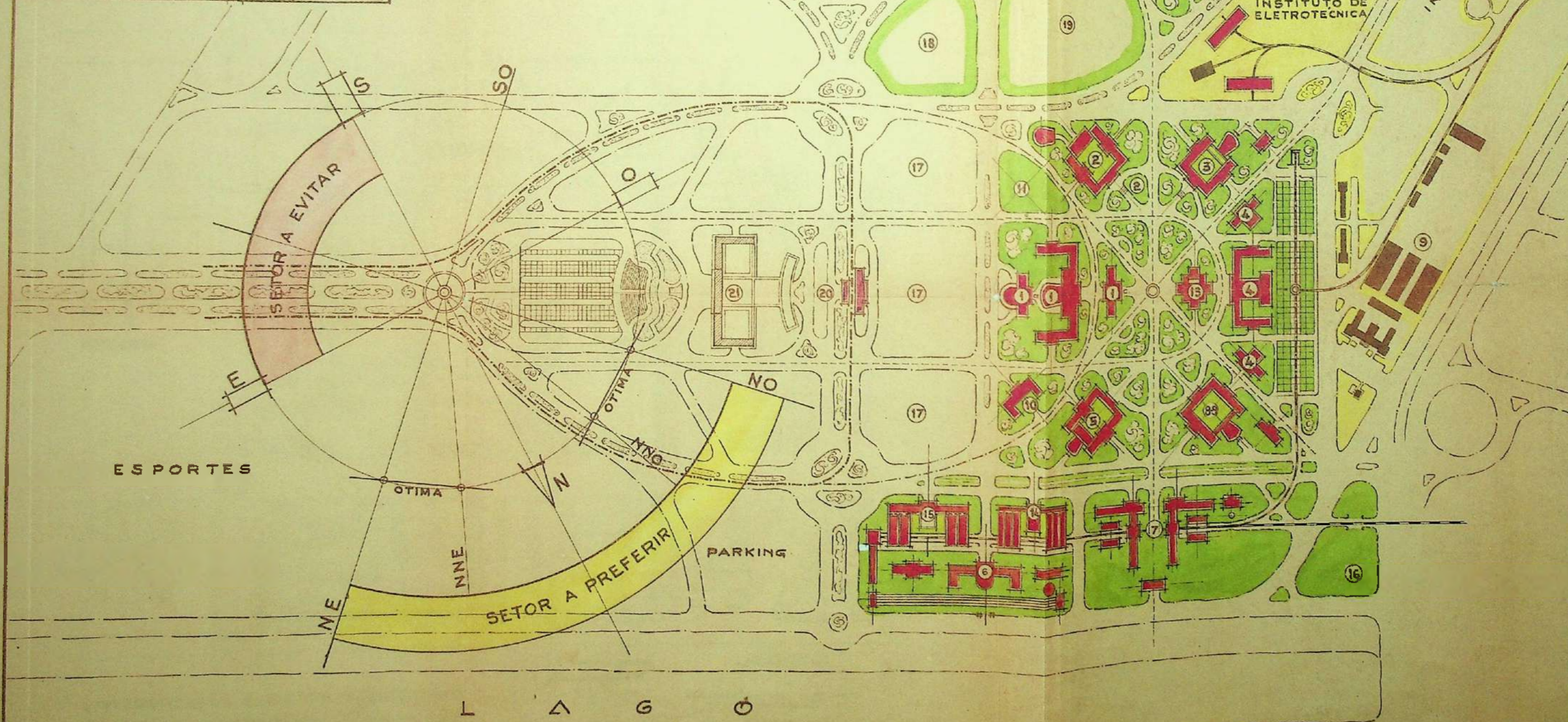
SEGUNDO ESTUDO

SÃO PAULO, 1956

Projeto: Eng.º *Luiz Jay. Magalhães*

ESCALA
 1:3.000

REGISTRO GERAL	ELABORAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DATA DO DESENHO
CALCULO	DESENHO	CÓPIA	CHEFE DA SEÇÃO



SOCIEDADE IMOBILIÁRIA
 JAGUARE

LEGENDA

SETOR DE ENGENHARIA

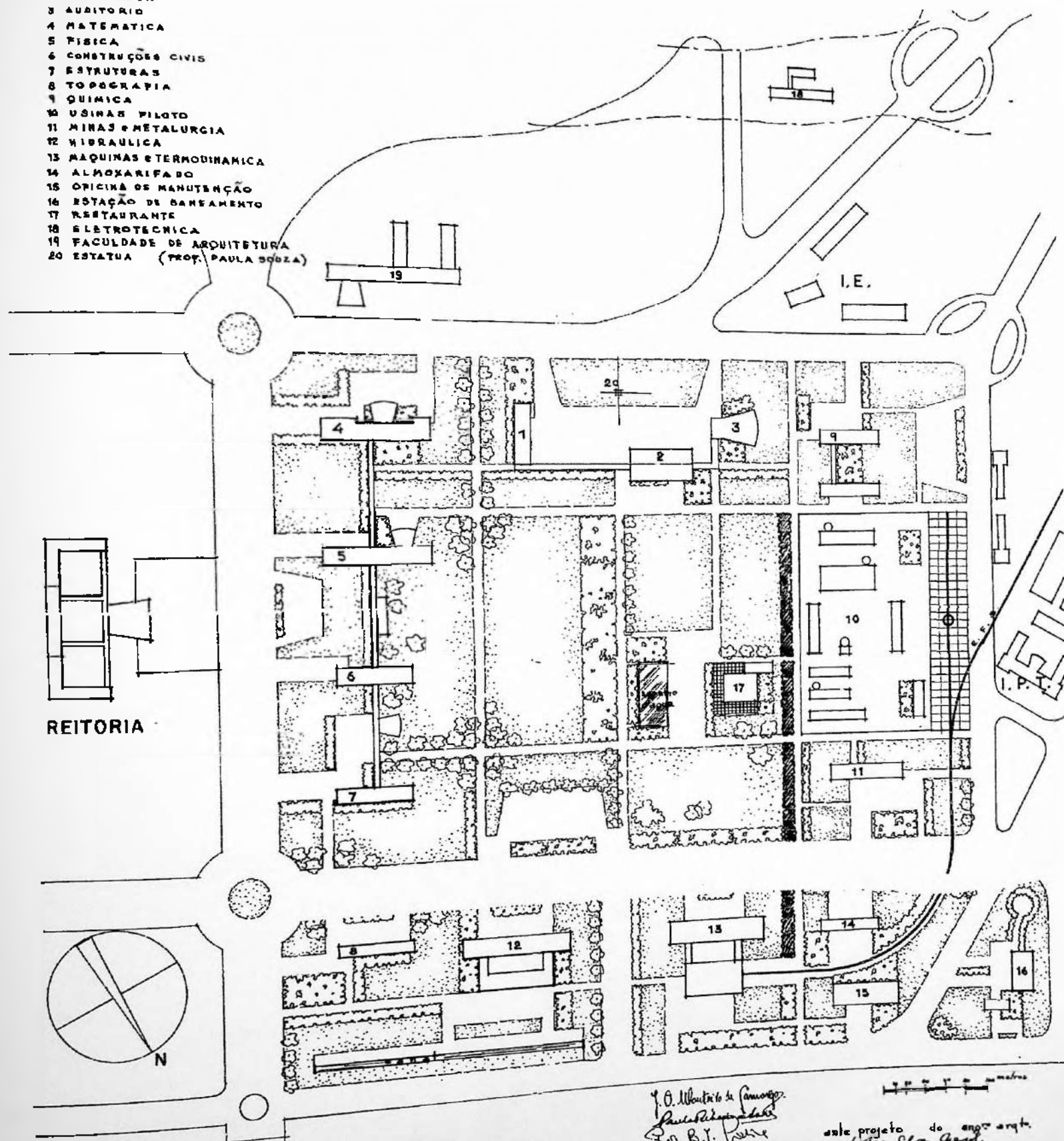
- 1 DEPARTAMENTO CENTRAL
 - a) ADMINISTRAÇÃO, REPRESENTAÇÃO, CORPO DOCENTE E ARQUIVO.
 - b) CORPO DISCRETO, AMFITEATRO CENTRAL, CADEIRAS ISOLADAS (2)
 - c) BIBLIOTECA CENTRAL, FILIOTECA E DISCOTECA.
- 2 DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA.
- 3 DEPARTAMENTO DE FÍSICA.
- 4 DEPARTAMENTO DE QUÍMICA.
- 5 DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAS.
- 6 DEPARTAMENTO DE HIDRÁULICA.
- 7 DEPARTAMENTO DE MÁQUINAS.
- 8 DEPARTAMENTO DE MINAS.
- 9 DEPARTAMENTO DE METALURGIA.
- 10 DEPART. TOPOGRAFIA, GEODÉSIA E ASTRONOMIA.
- 11 ÁREA DISPONÍVEL.
- 12 DEPART. DE ELETROTÉCNICA.
- 13 RESTAURANT.

SETORES VIZINHOS

- 14 OFICINAS DE MANUTENÇÃO.
- 15 ALMOXARIFADO GERAL.
- 16 ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS.
- 17 FACULDADES DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS.
- 18 SERVIÇOS PÚBLICOS.
- 19 FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
- 20 ESTAÇÃO CENTRAL DE ÔNIBUS E ELECTROBUS.
- 21 DEITORIA.

LEGENDA

- 1 ADMINISTRAÇÃO
- 2 BIBLIOTECA
- 3 AUDITÓRIO
- 4 MATEMÁTICA
- 5 FÍSICA
- 6 CONSTRUÇÕES CIVIS
- 7 ESTRUTURAS
- 8 TOPOGRAFIA
- 9 QUÍMICA
- 10 USINAS PILOTO
- 11 MINAS E METALURGIA
- 12 HIDRÁULICA
- 13 MÁQUINAS E TERMODINÂMICA
- 14 ALMOXARIFADO
- 15 OFICINA DE MANUTENÇÃO
- 16 ESTAÇÃO DE BANEAMENTO
- 17 RESTAURANTE
- 18 ELETROTÉCNICA
- 19 FACULDADE DE ARQUITETURA
- 20 ESTATUA (PROF. PAULA SOEZA)



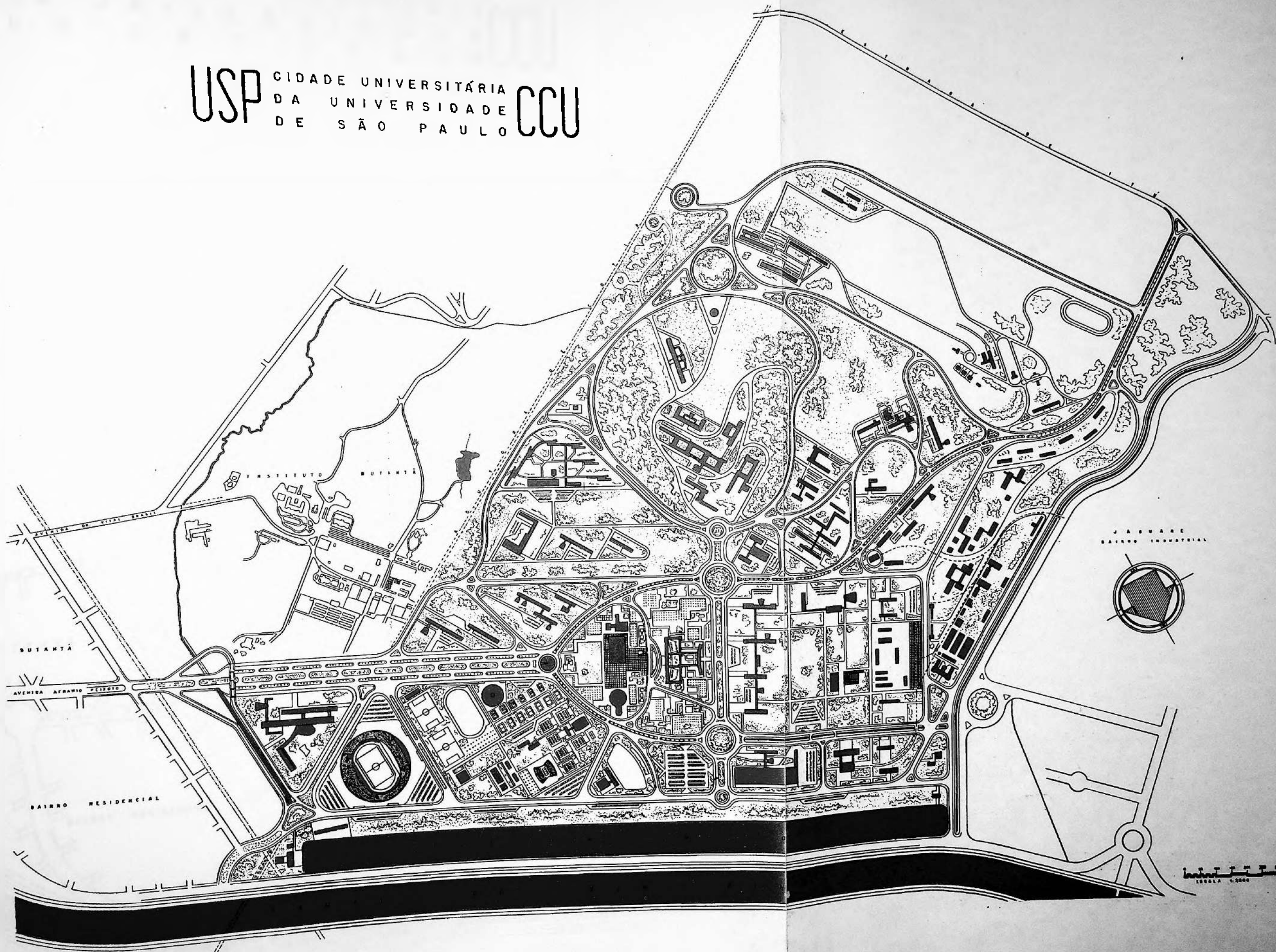
115

SISTEMATIZAÇÃO DO SETOR POLITECNICO
 NA CIDADE UNIVERSITARIA ESCALA 1-2.000
 Fonte: Arquivo da Escola Politécnica

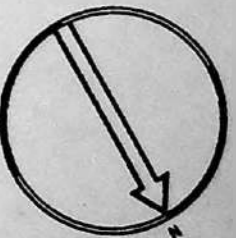
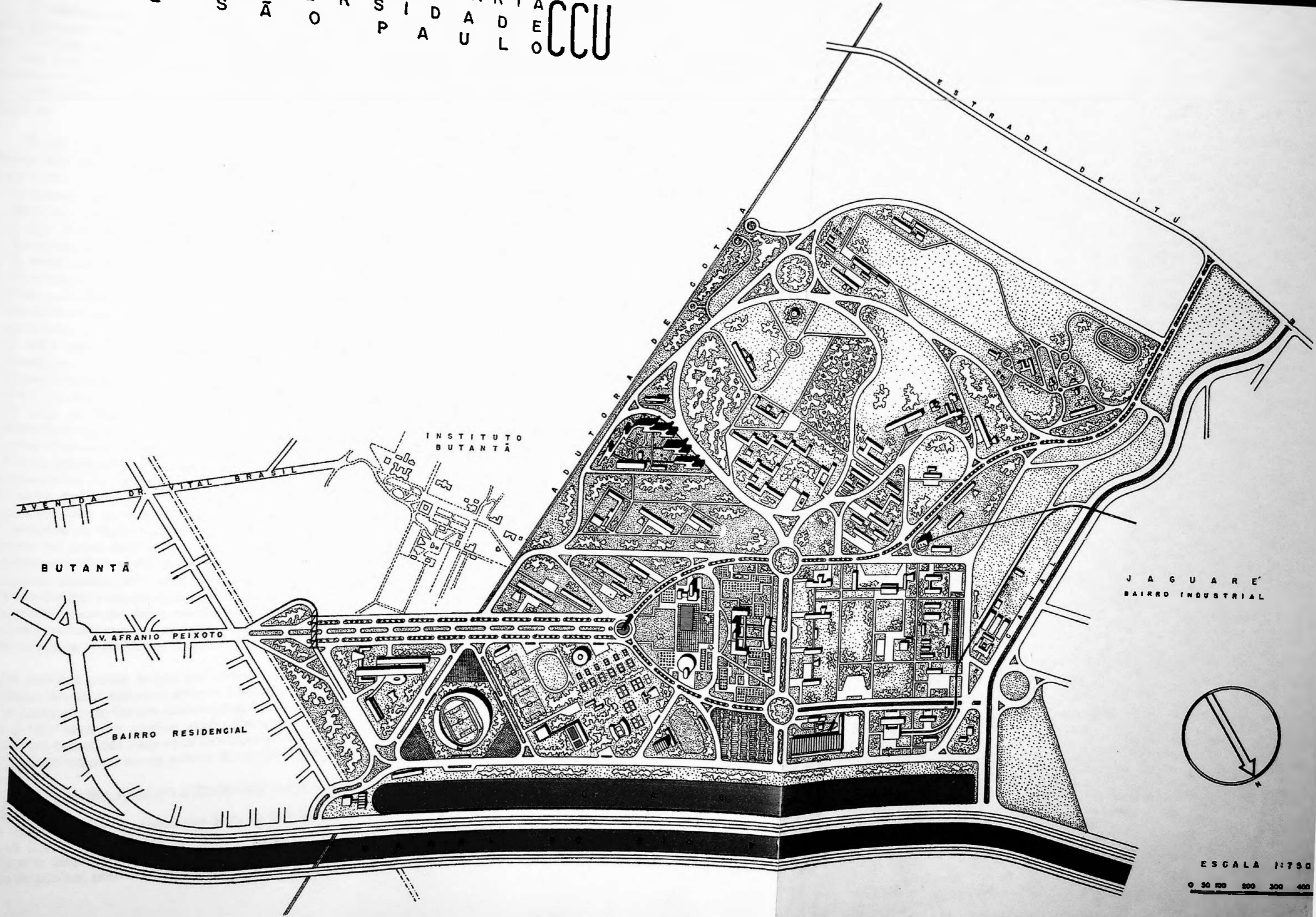
J.O. Monteiro de Sá
 Paulo Roberto de Sá
 em B.J. Loure

este projeto do eng. arq.º
 J. M. Silva
 6 - outubro - 1952.

USP CIDADE UNIVERSITÁRIA
DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO CCU



USP C I D A D E U N I V E R S I T A R I A C C U
D A D E U N I V E R S I D A D E P A U L O



ESCALA 1:750
0 90 180 300 400

É interessante notar que o Plano 1949-54 passa a considerar como primeira etapa de implementação toda a faixa plana da Cidade Universitária e não o setor noroeste apenas. Uma planta do sistema viário para esta faixa, com algumas cotas e níveis, foi elaborada em fevereiro de 1952 pelo engenheiro civil L.C. Berrini Junior, que mais uma vez faz este serviço, e pelo engenheiro mecânico eletricitista A. M. Krahenbuhl. Outra planta apresenta um esboço com parte desta versão viária de 1952 sobre levantamento topográfico de 1945 do próprio Luiz Carlos Berrini Jr., já com a definição do canal de drenagem que atualmente corta a área da Escola Politécnica.

O uso dos setores variou nas versões de 1949, 1952 e 1954 do Plano para a Cidade Universitária, indicando não estar clara para os integrantes da Comissão a estrutura da Universidade que deveria se refletir no espaço físico:

- O setores que permaneceram nas três versões foram: a área de esportes, bem maior que a proposta no plano de 1945-47, mas na mesma posição, e o I.P.T., já parcialmente instalado;
- A área reservada para a Administração na versão 1949 será reduzida e dará lugar ao centro cívico a partir da versão 1952;
- O setor de Engenharia cresce cada vez mais, em detrimento do setor Administrativo e do setor da Arquitetura e Urbanismo / Belas Artes e ocupa também a área além do canal do ribeirão Jaguaré em 1954;
- Com a expansão do setor de Engenharia o setor de Ciências Sociais vai para junto da área esportiva, dividindo espaço com Direito e Ciências Econômicas na versão de 1952, reintegrando o setor da Filosofia na versão de 1954;
- O setor residencial de operários proposto em 1949 dá lugar em 1952 ao Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R.;
- O setor residencial para os demais grupos, que na versão de 1949 ocupava o espigão, divide-se em duas áreas na versão de 1952, uma junto ao Instituto Butantã, na meia encosta, e outra ao lado do loteamento da City, na área incorporada à Cidade Universitária; na versão de 1954 nesta última área foram implantados o Instituto de Aperfeiçoamento do Magistério, um ginásio e um colégio, reduzindo-se bastante a área destinada a habitações, que passaria a atender apenas a estudantes;
- A área destinada à Faculdade de Medicina Veterinária em 1949, nas duas encostas junto ao espigão, é concentrada no espigão e em parte da encosta norte nas versões de 1952 e 1954;
- O setor da Medicina é transferido para as proximidades da Estrada de Itu em 1954 e no setor que compartilhava com a Farmácia e Odontologia em 1949 e 1952 destina-se área para o Hospital da Faculdade de Higiene e Saúde Pública;
- Apesar do setor reservado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não sofrer quase alteração entre a versão de 1949 e de 1954, há uma desagregação desta faculdade em um "grupamento de ciências naturais, sociais, geo-históricas, humanísticas, e outras": já na versão de 1949 as Ciências Sociais e a Física Nuclear ocupavam setores à parte; na versão de 1952 é possível divisar uma separação da Física, Química e Biologia, além das Ciências Sociais; na última versão deste plano 1949-54, embora as Ciências Sociais tenham retornado às proximidades da Faculdade, o restante da Secção de Ciências se dispersa em vários sub-grupos: Física, Química, Zoologia, Botânica; nada consta sobre a Secção de Pedagogia.

No seguinte trecho escrito por Ernesto de Souza Campos em 1954 já era possível entrever o isolamento das unidades devido à distância entre os setores propostos no Plano 1949-54:

"A Comissão da Cidade Universitária está compondo magnífico parque no *campus* do Butantã. [...] Não será um parque vazio, silencioso. Ao contrário: será freqüentado pela mocidade estudiosa, transitando em busca dos seus setores escolares ou do campo esportivo. Coletivos internos ou de acesso facultarão rápidas comunicações, ao lado de automóveis, motocicletas e bicicletas.

Em geral, porém, cada um dirige-se para o seu setor de interesse, sem necessidade de se por em contato com os outros.

E quando quiser comunicar-se tudo se fará com a maior facilidade. Para isso constituíram-se setores específicos. [...]

Durante largo período de tempo, no ministério Capanema, trabalhamos [Ernesto de Souza Campos] na Capital da República, para a constituição da Cidade Universitária da Universidade do Brasil. [...]

Naquela época de propaganda e de preparativos, pugnamos sempre pela formação de uma universidade-parque.

Não foi pequeno o nosso esforço para que a Universidade do Brasil abandonasse o propósito de se localizar definitivamente no exíguo espaço da Praia Vermelha. [...]

Alguém apresentou objeção relativa às distâncias entre as várias escolas, em o nosso parque universitário. Esqueceu-se de que atualmente as distâncias entre as escolas são muitíssimo maiores. E, apesar disso, a universidade funciona. [...]

A Universidade de São Paulo contém muitas escolas; contará com outras para o futuro.[...]

Não poderíamos portanto grupar os edifícios lado a lado, como nas ruas de uma cidade mal traçada, nem amontoá-los uns sobre os outros. Impunha-se a constituição de setores, com possibilidades de expansão focal ou regional. [...]

Grave seria o nosso erro se não cuidássemos agora de estender ao máximo o nosso parque universitário. Por isso continuamos desapropriando terrenos" (CAMPOS, 1954/ *Cidade Universitária da USP*, pp. 127 e 128, grifos nossos).

Em 1954 as obras concluídas na Cidade Universitária eram as seguintes:

a) Infra-estrutura e urbanização:

- Desmonte de dois milhões e duzentos mil metros cúbicos de terra (volume correspondente a cerca de 2/3 dos trabalhos) transportada para a várzea; desmonte e transporte de seis mil e quatrocentos metros cúbicos de rocha;
- Extração de 93.000 metros cúbicos de areia e pedregulho (lago da raia olímpica);
- Canalização dos ribeirões Jaguaré e Pirajussara⁵⁰ nos trechos da gleba universitária até a foz no Rio Pinheiros (este canalizado pela *Light*) e construídas três pontes sobre o Pirajussara: uma para unir a Avenida Marginal com os terrenos loteados da Companhia City e duas outras nas duas mãos do *parkway*;
- Galeria de águas pluviais na Avenida Reitoria e adjacências;
- Abertura de 20.000 (vinte mil) metros de avenidas e ruas⁵¹;
- Praças preparadas sem pavimentação (125.000 metros quadrados);
- Reservatório de água com capacidade de 2.500.000 litros, alimentado pelos poços profundos da Cidade Universitária;
- Uma sub-estação transformadora redutora instalada na cidade industrial do Jaguaré fornecia energia para o I.P.T. que a transformava de 13.200 para 3.800 volts e a distribuía em uma linha provisória a toda a Cidade Universitária;
- A Companhia Telefônica solicitou (e recebeu) permissão para trafegar pela Avenida Marginal com seus cabos de ligação do Setor Jaguaré e Osasco, o que permitiria futuramente a constituição de uma sub-estação na Cidade Universitária;
- Ajardinamento da Avenida Reitoria e formação de viveiro de plantas para arborização e ajardinamento, com 130 mil mudas.

Em 1954 estava aberta a avenida marginal entre o canal do Rio Pinheiros e o lago, ligando os bairros da City e do Jaguaré, obra da Prefeitura Municipal; estava aberta também uma avenida acompanhando o ribeirão Jaguaré canalizado.

⁵⁰ Consta de documento de 1956 (*Replanejamento*, Hélio Duarte) que o Ribeirão Pirajussara estava por ser canalizado neste ano.

⁵¹ Extensão de vias abertas com leito preparado para pavimentação 15.700 metros; extensão de vias com guias, sarjetas e passeios: 5.000 metros; extensão de vias pavimentadas: 750 metros (CAMPOS, 1954 / *Cidade Universitária da USP*, p. 106). Integravam as vias existentes na Cidade Universitária em 1954 os cerca de quinhentos metros dos 1.300 m previstos para o *parkway* de ingresso (trecho que dispunha de guias, drenagem, calçadas e arborização, embora sem asfalto), com três canteiros centrais e quatro pistas, totalizando 100 metros de largura. Por volta de 1956 foram eliminadas as duas pistas laterais, reduzindo-se a largura da avenida de ingresso na Cidade Universitária.

b) Edifícios

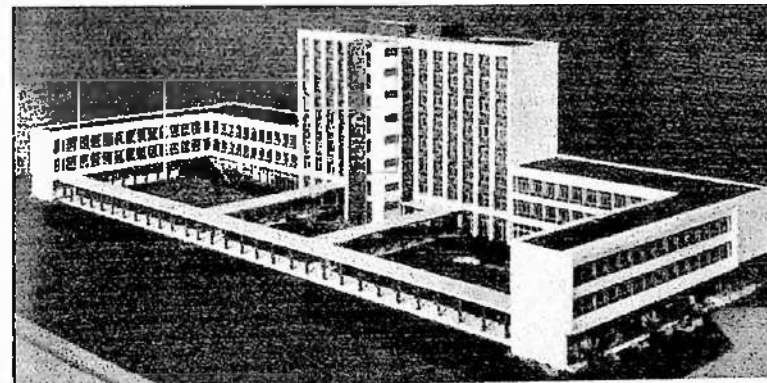
- Edifícios do I.P.T. (sete), os pavilhões do gerador "van de Graaf" e do "Betatron" (Física Nuclear)⁵², edifício de Alta Tensão do Instituto de Eletrotécnica⁵³, Pavilhões de Bovinos no Setor Veterinária (três) e Centro de Saúde.

Neste ano estavam em curso as obras na Cidade Universitária:

- A terraplenagem restante e galerias de águas pluviais, as linhas de luz e força; o ajardinamento do Centro Cívico e da Avenida Reitoria e a arborização das ruas adjacentes;
 - O edifício da Reitoria⁵⁴; o edifício da Zoologia, o edifício da Botânica e Genética⁵⁵, o edifício da Física Experimental e Física Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Pavilhão de Máquinas do Instituto de Eletrotécnica, o Laboratório de Hidráulica⁵⁶ da Escola Politécnica e o Instituto de Aperfeiçoamento do Professor (esse último com recursos do Governo Federal).
- (CAMPOS, 1954 / *Cidade Universitária da USP*, pp. 77, 85, 89, 90, 92, 97 a 99, 106 e 107).



Avenida de acesso. Plano de 1954.
Fonte: CAMPOS, 1954 (*Cidade Universitária da USP*), p. 109



Edifício da Reitoria
Fonte: CAMPOS, 1954 (*Cidade Universitária da USP*), p. 15

Foto aérea de 1954 permite ver as obras de terraplenagem que estavam ocorrendo em grandes extensões da Cidade Universitária e os edifícios em construção.

O quadro a seguir demonstra que no período de 1950 ao primeiro semestre de 1954 o item que mais pesou nas despesas com a Cidade Universitária foi a urbanização, consumindo 46% das despesas (canalização de cursos d'água, terraplenagem, redes, reservatório, subestação de energia, etc.) e que foram despendidos somente 37% com edificações.

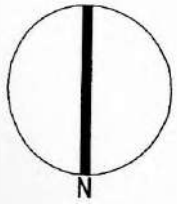
⁵² Projeto do arquiteto Gio Ponti.

⁵³ Projeto do Escritório Técnico, responsável arquiteto Djalma Lepage.

⁵⁴ Projeto do arquiteto José Maria da Silva Neves. Prédio inaugurado em 1961.

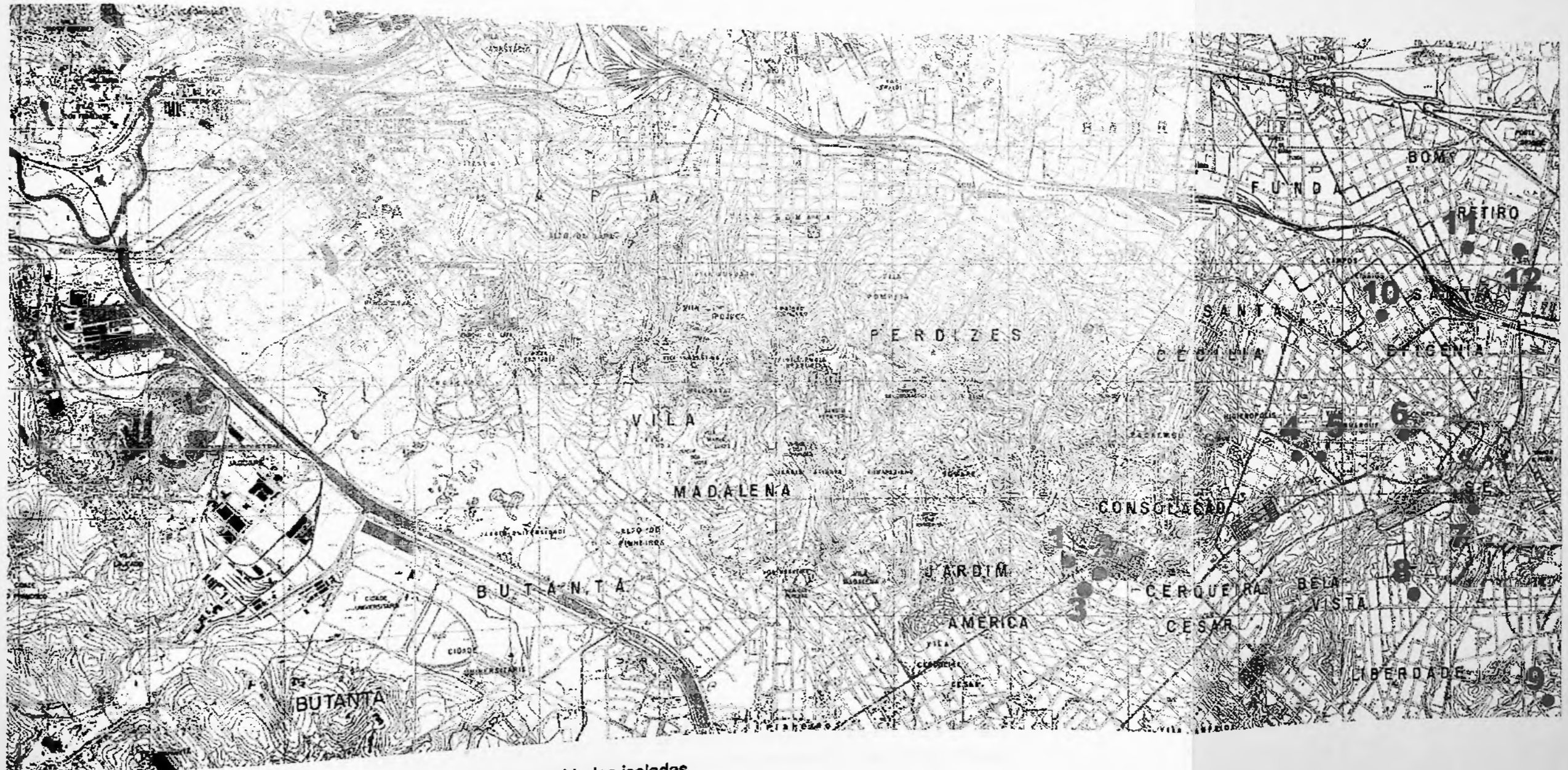
⁵⁵ Projeto do Escritório Técnico, responsável Arquiteto Djalma Lepage. Prédio inaugurado em 1958.

⁵⁶ Essa primeira fase foi projetada pelo arquiteto Ariosto Mila. O grande hall desse edifício é vencido por uma sucessão de vigas Vierendeel protendidas. Prédio inaugurado em 1958.



0 100 200 500m

**CIDADE UNIVERSITÁRIA
ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA**
FOTOMONTAGEM DO VÔO VASP/CRUZEIRO DO SUL 1954
FONTE: IGC



Planta da Cidade de São Paulo 1954, com a localização das unidades isoladas

Legenda:

1. Faculdade de Saúde Pública

2. Faculdade de Medicina

3. Escola de Enfermagem

4. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

5. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas

6. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras

7. Faculdade de Direito

8. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras

9. Faculdade de Medicina Veterinária

10. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras

11. Faculdade de Farmácia e Odontologia

12. Escola Politécnica

OBRAS DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DESPESAS NO PERÍODO 1950 AO 1º SEMESTRE DE 1954 (em milhões de cruzeiros)							
DISCRIMINAÇÃO	1950	1951	1952	1953	1º semestre 1954	TOTAL	%
Urbanização	1,4	10,9	30,0	19,0	13,6	74,9	46
Edificação	3,0	11,4	19,0	21,5	5,6	60,5	37
Administração, Materiais, Serviços	0,6	4,6	8,0	10,5	4,8	28,5	17
Soma	5,0	26,9	57,0	51,0	24,0	163,9	100

Notas: Do total de 163,9 milhões de cruzeiros, 156,4 milhões foram verbas estaduais, 5,0 milhões verbas federais e 2,5 milhões foram doações. O Edifício de Aperfeiçoamento do Professor (atual Faculdade de Educação) não está incluído, pois foi custeado diretamente pelo Governo Federal. Os valores foram aproximados. Não estão computadas despesas com desapropriações.
Fonte: Campos, Ernesto. *Cidade Universitária da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária da USP, 1954.

Além das obras realizadas ou iniciadas no período 1951 a 1954, foram elaborados projetos para vários edifícios para a Cidade Universitária que terminaram por não sair do papel⁵⁷; estes projetos constam da versão de 1954 do Plano 1949-54 para a Cidade Universitária e são: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o setor residencial de estudantes, o Centro Cívico (onde estariam o Auditório e a Biblioteca Central) e o setor esportivo.

119

Os profissionais contratados pela Comissão para elaborar projetos para a Cidade Universitária foram: o arquiteto, presidente do Instituto de Arquitetos e professor da USP Rino Levi, o arquiteto Roberto Cerqueira Cezar, o arquiteto e professor da USP Ariosto Mila, o arquiteto e professor da USP Icaro de Castro Mello, o arquiteto e professor da Escola Politécnica de Milão Gio Ponti, o arquiteto e professor Plínio Croce e seus colaboradores arquitetos Carlos Millan, Galiano Giampaglia, Jacob M. Ruchti, Roberto C. Aflato e Salvador Candia, o engenheiro civil Guilherme do Amaral Lyra e seus colaboradores arquitetos Carlos A. Vidal, José S. Viana e Roberto Pinto Moreira, além de especialistas em Estruturas, Hidráulica, Eletricidade, Topografia e Paisagismo, como Burle Marx (CAMPOS, 1954 / *Cidade Universitária da USP*, pp. 158 e 159). Os prédios projetados por Ariosto Mila e Gio Ponti foram construídos, conforme a listagem das obras em curso em 1954.

Em 29 de abril de 1952 uma comissão especial de professores foi designada pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para formular o programa para a nova sede da instituição na Cidade Universitária. Em dezembro do mesmo ano essa comissão apresentou as "Bases para o planejamento das instalações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Cidade Universitária", que foram aprovadas pela Congregação e enviadas para a Comissão da Cidade Universitária. Com este programa o professor Plínio Croce e sua equipe traçaram um plano geral e alguns mais detalhados que foram aprovados pela Congregação. (CAMPOS, 1954 / *Cidade Universitária da USP*, p. 37).

Desse programa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras constavam alguns "Princípios Gerais", dentre eles:

"1- As instalações deverão ser projetadas com o mínimo de edifícios compatíveis com as condições do terreno e exigências de ampliação.

⁵⁷ Outros projetos elaborados para a USP e não construídos: a) projeto da *Maternidade Universitária* de autoria de Rino Levi com a colaboração de F.A. Pestalozzi e Roberto Cerqueira César, elaborado de 1944 a 1952 e premiado na I Bienal de Arquitetura de São Paulo em 1951; b) projeto de alojamento para a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (atual campus de Piracicaba da USP), elaborado em 1952 por Rino Levi.

2- Os diversos edifícios deverão apresentar uma disposição harmoniosa que empreste ao conjunto uma individualidade própria.

3- São designados por "blocos" os conjuntos infraccionáveis de dependências contíguas.

4- A reunião dos blocos em edifícios comuns obedecerá ao princípio da afinidade das matérias lecionadas e aos princípios da coexistência dessas matérias nos mesmos cursos.

5- De um modo geral as dependências comuns deverão ser localizadas nos pavimentos inferiores e aquelas destinadas às cadeiras nos pavimentos superiores dos edifícios. [...]" (apud CAMPOS, 1954 / *Cidade Universitária da USP*, pp. 37 e 38, grifos nossos).

Na realidade, foram elaboradas duas versões em 1954 do Plano para a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, cada uma delas apresentada em obra diferente (mas do mesmo ano de 1954) de Ernesto de Souza Campos: *História da Universidade de São Paulo*, figura após a p. 582 e em *Cidade Universitária da Universidade de São Paulo*, figura inicial. A principal variação diz respeito ao setor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, demonstrando que ainda estava em estudo.

O principal desafio no projeto para o setor da Filosofia era a encosta com cerca de 15% de declividade. E dois edifícios, o de Zoologia e o de Botânica, já estavam em execução, implantados como foi mais viável perante a topografia. Embora uma das versões pareça estar mais de acordo com os princípios definidos pela Faculdade, traduzindo a "disposição harmoniosa, com individualidade própria" pelo uso predominante de uma mesma tipologia e orientação para os edifícios, a outra versão traz um desenho das vias secundárias em que consta a atual Rua do Matão, indicando sua probabilidade de ser uma versão posterior.

Em qualquer das versões para o setor da Filosofia preservava-se a mata existente e se deixava livre uma grande parcela do setor. Como se observa em perspectiva à página 36 de *Cidade Universitária da Universidade de São Paulo*, seriam utilizados edifícios de um a quatro pavimentos no plano geral para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, alguns mesclando diferentes números de pavimentos, para acerto na topografia irregular.

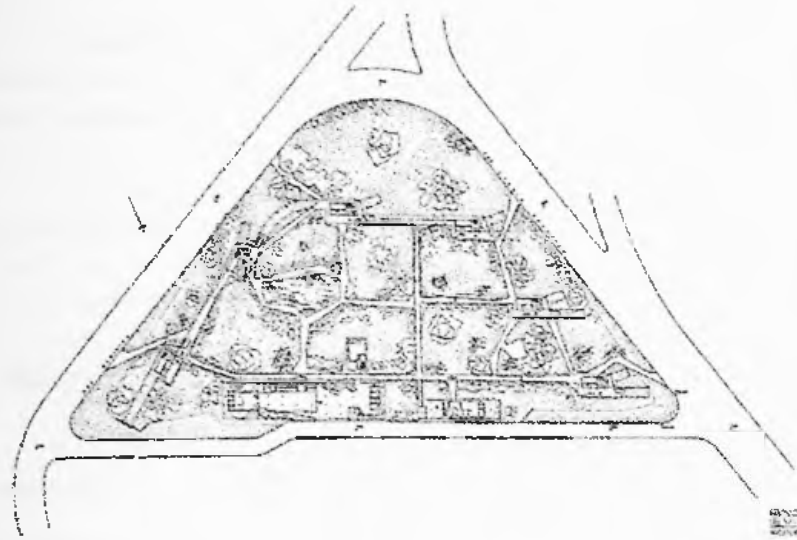
120

À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que deveria ocupar a parte plana do terreno da Cidade Universitária, dada a sua importância e possibilidade de integração com as demais faculdades, bem como pela expansão que a Secção de Ciências exigia, com edifícios dedicados a equipamentos de grande porte, foi destinado no Plano de 1949-54 um setor em encosta íngreme, onde seria difícil até mesmo a integração entre as suas secções. Os edifícios em construção da Botânica e os construídos e em construção da Física em 1954 distavam cerca de setecentos metros em linha reta (o percurso é bem maior, face às contingências do relevo), o que já denota uma fragmentação física da FFCL.

Na versão de 1954 (em ambas) do Plano para a Cidade Universitária o setor residencial foi dedicado apenas a estudantes e teve sua área reduzida a aproximadamente 12 hectares na colina junto ao Instituto Butantã. Os argumentos para a escolha desse local foram a proximidade com o setor esportivo (o que vai ser contestado no Plano de 1956) para facilitar a prática de esportes pelos alunos, e a posição periférica para evitar a penetração de fornecedores de víveres nas ruas e avenidas dos centros de estudos da Cidade Universitária.

Rino Levi e Roberto Cerqueira César foram os arquitetos que elaboraram em 1952/53 o anteprojeto dessas residências estudantis⁵⁸. O conjunto residencial era formado pela justaposição de quatro edifícios de doze pavimentos sobre pilotis, destinado a rapazes, numa extensão de mais de trezentos metros, além de dois edifícios isolados de oito pavimentos sobre pilotis, para moças. Estava previsto um Clube de Estudantes em três pavimentos, com salas de repouso e reunião, restaurante para 700 pessoas por turno, biblioteca, lojas, bar, salão de festas, e no pavimento inferior alguns serviços de apoio como rouparia e almoxarifado. Um edifício para Administração Central e Enfermarias, em dois pavimentos completava o conjunto. Uma passarela unia esses equipamentos aos edifícios de alojamento feminino e masculino. O total previsto era de 2.000 alojamentos individuais, com a proporção de um apartamento feminino para cada três apartamentos masculinos.

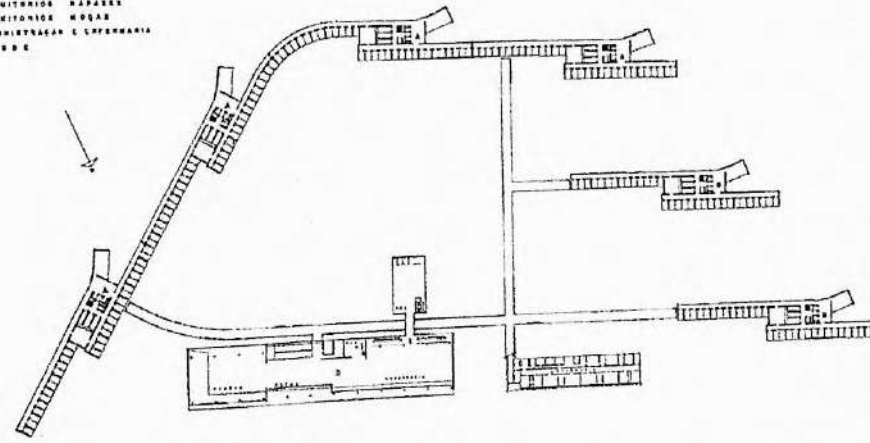
⁵⁸ Anteprojeto publicado na revista *Habitat*, número 11; abril-junho de 1953.



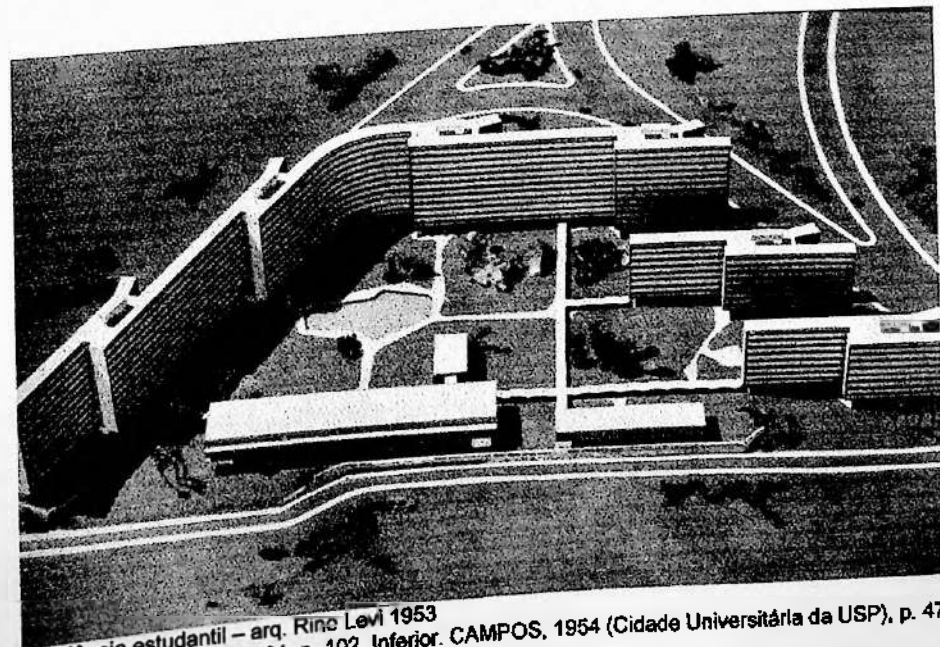
Residência estudantil. Implantação. Fonte: LEVI, 2001, p. 102

CIDADE UNIVERSITÁRIA DE SÃO PAULO
 SETOR RESIDENCIAL DO ESTUDANTE
 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
 AVULSO PLANEJADO ESC. 1300

LEGENDA
 1- DORMITÓRIOS MASCULINOS
 2- DORMITÓRIOS FEMININOS
 3- ADMINISTRAÇÃO E COZINHA
 4- LUBRIFICADOR



121



Residência estudantil - arq. Rino Levi 1953
 Fonte: Superior. Levi, 2001, p. 102. Inferior. CAMPOS, 1954 (Cidade Universitária da USP), p. 47

Apesar da qualidade do projeto, que implantava quase sem movimento de terra os blocos residenciais nas curvas de nível da colina junto ao Instituto Butantã, e que previa equipamentos e serviços de apoio, esta obra não foi executada.

O Centro Cívico, projetado por Rino Levi em 1952 / 1953, seria integrado por três edifícios: a Torre Universitária, o Auditório e a Biblioteca Central. A Torre Universitária e seu espelho d'água circular dividiriam o *parkway* de acesso à Cidade Universitária em duas pistas que por sua vez conformavam uma praça triangular onde estavam dispostos o Auditório e a Biblioteca Central. O prédio da Reitoria, em construção na época, fecharia o conjunto, e o seu eixo de simetria coincidia com eixo do *parkway* e da torre. Um outro espelho d'água, retangular, ficava junto à Biblioteca. O projeto paisagístico era de Burle Marx.

A Torre Universitária teve seu estaqueamento executado na década de 50, mas foi construída somente vinte anos depois, em outro local e contexto e foi o único elemento do Centro Cívico a ser edificado.



Centro Cívico - Rino Levi 1953
Fonte: LEVI, 2001, p. 191



Setor esportivo - Estádio
Fonte: CAMPOS, 1954 (*Cidade Universitária da USP*), página entre pp. 68 e 69

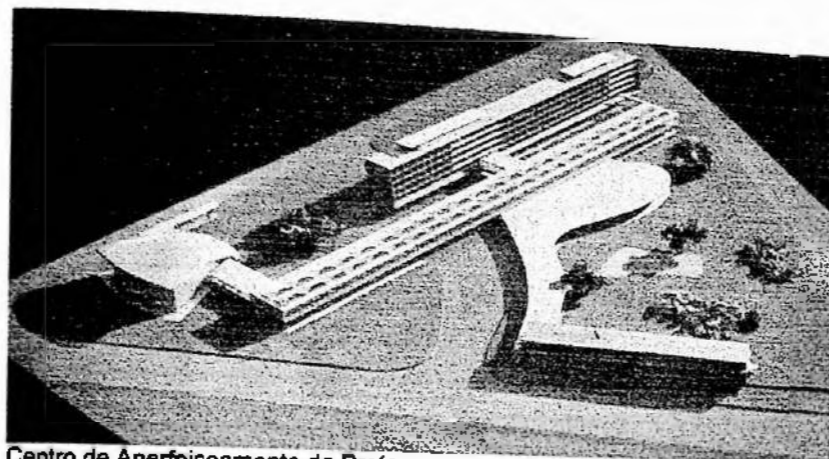
122

O setor esportivo seria composto por um estádio para futebol, duas piscinas, dois campos de futebol, uma pista de atletismo, um edifício para várias modalidades esportivas (ginástica, box, halterofilismo, lutas e esgrima), quatorze quadras e um ginásio para a prática de bola-ao-cesto e voleibol, além da sede em um edifício de dois pavimentos e da seção de remo, localizada no lago artificial. Para a prática de tênis foi previsto um estádio ao ar livre, doze quadras descobertas e uma coberta. Um picadeiro coberto foi incluído para a prática de hipismo. O arquiteto Ícaro de Castro Mello projetou duas vias, além de uma passagem superior para veículos sobre o *parkway*, e estacionamentos, para atender ao setor esportivo.

Além dos estudos e projetos desses profissionais paulistas, foi projetado para a Cidade Universitária pelo arquiteto carioca Alcides da Rocha Miranda⁵⁹ o "Instituto de Aperfeiçoamento do Professor", obra do governo

⁵⁹ Alcides da Rocha Miranda nasceu em 1909 e cursou a Escola Nacional de Belas Artes - ENBA no Rio de Janeiro, vivenciando como aluno a reforma que Lúcio Costa fez nesta Escola em 1931. Em 1932 foi estagiário na firma que Lúcio Costa e Gregori Warchavchick mantiveram por pouco tempo. Cursou a Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal (universidade criada em 1935, sob a orientação de Anísio Teixeira). Nos anos 40 Miranda entrou para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e foi convidado por Anísio Teixeira para projetar o Centro Educativo de Arte Teatral em Salvador e também o Instituto do Professor Primário na USP. Nos anos 60 Teixeira e Miranda se reencontram em Brasília, na implantação da universidade. Miranda aceita o cargo de professor na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, na gestão Anhaia Melo, transferindo-se para a diretoria regional do SPHAN em São Paulo. A intenção inicial era unir a Escola de Belas Artes à Faculdade de Arquitetura e se chegou a nomear uma comissão para estudar isso, da qual constava Miranda; mas como a transformação não foi factível, Miranda desenvolveu na Arquitetura a cadeira de Plástica. Miranda retorna ao Rio de Janeiro ao final da gestão de Anhaia Melo na Faculdade de Arquitetura.

federal. Este edifício é o primeiro exemplo da Arquitetura Moderna na Cidade Universitária da Universidade de São Paulo.



Centro de Aperfeiçoamento do Professor

Fonte: CAMPOS, 1954 (*Cidade Universitária da USP*), página entre pp. 68 e 69



Fonte: *América Magazine*, 1962, sp.

Esse projeto, também denominado "Instituto do Professor Primário", foi elaborado em 1951 em colaboração com José de Souza Reis. O comentário de Alcides da Rocha Miranda, sobre essa obra: "Estudamos um programa de Anísio Teixeira para a Universidade de São Paulo. A forma triangular do terreno influenciou muito sobre o projeto. Cascas da cobertura dão intensa iluminação zenital. Este projeto foi só parcialmente executado" (Frota, 1993, p. 131).

123

Não foram executados do projeto de Miranda o auditório junto ao *parkway*, uma grande marquise e o bloco ao fundo do conjunto. No Plano de 1954 é possível ver a implantação completa do conjunto. Os blocos construídos foram: um edifício em cinco pavimentos além de térreo em pilotis e outro em dois pavimentos (o com *sheds* em casca de concreto).

O bloco mais alto abrigaria gabinetes de professores, áreas administrativas e residências para alunos de pós-graduação. Posteriormente quatro andares superiores desse bloco foram demolidos: "Infelizmente por motivos de ordem técnica e política o mesmo foi demolido em 1981, num acontecimento inédito na CUASO [Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"]". Seu terrapleno não apresentou problemas maiores, ele é plano e contínuo. Fundação em estacas pré-moldadas, que por motivos de recalque diferencial foi reforçada no início de 70, sob supervisão do I.P.T. / FUNDUSP" (SIMÕES, 1984, p. 127).

No Plano de 1954, o setor de Filosofia, Ciências e Letras abrangia mais de 55 hectares, (para comparação, a Cidade Universitária de Roma foi construída em um terreno de 22 hectares), mas em terreno acidentado e abrangendo a mata existente (que este plano propunha fosse o Jardim Botânico, à semelhança do Plano de 1945-47). Dois prédios desse setor estavam em funcionamento em 1954: o Betatron e o van de Graaf e outros estavam em construção: Zoologia, Botânica, Física Experimental; estavam por ser iniciadas as obras do edifício da Física Teórica.

Ao situar os edifícios da Biologia junto à mata existente, o Plano de 1949-54 confirmou o distanciamento dos edifícios da Seção de Ciências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que o Plano de 1945-47 havia iniciado, ao implantar o edifício da Física Nuclear numa encosta isolada.

Com a construção de Brasília, Miranda transfere-se para a nova capital para fundar o núcleo do SPHAN que deveria irradiar a política do órgão para o centro-oeste. Em 1962 Miranda inicia na recém criada Universidade de Brasília os trabalhos do Instituto Central de Artes, que se encerram em 1964 com o desmantelamento desta universidade (FROTA, 1993, pp.13 a 67).

As características do terreno destinado à FFCL no Plano 1949-54 para a Cidade Universitária traduzem um tratamento inferior ao concedido no mesmo plano à Escola Politécnica, por exemplo, com cerca de 42 hectares em área plana, de imediato e total aproveitamento (sem contar o Instituto de Eletrotécnica, outros 5 hectares, e uma terceira área, mais 4 hectares).

Não por acaso todos os membros da Comissão de 1951 a 1955 eram ligados à Escola Politécnica, até mesmo o presidente, que embora médico antes fora aluno do curso de Engenheiros Agrônomos e sócio fundador do Grêmio de Alunos desta escola; os outros membros e também um dos consultores (Pujol Junior) eram professores da Escola Politécnica⁶⁰.

Em não havendo interesse da Faculdade de Medicina em deixar o Araçá, qualquer setor, independente de extensão e local, serviria somente para constar do plano para a Cidade Universitária, não servindo de parâmetro para a situação da FFCL. O mesmo se poderia dizer da terceira escola de influência, a Faculdade de Direito (embora o setor no Plano 1949-54 reservado à esta escola apresentasse terreno não muito acidentado e bem situado, junto ao *parkway* de ingresso).

Além das obras na Cidade Universitária o governo estadual continuava arcando com a manutenção das unidades isoladas da USP. Em 1954 a Comissão da Cidade Universitária estava realizando estudos e projetos para adaptação dos prédios da Reitoria [rua Helvetia] e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [rua Maria Antônia]. Também estavam sendo realizados projetos de reforma e ampliação nas instalações da Faculdade de Medicina Veterinária na rua Pires da Mota, e no centro médico do Araçá estava sendo executado o estaqueamento do prédio da Maternidade [Universitária, projetada por Rino Levi] (CAMPOS, 1954, Cidade Universitária da USP, p. 155).

No período de 1947 a 1954 a Universidade de São Paulo passou a ter três novas escolas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (fundada em 1948), Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (fundada em 1951) e Escola de Engenharia de São Carlos (fundada em 1952). Com relação às *Instituições Anexas*, não constavam mais o Hospital de Clínica Psiquiátrica e o Hospital de Clínica Ortopédica, mas fora incorporado em 1951 o Instituto Oceanográfico, fundado em 1946 como Instituto Paulista de Oceanografia. Quanto às *Instituições Complementares*, deixou de constar a Escola de Belas Artes, e foi incluído o Instituto Adolfo Lutz.

124

O balanço dos acontecimentos relacionados à Cidade Universitária da USP até meados dos anos 50 era:

- Nas décadas de trinta e quarenta faltaram verbas para a Cidade Universitária e houve descontinuidade nas decisões administrativas, como evidenciam os vários planos realizados até 1954;
- Quando surgiram verbas no início da década de cinquenta, quase metade das mesmas foram consumidas em obras de urbanização. O partido adotado para a Cidade Universitária, de ocupação extensiva do território, tendeu a pulverizar estes recursos.

A partir de 1954 houve o abandono de projetos de edifícios e de trechos de vias abertos para a Cidade Universitária no período de 1951 a 1954, significando desperdício de tempo e custos.

⁶⁰ Bruno Simões Magro e José Maria da Silva Neves eram professores do Departamento de Estruturas e Construção Civil da Escola Politécnica (como também Luiz Inácio Romeiro de Anhaia Mello).

CAPÍTULO IV

Um modelo físico para a universidade brasileira: o Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília.

A concepção acadêmica da UnB: o sistema integrado de Institutos Centrais, Faculdades Profissionais e Órgãos Complementares.
A concepção do campus da UnB e do Instituto Central de Ciências: o espaço físico do ensino integrado e da convivência dos dois anos iniciais dos cursos.
O campus da UnB e o ICC após 1964; a Reforma Universitária.

"A Francisco da Fonseca Telles [...] devemos o haver chegado finalmente à solução que buscávamos e que seriam suprimidas das Faculdades profissionais, para passarem a ser professadas exclusivamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. [...] As ciências básicas tornar-se-iam, pois, privilégio desta Faculdade, sendo que seus alunos passariam a conviver pelo menos um ano com os das escolas profissionais. [...]"

A segunda condição, que decorria da primeira, seria a Cidade Universitária. A concentração de todos os institutos escolares no mesmo recinto tornaria forçoso o convívio diuturno da população escolar, e desta com os mestres. Realizariamos, desse modo, a condição necessária para atingir-se aquela colaboração tão desejada para que a consciência do trabalho coletivo se tornasse um fato. Tão grande era a importância que a essa organização emprestavamos, e tão decisiva ela se nos apresentava, que chegamos a determinar as linhas mestras a que a sua construção deveria obedecer. Destas, a principal seria a concentração de todos os departamentos e subseções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no mesmo edifício. Compreendeis o que tínhamos com isso em vista. A freqüentação mais íntima de catedráticos e discípulos de todas as ciências emprestaria à vida escolar o caráter de unidade e confraternização no esforço comum que jamais se lograria com a dispersão das diferentes seções".

Júlio de Mesquita Filho, *Pensamento diretor dos fundadores da Universidade de São Paulo*, aula inaugural pronunciada na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto em 21 de março de 1958, em *Política e Cultura*, [1969], pp. 197 e 198, grifos nossos.

A concepção acadêmica da UnB: o sistema integrado de Institutos Centrais, Faculdades Profissionais e Órgãos Complementares.

O projeto da Universidade de Brasília foi concebido por Darcy Ribeiro, quando Anísio Teixeira era diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP. Para Teixeira, a UnB deveria voltar-se para a pós-graduação, tendo como atribuição fundamental a formação de professores para o ensino superior no Brasil, mas acabou prevalecendo a proposta de Ribeiro, que incluía a graduação para formação de profissionais em todos os campos, bem como a pós-graduação que seria implantada progressivamente (FÁVERO; BRITO, 1998, pp. 12 e 13).

Darcy Ribeiro, que foi o primeiro reitor da UnB, expôs em *A Universidade Necessária* como seria o modelo teórico desta nova Universidade, que parte de um projeto de desenvolvimento nacional. As funções desta nova Universidade seriam: "herdar e cultivar, fielmente, os padrões internacionais da ciência e da pesquisa, apropriando-se do patrimônio do saber humano; capacitar-se para aplicar tal saber ao conhecimento da sociedade nacional e à superação de seus problemas; crescer, conforme um plano, para formar seus próprios quadros docentes e de pesquisa e para preparar uma força de trabalho nacional da grandeza e do grau de qualificação indispensável ao progresso autônomo do país; atuar como o motor da transformação que permita à sociedade nacional integrar-se à civilização emergente" (RIBEIRO, 1991, pp. 171 e 172, grifos nossos).

A Universidade proposta por Darcy Ribeiro se contraporia à universidade tradicional latino-americana de padrão napoleônico, que tem como característica fundamental sua divisão em faculdades e escolas profissionais auto-suficientes e, dentro delas, em cátedras autárquicas, o que antes constitui um resíduo histórico e não um modelo.

O modelo proposto para a nova Universidade teria uma estrutura integrada por três tipos de componentes básicos:

- a) os Institutos Centrais, concebidos como entidades dedicadas à docência e à pesquisa nos campos fundamentais do saber humano;
- b) as Faculdades Profissionais, organizadas para receber estudantes que já tenham formação universitária básica e dar-lhes cursos de treinamento profissional e de especialização para o trabalho;
- c) os Órgãos Complementares, instituídos para prestar serviços a toda comunidade universitária e para por a universidade em contato com a sociedade global" (RIBEIRO, 1991, p.179).

Segundo a concepção de Darcy Ribeiro, os Institutos Centrais cultivariam e ensinariam ciências, letras e artes, tanto por seu valor propedêutico [básico] para qualquer formação profissional posterior como por seu valor em si. As Faculdades se dedicariam ao ensino das ciências aplicadas e os Órgãos Complementares dotariam a comunidade universitária dos serviços de informação, difusão, edição, assistência e esportes, também explorando o valor educacional destas atividades na formação de diversos tipos de profissionais universitários.

Assim, seria evitada a multiplicação do ensino das ciências em cada faculdade, em geral adjetivando-as para ajustá-las a cada formação profissional [Psicologia Educacional, Psicologia Médica], e as ciências ficariam localizadas nos Institutos Centrais, onde os futuros estudantes iriam receber informação básica e onde elas seriam cultivadas como campos específicos do saber, com seus respectivos métodos, técnicas e temas de pesquisa. Os Institutos Centrais seriam cinco: a) Matemáticas, Física, Química, Geociências; b) Ciências Biológicas; c) Ciências Humanas; d) Letras; e) Artes.

As Faculdades Integradas, onde seriam cultivadas as aplicações científicas, repertórios de procedimentos experimentais de cada ramo profissional, seriam: Ciências Médicas; Ciências Agrárias; Ciências Tecnológicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Comunicação Social; Arquitetura e Desenho; e Educação.

Tanto as Faculdades quanto os Institutos Centrais teriam nos Departamentos¹ suas unidades operacionais de docência, de pesquisa e de extensão. As Faculdades teriam a denominação de Integradas porque no modelo proposto as faculdades e escolas das universidades do modelo napoleônico, dispostas em linhas profissionais divergentes, tornariam a se reunir em grandes unidades integradas de ensino e pesquisa, tanto para lecionar os antigos *curricula* como para lecionar muitos outros e, além disto, as atividades de investigação e de extensão.

As unidades principais dos Órgãos Complementares seriam: a Biblioteca Central, que também proporcionaria condições de treinamento em serviço aos estudantes de biblioteconomia; o Museum, que também se responsabilizaria pelo ensino de museologia; o Centro de Teledifusão Educacional, com seus serviços de rádio, televisão, cinema, teatro e jornalismo, funcionando como centro básico de comunicação da universidade com a sociedade, para a difusão cultural, e que ofereceria condições para formar as diversas modalidades de especialistas na Faculdade de Comunicação Social: redatores, jornalistas, especialistas em teledifusão e radiofonia, teatrólogos, cineastas, etc.; a Editora, que também daria oportunidade de treinamento ativo a certas modalidades de especialistas: editores, gráficos, escritores e revisores; e o Estádio Universitário, que ofereceria oportunidades para a formação ativa de especialistas em educação física.

Darcy Ribeiro coloca como altamente desejável a implantação física de todos os componentes desta estrutura tripartida numa só área, constituindo o campus universitário que contaria, para isto, com facilidades de moradia, alimentação e assistência para certa parte do professorado e do corpo discente. Para as universidades já existentes, com enormes inversões em edifícios dispersos nas cidades em que estão sediadas, seria suficiente a implantação dos Institutos Centrais e dos Órgãos Complementares no campus, pois os estudantes teriam ao ingressar na universidade dois anos de convivência e formação educativa geral, antes da opção por uma formação profissional.

Dentre as vantagens da estrutura tripartida da Universidade estaria a de evitar a duplicação de instalações e equipamentos, concentrando-se todo o ensino e pesquisa de cada campo do saber num único órgão; outra vantagem seria a de proporcionar modalidades novas de formação científica e especialização profissional, não compreendidas pelo sistema unilinear [das faculdades tradicionais], satisfazendo, assim, as necessidades de quaisquer novas modalidades de preparação tecnológica manifestadas pelo mercado de trabalho, mediante a combinação de certos tipos da preparação básica com linhas especiais de treinamento.

¹ Darcy Ribeiro em *A Universidade Necessária* recorda aos "que sentem repugnância pela departamentalização, por parecer um transplante de instituições norte-americanas, alheias a nós, recordaremos que tampouco inventamos a Universidade. Suas formas presentes de estruturação, baseadas na escola e na cátedra, são transplantadas [...]" (RIBEIRO, 1991, p. 230).

Darcy Ribeiro comenta que os Institutos Centrais, embora fossem propostos para desempenhar funções docentes propedêuticas correspondentes aos *undergraduate courses* norte-americanos, difeririam dos mesmos, dentre outros aspectos, por não separarem tais cursos básicos dos programas avançados, mas integrarem-nos numa só unidade docente (RIBEIRO, 1991, pp. 177 a 189, grifos nossos).

A concepção do campus da UnB e do Instituto Central de Ciências: o espaço físico do ensino integrado e da convivência dos dois anos iniciais dos cursos.

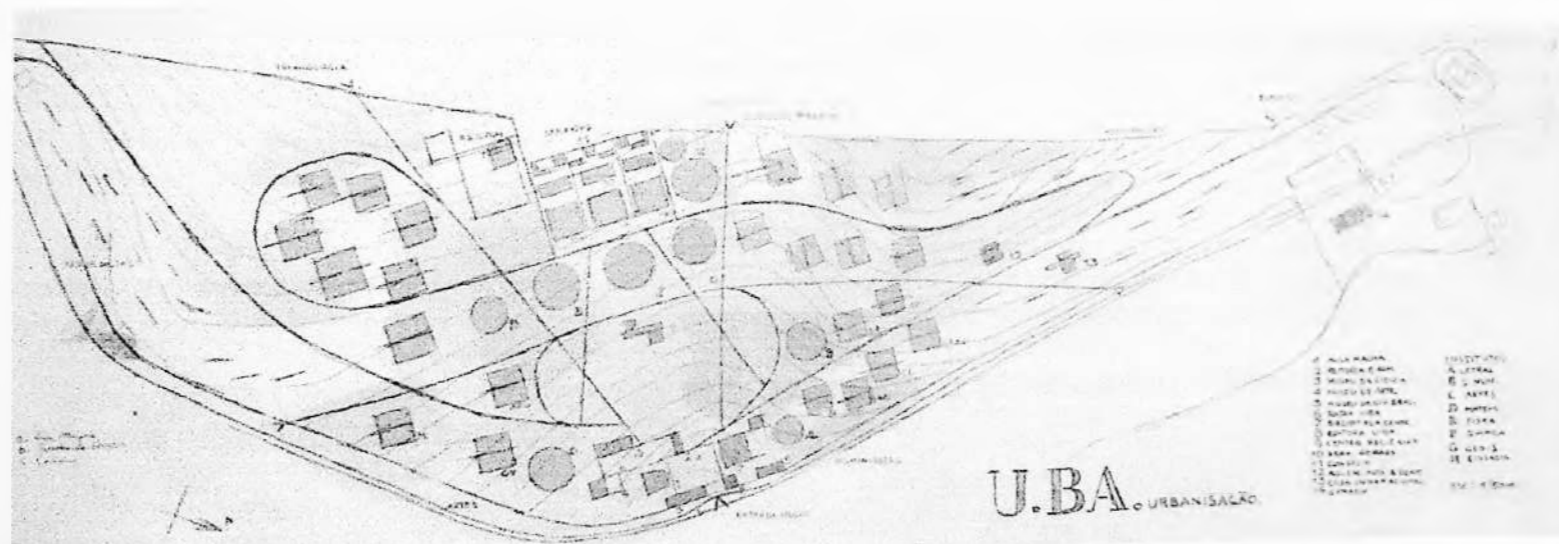
A proposta de um local para uma futura Cidade Universitária constava do Plano Piloto de Lúcio Costa para Brasília, em 1957, no lado norte da Esplanada dos Ministérios. Era possível visualizar um conjunto de edifícios no desenho do Plano Piloto, sem qualquer traçado viário, no lado norte da Esplanada dos Ministérios, e havia poucas linhas a respeito na *Memória Descritiva do Plano Piloto*, no trecho sobre a Esplanada dos Ministérios: "Os [ministérios] das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores [da esplanada], contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em seqüência – todos com área privativa de estacionamento –, sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc., setor este também contínuo à ampla área destinada à Cidade Universitária com o respectivo Hospital das Clínicas, e onde também se prevê a instalação do Conservatório" (COSTA, 1995, pp. 289, 296 e 297, grifos nossos).



Glebas que integram o Campus da UnB
A. Gleba de origem do Campus B. Centro Desportivo C. Estação experimental de biologia
Fonte: MACEDO, 1975, p. 48

Lúcio Costa não menciona a metragem da gleba reservada à Cidade Universitária, motivo de tanta discussão inserida o mais próximo possível da área central. Esta localização do campus foi estratégica, pois embora em área relativamente central a barreira constituída pelo lago Paranoá evitou que viesse a ser envolvido pela malha viária urbana.

Em 1960 Lúcio Costa detalha mais o Plano para a Cidade Universitária da Universidade de Brasília, definindo em um desenho à mão o terreno (primeira gleba, com cerca de 250 hectares², entre a avenida L-3 Norte e a avenida L-4 Norte, esta última uma paralela à margem do lago Paranoá), o traçado viário e a distribuição dos edifícios de diferentes funções (aos quais atribuiu diferentes formas gráficas: círculos para os institutos, quadrados para as faculdades e outros edifícios acadêmicos, barras para as residências).



Plano Piloto da Universidade de Brasília – UnB
Arq. Lúcio Costa
Fonte: CEPLAN, Ano I, fev. 2002, sp.

Legenda

1. Aula Magna
2. Reitoria e Administração
3. Museu da Ciência
4. Museu de Arte
5. Museu da Civilização Brasileira
6. Rádio Universidade de Brasília
7. Biblioteca Central
8. Editora Universidade de Brasília

INSTITUTOS

- A. Letras
- B. Ciências Humanas
- C. Artes
- D. Matemática
- E. Física

No Plano de Lúcio Costa, as extremidades norte e sul da Cidade Universitária ficariam reservadas para residências e a área central para atividades acadêmicas. A "entrada magna" seria pela L-4 Norte³, na parte mais baixa do terreno, onde estaria o conjunto dos edifícios dos órgãos centrais/complementares (Aula Magna, Reitoria e Administração, Museu da Ciência, Museu de Arte, Museu da Civilização Brasileira, Rádio da Universidade de Brasília, Biblioteca Central e Editora da Universidade de Brasília) e na outra extremidade, na parte mais alta, próximo das superquadras da Asa Norte e na via L-3 Norte, estariam os Serviços Gerais e o Comércio.

² A gleba inicial da Cidade Universitária da UnB teria assim mais que o dobro da área utilizada para a implantação dos edifícios no seu projeto de 1936 para a Universidade do Brasil, junto à Quinta da Boa Vista.

³ A entrada principal da Cidade Universitária pela L-4 Norte e não pela L-3 Norte - que neste último caso exigiria menos inversão em infraestrutura viária nos primeiros tempos, permitindo aplicar os recursos prioritariamente em edifícios - parece indicar que a Universidade deveria atender a toda a população e não, mais restritivamente, aos residentes da Asa Norte do Plano Piloto.

Os Institutos de Artes, Letras e Humanidades estariam localizados junto ao conjunto de órgãos centrais. Da entrada magna várias vias partiriam: duas paralelas à L-4 Norte e duas vias de ligação com a L-3 Norte, que se Logo acima, na faixa central da Cidade Universitária definida por duas vias paralelas, estariam os edifícios dos demais Institutos (os de Ciências): Matemática, Física, Química, Geologia, e nas proximidades deste último, o Instituto de Biologia. Ao lado dos Institutos estariam as Faculdades e outros edifícios acadêmicos.

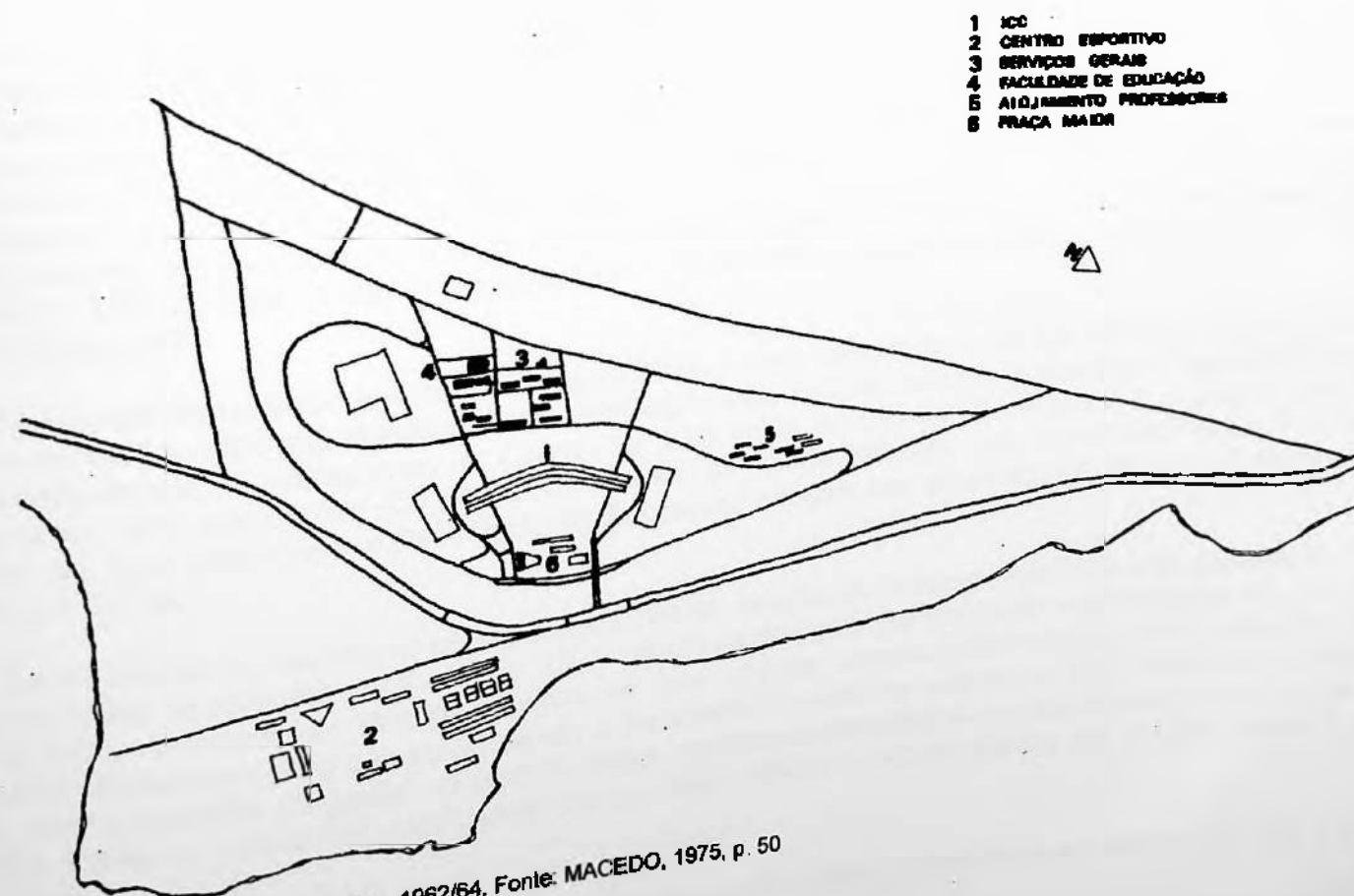
O setor esportivo estaria no extremo norte da Cidade Universitária, no único trecho em que a gleba atingia o lago Paranoá. O final do terreno no Plano de Lúcio Costa era um pouco aquém do limite atual.

O plano de Lúcio Costa refletia a estrutura pedagógica proposta por Darcy Ribeiro, localizando ao redor da praça central os Institutos, onde haveria o ciclo básico de dois anos, e nas imediações as faculdades, onde parte dos alunos complementaria seus estudos; mas também fazia a releitura - em termos de distribuição espacial dos usos e de apropriação da topografia - do seu Plano para a Universidade do Brasil em 1936: um percurso desde a entrada principal, na parte mais baixa do terreno, onde estaria o conjunto de órgãos centrais / complementares e depois um espaço livre para acesso até os locais de destino dos alunos. A esplanada, é verdade, fora substituída pela praça central. O largo, que em 1936 fazia parte do acesso principal da Cidade Universitária, reaparecia agora na via L-3 Norte.

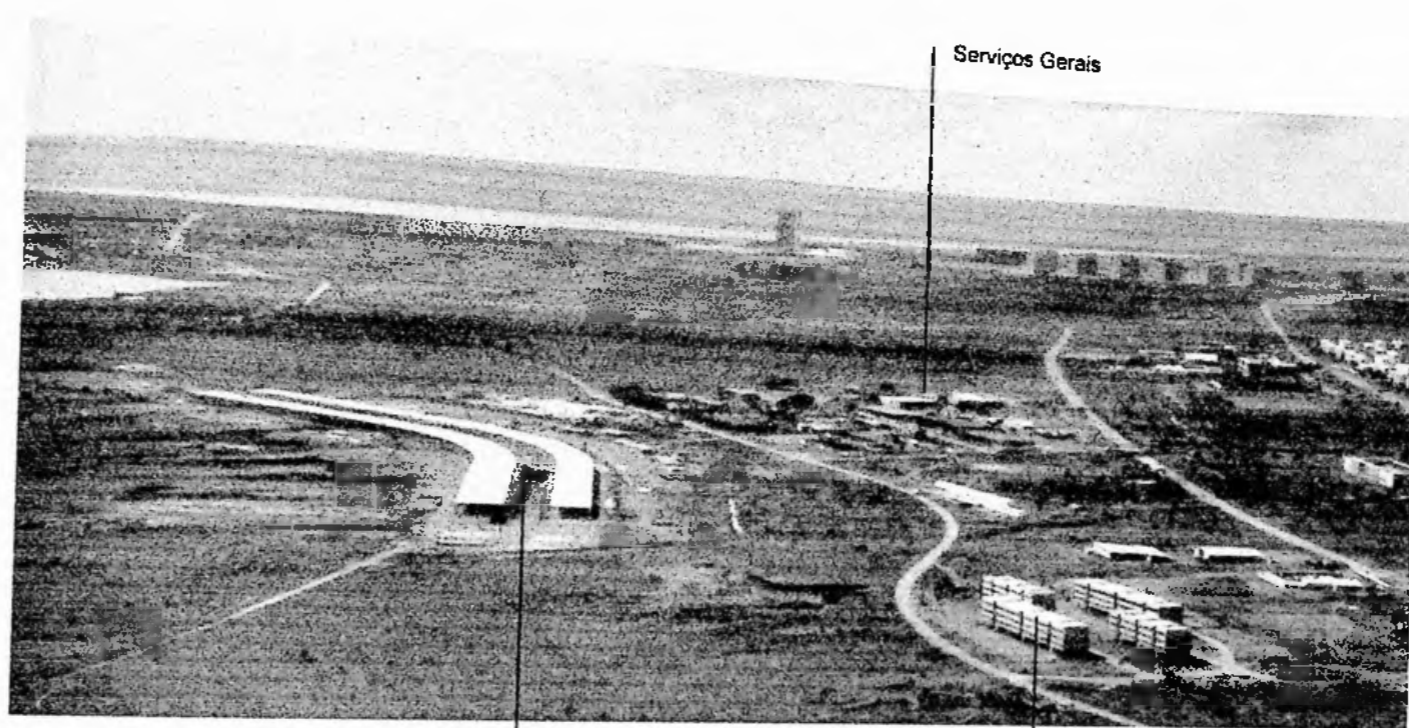
Lúcio Costa dispõe os Institutos de Artes e de Ciências Humanas junto ao conjunto dos órgãos centrais / complementares (mantendo-os, porém, na praça central) não só numa referência à Universidade em suas origens, mas possivelmente porque assim completaria o conjunto para interface cultural com a população.

Entre 1962 e 1964, o arquiteto Oscar Niemeyer dirigiu o Centro de Planejamento Urbanístico da Universidade de Brasília - CEPLAN, criado em 1962.

130



Plano da Universidade de Brasília - 1962/64. Fonte: MACEDO, 1975, p. 50



Universidade de Brasília – Vista aérea
 Fonte: *Acrópole*, n. 369/370, fev. 1970, p. 17

Instituto Central de Ciências

Residência de professores (Colina)

Em 21 de abril de 1962 foi inaugurado o campus da Universidade de Brasília, com os seguintes edifícios, construídos em dois meses: dois pavilhões para hospedagem de professores visitantes e residências de assistentes, mas que serviram como alojamentos de estudantes (OCA 1 e OCA 2, em 1970 destinados a Serviços Gerais), o Restaurante Provisório, os edifícios da Faculdade de Educação (FE-1 e FE-5) e ainda o prédio onde funcionou a Reitoria até 1974 (FE-3). Estavam em construção os blocos para serviços gerais de um pavimento, na realidade ocupados por atividades acadêmicas (SG-1, SG-2, SG-4 e SG-10). Posteriormente foram construídos os blocos de dois pavimentos para Serviços Gerais, também utilizados para usos acadêmicos (SG-11 e SG-12). Este núcleo inicial caracterizou-se durante muito tempo como o pólo principal e o espaço de vivência da UnB⁴.

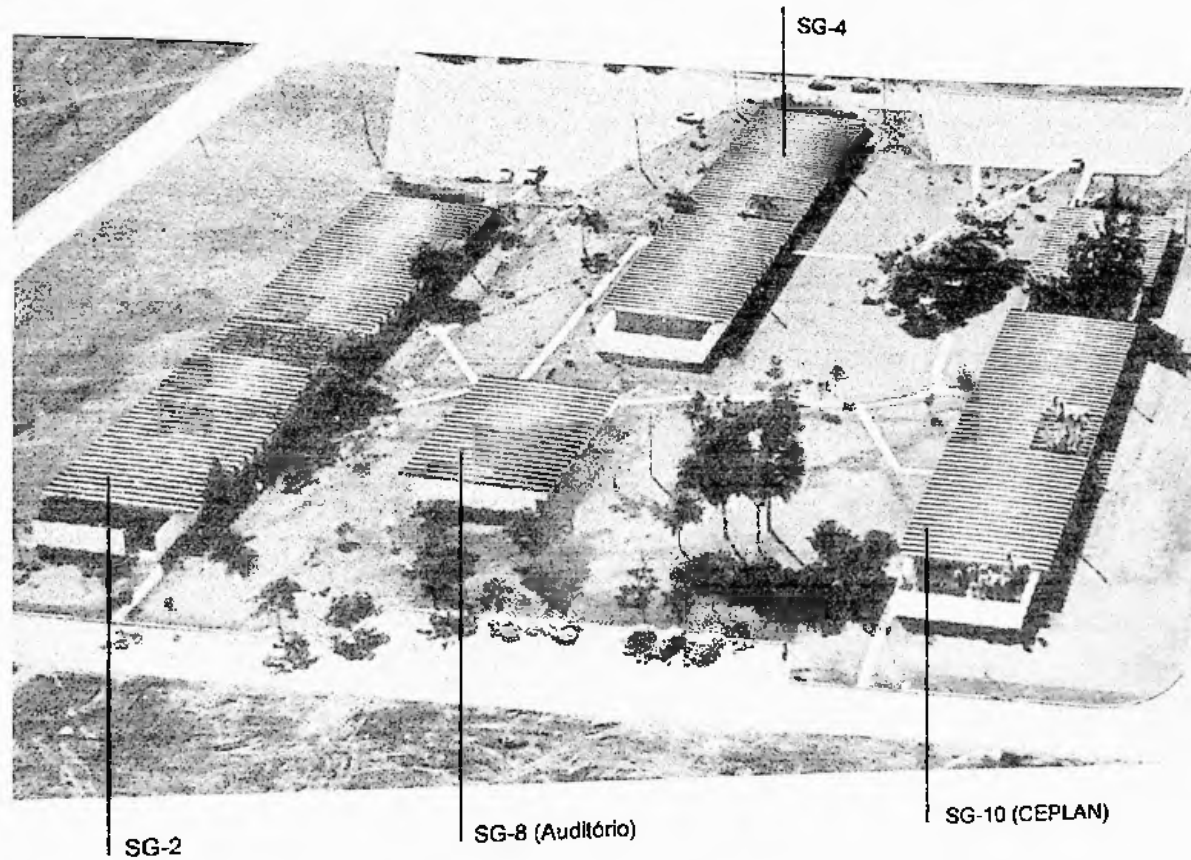
Alcides da Rocha Miranda e João Figueiras Lima, o *Lelé*, integravam a equipe de Niemeyer, que realizou nos anos de 1962 a 1964 experiências de pré-fabricação e de uso de concreto protendido. Figueiras Lima projetou os apartamentos de professores na Colina, na área norte da Cidade Universitária e o galpão para Serviços Gerais em dois pavimentos. Os arquitetos Alcides da Rocha Miranda, Luiz Humberto Pereira e José Manoel Lopes da Silva projetaram a Faculdade de Educação, situada nas proximidades da via L-3 Norte, perto dos Serviços Gerais.

Os prédios de um pavimento para Serviços Gerais, projeto de Niemeyer resolvido com paredes de elementos pré-moldados de concreto em forma de "U", e cobertura de vigas pré-moldadas e protendidas, com recobrimento de alumínio e isolamento térmico-acústico na face interna, caracterizavam-se por não possuírem aberturas voltadas diretamente para o exterior, sendo a iluminação natural dos ambientes feita através de jardins internos, sem nenhum caixilho ou grade⁵. O partido destes edifícios assemelha-se ao dos projetos com pátio de Oswaldo Bratke e mesmo com a FAU-USP, uma vez que este edifício é voltado para o seu próprio interior e apresenta

⁴ MACEDO, 1975, p. 55.

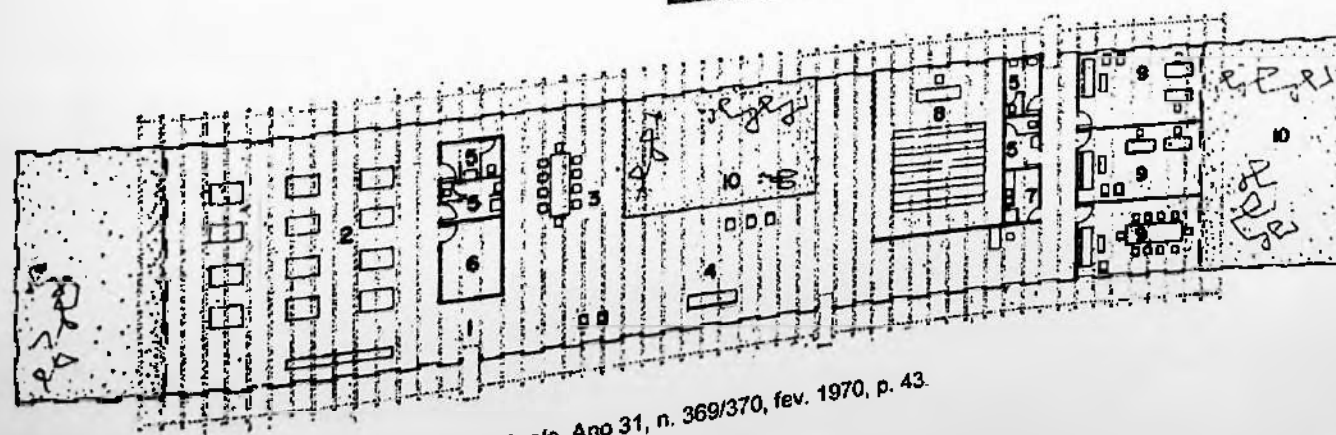
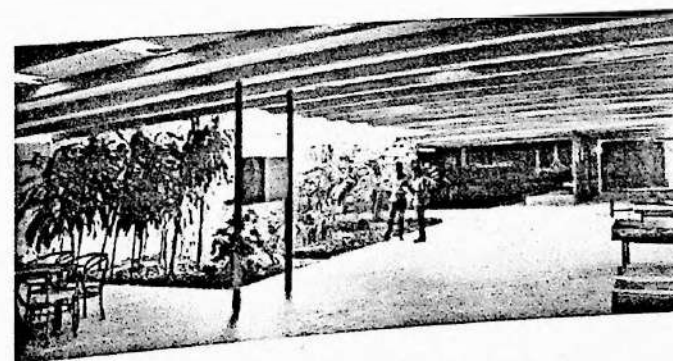
⁵ O bloco maior tem 2.400m², os médios 900 m² e o menor, destinado a auditório, 250m². *Acrópole* n. 269/370, fev. 1970, p. 42.

também integração entre interior e exterior. Um destes prédios foi utilizado pelo Laboratório Experimental de Arquitetura e Urbanismo - LEAU, e atualmente pelo CEPLAN.



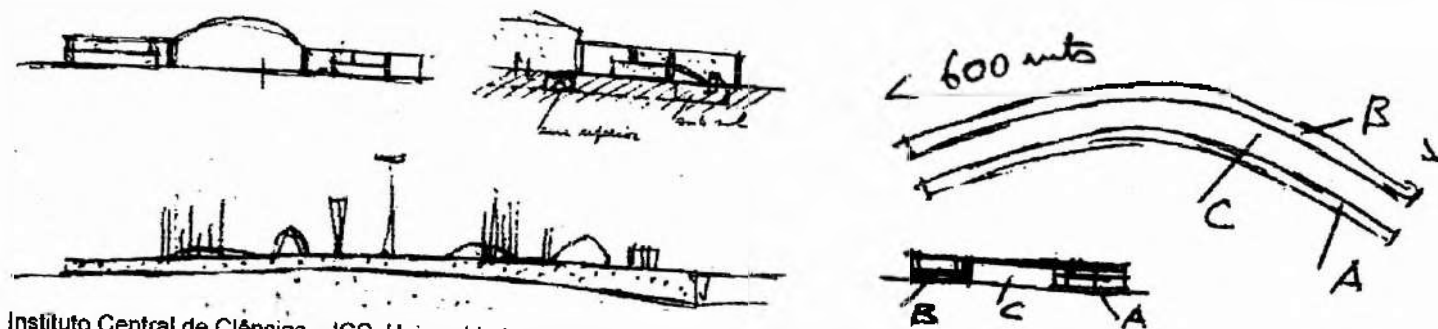
132

Serviços Gerais – Vista aérea
Fonte: MACEDO, 1975, p. 65



CEPLAN – Arq. Oscar Niemeyer. Fonte: Acrópole, Ano 31, n. 369/370, fev. 1970, p. 43

Oscar Niemeyer propôs um edifício longo para abrigar os Institutos ligados à área científica⁶ - o denominado Instituto Central de Ciências - o ICC, um pouco abaixo de onde Lúcio Costa os dispusera. Este edifício possibilitava a divisão em salas de diversas dimensões e oferecia áreas em pé direito duplo, para equipamentos especiais de laboratório.



Instituto Central de Ciências - ICC, Universidade de Brasília - croquis do arq. Oscar Niemeyer
Fonte: CEPLAN, Ano I, fev. 2002, sp.

O ICC, nas palavras de Paulo de Melo Zimbres, coordenador do CEPLAN em 1970: "O Instituto Central de Ciências assume, [...], papel dos mais expressivos, representando, também, por suas dimensões, proposta espacial, solução estrutural e conceito de integração, um exemplo para outras Universidades"⁷.

O ICC tem 720 metros de comprimento (os primeiros estudos de Niemeyer o consideravam com 600 metros) e ocupou um terrapleno acomodado no possível às curvas de nível do terreno; Niemeyer conseguiu com a grande extensão deste edifício e com a sua curvatura no trecho médio, amoldá-lo ao desenho do limite sul da grande praça idealizada por Lúcio Costa. Nas pontas do ICC foram propostos dois edifícios: a sul estaria o Instituto Central de Artes e a norte o Instituto Central de Ciências Humanas.

O edifício tem duas alas paralelas afastadas de 15 metros entre si, cada uma constituída [atualmente] de subsolo e dois andares. As duas alas têm larguras diferentes e foram concebidas para destinações distintas: a mais estreita (25 metros) com uma parte em pé-direito duplo, que deveria servir a laboratórios de pesquisa; e a parte mais larga (30 metros), provida de anfiteatros e salas de aula de capacidade variável, deveria servir principalmente a atividades de ensino⁸.

Uma rua interna percorre o ICC longitudinalmente, sob a ala dos laboratórios, onde se localizariam as unidades de suprimentos que poderiam ligar-se diretamente com os laboratórios acima mediante a remoção de elementos do piso (outros ambientes também acabaram por ser instalados neste piso). A área livre entre as alas também se destinaria a laboratórios⁹.

A estrutura do ICC é em pilares pré-moldados de 20 cm de espessura, espaçados de 3 metros entre eixos; as vigas do térreo e do mezanino permitem a passagem de instalações e as vigas de cobertura são em perfil "T" com 1,20 m de altura e vão máximo de 30 metros. As lajes são moduladas em um metro de largura¹⁰. O ICC tem

⁶ Em *Acrópole* n. 369 / 370, fev. 1970, p. 23 há a seguinte afirmação: "O Instituto Central de Ciências acolherá todas as unidades de ensino básico da Universidade", ou seja, nesta época pensava-se em abrigar neste edifício também as unidades de ensino básico do Instituto Central de Artes e as do Instituto Central de Ciências Humanas.

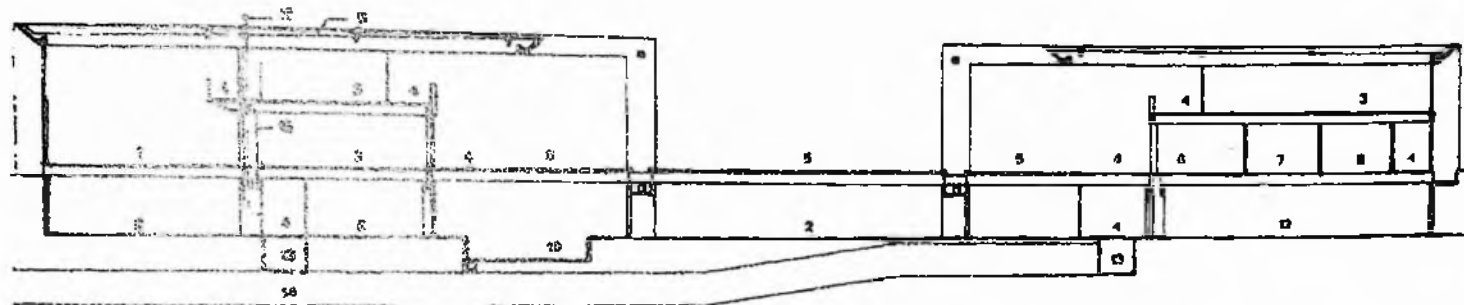
⁷ *Acrópole* n. 369 / 370, fev. 1970, p. 18, grifos nossos.

⁸ *Acrópole* n. 369 / 370, p. 23.

⁹ *Acrópole* n. 369 / 370, p. 23.

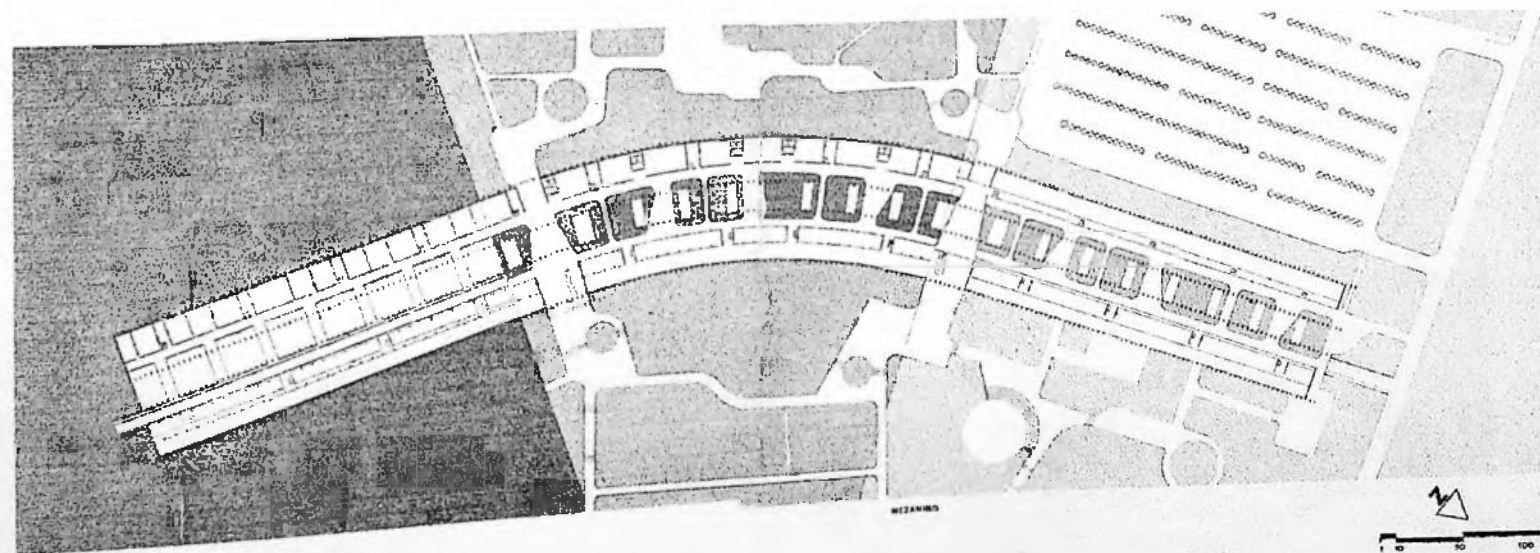
¹⁰ *Acrópole* n. 369 / 370, p. 25.

cerca de 118 mil metros quadrados de área construída, sendo aproximadamente 66 mil de área útil e 52 mil de circulação e jardins¹¹.



Corte do Instituto Central de Ciências – ICC. Fonte: *Acrópole*, Ano 31, n. 360/370, fev. 1970 p. 21

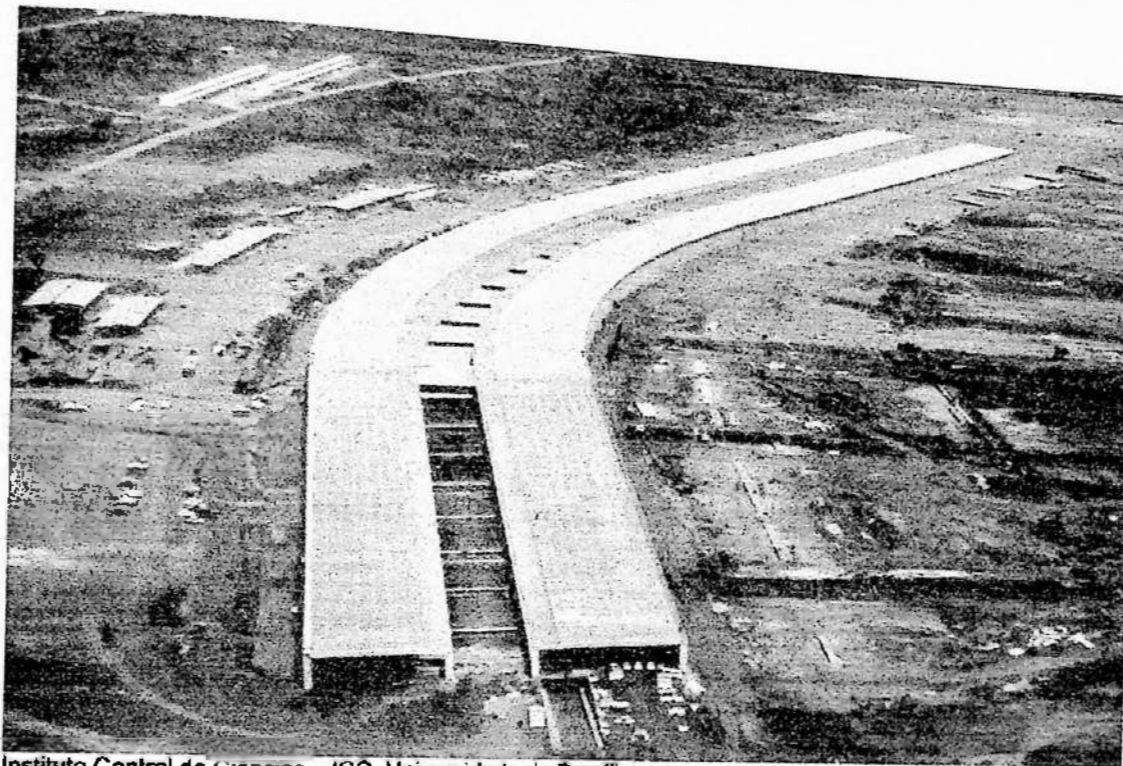
1. laboratórios pesados; 2. laboratórios de pesquisas; 3. salas de professores; 4. circulação; 5. jardim; 6. hall dos auditórios; 7. cabine de som e projeção; 8. sanitários; 9. depósitos e centrais; 10. rua de serviço; 11. calha de alumínio; 12. depósito de materiais de demonstração; 13. galeria longitudinal de tubulações; 14. galeria transversal de tubulações; 15. capelas ou armários; 16. exaustão das capelas.



134

Planta do Instituto Central de Ciências – ICC
Fonte: MACEDO, 1975, pp. 68 e 69.

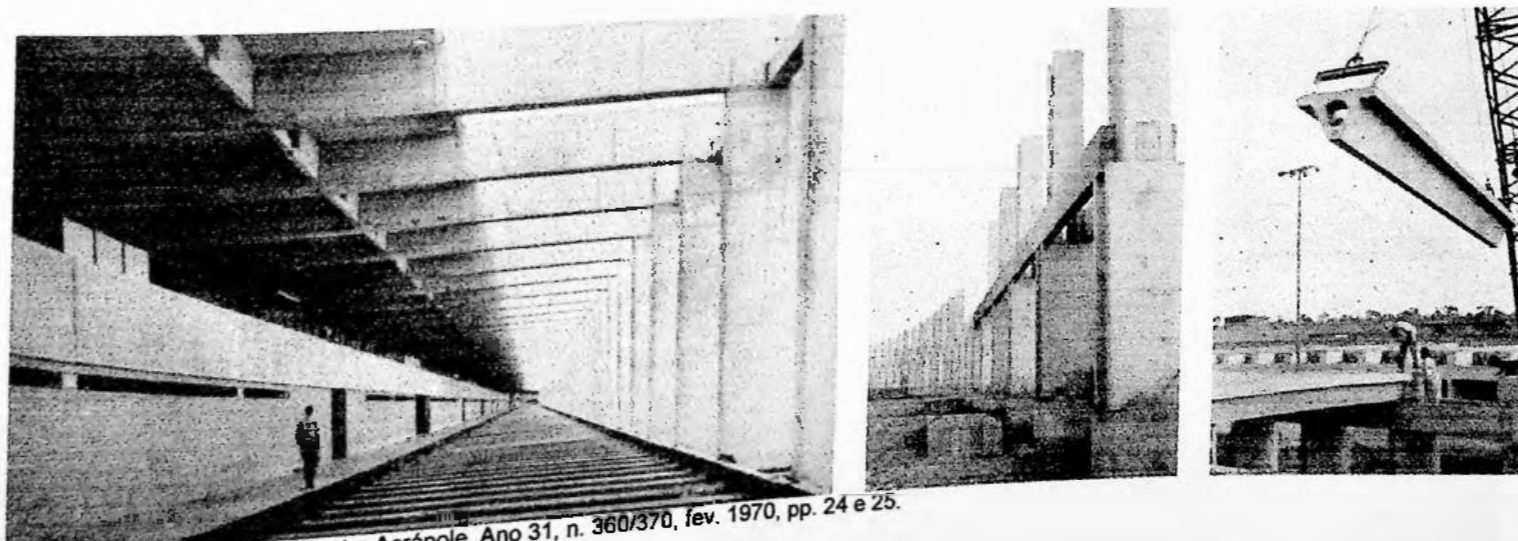
¹¹ Fonte: DEN / LEAU/ UnB, citada por MACEDO, 1975, p. 69. Segundo Macedo, em 1975 perto de 9 mil metros quadrados de área útil ainda se achavam em construção.



Instituto Central de Ciências – ICC, Universidade de Brasília.
 Fonte: Acrópole, Ano 31, n. 360/370, fev. 1970, p. 21.

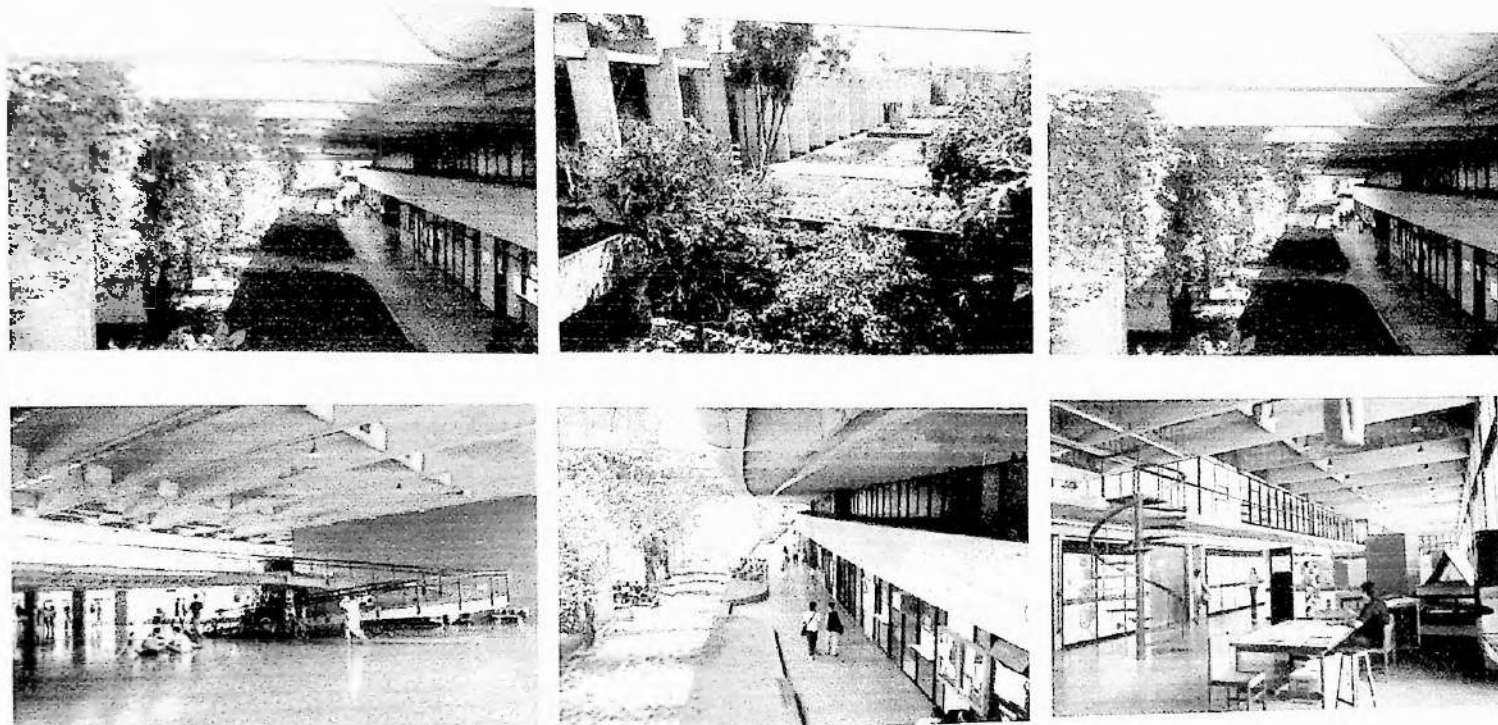
A construção do ICC se iniciou em junho de 1963, mas em início de 1970 a situação das obras ainda era a seguinte: a estrutura estava (praticamente) concluída, e estavam sendo executados os trabalhos de acabamento do trecho curvo, para depois se iniciarem os dos trechos retos¹². Assim, se a idéia era a construção rápida do ICC, através da pré-fabricação, para abrigar turmas no ciclo básico de dois anos, enquanto iriam sendo construídas as faculdades, esta expectativa foi abortada pela interrupção ocasionada pelo governo militar a partir de 1964.

135



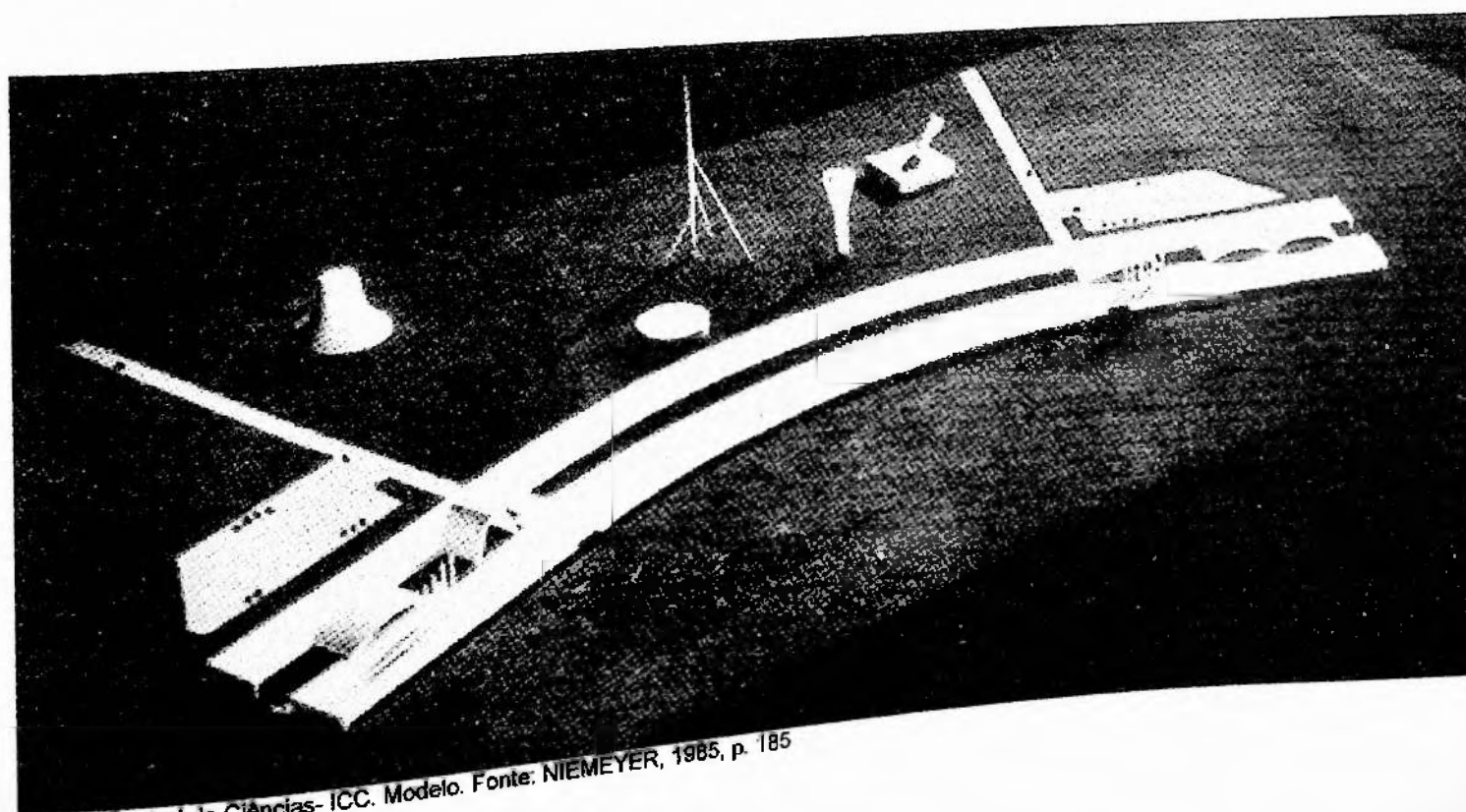
Sistema construtivo – ICC. Fonte: Acrópole, Ano 31, n. 360/370, fev. 1970, pp. 24 e 25.

¹² Acrópole n. 369 / 370, p. 23.



Instituto Central de Ciências – ICC. Fonte: arquivo da autora

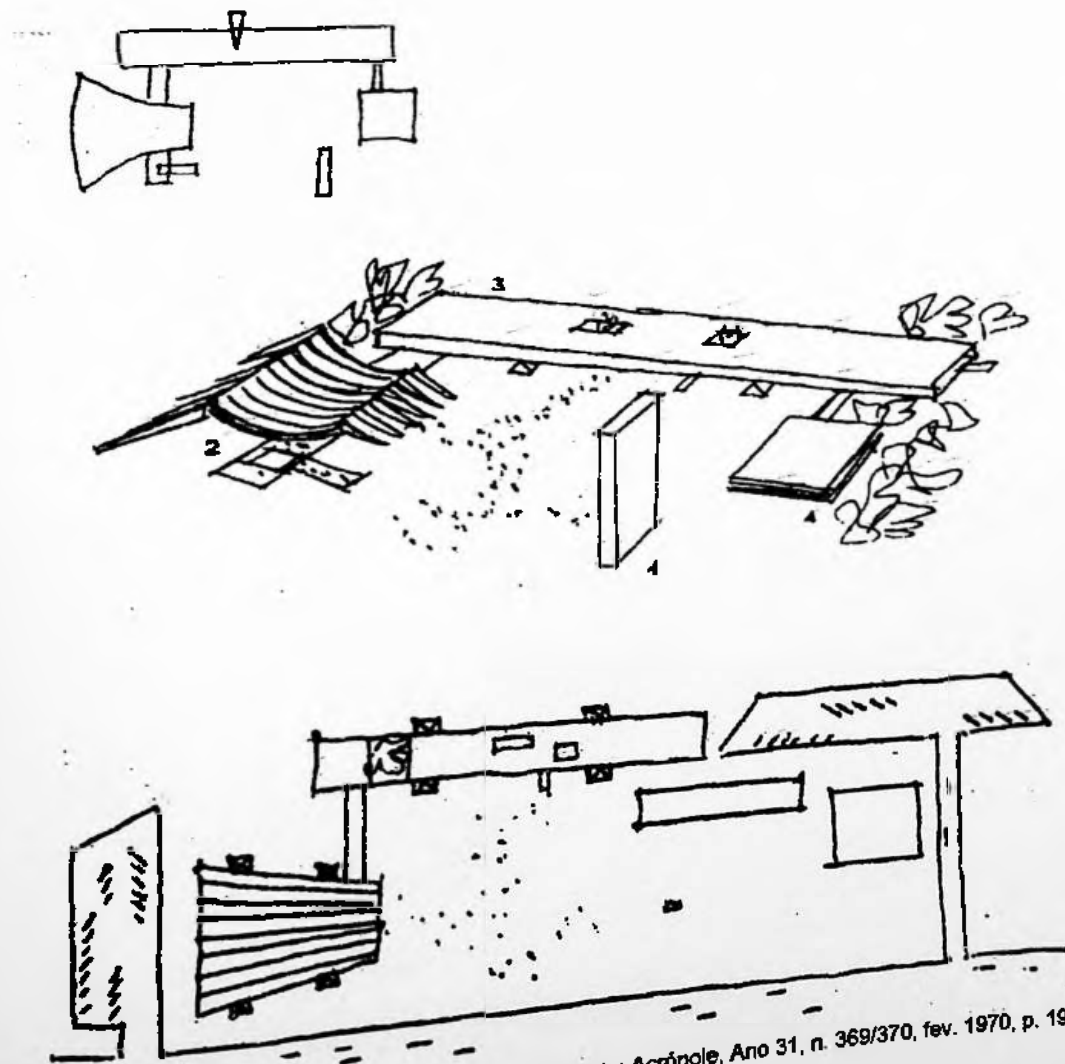
136



Instituto Central de Ciências- ICC. Modelo. Fonte: NIEMEYER, 1985, p. 185

Niemeyer também projetou entre 1962 e 1964 a Praça Maior da Universidade, levando o conjunto dos seus edifícios para o interior da praça proposta por Lúcio Costa, isto é, colocando-o a cavaleiro da via L-4 Norte (a magna prevista por Lúcio Costa). Com estas alterações Niemeyer diminuiu a diferença de nível e a distância havia proposto, dispondo os edifícios ao redor de duas praças retangulares pavimentadas, que seriam nós de circulação viária e de pedestres, e também foi perdida a perspectiva de entrada, pois o novo acesso era lateral à Praça Maior.

Neste projeto a Praça Maior foi definida com apenas quatro edifícios: 1. Reitoria, 2. Auditório (Aula Magna), 3. Museu da Civilização Brasileira, e 4. Biblioteca Central. Niemeyer elaborou dois estudos para a volumetria dos edifícios da Praça Maior, em que a única variação foi a Reitoria, que de volume vertical passou a horizontal, sendo retirada a ênfase dada a este prédio.

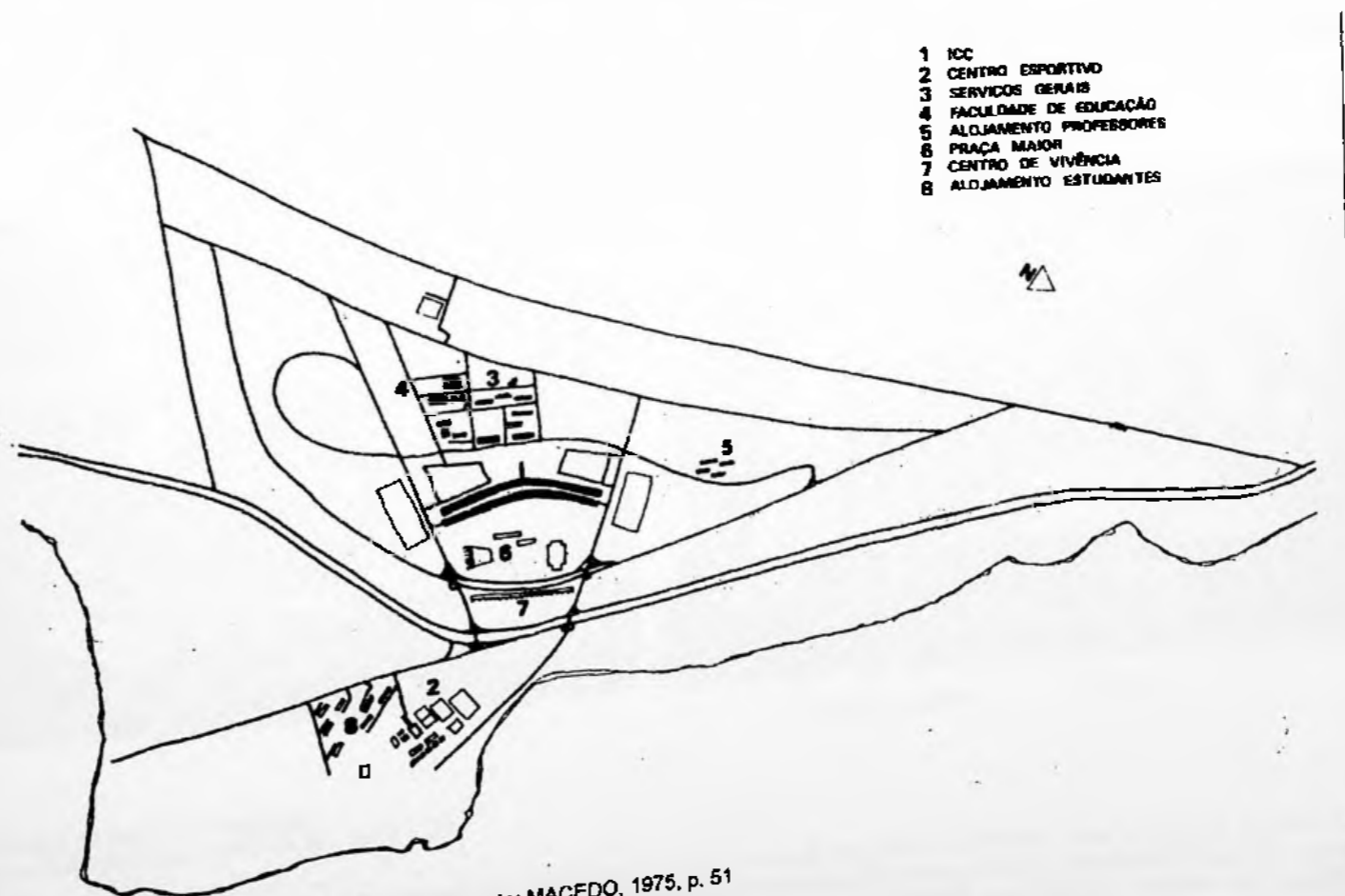


Estudos da Praça Maior - arq. Oscar Niemeyer. Fonte: Acrópole, Ano 31, n. 369/370, fev. 1970, p. 19

Neste período foi incorporada à Cidade Universitária mais uma gleba, de cerca de 110 hectares¹³, à margem do lago Paranoá; esta área foi destinada inicialmente ao Centro Olímpico da Juventude de Brasília. As duas glebas apresentam uma estreita faixa de comunicação pela via L-4 Norte. Esta área passou a ser o centro esportivo da UnB, alterando-se neste aspecto a proposta de Lúcio Costa. Há, ainda, um terceiro terreno que compõe o campus, com 18 hectares, situado entre a via L-4 Norte e o Lago Paranoá e utilizado como Estação Experimental de Biologia.

O campus da UnB e o ICC após 1964; a Reforma Universitária.

Após o Golpe de Estado de 1964, que veio interromper a experiência que Darcy Ribeiro, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e outros tantos estavam empreendendo, houve vários planos para a Cidade Universitária da UnB, mas tanto foi se diluindo a proposta acadêmica como foi se perdendo a concepção física inicial.



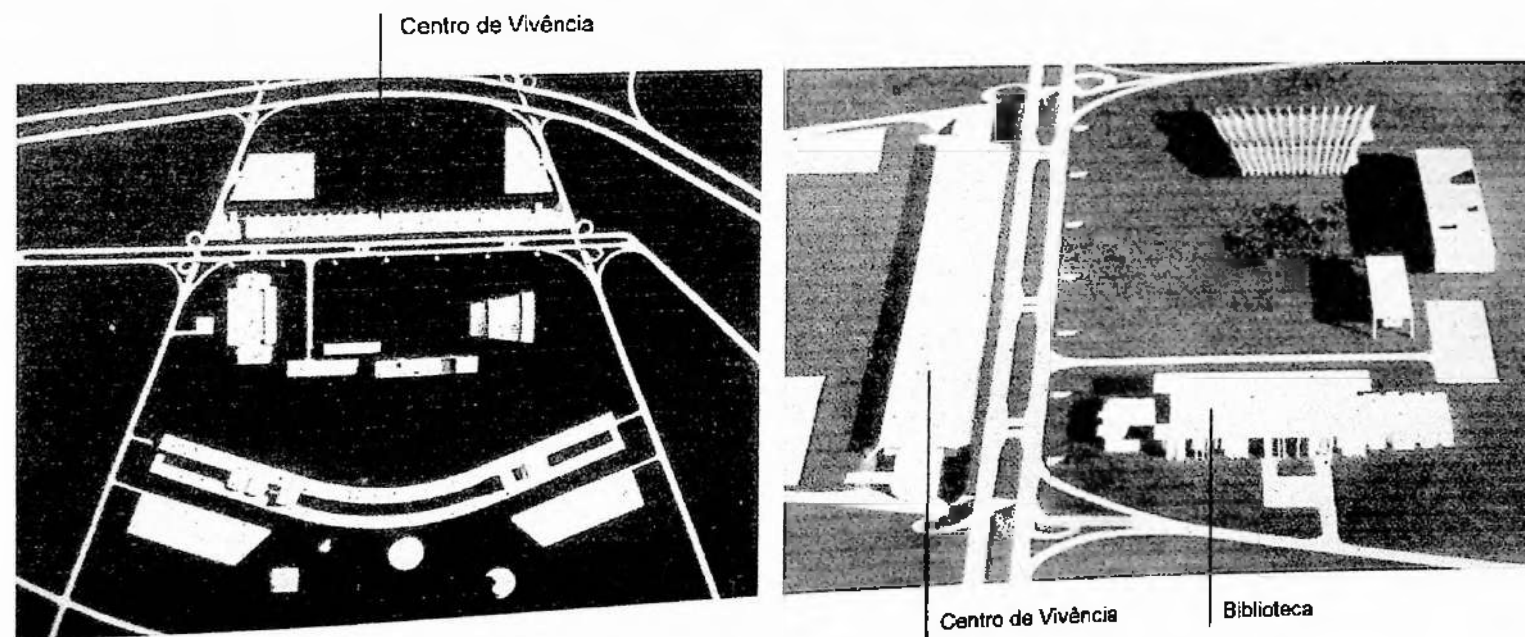
Plano da Universidade de Brasília - 1969/1970. Fonte: MACEDO, 1975, p. 51

¹³ As fontes utilizadas divergem sobre esta área: MACEDO, 1975, p. 51, indica 110 hectares e *Acrópole*, n. 369/370, p. 16, registra 114 hectares. Aliás, estas mesmas fontes discordam da extensão da primeira gleba também: 267 hectares em MACEDO, p. 49 e 243 hectares em *Acrópole*, p. 16.

O Plano de 1969-70 elaborado pela equipe do CEPLAN (professores arquitetos Zimbres, Galbinski, Castro e Macedo¹⁴) promoveu as seguintes alterações: localizou o alojamento de estudantes junto ao centro esportivo¹⁵, significou uma perda; outra grande modificação foi o deslocamento das duas vias laterais da Praça Maior de maneira a abarcar todo o ICC, tendo como uma das conseqüências a perda da escala desta praça, devido ao seu alargamento.

Foram propostos a oeste do ICC dois grandes estacionamentos, no lugar antes destinado ao ICC e que ficara vazio após sua implantação mais abaixo, e foi elaborado o projeto da Biblioteca Central (José Galbinski e Miguel Aves Pereira, Jodete Rios Sócrates e Walmir Aguiar) mas com volumetria e implantação diferentes das esboçadas por Niemeyer. Foram destinadas áreas da Cidade Universitária para a Faculdade de Tecnologia¹⁶ e para as Ciências Médicas, respectivamente nas laterais sul e norte da área dos Serviços Gerais¹⁷, onde já havia previsão de ocupação por faculdades desde o Plano Lúcio Costa.

O Plano de 1969-70 propôs um grande edifício, com mais de 23 mil metros quadrados fechando a Praça Maior a leste (embora implantado além da via limite desta praça, que constituiria uma barreira para o pedestre), fazendo um contraponto ao ICC. Este edifício, de autoria dos arquitetos Pedro Paulo de Melo Saraiva, Luiz Fisberg e Lourival Machado Rezende, era destinado a um Centro de Convivência e não interferia com a volumetria do conjunto de edifícios da Praça Maior porque estava em cota mais baixa do terreno e era um volume horizontal, de baixa altura. Caso construído, este Centro de Convivência possivelmente geraria um fluxo pendular de pedestres entre o ICC e ele próprio, animando a Praça Maior.



Universidade de Brasília – Praça Maior
Fonte: Acrópole, Ano 31, n. 369/370, fev. 1970, p. 20

¹⁴ (FARIAS; ARANTES; BARRETO, *Paranoá* n.1, jan. 2003, p.12) Os múltiplos planos realizados para o campus da UnB foram sucintamente apresentados e comentados no texto *Histórico do Planejamento Físico do Campus Universitário Darcy Ribeiro*, de autoria de Alberto Alves de Farias, Cláudio Oliveira Arantes e Frederico Flósculo B. Barreto, publicado em *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, revista semestral do Programa de Pesquisa e Pós-graduação da FAU-UnB, Ano I, n.1, janeiro de 2003.

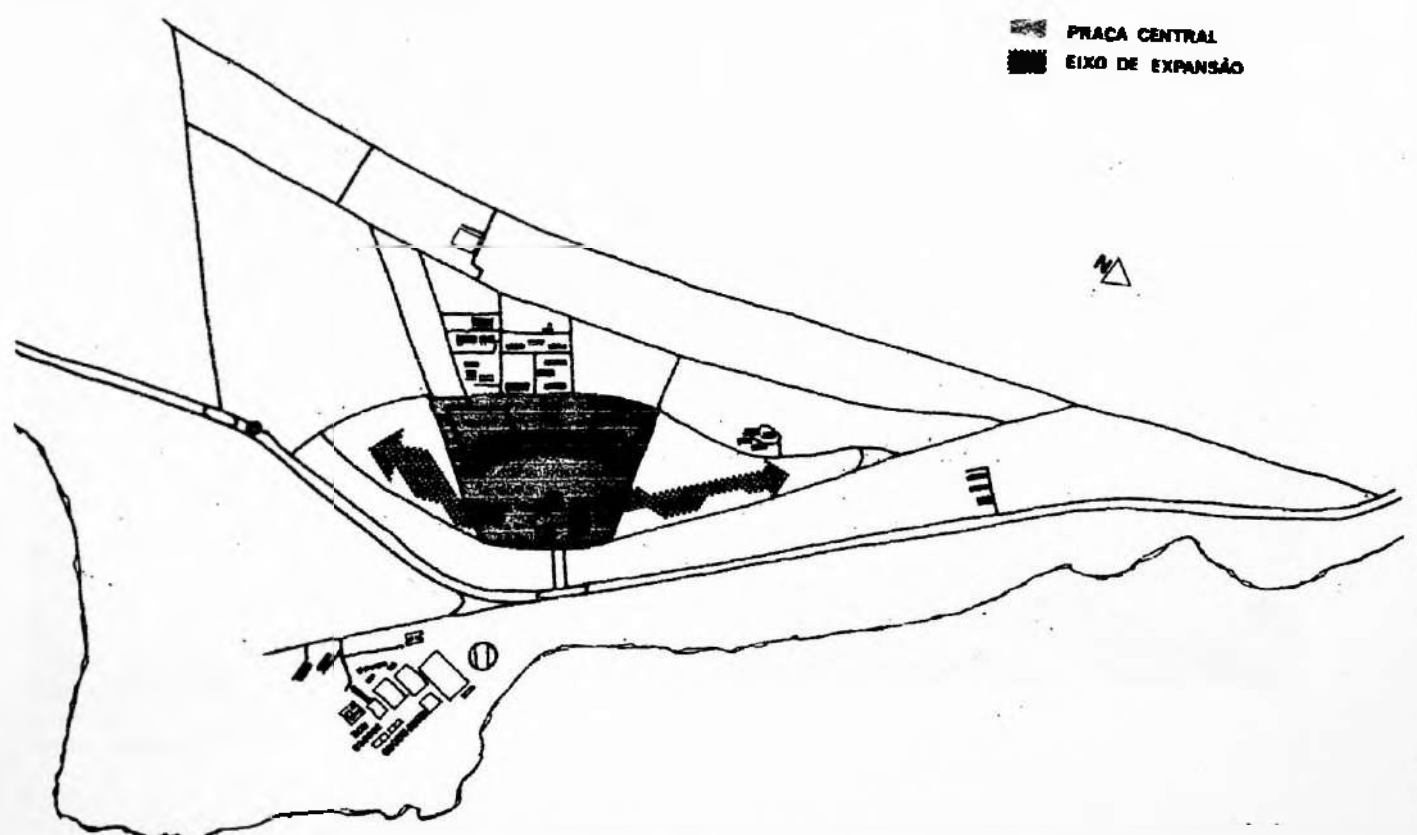
¹⁵ O Centro Esportivo foi projetado no início da década de 70 pela equipe de professores arquitetos Paulo de Melo Zimbres, Ricardo Farret e Márcio Villas Boas. O alojamento de estudantes foi projetado pelos arquitetos Léo Bonfim Junior, Alberto Fernando Xavier e Solon Leão P. de Souza (*Acrópole* n. 369/370, fev. 1970, pp. 30, 31 e 38). Dos sete edifícios previstos para alojamento de estudantes, apenas dois foram construídos.

¹⁶ A escolha do local para a Faculdade de Tecnologia foi feita em função da proximidade das suas instalações definitivas nos prédios SG-9, SG-11 e SG-12 (MACEDO, 1975, p.53).

¹⁷ *Acrópole* n. 369/370, fev. 1970, planta do campus à p. 17.

O Centro de Convivência abrigaria o Restaurante e vários outros serviços para atendimento à comunidade, como supermercado, associações, livraria, farmácia, bancos, correios, etc.¹⁸; seria especialmente útil, dada a sua localização, para os moradores do alojamento de estudantes, isolados no outro lado da via L-4 Norte.

No entanto, este Plano teve curta duração, sendo substituído pelo Plano de 1971, orientado segundo a Reforma Universitária. Este plano alterou a localização da área de vivência da UnB, implantando-a a oeste do ICC, na área entre os dois grandes estacionamentos já mencionados. O restaurante da UnB foi, assim, implantado nesta área acima do ICC¹⁹, curvando-se a uma situação estabelecida em caráter provisório, mas que vinha se mantendo desde 1962: haver faculdades funcionando em pavilhões na área destinada aos Serviços Gerais e a entrada de pedestres e veículos ser feita a partir da via L-3 Norte. Esta situação concentrava fluxos na parte oeste do campus.



Plano da Universidade de Brasília – 1971. Fonte: MACEDO, 1975, p. 52

Outra proposta deste Plano de 1971 foi o edifício para a Administração Central, por causa do crescimento da Faculdade de Educação, que abrigava provisoriamente a Reitoria²⁰. Completou-se com a implantação deste edifício o abandono do risco original de Niemeyer para o conjunto de órgãos centrais / complementares da Universidade de Brasília.

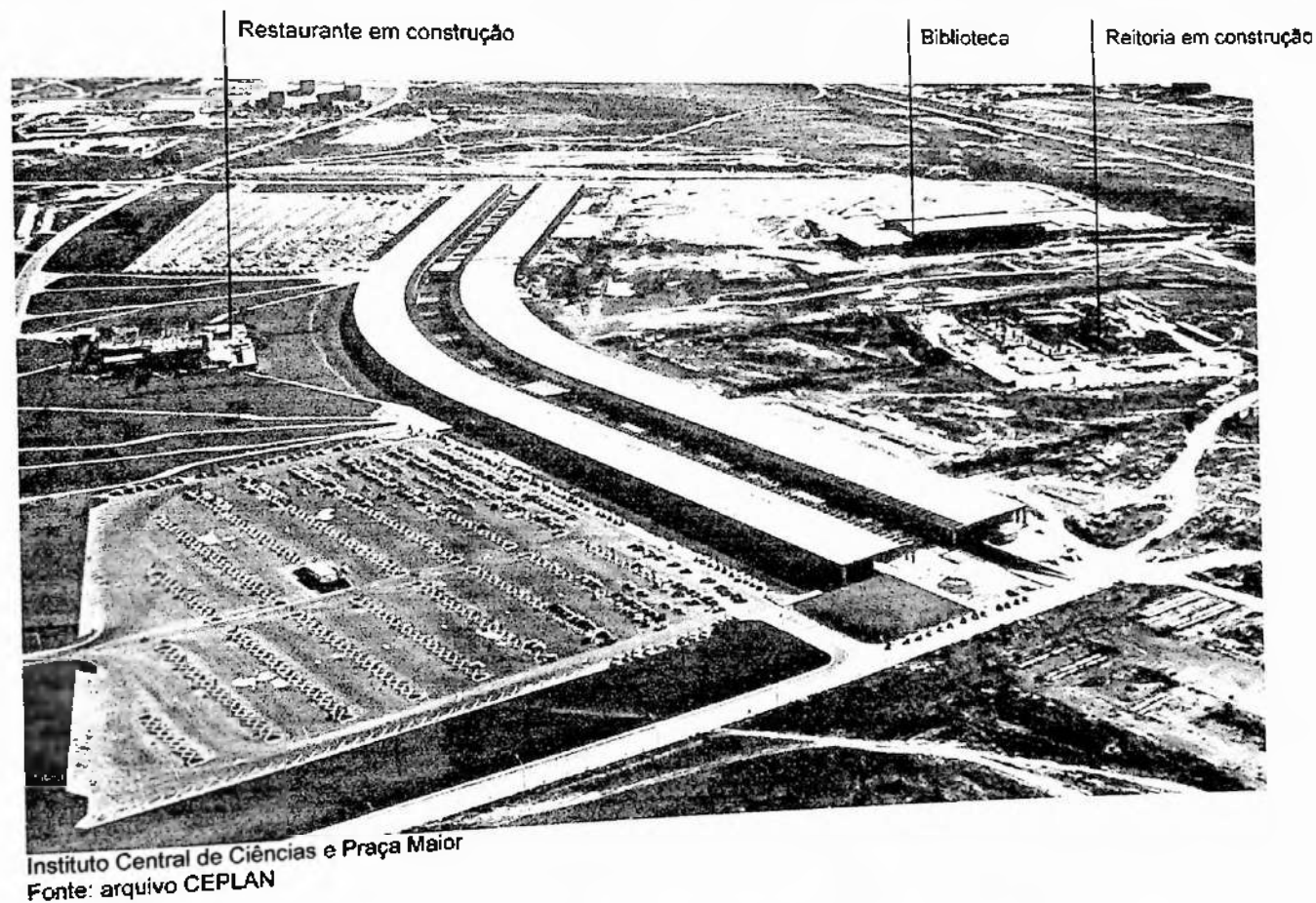
Finalmente, este Plano de 1971 propunha que as Unidades de Ensino e Pesquisa fossem localizadas formando um eixo a partir da Praça Maior (ou Praça Central). Conforme Macedo, em texto de 1975: "Esta proposta insinuava a adoção de um sistema de projeto, para as edificações, em forma de malha, tipificando os

¹⁸ Acrópole n. 369/370, fev. 1970, p. 36.

¹⁹ Mudou-se a denominação de Praça Maior para Praça Central, abrangendo esta também a área a oeste do ICC (MACEDO, 1975, p. 52).

²⁰ MACEDO, 1975, p. 52.

espaços para as unidades necessárias à complementação do Campus e sugerindo, portanto, estudos detalhados de necessidades espaciais das edificações de Ensino e Pesquisa²¹. Dois comentários sobre este texto: primeiro, não "Faculdades" ou "Institutos", estas últimas da terminologia do Plano Acadêmico de Darcy Ribeiro, as primeiras de textos legais que implantaram a Reforma Universitária; e o outro comentário é que o Plano de 1971 para a UnB também teria cogitado da utilização de um sistema de projeto baseado em malhas, como foi efetivamente utilizado na USP e na UFMG, no início da década de 70.



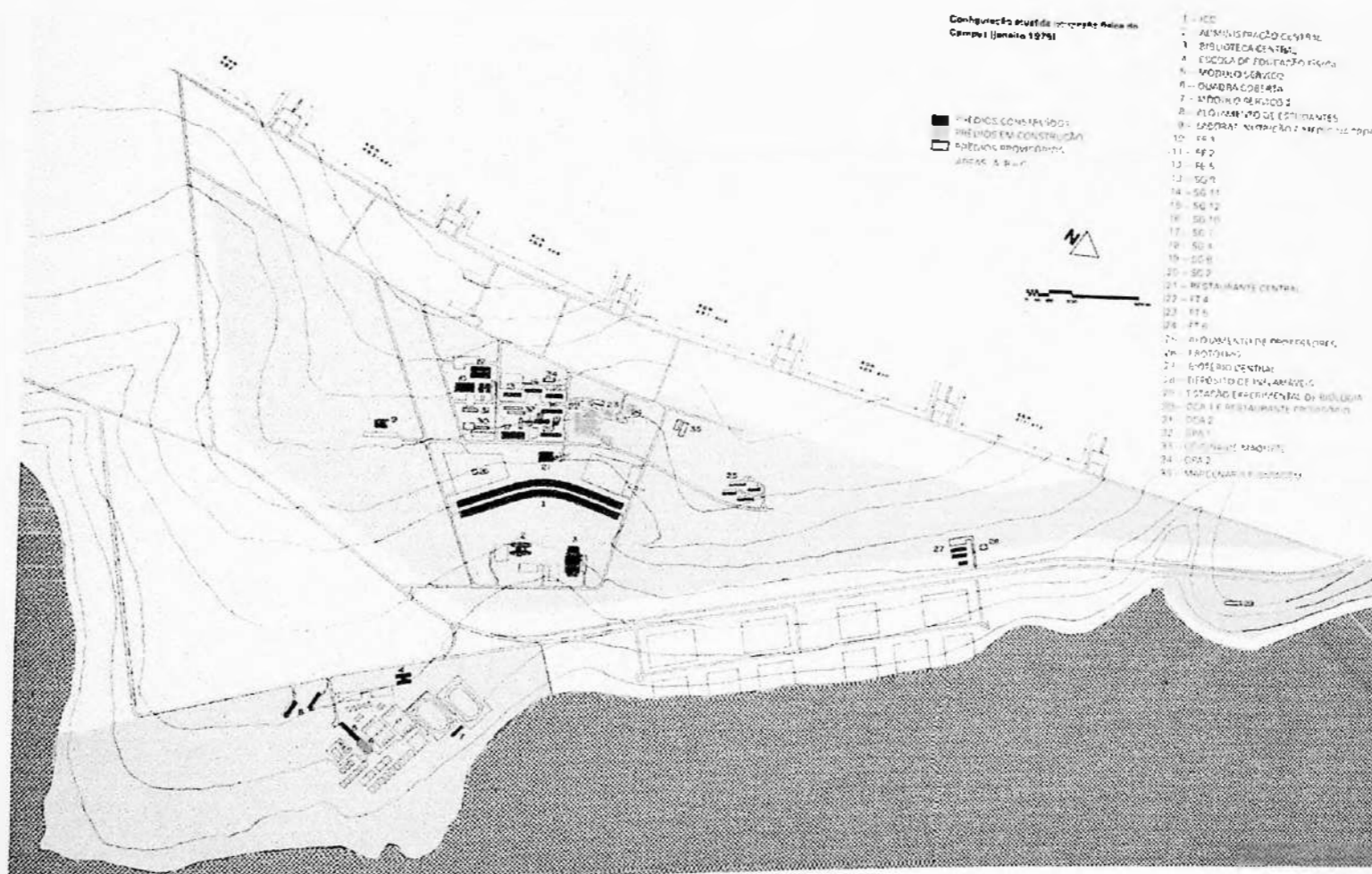
141

Em 1975 foi feita uma análise sobre a UnB e elaborado um novo plano, de acordo com as disposições da Reforma Universitária, ou seja, recuperando-se o ciclo básico e outras propostas que existiram na fundação desta Universidade. Segundo esta análise, os problemas que vinham se verificando na UnB se agudizaram ao fim dos anos 60: a improvisação que em pouco tempo fez dela uma instituição de sabor tradicional, com todos os defeitos conhecidos, como imprecisão de objetivos reais, com exclusividade da função de ensino; estrutura de institutos e faculdades estanques, com repetição de meios para fins idênticos; cursos somente de graduação, vinculados diretamente a unidades, com duração única e em regime seriado de funcionamento. Estes problemas teriam sido enfrentados a partir da legislação da Reforma Universitária e com o apoio do Governo Federal para a construção do campus²².

²¹ MACEDO, 1975, p. 53, grifos nossos.

²² MACEDO, 1975, p.16.

O Plano de 1975 considerava que até 1978 a UnB estaria completamente concluída, e com uma população de cerca de doze mil alunos de graduação e três mil de pós-graduação, se estabilizando depois em quatro mil²³ (no entanto, estes números continuaram a crescer: em 1997 eram 15 mil alunos de graduação na UnB, hoje são 20 mil).



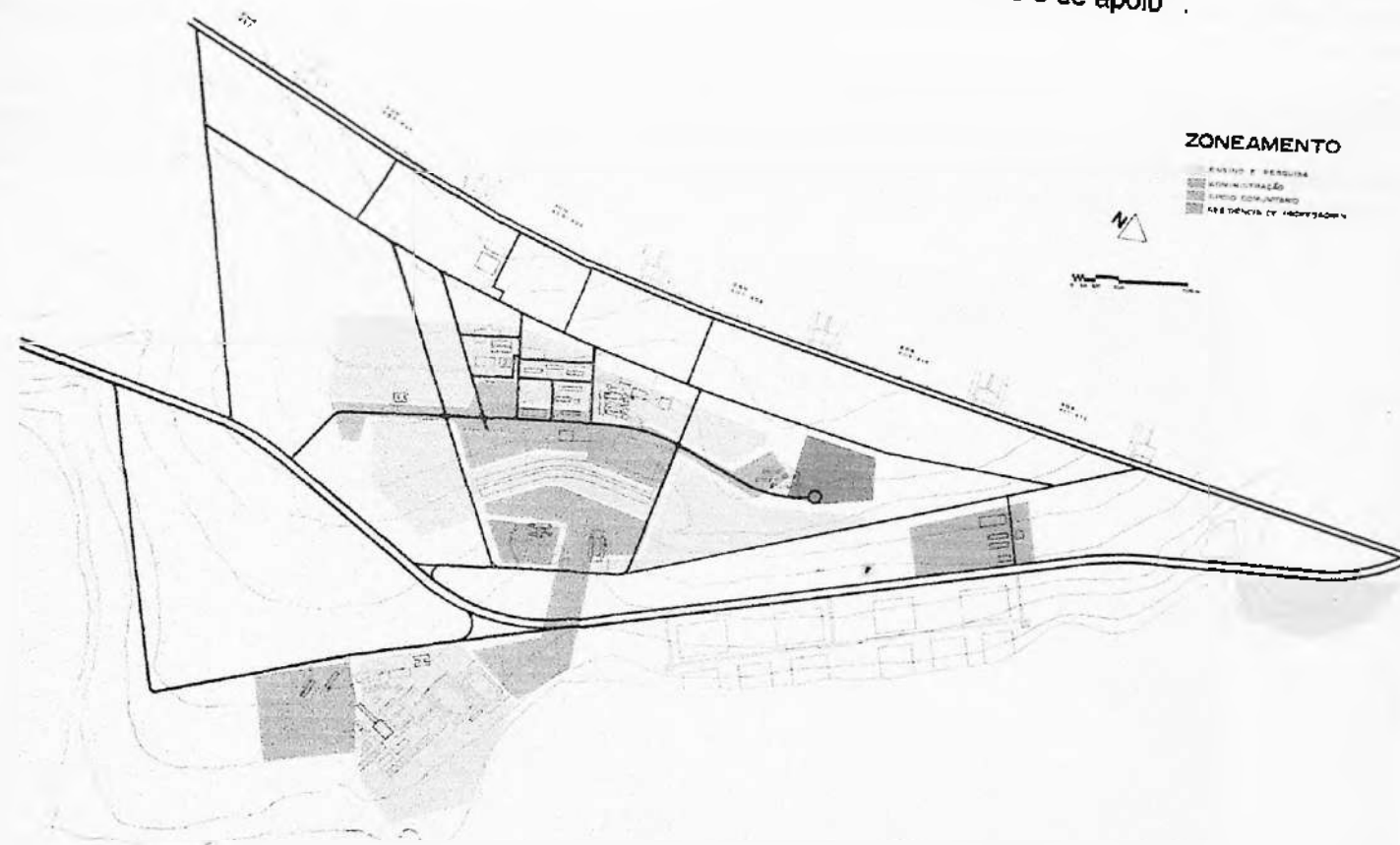
Campus da UnB em janeiro de 1975
Fonte: MACEDO, 1975, pp. 118 e 119

O Plano de 1975 estabeleceu um zoneamento do uso do solo no campus da UnB, com áreas definidas para Ensino e Pesquisa, Administração, Apoio Comunitário e Residência de Professores e quais as áreas que deveriam permanecer livres de edificações na Cidade Universitária. Com esta definição procurava-se evitar a dispersão no território que a extensão do campus poderia permitir. O critério adotado foi o de que as extensões das redes acompanhariam as expansões das edificações.

Este Plano propôs a ocupação prioritária do espaço central do campus, visando a maior integração dos setores e conseqüente economia do sistema de infra-estrutura; a centralização das atividades acadêmicas básicas no ICC (que deveria abrigar em 1980 cerca de 11.500 alunos de graduação e pós-graduação); a descentralização das atividades acadêmicas profissionalizantes, permitindo-se a montagem de infra-estruturas

²³ Esta projeção foi baseada na evolução do corpo discente desde a fundação da UnB; em 1962 as matrículas foram em número de 413 e em 1974 de 9 724 (MACEDO, 1975, pp. 17 e 33).

altamente especializadas em prédios especialmente projetados para cada Faculdade; a centralização das atividades de administração geral e a descentralização dos serviços auxiliares e de apoio²⁴.



Campus da UnB – Zoneamento do Plano de 1975
Fonte: MACEDO, 1975, pp. 126 e 127

143

Segundo Macedo, "Construído a partir do Setor Sul, o ICC foi sendo ocupado gradativamente, na medida em que a construção o permitisse. Sem que houvesse um planejamento mais detalhado de ocupação, a colonização do Instituto Central ocasionou alguns percalços. Assim, a má instalação de certas unidades, a utilização do subsolo para ensino e pesquisa (quando a destinação prevista seria para depósitos e laboratórios de pesquisa) e incompatibilização com vizinhanças entre unidades não afins, ocasionaram prejuízos ao funcionamento correto do edifício"²⁵.

Em 1975 o prédio encontrava-se ocupado provisoriamente por órgãos da administração geral, por unidades de ensino e pesquisa, além de livraria, bares e dependências provisórias da Diretoria de Engenharia²⁶.

Este Plano de 1975 estabeleceu também como metas prioritárias a conclusão da Faculdade de Tecnologia, e a execução dos edifícios da Faculdade de Ciências da Saúde (projeto dos professores arquitetos Adilson Macedo e Érico Wiedle e equipe) e da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (projeto dos professores arquitetos

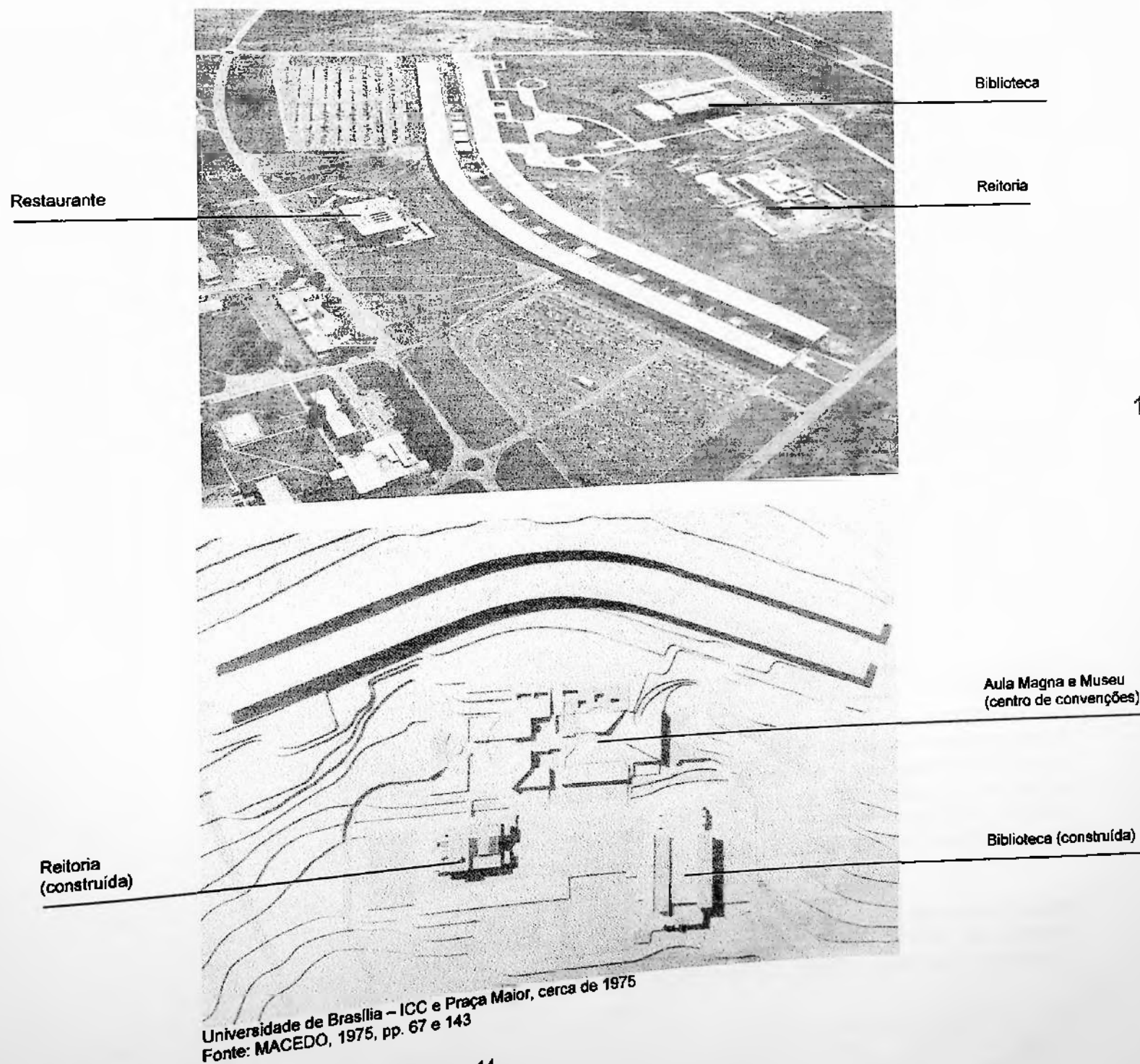
²⁴ MACEDO, 1975, p. 128.

²⁵ MACEDO, 1975, p. 58.

²⁶ As unidades de ensino e pesquisa eram: Institutos de Ciências Exatas; Biologia – menos o Departamento de Psicologia; Ciências Humanas; Letras; Artes e Arquitetura – menos os Departamentos de Música e Desenho / Departamentos de Engenharia Agrônoma; Medicina Geral e Comunitária; Medicina Especializada; Medicina Complementar; Administração; Direito; Comunicação. MACEDO, 1975, p. 70.

Matheus Gorovitz e Maurício Azeredo), deslocando o eixo de intervenções para a via norte-sul acima do ICC²⁷ de Tecnologia e de Ciências da Saúde participavam com os maiores percentuais de área construída entre as unidades de ensino e pesquisa e a fixação destes setores passava a caracterizar, junto com o ICC, a forma final do Campus²⁸.

Dentre outras metas prioritárias estabelecidas pelo Plano de 1975 havia a conclusão, o remanejamento de espaços e a racionalização no uso do ICC; a construção do Ginásio de Esportes, no Centro Desportivo; e a construção do prédio para Aula Magna e Museu.



²⁷ FARIAS; ARANTES; BARRETO, *Paranoá* n.1, jan. 2003, p.14.
²⁸ (MACEDO, 1975, p. 54).

Entre 1986 e 2000, período em que a Prefeitura do Campus assume o planejamento físico da Cidade Universitária, é consolidada a ocupação das áreas ao longo da via acima do ICC (onde se situa o Restaurante) e reforçado o acesso pela via L-3 Norte, com a própria sede (provisória) da Prefeitura e a construção do Centro Internacional de Física da Matéria Condensada - CIFMC, do conjunto de edifícios de múltiplo uso, do módulo inicial do Centro de Vivência (inaugurado em 1994 ao lado do Restaurante) e da expansão das habitações para professores, na Colina²⁹.

Com estas intervenções, a Cidade Universitária se condensa mais em seu setor oeste e estabelece um contato maior com a Asa Norte do Plano Piloto. Acentua-se o desequilíbrio entre estas áreas, mais adensadas, e o extremo sudeste da Cidade Universitária, cuja ocupação restringe-se ao centro esportivo, ao alojamento de estudantes e à escola de Educação Física.

Segundo Coutinho, Lúcio Costa fez o plano diretor para a Cidade Universitária sem precisar os edifícios e Niemeyer foi quem deu forma à sua idéia, propondo o ICC, que tornou-se a espinha dorsal da concepção. Mas não havia departamentos de Ciência suficientes para ocupar toda a obra gigantesca do ICC e enquanto isso, os outros departamentos iam crescendo, precisando de área, e resolveu-se trazer por volta de 1971 a Arquitetura para este edifício, que estava constrangida no prédio [hoje CEPLAN] da área de Serviços Gerais, além da Comunicação, História e Ciências Sociais.

Houve um movimento migratório em direção ao ICC e adaptações às necessidades das mais variadas, inclusive más adaptações; às vezes o próprio espaço não se prestava às necessidades específicas. Mas o edifício tem uma qualidade agregada, de atrair as pessoas, pois é uma rua na verdade, um calçadão, é muito agradável transitar por ali, tem quase um quilômetro de comprimento. Então, hoje o Instituto Central de Ciências é apenas uma sigla, é o "Minhocão" que todo mundo conhece, onde chegou a estar cerca de 70 a 80 por cento da Universidade.

Ao final da década de 60, a Arquitetura era dos departamentos mais desfalcados em termos de bons professores na UnB, pois com a grande demissão na Universidade em 1965 [após o golpe militar], foi onde se abriu um dos maiores vácuos pois tinha liderado o movimento [de resistência], e o posterior preenchimento das vagas ocorreu sem muito critério. Então os alunos fecharam as portas da Arquitetura em 1967 ou 1968, exigindo a troca dos professores. Foram então selecionados arquitetos do Rio Grande do Sul [Coutinho veio nesta época para a UnB, é originário do Rio Grande do Sul], São Paulo e do Ceará, onde as escolas de Arquitetura tinham feito reformas de ensino, e também do Rio de Janeiro e Bahia. Eram o Miguel Pereira, o Edson Braga, o Paulo Mendes da Rocha, o Paulo Bastos, o Leo Bonfim, dentre outros. Só que meses depois de haver as contratações houve o AI-5, e os professores, a maioria de esquerda, foram aceitando as novas condições, pois pareciam passageiras, e se trabalhou arduamente pela reconstrução do curso, do CEPLAN.

Em 1968 ainda existia ciclo básico na UnB, mas depois do AI-5 veio a grande incerteza; houve demissões de professores, a área de Ciências da UnB era notável, esses professores saíram, se demitiram coletivamente em 68, e tudo era uma grande incerteza e a própria Universidade de Brasília estava ameaçada, e o trabalho desses que vieram depois era de resgatar o projeto inicial. Então se trabalhou muito no sentido da preservação do projeto inicial, mas também com consciência de que muita coisa havia sido modificada e que este projeto deveria ser retomado, mas em outro patamar. A estrutura física da Universidade teria que refletir as mudanças implantadas no ensino superior no país, como a criação da pós-graduação. O ICC, já construído, somente poderia ser adaptado e até o subsolo acabou adaptado para sala de aula e para outros laboratórios, em condições de ventilação precárias.

O ICC em certo momento apresentou [na UnB] o mais alto grau de insatisfação dos usuários em relação ao seu ambiente de trabalho e às vezes até injustamente, porque este edifício nunca sofreu acabamento, concluíram a estrutura e ele foi imediatamente habitado. Então os auditórios não tinham acabamento acústico e

²⁹ FARIAS; ARANTES; BARRETO, *Paranoá* n.1, jan. 2003, p.15.

os laboratórios não tinham equipamento de exaustão. Então havia um grau de insatisfação muito alto, que contribuiu para a saída de alguns logo que puderam.

Houve um projeto do arquiteto Cláudio Queiroz de expansão da laje do mezanino da ala de laboratórios do ICC com chapas pré-moldadas, deixando alguns vazios, e foi a melhor adaptação feita no "Minhocão". Já na Arquitetura preservou-se o pé direito duplo, as escadas por trás, e ficou um espaço interessante, mas com alguns problemas: uma prancheta de desenho num pé direito daqueles é mal iluminada e também é alto o nível de ruído porque o espaço é aberto, como na FAU-USP também. O espaço aberto funciona para algumas coisas e é ruim para outras, e foi isso que levou o Jorge Moreira a fazer aqueles pequenos ateliês [para a Arquitetura] no Fundão.

Dentre estes novos professores da UnB estava o arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, que tornou-se o coordenador do CEPLAN e liderou o grupo que tinha a idéia de valorizar a Praça Maior, dotar a UnB de equipamento comunitário, substituir o restaurante, que funcionava em instalações precárias [na área dos Serviços Gerais]. Foi então proposto um Centro de Convivência, um grande edifício para estes usos, do outro lado da Praça Maior [Plano 1969 -1970]. Mas por questões políticas, nesta época o Reitor era um oficial da Marinha, foi vetado o projeto – a última coisa que eles desejariam seria a praça cheia de gente, perto da futura Reitoria – e o Restaurante foi construído do lado oposto do "Minhocão". Já havia a Biblioteca, que gerava um grande movimento na Praça Maior.

Mais tarde foi projetado o prédio da Reitoria pelo arquiteto Paulo Nunes, que, segundo Coutinho, seria uma releitura do prédio da FAU-USP [integração dos espaços interno e externo]. E o arquiteto Matheus Gorovitz, de São Paulo projetou um Museu que na verdade seria um centro de convenções.

A idéia da UnB como uma Universidade moderna, integradora, produtora de conhecimento novo, baseada em pesquisa e extensão universitária, departamental, por créditos, com reaproveitamento dos ex-alunos como monitores instrutores, era bastante avançada; copiava um pouco de universidades americanas e européias, mas era um modelo novo de Universidade³⁰. O projeto do ICC foi feito para esta Universidade e a estrutura departamental de currículos organizados por créditos comprova a sua expressão melhor exatamente neste prédio [o ICC]: trazia-se o aluno aqui para dentro e ele percorria de um lado a outro, em busca daquelas disciplinas que ele necessitava para compor o seu currículo, os créditos que ele necessitava.

Mas em 1971, 1972 houve a Reforma Universitária, que adotou a estrutura departamental, créditos, o semestre como módulo didático, mas empobreceu esse modelo [da UnB], nivelou todas as Universidades. Aí se acabou a idéia de Institutos e Faculdades [integradas], retomando-se à velha Faculdade autônoma. Houve na UnB uma volta aos modelos tradicionais: a Faculdade de Ciências da Saúde voltou a ser Faculdade de Medicina; a Faculdade de Direito voltou a existir, deixando de integrar enquanto departamento a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (que incluía Direito, Ciências Políticas, Contabilidade, Administração); até a Arquitetura separou-se do Instituto Central de Artes e voltou a ser a velha Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Mesmo antes do retorno ao modelo de faculdade tradicional, algumas foram se retirando do "Minhocão", como a Faculdade de Ciências da Saúde, querendo ter um local próprio, alegando várias razões para sair. Isso ainda estava de acordo com o Plano de Lúcio Costa [as Faculdades estariam nas proximidades dos Institutos, não necessariamente no mesmo edifício]. E começou a sobrar lugar de novo no "Minhocão".

Hoje no país o ensino universitário se faz mais ou menos em torno dessa idéia de autonomia das instituições; o papel das universidades públicas diminuiu e hoje no mínimo 70 por cento do ensino de terceiro grau está nas mãos de particulares, e também se estruturam a partir da reunião de faculdades [independentes].

³⁰ Segundo Coutinho, apesar do comandante ser Darcy Ribeiro, a cabeça pensante do modelo da UnB seria Anísio Teixeira; a UnB seria a retomada do projeto da Universidade do Distrito Federal.

O "Minhocão" ainda é um espaço de convivência, porque é inevitável o fluxo de pessoas em função dos acessos localizados nas extremidades e em dois pontos mais centrais deste edifício: entra-se por um destes acessos e se busca os locais de aula; assim, o fluxo longitudinal ainda existe [apesar de não haver mais ciclo básico por área de conhecimento], mas é curioso porque no sentido transversal o jardim poderia ser um fator integrador e ele mais separa que integra.

O ciclo básico se apoiava numa idéia de Universidade mais Humanística, mais culta, mais generalista, onde as pessoas deveriam conhecer não só o núcleo da sua carreira, mas também o que está em volta, também o que era comum a outras carreiras, mas com o tempo a sociedade foi se tornando mais pragmática, queria ter resultados imediatos. Houve uma mudança de mentalidade e os próprios alunos começaram a considerar os dois anos de ciclo básico como desperdício de tempo, o que levou à sua supressão; foi se criando um clima favorável, inclusive entre os professores, e ninguém protestou quando a Administração acabou cedendo e baixando normas que aboliram o ciclo básico, por volta do início dos anos 80, segundo o professor e arquiteto Coutinho.

Segundo o arquiteto Alberto Alves de Farias, Diretor do Centro de Planejamento Urbanístico da Universidade de Brasília - CEPLAN³¹, que se formou em Arquitetura na própria UnB, de 1977 a 1981 e o arquiteto Cláudio Oliveira Arantes, também da CEPLAN, que estudou na UnB de 1968 a 1973, havia curso básico de dois anos até pelo menos 1969, depois o curso básico passou a um único ano, sendo posteriormente extinto.

No período de formação do arquiteto Farias (1977-1981) os estudantes de Arquitetura faziam cursos em outros departamentos, como Desenho Técnico na Faculdade de Tecnologia, Estrutura no Departamento de Engenharia, depois foi se diluindo essa integração que ainda restara e atualmente predomina uma visão mais corporativa em cada área. A tendência na UnB é a separação: há uma Biblioteca Central, mas há tentativas de criação de bibliotecas setoriais, por exemplo.

O "Minhocão" abriga atualmente vários usos: Institutos, Faculdades, Centros Acadêmicos, pequenos comércios e setores da administração geral da UnB. Conforme o arquiteto Farias, não houve um Planejamento Institucional que respondesse sobre o direcionamento acadêmico da Universidade de Brasília³² ao longo dos anos e a ocupação do ICC variou muito³³.

A construção do ICC terminou por volta de 1975, segundo o arquiteto Alberto Farias. No primeiro trecho concluído se instalaram a Biologia, a Medicina, a Química. Somente a Educação e a Arte nunca foram para o ICC, e metade dos alunos ainda assiste aula neste edifício.

Os laboratórios se instalaram no térreo, depois no mezanino e por último também no subsolo do ICC e para este tipo de uso não há facilidade de mudança de local, devido aos seus equipamentos e instalações. Como a ocupação do ICC não foi planejada, não foram exploradas as potencialidades do edifício, pois o pé direito duplo, se não é bom para determinados usos, é para outros. Assim, se já houve casos de fechamento do pé direito duplo, houve casos de remoção de vigas para a instalação de equipamentos.

³¹ O CEPLAN, órgão responsável pelo planejamento físico do campus desde a fundação da Universidade de Brasília, foi vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo (atual Faculdade), servindo-lhe como laboratório; eram os professores arquitetos que, geralmente em equipe, elaboravam os projetos para a Cidade Universitária. A partir de 1986, com a criação da Prefeitura do Campus com funções de planejamento e manutenção, o CEPLAN perdeu suas atribuições de órgão de planejamento físico para o campus, realizando outros projetos, em conjunto com a Prefeitura do Campus, como as construções de edifícios de habitação coletiva nas Superquadras de propriedade da Fundação Universidade de Brasília - FUB. Em 2000 foi aprovada a Resolução número 004/2000 do Conselho Diretor da FUB atribuindo novamente ao CEPLAN, agora constituído como órgão da Administração da FUB, a coordenação técnica e administrativa do planejamento físico do Campus da UnB (FARIAS; ARANTES; BARRETO, *Paranoá* n.1, jan. 2003, pp. 14 a 16).

³² Há agora um esforço neste sentido, devido à exigência para liberação de recursos feita pelo Ministério da Educação e Cultura, de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Institucional. O PDI da Universidade de Brasília foi aprovado e deverá organizar as ações dentro da UnB até 2006.

³³ Segundo Farias, houve várias alternativas para o uso do subsolo do ICC, inclusive um projeto de Oscar Niemeyer para um alojamento.

Os auditórios que foram pensados originalmente para o prédio do ICC eram para grandes turmas, em média 250 lugares (dois têm capacidade para 400 pessoas) e as turmas atualmente têm 70 alunos no máximo, a maioria 50 alunos. Assim, alguns dos grandes auditórios do projeto original foram transformados em salas de aula.

Por volta de 1975 [na entrevista foi citado por Farias o ano de 1977, mas o Plano é de final de 1974-início de 1975] a então equipe do CEPLAN, liderada pelo arquiteto Adilson Macedo criou algumas diretrizes para a ocupação deste edifício, que perduraram durante algum tempo. Em 1988 foi feita uma revisão deste plano pelo professor Cláudio Queiroz, com a proposta de conclusão do ICC e inclusive de fechamento de uma parte da área de pé direito duplo, pela extensão do mezanino, na extremidade sul do edifício. Esta solução para ampliação de área interna estaria sendo utilizada desde então.

Quando o professor Cristóvão Buarque assumiu a Reitoria em 1986, o ICC ainda estava com cerca de 40% sem nenhuma ocupação no subsolo, era só terra e as fundações do edifício. O próprio subsolo não existia no projeto original do ICC, este espaço teria sobrado na construção (as fundações são em sapata corrida; era muita área para encher de terra), e a rua de serviço também surgiu posteriormente, segundo Farias. De 1986 para cá o ICC foi sendo ocupado, reocupado, reformado o tempo inteiro. O crescimento do número de alunos tem sido constante, em 1997 eram quinze mil alunos de graduação, atualmente são vinte mil alunos.

O ICC teve que ser adaptado aos cursos noturnos, criados por volta de 1993 ou 1994. A questão da segurança passou a ser relevante. Um projeto de fechamento do ICC provocou uma grande reação da comunidade, pois enquanto projetos anteriores tinham fechado apenas as extremidades do edifício, este propôs o fechamento também das duas passagens transversais, o que obrigaria as pessoas a dar uma grande volta para atingir outros locais do campus.

Na parte estrutural o ICC já requer uma recuperação em alguns trechos. Mas a extensão do edifício resulta na necessidade de grandes recursos, então a recuperação vem sendo feita aos poucos. Há também problemas de infiltração.

Pretende-se liberar cerca de 20 mil metros quadrados do ICC, construindo junto à sua extremidade sul os prédios do Instituto de Química e do Instituto de Biologia³⁴ (que estão na área mais degradada do ICC e cujas instalações motivaram várias notificações dos órgãos de vigilância sanitária e de segurança do trabalho) e a norte o prédio do Departamento de Economia e Contabilidade. Serão também retirados setores administrativos que se encontram no ICC, para substituição por áreas acadêmicas, na medida do possível.

O ICC foi o grande espaço da convivência no campus, mas atualmente não é o único, segundo o arquiteto Alberto Farias. As duas entradas transversais do ICC, onde há comércio, são espaços de convivência, tendo surgido outros: o Restaurante Universitário e os espaços entre os edifícios próximos das duas pontas do ICC, que estão acumulando uma série de comércios, ainda não regularizados.

³⁴ Quanto à saída dos Institutos, isso contraria a finalidade original do ICC e o Plano de 1975.